

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE JORNALISMO - BACHARELADO**

FERNANDA NEVES MONDADORI

**DROGAS E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA REVISTA VICE
BRASIL**

**CAXIAS DO SUL
2021**

FERNANDA NEVES MONDADORI

**DROGAS E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA REVISTA VICE
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel em Jornalismo, na Universidade
de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcell Bocchese

**CAXIAS DO SUL
2021**

FERNANDA NEVES MONDADORI

**DROGAS E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA REVISTA VICE
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel em Jornalismo, na Universidade
de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcell Bocchese

Aprovado em ____/____/ 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcell Bocchese
Universidade de Caxias do Sul

Prof.^a Dra. Alessandra Paula Rech
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Ronei Teodoro da Silva
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho ao jornalista Adelar dos Santos Neves. Meu avô nos deixou muito antes de eu escolher o jornalismo, mas sinto que teria sido incrível dividir essa jornada com ele.

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial minha mãe, Maria Luiza. Vocês me apoiam, incentivam e vibram comigo desde a primeira vez que contei que queria ser jornalista. Obrigada por não quererem que eu fosse outra coisa. Obrigada pela tolerância e por me ouvirem falar deste e de tantos outros trabalhos por tantas horas. E, principalmente, obrigada por tornarem possível a minha formação. Cada conquista minha é de vocês também.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcell Bocchese, pela gentileza de sempre, pelos conselhos certos e, claro, por me mostrar o valor de uma boa metodologia. Professor Marcell, realizar este trabalho só foi possível porque você mostrou o caminho.

A André Maleronka e a Débora Lopes, cuja disponibilidade foi primordial para os resultados alcançados nesta pesquisa. Foi ótimo conhecê-los e perceber que os jornalistas que integraram a Vice Brasil são tão abertos e francos quanto a própria revista se propôs a ser.

Aos amigos, que, mesmo em meio ao tempo apertado do cotidiano, se fizeram presentes neste processo. Em especial à Milena, que me auxiliou na obtenção de um dos artigos consultados; ao Daniel, que colaborou na transcrição das entrevistas, e ao Mateus, que me incentivou a falar sobre esse tema. Ele era, na verdade, um plano B. Obrigada por me fazerem acreditar no plano B – gosto muito mais dele do que do plano A.

A todos os professores que fazem parte da minha jornada acadêmica. Seus ensinamentos transpõem a sala de aula e só reforçam o meu amor por essa profissão.

Jornalismo é uma atitude otimista, aberta. Aquele que prejudica ou que se ressent previamente com a informação nunca vai encontrar boa informação.

Alberto Dines

RESUMO

Este trabalho tem como tema a abordagem do tema das drogas pela revista Vice Brasil. Assim, a pesquisa objetiva analisar a abordagem do tema das drogas pelo veículo, objetivo que se desdobra em quatro específicos: entender se a linguagem empregada pelos repórteres dialoga de forma responsável com o público da revista; compreender se a escolha da revista por tratar o assunto como uma questão de saúde pública se mostra pertinente no alerta para os riscos trazidos pelo uso de drogas e na chamada “redução de danos”; delinear o perfil do público-alvo da revista Vice Brasil; contribuir para o debate sobre a pauta dos veículos de comunicação no Brasil e a importância do jornalista enquanto construtor de uma realidade social. O referencial teórico envolve teorias acerca do jornalismo interpretativo, do tema das drogas e da juventude e, também, a história da revista Vice Brasil, corpus deste estudo. Entre os principais autores citados, estão Beltrão (1976), Marques de Melo e Assis (2016), Campos (2002; 2009), Sodré e Ferrari (1986), Lage (2003), Bicca, Pereira e Gambarini (2011), Lemos e Zaleski (2009), Bourdieu (1983), Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), Sousa (2006), Costa (2011), Bødker (2017) e Kalvø (2015). A metodologia utilizada compreende pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo, proposta por Bardin (2000). Como principais resultados, podem ser mencionadas reflexões sobre a produção jornalística da Vice Brasil, a relação da revista com seu público-alvo e os impactos provocados pelo jornalista na realidade social que o cerca.

Palavras-chave: drogas; juventude; jornalismo interpretativo; linguagem; Vice Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Publicações no site da Vice Brasil	43
Ilustração 2 – Instagram da Vice Brasil	44
Ilustração 3 – Twitter da Vice Brasil	45
Ilustração 4 – Reportagem sobre corrupção no governo venezuelano	55
Ilustração 5 – Reportagem sobre o movimento Pride	57
Ilustração 6 – Reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger	58
Ilustração 7 – Trecho de reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger	58
Ilustração 8 – Reportagem sobre Lisboa	59
Ilustração 9 – Reportagem sobre curling	59
Ilustração 10 – Reportagem sobre traficantes e golpes	60
Ilustração 11 – Reportagens sobre a fabricação de DMT	60
Ilustração 12 – Reportagem sobre memes do ator Fábio Assunção	61
Ilustração 13 – Reportagem sobre a guerra às drogas.....	61
Ilustração 14 – Reportagem sobre mercado de drogas e os impactos ambientais...	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gêneros jornalísticos e formatos.....	16
Quadro 2 – Classificação das drogas segundo Bicca, Pereira e Gambarini	25
Quadro 3 – Classificação das drogas segundo Lemos e Zaleski	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O REPÓRTER MAIS PERTO DO DOMÍNIO DA OPINIÃO: JORNALISMO INTERPRETATIVO.....	15
3 DROGAS E JUVENTUDE: UMA RELAÇÃO IMPORTANTE.....	24
4 VOZ, PLATAFORMA E ESPELHO DA CULTURA JOVEM GLOBAL: COMO SURTIU A REVISTA VICE.....	37
4.1 A VICE NO BRASIL.....	46
4.2 A LINGUAGEM UTILIZADA	54
5 METODOLOGIA.....	63
5.1 MÉTODO	63
5.2 ANÁLISE	65
5.2.1 Análise de conteúdo	68
5.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	77
5.4 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	80
6 ANÁLISE.....	84
6.1 O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE VÍCIO E MEMES MORALISTAS COM FÁBIO ASSUNÇÃO.....	84
6.2 AS DUAS VIDAS DO HOMEM QUE INJETAVA HEROÍNA NO BANHEIRO DE UM DOS MAIORES JORNAIS DO REINO UNIDO.....	91
6.3 SUAS DROGAS ESTÃO DESTRUINDO O PLANETA.....	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXOS.....	123

ANEXO A – REPORTAGEM: “O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE VÍCIO E MEMES MORALISTAS COM FÁBIO ASSUNÇÃO”	123
ANEXO B – REPORTAGEM: “AS DUAS VIDAS DO HOMEM QUE INJETAVA HEROÍNA NO BANHEIRO DE UM DOS MAIORES JORNAIS DO REINO UNIDO”	129
ANEXO C – REPORTAGEM: “SUAS DROGAS ESTÃO DESTRUINDO O PLANETA”	140
APÊNDICES	159
APÊNDICE A: ENTREVISTA COM DÉBORA LOPES.....	159
APÊNDICE B: ENTREVISTA COM ANDRÉ MALERONKA	163
APÊNDICE C: PROJETO DE PESQUISA – TRABALHO DE CONCLUSÃO I.....	171

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma *análise de conteúdo da abordagem do tema das drogas realizada pela revista Vice Brasil*. Para isso, leva em consideração o estudo da linha editorial do veículo, a linguagem empregada pelos repórteres e a relação da revista com o seu público-alvo, que é de natureza sobretudo jovem.

É sabido que o uso de drogas constitui um tema de importância social devido, por exemplo, à curiosidade que desperta, tanto nas pessoas que vivenciam o uso e suas consequências, quanto nas que buscam compreendê-lo e estudá-lo. O mesmo vale para os seus desdobramentos – o que inclui instâncias políticas (como a discussão sobre a legalização, punição e legislação); sociais (que envolvem a pressão em experimentar e a disseminação do uso entre os grupos); culturais (no sentido de que existem diferentes significados para o uso de acordo com os costumes e hábitos de cada local); de saúde pública (consequências como abuso de substâncias, dependência, distúrbios e, no cenário que mais deveria preocupar a sociedade, a overdose).

A ideia de abordar a temática desta pesquisa surgiu a partir da vivência enquanto jovem consumidora de mídias. Ao pesquisar sobre substâncias psicoativas, seus efeitos no organismo e os riscos inerentes ao uso, percebe-se que a abordagem escolhida pelos canais que veiculam essas informações mostra-se fundamental no processo de aproximação com o público que consome o conteúdo. Soma-se a isso o fato da autora já conhecer a Vice e ter se questionado, em inúmeros momentos prévios a esta pesquisa, como a linguagem da revista dita irreverente se relaciona, de fato, com seus leitores.

Como qualquer tema de importância social, o que sustenta este trabalho necessariamente perpassa a instância midiática. Pensar como o jornalismo está retratando essas problemáticas – e se está contribuindo para suas resoluções – faz parte das provocações aqui apresentadas.

Sabe-se que a cobertura jornalística de qualquer tema interfere na percepção de mundo e na formação de opinião de seus públicos. Assim, verifica-se uma relevância em refletir sobre que tipo de conteúdo está sendo oferecido ao público pela mídia no Brasil atualmente. Essa reflexão ganha ainda mais complexidade se o assunto em questão gera opiniões tão divergentes, como acontece com a questão das drogas. A abordagem do tema empregada pelos veículos está diretamente

ligada a como o público compreende esse tema e, mais importante ainda, como age diante dele.

Apesar da Vice ter encerrado suas atividades editoriais no Brasil (a revista estadunidense-canadense contou com uma equipe jornalística no país até maio de 2020), ainda encontram-se reportagens no site brasileiro. Ao analisar três delas, este estudo revela detalhes sobre a linha editorial seguida pela equipe de reportagem, passando pela definição da pauta, redação e chegando, finalmente, ao conteúdo que é disponibilizado ao público no site do veículo.

A pesquisa deste tema indica a importância de se compreender o público-alvo da Vice, que, em razão de sua idade, encontra-se em momento de experimentação. Daí a necessidade de se abordar o tema das drogas de forma responsável, mas, ainda assim, próxima ao universo do leitor. Para se ter ideia, o conteúdo no site brasileiro da Vice está dividido nas seguintes editoriais: “Sexo”, “Drogas”, “Política”, “Comportamento” e “LGBTQ”. Todos são assuntos protagonistas de alguns dos maiores debates presentes na pauta de comunicação no Brasil hoje.

Desse modo, tem-se como questão norteadora: como se dá a abordagem escolhida pela revista Vice Brasil em reportagens que tratam do tema das drogas? Para responder a essa questão, formulou-se um objetivo geral: analisar a abordagem do tema das drogas pela revista Vice Brasil. Objetiva-se especificamente: entender se a linguagem empregada pelos repórteres dialoga de forma responsável com o público da revista; compreender se a escolha da revista por tratar o assunto como uma questão de saúde pública se mostra pertinente no alerta para os riscos trazidos pelo uso de drogas e na chamada “redução de danos”; delinear o perfil do público-alvo da revista Vice Brasil; contribuir para o debate sobre a pauta dos veículos de comunicação no Brasil e a importância do jornalista enquanto construtor de uma realidade social.

Foram formuladas também três hipóteses: a revista Vice Brasil tem uma abordagem que conscientiza seu público-alvo sobre o uso de drogas; a revista Vice Brasil tem uma abordagem que estimula seu público-alvo ao uso de drogas; por vezes, a irreverência da revista Vice Brasil mascara riscos inerentes ao uso de drogas em suas reportagens sobre o tema.

A fim de possibilitar o estudo do tema escolhido, este trabalho conceitua primeiramente o jornalismo interpretativo, com a contribuição de autores como

Beltrão (1976), Marques de Melo e Assis (2016), Campos (2002; 2009), Sodré e Ferrari (1986) e Lage (2003).

Depois, são trazidas definições sobre as principais drogas e suas classificações, segundo Bicca, Pereira e Gambarini (2011) e Lemos e Zaleski (2009). Neste capítulo, também são estudadas noções de juventude, a diferença entre juventude e adolescência e a relação desses públicos com as drogas, passo onde utilizam-se colaborações de autores como Bourdieu (1983), Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), Sousa (2006) e Costa (2011).

Na sequência, aborda-se o histórico da revista *Vice*, tendo como principal base teórica os estudos de Bødker (2017) e Kalvø (2015). No mesmo capítulo, é vista a trajetória da *Vice* no Brasil, de acordo com informações retiradas de depoimentos do ex-editor-chefe da revista, André Maleronka (2021), e da ex-repórter e ex-editora da *Vice* Brasil, Débora Lopes (2021). Por fim, o capítulo aborda a linguagem empregada pela revista, onde usam-se informações extraídas de Lessa (2016) e Baird (2015), bem como dados do *Vice* Media Kit (2016).

A base metodológica que possibilita esta pesquisa divide-se em: método, análise, análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. Para o entendimento de método, recorre-se aos autores Paviani (2013), Da Cás (2008) e Andrade (2007). Em análise, retoma-se a obra de Paviani (2013) e soma-se a de Lakatos e Marconi (2009). Na análise de conteúdo, esmiúça-se o método proposto por Bardin (2000). Já em pesquisa bibliográfica, retorna-se a Lakatos e Marconi (2009) e Da Cás (2008). Nesta fase também são trazidas colaborações de Stumpf (2011). E, como última parte da metodologia, define-se a entrevista semiestruturada conforme Lakatos e Marconi (2009), Da Cás (2008), Gil (2008), Manzini (2004) e Duarte (2011).

Apresenta-se, então, a análise de conteúdo da revista *Vice* Brasil, comportada em três reportagens cuja escolha está detalhada no capítulo 5, referente à metodologia.

Feita a análise no capítulo 6, são apresentadas as considerações que concluem este trabalho.

2 O REPÓRTER MAIS PERTO DO DOMÍNIO DA OPINIÃO: JORNALISMO INTERPRETATIVO

Compreender os gêneros nos quais o jornalismo se desdobra é fundamental para análises como a apresentada por este trabalho. Afinal, segundo Dias et al. (1998, p. 2), “os gêneros da comunicação de massa assumem papel de grande importância no processo de legitimação e autonomia das Ciências da Comunicação”. Para os autores, os gêneros são essenciais à comunidade científica, “pois permitem a discussão sobre a abrangência dos fenômenos comunicacionais como prática estruturadora e construtora de significados na sociedade.” (DIAS et al., 1998, p. 2).

Já Stancki (2018, p. 11) defende que “conhecer os gêneros do jornalismo é uma maneira de conhecer melhor a profissão e o papel que cada uma de suas formas exerce na sociedade”. Trata-se de não somente aprender sobre a linguagem jornalística, mas também sobre como escrever com ela.

O autor também argumenta que os gêneros se mostram úteis em meio à produção jornalística diária, uma vez que os jornalistas recebem suas pautas e logo visualizam o tipo de construção envolvida em cada gênero, o que facilita o processo de trabalho.

Além disso, para Stancki (2018, p. 12), classificar os gêneros jornalísticos reafirma “o papel social da imprensa, como uma entidade que faz a informação de interesse público circular e oferece opiniões e interpretações sobre aspectos políticos, econômicos e culturais de nossa sociedade”.

José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016) propõem um modelo classificatório dos gêneros jornalísticos, baseado em estudos bibliográficos e na observação e análise da imprensa brasileira. Como ponto de partida, entende-se, é preciso estabelecer como os autores definem o conceito:

Gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (MELO e ASSIS, 2016, p. 49).

Assim, eles sugerem dividir o jornalismo em cinco gêneros distintos: informativo (vigilância social); opinativo (fórum de ideias); interpretativo (papel educativo, esclarecedor); diversional (distração, lazer) e utilitário (auxílio nas tomadas de decisões cotidianas). (MELO e ASSIS, 2016, p. 49).

Para cada gênero, Melo e Assis (2016, p. 51) listam diferentes formatos. A fim de delimitar as diferenças entre cada um, elaborou-se o quadro a seguir.

Nota-se abaixo:

Quadro 1 – Gêneros jornalísticos e formatos

Gênero informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista.
Gênero opinativo	Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica.
Gênero interpretativo	Análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê.
Gênero diversional	História de interesse humano, história colorida.
Gênero utilitário	Indicador, cotação, roteiro, serviço.

Fonte: Produção da autora deste trabalho via Melo e Assis (2016).

Conforme os autores, cada um dos formatos citados anteriormente carrega características próprias que o fazem ser único, mesmo quando comparado a outro formato do mesmo gênero. Melo e Assis (2016, p. 53) também fazem uma ressalva:

A própria “Classificação Marques de Melo¹” refere-se especificamente à imprensa brasileira, e, como indicado, espelha um recorte temporal – não que sua validade se perca em breve, mas sua pertinência deve ser monitorada e, quando necessário, devem ser acrescentados novos itens ao conjunto.

Neste trabalho, o gênero do jornalismo interpretativo será o mais abordado entre os cinco propostos pelos autores. Por isso, também recorre-se ao pesquisador Luiz Beltrão (1976), que reuniu informações oportunas para o estudo do assunto.

¹ Trata-se do mesmo autor: José Marques de Melo (2016).

Antes de avançar sobre as reflexões de Beltrão, todavia, entende-se que é necessário caracterizar os formatos do jornalismo interpretativo segundo Melo e Assis (2016).

A partir do contato com o próprio Marques de Melo e de consultas a outros autores, Dias et al. (1998, p. 13) entendem que a análise ocorre “quando a informação é analisada pelo autor do texto publicado, com dados complementares que fazem com que o leitor possa ter uma compreensão maior dos fatos”.

O perfil, por sua vez, “compreende a apresentação descritiva do personagem enfocado, possibilitando a interpretação de seu comportamento diante da sociedade. [...] Tem relação direta com o fato de atualidade que motiva a sua inclusão.” (DIAS et al., 1998, p. 13).

Ainda segundo os autores, “a enquete corresponde ao espaço dedicado para que a informação seja interpretada pelo entrevistado de forma rápida e sucinta.” (DIAS et al., 1998, p. 13).

A cronologia, para Dias et al. (1998, p. 14), atua como o “complemento da informação principal (seja ela reportagem ou notícia), com dados cronológicos dos acontecimentos”.

Dias et al. não levam em consideração o dossiê, no entanto é possível encontrar definições do próprio Marques de Melo. O dossiê, de acordo com este autor, é um mosaico que serve para facilitar o entendimento dos fatos noticiosos. Condensando fatos em boxes, gráficos, mapas ou tabelas, “é o material jornalístico que pretende familiarizar o leitor com um fato determinado e procura detalhar ao máximo para apresentar a informação completa.” (CORDENONSSI e MELO, 2008, p. 4).

Dadas as noções de cada formato dentro do gênero interpretativo, é inevitável vislumbrar parte de seu contexto histórico, como apresenta Beltrão (1976, p. 47). Para começar, o autor vê a interpretação como um dos traços básicos do jornalismo. A interpretação jornalística, segundo ele, consiste na “análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica e transformá-los em matéria para a divulgação.” (BELTRÃO, 1976, p. 47).

Ainda conforme o pesquisador, a interpretação jornalística também consiste em “submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos.” (BELTRÃO, 1976, p. 12).

Ele complementa:

Esse tipo de interpretação difere, em substância, da histórica ou da filosófica porque está jungida ao atual, ao presente, ao objetivo, requerendo não só bom senso, honestidade e imparcialidade, da parte do agente, como uma especial aptidão para apreender o centro de interesse, o ponto nevrálgico, o núcleo do fato ou da situação que vai processar para a elaboração da matéria. (BELTRÃO, 1976, p. 13).

Para Stancki (2018, p. 136), “a interpretação é uma das grandes finalidades do jornalismo”. Como o autor lembra, “mais do que informações e conhecimentos, o jornal deve transmitir entendimento. Porque é do entendimento que deriva o poder.” (NOBLAT, 2010 apud STANCKI, 2018, p. 136).

As matérias jornalísticas do gênero interpretativo “ultrapassam o relato factual, estendendo a narrativa de modo que ela seja dramatizada, contextualizada e debatida.” (STANCKI, 2018, p. 137). Acontece que a maneira como é realizado o processo de selecionar elementos fundamentais para a elaboração da matéria envolve riscos. Beltrão (1976, p. 48) alerta que, se o profissional

[...] menospreza, camufla ou subtrai aspectos essenciais à exata compreensão do acontecimento ou destaca, apenas, aqueles de natureza impactual e facilmente perceptíveis, estará no campo da informação mutilada, superficial e/ou sensacionalista.

Por outro lado,

se o jornalista ultrapassa os limites da busca do sentido das diferentes forças que atuam em uma situação, configurada em suas origens e em suas possíveis projeções, se submete os dados colhidos e o sentido encontrado a uma escala de valores própria, pessoal, estará em pleno domínio da opinião. (BELTRÃO, 1976, p. 48).

Conforme Stancki (2018, p. 13), “o aparecimento de matérias que oferecem análises, associações e contextualizações a partir do período entre guerras no século passado” deu origem ao gênero interpretativo.

Já no que diz respeito à introdução do jornalismo interpretativo no Brasil, Beltrão (1976, p. 52-53) assinala que as condições para sua implantação são determinadas pela “integração na rede comunicacional de massa, ou seja, no que

denominamos sistema de comunicação social, em que a população participa e/ou tem acesso aos principais meios impressos, sonoros e audiovisuais de larga audiência”. Sendo assim, o pesquisador destaca como palco de origem do jornalismo interpretativo no país os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos por Brasília, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, incluindo “suas populosas e extensas áreas metropolitanas”. (BELTRÃO, 1976, p. 53).

Nesse entendimento do surgimento do jornalismo interpretativo no Brasil, Pedro Celso Campos (2009, 131-132) complementa:

No Brasil esse modo de fazer jornalismo de qualidade apareceu em 1928, na revista *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, registrando seu auge nos anos 50, com os memoráveis textos de David Nasser, Joel Silveira, Edmar Morel e tantos outros. [...] Outro passo importante na melhoria de qualidade do nosso jornalismo foi a reforma do *Jornal do Brasil*, por Alberto Dines, que trouxe da imprensa americana a idéia do Caderno de Pesquisa e do Caderno Especial de Domingo, em que os profissionais poderiam escrever textos mais amenos e contextualizados, interpretando a realidade.

Segundo refletem de Deus e Montagna (2014, p. 4), o jornalismo interpretativo já teve seus momentos de protagonismo na mídia impressa e atualmente tem a internet como principal aliada em razão do espaço ilimitado.

Já para Campos (2009, p. 132), o texto interpretativo se encontra em desprestígio, embora o autor já vislumbre uma tendência de retomada, “diante do ‘cansaço’ provocado pelo excesso de informações curtas e superficiais que os meios despejam sobre o receptor sem apresentar qualquer diferencial”.

Ele analisa:

O que tem ocorrido, infelizmente, é que a mesma tecnologia que situou o jornalismo como uma atividade de ponta na indústria gráfica do país, empurra os meios de comunicação para a necessidade de disputar mercado através da multiplicidade de pequenas notícias, abordando todos os assuntos, porém de forma superficial e meramente quantitativa. Parte-se do princípio que o apressado leitor de nossos dias não tem tempo para “saborear” longas reportagens. Por isso as empresas não investem mais em coberturas de fôlego, preferindo reduzir custos com a produção de notícias curtas [...]. Assim, não há interpretação da realidade e o jornalismo perde sua vocação principal, que não é disputar espaço com os meios eletrônicos, mas fazer o aprofundamento, a contextualização que o fato exige. (CAMPOS, 2009, p. 132).

Em outro texto, Campos (2002) entende que o gênero interpretativo, desde que seguido com “ética, seriedade e muita pesquisa, tem se revelado poderoso aliado no processo de comunicação, na medida em que diferencia o jornal abrindo espaço para denúncias que abalam o país e conquistam o respeito dos leitores”.

Ele discorre:

se antes o que diferenciava os jornais era a "notícia-furo", hoje, com o conceito de furo e "segundo-clichê" esvaziado pelos meios eletrônicos da era digital, o que diferencia um bom jornal ou uma boa agência de notícias é a capacidade de seus profissionais para interpretar os fatos e ajudar o leitor a entender melhor a realidade à sua volta. Agindo assim o jornal cumpre sua principal missão, que é prestar serviços ao leitor. (CAMPOS, 2002).

Pode-se relacionar essa ideia de interpretação da realidade ao entendimento trazido por De Deus e Montagna:

Para efeitos de uma teoria do jornalismo, que já não percebe as notícias como meros reflexos da realidade, mas resultados de construção e interação simbólica, a atividade jornalística pode ser encarada como um método de interpretação da realidade social. (GOMIS, 1991 apud DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 4).

Essa interpretação da realidade, contudo, “não deveria ocorrer unicamente por meio de informações sobrepostas, não-lineares, fragmentadas em microfatos autônomos e sem sentido único.” (DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 4). As autoras propõem que é justamente nesse campo “que o Jornalismo Interpretativo pode atuar, pois é o mais capaz de proporcionar sentido aos leitores – sem que seja emitida opinião.” (DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 4).

Por falar em opinião, aliás, é comum que alguns confundam os gêneros jornalísticos interpretativo e opinativo, como reflete Campos (2009).

Segundo ele,

Enquanto o Opinativo parte da informação ou de um pressuposto que configura uma hipótese a ser provada, desenvolvendo em seguida uma argumentação lógica baseada em boa pesquisa, terminando com uma conclusão persuasiva, o Interpretativo deixa para o leitor a decisão de acatar ou não a informação passada do modo mais claro e mais explicativo possível, sempre buscando a contextualização histórica, o entorno do fato, os detalhes do acontecido ou declarado, para ir além do meramente declaratório. (CAMPOS, 2009, p. 130-131).

Embora Marques de Melo e Assis (2016) classifiquem a reportagem como apenas um dos formatos pertencentes ao jornalismo informativo, de Deus e Montagna (2014, p. 5) alegam que ela “é o campo por excelência para a realização do jornalismo interpretativo”. Esse tipo de texto, conforme as pesquisadoras, conduz o jornalista a experimentações maiores do que as observadas em notícias factuais.

Já Stancki (2018, p. 13) é ainda mais específico em sua análise ao mencionar a grande reportagem, ou reportagem especial, como o maior expoente do jornalismo interpretativo.

De acordo com De Deus e Montagna (2014), “a reportagem é um gênero jornalístico privilegiado que não possui molde fixo, mas que visa à efetividade da comunicação de informações e também a troca de emoções com o leitor.” (SODRÉ e FERRARI, 1986 apud DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 5). Suas principais características são “predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados” (SODRÉ e FERRARI, 1986, p. 15).

Conforme Sodré e Ferrari (1986, p. 18), “a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo”. Os mesmos autores pontuam que ação dramática e descrição do ambiente também são típicas do jornalismo interpretativo.

Já Piccinin e Soster (2013, p. 6-7) elencam outras particularidades da atividade interpretativa:

- 1) o fato é tratado como acontecimento, ou seja, gera uma discussão sobre a realidade contextual; 2) as técnicas produtivas são particulares, como sugere Beltrão – identificação do objeto, que deve ter valor absoluto de notícia; decomposição da ocorrência em elementos básicos e investigação dos valores essenciais para estruturação da informação; redação do texto de forma que o leitor seja capaz de, por si próprio, interpretar a ocorrência;

Uma terceira característica é a permissão de uma análise crítica maior por parte do autor-jornalista, o que autoriza o emprego de adjetivos e advérbios e a abolição do *lead*². (SEIXAS, 2009 apud PICCININ e SOSTER, 2013, p. 6-7).

² No jornalismo, o *lead* ou lide refere-se à primeira parte da notícia. Usualmente, trata-se do primeiro parágrafo do texto, que visa a reunir informações básicas para o leitor sobre o conteúdo abordado na matéria.

Baseados nisso, os autores consideram que o jornalismo interpretativo é o que “a partir do grau de noticiabilidade dos acontecimentos e liberdade estilística, permite não apenas o posicionamento do autor do texto como uma interpretação mais contextualizada do conteúdo por parte de quem tenha acesso a ele.” (PICCININ e SOSTER, 2013, p. 7).

Além da contextualização, que inevitavelmente esbarra na História, Campos (2009) aponta uma relação importante entre o jornalismo interpretativo e o futuro:

Advoga-se, na verdade, um jornalismo que possa mostrar ao leitor as tendências futuras, isto é, o encaminhamento que o fato pode tomar, mas não a partir de futurologia irresponsável, e sim de um relacionamento “ótimo” com as fontes do setor. (CAMPOS, 2009, p. 131).

Nota-se que o autor reconhece, também, a relação que o gênero interpretativo estabelece entre o jornalista e suas fontes. Sendo assim, ele acrescenta:

O relacionamento com a fonte é ótimo quando a cumplicidade profissional preserva a ética e o respeito mútuo, quando o profissional preserva o nome da fonte nas declarações em off³ e quando nem um nem outro usam o jornalismo com outro propósito que não o de levar a informação verdadeira ao público alvo. Naturalmente o bom repórter sabe que é necessário checar as informações e também sabe que não existem dois lados na notícia, mas muitos lados, talvez alguns conflitantes. Por isto é necessário checar, conferir, confrontar dados, ouvir de novo as mesmas fontes, se necessário. (CAMPOS, 2009, p. 131).

Na avaliação de Campos, o interpretativo pode vir a ser o gênero jornalístico mais difícil e, talvez por este motivo, justamente o mais gratificante. Isso acontece porque este gênero

exige ainda mais apuração, mais entrevistas, mais consultas, mais investigação, mais envolvimento da equipe para que o trabalho saia “redondo”, na expressão de Alberto Dines, para que o leitor receba todas as informações relacionadas com aquele tema e possa tirar, com segurança, suas próprias conclusões. (CAMPOS, 2009, p. 131).

³ Do inglês *off record*, significa aquilo que é dito “fora das gravações”, fora do registro oficial que deve constar na matéria.

Para o autor, o jornalismo interpretativo se relaciona com o jornalismo investigativo, atuando, na realidade, como um texto especializado e “isto requer especialização na formação dos futuros profissionais.” (CAMPOS, 2002). Não é à toa que é neste gênero, na opinião de Campos (2009, p. 131), “que se destacam os grandes jornalistas”.

Talvez a chave para tornar-se um desses grandes jornalistas referidos por Campos (2009) esteja na identificação que criam com seus leitores, traço que pode ser observado, inclusive, na revista *Vice*, objeto de estudo desta pesquisa.

Quem interpreta um fato, uma declaração, uma iniciativa oficial ou qualquer notícia está sempre preocupado em passar ao leitor a informação mais completa. No jornalismo, todos buscamos uma identidade com o leitor. Ele será tanto mais fiel ao jornal de cada dia se o veículo, em seus textos, tiver capacidade de se identificar com ele, com os fatos da sua vida, isto é, se for possível passar algum tipo de interatividade. (CAMPOS, 2002).

Quanto a isso, Nilson Lage (2003, p. 25) ressalta a importância da proximidade entre o universo do repórter e o universo do leitor, outra característica que sempre parece surgir ao se falar da *Vice*. Conforme o autor, o problema de inadaptação aos interesses dos leitores “surge, em geral, quando o jornalista trabalha em veículos destinados a grupos de pessoas muito diferentes dele mesmo – diferenças de classe social, etárias, culturais ou de hábitos”. (LAGE, 2003, p. 25).

Aqui é importante ressaltar que a revista, muito mais do que o jornal, por exemplo, “obedece a um discurso institucional que lhe é próprio.” (LAGE, 2003, p. 29). Ainda segundo Lage (2003, p. 29), as “matérias de revista são feitas a partir de enfoques editoriais específicos, que precisam ser considerados previamente”.

Seja pela abordagem, que sinaliza traços de especialidade e investigação, seja pela forte aproximação de interesses e de linguagem, a revista *Vice* apresenta bons exemplos do jornalismo interpretativo, os quais serão vistos no capítulo 6, referente à análise.

3 DROGAS E JUVENTUDE: UMA RELAÇÃO IMPORTANTE

Antes de ater-se às discussões sobre drogas e juventude, é preciso entender o conceito de substâncias psicoativas e definir, afinal, a que conjunto de substâncias se refere o termo “drogas”.

Popularmente, as drogas são separadas entre “lícitas”, ou seja, cujo uso é autorizado por lei – caso, no Brasil, de medicamentos, álcool e tabaco –, e “ilícitas”, as proibidas pela legislação, como maconha, cocaína e LSD, por exemplo.

Sob o ponto de vista médico, as drogas são categorizadas segundo “sua forma de agir no cérebro, modificando a atividade do sistema nervoso central (SNC)”. (LEMOS e ZALESKI, 2009, p. 16).

Bicca, Pereira e Gambarini (2011, p. 28) estabelecem que:

Substância psicoativa é toda e qualquer substância que o indivíduo utiliza que, independentemente da via de administração, por ação no Sistema Nervoso Central (SNC), altera o humor, a consciência, a sensopercepção, a cognição e a função cerebral.

Assim, este trabalho considera “drogas” como um sinônimo de substâncias psicoativas, sejam elas de ordem lícita ou ilícita. Quanto ao conjunto de substâncias incluídas nesse conceito, a classificação abaixo, extraída da obra de Bicca, Pereira e Gambarini (2011, p. 33-34), propõe uma separação farmacológica básica das principais substâncias psicoativas com a respectiva classe a que pertencem, embora saiba-se que, a cada instante, novos compostos são produzidos e oferecidos ao público usuário:

Quadro 2 – Classificação das drogas segundo Bicca, Pereira e Gambarini

Depressores do Sistema Nervoso Central	Álcool, hipnóticos, benzodiazepínicos (calmantes), barbitúricos.
Estimulantes ou simpaticomiméticos centrais	Anfetaminas (também conhecidas como “rebite” entre motoristas, “bolinha” entre estudantes ou, ainda, como <i>ecstasy</i> ou “bala” por frequentadores de baladas e outros eventos), metilfenidato, cocaína, anorexígenos (moderadores de apetite).
Opioides	Heroína, morfina, metadona, meperidina, codeína, propoxifeno, quase todos os analgésicos vendidos sob receita médica.
Canabinoides	Maconha, haxixe.
Alucinógenos	LSD (dietilamida de ácido lisérgico), mescalina, psilocibina, anticolinérgicos.
Solventes (voláteis)	Aerossóis, colas, tolueno, gasolina, acetona, benzina, tiner.
Drogas de venda livre	Contendo atropina, escopolamina, estimulantes fracos, anti-histamínicos, analgésicos fracos.
Outros	PCP (fenciclidina).

Fonte: síntese da autora deste trabalho via Bicca, Pereira e Gambarini (2011).

Lemos e Zaleski (2009), por outro lado, trabalham com uma divisão ligeiramente diferente:

Quadro 3 – Classificação das drogas segundo Lemos e Zaleski

Drogas depressoras do Sistema Nervoso Central	Álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, analgésicos opióides (incluindo morfina, codeína e heroína), solventes inalantes.
Estimulantes do Sistema Nervoso Central	Tabaco, anfetaminas, cocaína.
Alucinógenas	<i>Cannabis</i> , mescalina, <i>ayahuasca</i> , psilocibina, LSD, <i>ecstasy</i> , <i>club drugs</i> , triexfenidila, ketamina.

Fonte: Produção da autora deste trabalho via Lemos e Zaleski (2009).

Além das depressoras, das estimulantes do SNC e das alucinógenas, os autores consideram em seus estudos um outro grupo de substâncias: os esteroides anabolizantes. Por mais que não sejam categorizados como psicofármacos, “eles apresentam um padrão de consumo inadequado, com efeitos importantes sobre o comportamento, especialmente dos jovens, semelhante ao das demais drogas de abuso”. (LEMOS e ZALESKI, 2009, p. 17).

Dadas as noções do que constituem as substâncias psicoativas, é necessário estipular, afinal, de quem está se falando quando se fala em juventude. Para referir-se ao jovem enquanto potencial usuário de drogas, os autores de estudos sobre o tema usam, com certa frequência, a palavra “adolescente”. Mas adolescência nem sempre é sinônimo de juventude, como busca expor este capítulo. A seguir, estão algumas análises que tentam conceituar adolescência e juventude.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) trazem uma noção desenvolvimentista da adolescência, baseada na crença na primazia da razão. Tal ideia – que, conforme as autoras, tem raízes na cultura ocidental e parte dos pressupostos cartesianos –, leva à compreensão de que:

Os sujeitos seriam guiados pela consciência, que teria como função permitir uma apreensão do mundo de forma cada vez mais elaborada. Assim, à medida que se percorrem as diferentes etapas do desenvolvimento, haveria aprimoramentos, em especial o racional, que dariam aos sujeitos mais domínio e conhecimento sobre si e sobre o mundo. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 5).

Contudo, a ideia é questionada por diferentes abordagens filosóficas, como a proposta por Michel Foucault e a Filosofia da Diferença, segundo exemplificam as autoras. Essas abordagens mostram que “não é a consciência que cria ou apreende o mundo, e sim que os objetos e os próprios sujeitos são gerados a todo momento a partir das diversas práticas que os atravessam”. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 5). Desse modo, manter a noção desenvolvimentista de adolescência não seria possível, dado que não existem pontos de partida ou chegada, nem direções predefinidas nas quais aconteceria uma evolução (rumo à maturidade).

Ainda inserida nessa visão cartesiana racionalista-desenvolvimentista, estão presentes a crença em uma "identidade adolescente" e a crença de que a identidade do sujeito é construída nessa fase, como concluem Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 5): “tal etapa seria o momento inaugural da personalidade que definiria o sujeito para o resto de sua vida”.

As autoras problematizam essa visão ao expor que, quando se aceita a ideia de que a construção da identidade do sujeito se dá na adolescência, afirma-se a existência de um determinado jeito certo de “ser e de estar no mundo” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 6), condição que entendem ser intrínseca a essa etapa do desenvolvimento humano. Elas acrescentam que a figura do adolescente na sociedade contemporânea geralmente remete às tendências ditadas pelos *teens* estadunidenses, “modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo”. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4).

Aqui, mais uma vez, é importante compreender as diferenças entre os conceitos de adolescência e juventude. Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 7) ajudam a delinear algumas delas. Nota-se:

Temos preferido usar os termos jovem e juventude em vez de adolescente e adolescência, uma vez que podem não se referir estritamente a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencendo a tal categoria.

Para além da faixa etária delimitada e dos comportamentos comuns reconhecidos pela sociedade, a adolescência também se mostra como “um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e biologizantes”. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4). Isso acontece, conforme Augustin; Geara;

Kessler e Castro, uma vez que “as mudanças que surgem nesse período estão diretamente relacionadas à chegada da puberdade e às suas consequências; o que desencadeia processos de construção de uma nova auto-imagem e identidade”.

A juventude, por sua vez, está menos ligada a critérios biológicos e mais relacionada a uma construção social. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Segundo apontam as autoras, a noção de juventude tem o sujeito como “um ser constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças”. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 8).

Neste trabalho, leva-se em conta muito mais a noção de juventude trazida por Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), relacionada a uma construção social, do que a ideia de adolescência, geralmente ligada a critérios biológicos e etários, como vistos também a seguir.

Enquanto a adolescência pode ser enquadrada em uma faixa etária, seguindo convenções de caráter biológico, a juventude pode ser entendida como um conceito mais flexível. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente considera adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Já do ponto de vista sociológico, Bourdieu (1983, p. 112) diz que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias”. Quando se fala em divisões por faixa etária, Bourdieu (1983, p. 112) lembra também que tais classificações, ou até por sexo, classe e assim por diante, “acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar”.

A reflexão do sociólogo perpassa aspectos ainda mais densos:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Para uma análise mais precisa do assunto, Bourdieu (1983, p. 113) propõe considerar as diferenças entre a juventude propriamente dita e a juventude-adolescência. Por exemplo, seria possível comparar, de forma sistemática, “as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo,

etc., dos ‘jovens’ que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes.”

O autor complementa:

De um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Em sua abordagem sobre os jovens, Janice Sousa (2006) insere o grupo em “um percurso de (in)definições”. A autora afirma que os jovens dimensionam-se de maneira individual e sob influência dos seguintes aspectos psicossociais:

Busca identitária, tendência de estarem em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfação sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento de valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência. (SOUSA, 2006, p. 11).

Tais características, pertencentes à noção de juventude, parecem retratar de forma mais adequada o público-alvo da revista *Vice Brasil*. Entretanto, ainda que esse público-alvo pareça estar inserido, de uma maneira geral, no conceito de “jovem adulto”, – homens e mulheres que estudam e/ou trabalham, independentes financeiramente em sua maioria, com uma noção da própria identidade bastante avançada – entende-se que as reflexões acerca do universo adolescente não deixam de contribuir com a análise, visto que parte dos leitores da revista pode mesmo integrar a ideia de adolescência⁴.

Naturalmente, por ser uma fase de descobertas, a adolescência constitui uma “etapa de risco e uso abusivo de drogas”. (COSTA, 2011, p. 226). Todavia, nota-se que a questão do uso de drogas pelos jovens varia de acordo com contextos econômicos, sociais, culturais e geográficos. Costa (2011), por exemplo, disserta sobre o uso de drogas por jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social e estuda a relação entre esses jovens usuários e sua rede de apoio.

⁴ O público-alvo da revista *Vice Brasil* será melhor delimitado no capítulo 4 deste trabalho, referente à história do veículo.

É necessário frisar que, nesse caso, rede de apoio social diz respeito “ao conjunto de relações sociais próximas e significativas, que representam o apoio percebido e recebido pelos indivíduos”. (BRITO e KOLLER, 1999; SIQUEIRA et al., 2006 apud COSTA, 2011, p. 224). Apropriando-se das ideias defendidas por Andrade e Vaitsman (2002), a autora também entende que a ausência da rede de apoio em questão, somada à pobreza de relações sociais, à inadequação e à inviabilização delas “constituem fator de risco para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos”. (COSTA, 2011, p. 225).

Costa (2011) produziu uma pesquisa que buscou mapear o uso de drogas lícitas e ilícitas por jovens de nível socioeconômico baixo em sete capitais e outros três municípios brasileiros: Recife, São Paulo, Porto Alegre, Manaus, Campo Grande, Distrito Federal, Belo Horizonte, Presidente Prudente, Arcos e Maués. Na amostra, estavam 7316 jovens de ambos os sexos, entre 14 e 24 anos. O estudo abordou questões envolvendo as motivações para uso de drogas, escolaridade dos participantes e estrutura familiar. A partir da pesquisa, notam-se algumas pistas sobre a relação entre jovens que carecem de uma rede de apoio e o uso de substâncias.

Primeiro, destacam-se as drogas mais experimentadas pelos participantes: vinho ou cerveja (78,9%), outras bebidas alcoólicas (47,3%), cigarro (29,1%), remédios (19,3%), chás (17,9%) e maconha (7,1%).

Fica evidente que o álcool é, disparadamente, a droga mais consumida entre os jovens participantes do estudo. Autores de outro estudo que será trazido adiante neste capítulo, Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004) reafirmam a ideia e complementam: “a idade de início de uso tem sido cada vez menor, aumentando o risco de dependência futura”.

Depois, surgem as razões para o uso elencadas pelos respondentes que são usuários. Quase a metade deles (44,8%) diz não saber. 21,4% usam “porque acha legal, gostoso, divertido”; 14,1% “para desinibir” e 13,8% para “esquecer a tristeza e os problemas”. (COSTA, 2011, p. 233). A porcentagem de participantes que apontou uso “porque amigos usam” é 6,2%.

Costa (2011, p. 225), inclusive, menciona as amizades dos jovens, assim como as relações familiares, ao adentrar algumas das origens dos fatores de risco para o uso de drogas. A ausência de apoio da família, por exemplo, é percebida não somente como fator de risco para o uso de substâncias psicoativas, como também

para depressão. (BELGRAVE, 2002; POELEN, ENGELS, VAN DER VORST, SCHOLTE e VERMULST, 2007; SANCHEZ, OLIVEIRA e NAPPO, 2005, apud COSTA, 2011).

No que se refere aos grupos de amigos, a autora assinala que os indivíduos tornam-se mais vulneráveis ao uso dessas substâncias principalmente na adolescência e seus pares são apontados como a maior companhia no momento de experimentação do álcool, por exemplo. Vê-se que, “se as amigades apresentam comportamentos de risco, como o uso de drogas, e esses comportamentos também são identificados na família, intensifica o fator de risco para o uso”. (POELEN et al., 2007, apud COSTA, 2011, p. 225).

Costa (2011)⁵ busca entender também por que alguns jovens nunca experimentaram drogas. Aqui, desponta a saúde como principal motivo (45,4%), seguida por “medo de viciar” (33,2%); outras razões (28,8%); família ser contra (28,7%) e amigos ou namorado(a) não aprovarem (14,9%). 19,2% dos participantes afirmaram não saber o motivo para nunca terem experimentado drogas e 13,3% citam a religião que seguem.

Já ao esboçar o perfil do jovem que deseja parar de usar drogas e suas motivações para tal, a autora conclui que 38,4% deles dizem ter “medo de viciar”, 26,8% alegam querer parar por questões de saúde, 25,1% não sabem o motivo, 18,9% porque a família é contra e 15,4% porque amigos ou namorado(a) não aprovam. Outras razões aparecem em menor frequência: ter usado e passado mal (8,8%), religião (8,5%) e medo da polícia (2,4%).

Mas, talvez, o aspecto que mais salte aos olhos na pesquisa da autora é justamente a rede de apoio – ou a falta dela – do jovem que procura interromper o uso das substâncias. 71,5% dos respondentes disseram ter tentado deixar de usar drogas sozinhos, 18,2% tiveram apoio de amigos, 11% da família, 6,6% da igreja e somente 1,3% da instituição.

Costa (2011, p. 243) entende que a questão vai além de apenas tornar disponíveis as redes de apoio social para os jovens:

⁵ Embora a pesquisa da autora tenha sido realizada há dez anos, entende-se que o uso destes dados contribui para este trabalho, uma vez que são pertinentes ao assunto e estão diretamente ligados a ele.

Para entender esse processo, é necessário considerar que o estabelecimento é delimitado por crenças individuais sobre dar e receber ajuda [...], e, portanto, a falta de reconhecimento de apoio pode indicar a inexistência deste, ou uma dificuldade de reconhecer a rede de apoio disponível.

Já outro estudo, realizado por Peuker, Fogaça e Bizarro em 2006, busca determinar a relação entre jovens universitários e bebida alcoólica, especificamente. Se a adolescência é tida como a faixa etária de experimentações e descobertas (e por isso tão propícia à exposição de riscos, como uso de substâncias), a fase de transição para a universidade também vem sendo vista como um momento de vulnerabilidade aumentada ao uso de drogas, incluindo as lícitas, como o álcool. “O consumo excessivo de álcool é um padrão recorrente entre universitários”. (HAM e HOPE, 2003; PARK e GRANT, 2005 apud PEUKER, 2006).

De acordo com Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004), os dados no Brasil, de uma forma geral, são mais escassos se comparados aos norte-americanos, por exemplo, e aparentam carregar características regionais quanto ao consumo de drogas e outras substâncias psicoativas. Ainda assim, alguns levantamentos ajudam a delimitar o cenário:

Considerando-se o uso na vida, de acordo com o I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2001), a prevalência é de 48,3% entre jovens de 12 a 17 anos, em 107 grandes cidades brasileiras. Neste estudo, ainda na análise das 107 cidades em conjunto e para esta mesma faixa etária, a prevalência de dependência de álcool foi 5,2%. (PECHANSKY; SZOBOT; SCIVOLETTO, 2004).

Peuker, Fogaça e Bizarro (2006), porém, já indicam que outras pesquisas, também em nível nacional, atestam que o consumo de substâncias lícitas e ilícitas por jovens pode ultrapassar faixas entre 60% e 80%.

Em seu estudo, elas analisaram estudantes de graduação de diversos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O recorte geográfico é interessante, visto que a capital gaúcha lidera o ranking de usuários regulares de substâncias psicoativas tanto lícitas quanto ilícitas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2002), com 14,4% de usuários de álcool.

Entre as conclusões, percebeu-se que a procura dos jovens universitários pela bebida alcoólica está relacionada à facilitação das interações sociais, à diminuição ou fuga de emoções negativas, entre outros, resposta semelhante à amostragem analisada por Costa (2011), que, vale ressaltar, incluía outras substâncias psicoativas por jovens de faixas etárias menores e em vulnerabilidade social.

No que tange às instituições de ensino, Costa⁶ afirma que há estudos envolvendo estudantes escolares e universitários que “apontam para um início precoce no uso crescente de álcool, cigarro e outras drogas, a partir dos dez anos, tanto em escolas públicas como particulares”. (ANDRADE et al., 1997; COSTA et al., 2007; GUIMARÃES, GODINHO, CRUZ, KAPPANN e TOSTA JÚNIOR, 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001 apud COSTA, 2011, p. 226).

Em tempo, uma relação saudável com o ambiente escolar parece ser capaz de oferecer proteção diante de outros fatores de risco para o uso de drogas pelos jovens. Segundo Costa (2011, p. 227), “o bom desempenho escolar, os valores e o calor humano são considerados fatores de proteção ao uso de drogas”. Aí entram também as atividades de prevenção. Em contrapartida, o mau desempenho, as faltas e as reprovações representam fatores de risco, bem como “o uso de drogas pelos pares e a pressão do grupo”. (JESSOR et al., 1995; PECHANSKY et al., 2004).

É claro que traçar a função das instituições de ensino na abordagem e prevenção das drogas não basta para compreender a relação entre os jovens e essas substâncias. Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004) elencam, em sua pesquisa, fatores de ordem familiar presentes nos adolescentes com maior intensidade de dependência, como traumas, separação, brigas e agressões. Para os autores, o papel dos pais e do ambiente familiar marca o desenvolvimento do adolescente, assim como sua relação com as drogas, sejam lícitas ou ilícitas:

Falta de suporte parental, uso de drogas pelos próprios pais, atitudes permissivas dos pais perante o uso de drogas, incapacidade de controle dos filhos pelos pais, indisciplina e uso de drogas pelos irmãos são todos fatores predisponentes à maior iniciação ou continuação de uso de drogas por parte dos adolescentes (PECHANSKY; SZOBOT; SCIVOLETTO, 2004).

⁶ O uso recorrente dessa autora se dá devido a abordagem de sua pesquisa, cujas questões feitas aos participantes indicam conexões importantes entre o uso de drogas e a juventude.

Referente ainda à esfera familiar, Costa (2011, p. 228) cita outros fatores de risco que repercutem na vida do jovem: “dificuldades de comunicação familiar, conflitos frequentes, baixa coesão, castigos excessivos, e o consumo dos pais”. A manutenção de um bom relacionamento entre pais e filhos está sendo cada vez mais ligada “à autoestima dos adolescentes e à escolha das amizades, diminuindo a probabilidade de envolvimento com usuários de drogas”. (COSTA, 2011, p. 228).

É interessante observar que, por mais que estudos indiquem que o jovem que não usa drogas o faz por ter, em sua grande maioria, um bom relacionamento com a família e os amigos, a pesquisa de Costa (2011) mostra que a principal motivação para o jovem deixar de usar drogas, ou mesmo nunca experimentar, parte do conhecimento sobre seus danos à saúde e à possibilidade de desenvolver um vício. Essa informação carrega pistas preciosas na hora de pensar o fazer jornalístico sobre o assunto voltado à juventude.

A comunidade é outra esfera que parece ter um papel decisivo na rede de apoio ao jovem suscetível ao consumo de substâncias psicoativas. No estudo de Costa (2011, p. 246), ficou clara a “diferença significativa nas médias tanto em jovens que usavam, quanto nos que não usavam drogas, sendo que as médias de apoio foram maiores para aqueles que não usavam”. Desse conceito de comunidade fazem parte o sentimento de pertencimento, confiança em vizinhos, serviços e organizações comunitárias.

Além das instituições de ensino e do relacionamento familiar, com os amigos e com a comunidade, outro aspecto abordado pelos pesquisadores é o impacto das predisposições de comorbidades psiquiátricas em adolescentes usuários de drogas. Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004) pontuam: “dentre os dependentes de drogas, estima-se que entre 30 e 80% tenham alguma outra comorbidade, sendo as mais frequentes o Transtorno de Conduta, Depressão, Déficit de Atenção com Hiperatividade e Ansiedade”.

Essas observações acerca dos fatores que envolvem a saúde mental dos jovens usuários de drogas perpassam também o próprio desenvolvimento físico desses usuários. Silva e Mattos (2009, p. 35) assinalam que, dado que o desenvolvimento não ocorre no mesmo ritmo em todas as regiões cerebrais, “algumas estruturas, como os gânglios da base, diminuirão durante a adolescência; enquanto outras, como a amígdala, o hipocampo – relacionadas à emoção e à memória – e a região pré-frontal, sofrerão aumento em volume”.

Os autores acrescentam ainda:

Alterações nessa última região, aliás, são particularmente significativas quando nosso objetivo é analisar o efeito do uso de drogas por crianças e jovens. Isso porque o córtex pré-frontal faz parte dos circuitos motivacionais, inclusive do chamado “circuito do prazer”, que é reforçado pelas drogas psicoativas. (SILVA e MATTOS, 2009, p. 35).

Desse modo, entende-se que, ao relacionar drogas e juventude, é sempre preciso levar em conta a maneira como a exposição ao uso de substâncias psicoativas durante esse período pode interagir com o cérebro dos usuários – ainda que estudos sobre isso estejam longe de chegar a conclusões completas.

Conforme já visto anteriormente neste capítulo – e conforme se pretende abordar com mais profundidade no próximo –, é possível inferir que boa parte do público leitor da Vice já se encontra numa fase posterior à adolescência. Para compreender esse público, é preciso delinear seu perfil: vê-se que se constitui essencialmente por jovens, originalmente millennials⁷, grandes consumidores de mídia (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016) e experientes em tecnologia (KALVØ, 2015, p. 49, tradução nossa).

Assim, recorre-se, neste momento, a estudos que definem esse grupo e algumas de suas principais características. Desde já, observa-se a forte relação entre os millennials (ou a Geração Y) e as tecnologias digitais, como já apontado no último parágrafo.

Vários autores entendem que há um “diferencial sociocultural no grupo de sujeitos nascidos após o advento da internet e que tiveram contato desde o seu nascimento com as TD⁸.” (TAPSCOTT, 1999; PRENSKY, 2001; HOWE e STRAUSS, 2000 apud MARTINS, 2015, p. 145). Dentre outros aspectos comportamentais, esse grupo possui tendências para a aprendizagem em equipe, envolve-se em atividades experienciais e utiliza, de forma intensa, as tecnologias digitais, característica que marca seus hábitos. É capaz de realizar diversas atividades simultaneamente e busca “a orientação para objetivos, atitudes positivas e um estilo colaborativo”. (TORRES; VIVAS, 2009 apud MARTINS, 2015, p. 145).

⁷ Geração Y, também chamada de geração do milênio ou da internet. Trata-se de um conceito sociológico que se refere aos nascidos após o início da década de 1980 até meados do fim do século XX.

⁸ Tecnologias digitais.

A essa noção acerca dos millennials (ou Geração Y), Batista e Galelli (2014) acrescentam:

As mães trabalham; quando crianças estiveram na creche desde muito cedo; apreciam a maneira de ser dos pais; aceitam de forma natural a diversidade de raças, religiões e ambientes; são otimistas quanto ao futuro; no emprego mostram-se desejosos de trabalhar e aprender; sabem mais do que os seus pais (novas tecnologias). (BENSON, 2000 apud BATISTA e GALELLI, 2014, p. 653).

Apesar da forte relação entre os millennials e as tecnologias digitais, Martins (2015) levanta uma questão importante sobre a efetividade do uso dessa característica para a compreensão de toda uma geração. A autora leva em consideração contextos distintos observados no Brasil, campo de sua pesquisa:

Paralelamente, percebemos que a realidade de outras juventudes brasileiras, principalmente das classes mais baixas, não possibilita condições de acesso à internet e/ou outras TD. Tal constatação nos leva a colocar sob suspeita a tentativa de generalizar o comportamento, não se pode generalizar o comportamento de toda uma juventude, baseando-se na abordagem geracional. É preciso considerar as diversas facetas desses grupos. (MARTINS, 2015, p. 148).

Embora a Vice considere em sua linha editorial temas como pobreza, desigualdade social, acesso a tecnologias, entre outros, é perceptível que seus conteúdos dialogam, por óbvio, com um grupo de leitores que se apropriam, de forma direta e intensa, entende-se, das tecnologias digitais para obter notícias e entretenimento. E mais do que isso: vê-se que grande parte dos hábitos de vida desse público são permeados pelo uso dessas tecnologias, a exemplo de sua própria comunicação interpessoal.

4 VOZ, PLATAFORMA E ESPELHO DA CULTURA JOVEM GLOBAL: COMO SURTIU A REVISTA VICE

A revista Vice é uma publicação impressa e um site (<https://www.vice.com/>) fundados por Suroosh Alvi⁹, Gavin McInnes e Shane Smith em outubro de 1994, na cidade de Montreal, no Canadá. Inicialmente, a revista chamava-se Voice of Montreal, ou Voz de Montreal, na tradução livre, mas, dois anos depois, passou a se chamar apenas Vice (LESSA, 2016). O site também surgiu sob um nome diferente do que é conhecido hoje: Viceland.com.

Segundo contextualiza reportagem veiculada pela BBC (2017), a revista era

dedicada a assuntos voltados para a comunidade e um jeito diferente de apresentar notícias e artigos. Alvi convidou o escritor e comediante Gavin McInnes e o jornalista Shane Smith para se unirem a ele [...] Em um momento em que as audiências mais jovens demonstravam cansaço com os meios tradicionais de comunicação, a Vice apostou no chamado jornalismo de imersão, que trilha um caminho tecnológico e oferece ao leitor uma experiência que vai além da palavra escrita e da reportagem tradicional.

Com verbas de financiamento público, a publicação nasceu com a intenção de promover trabalho e serviço comunitário e abordar temas como artes, cultura e notícias. Entre as notícias veiculadas, liam-se artigos sobre música, moda, drogas, graffiti, sexo e outros aspectos da juventude. (BØDKER, 2017, p. 28, tradução nossa). “A Vice começou como uma revista de comunidade [...], mas passou a evoluir nos anos 2000.” (FORBES, 2017). Segundo Lessa (2016), “tornou-se um dos principais símbolos da imprensa alternativa por seu conteúdo politicamente incorreto e provocativo”.

Já Bødker (2017, p. 27, tradução nossa) define o grupo¹⁰ como uma “mistura poderosa e interessante [...] – juventude, estilos de vida descolados e jornalismo dentro de uma companhia midiática diversa e global”¹¹. A própria publicação

⁹ Alvi foi viciado em heroína e fala abertamente sobre o assunto. Entende-se, assim, que sua própria vivência no universo das drogas pode, entre outros fatores, explicar a origem da linha editorial acerca do tema adotada pelo veículo.

¹⁰ A relação da revista Vice e a companhia global que originou será abordada mais adiante neste capítulo.

¹¹ **Do original:** “[...] powerful and interesting mixture of Vice Media Inc. – youth, (cool) lifestyles, and journalism within a diversified global media company.” (BØDKER, 2017, p. 27).

autodescreve-se como “a voz da cultura jovem global”¹² (VICE DIGITAL MEDIA KIT, 2014 apud BØDKER, 2017, p. 28, tradução nossa).

Conforme o autor, “embora a revista Vice tenha começado em Montreal, ela foi, desde o princípio, mais ligada a estilo de vida do que lugar.”¹³ (BØDKER, 2017, p. 31, tradução nossa). Ou seja, apesar de ter sido criada com uma sede fixa em um único município, a publicação pouco abordava aspectos locais, preferindo investir no modo de ser “jovem” como um todo e nas pautas de interesse do público em questão.

Inicialmente, o impresso era encontrado gratuitamente em estabelecimentos como cafeterias e lojas de roupas, sendo logo distribuído em território internacional. A revista possuía “uma identidade visual distinta que combinava fotografia, textos e layout gráfico de novas formas.”¹⁴ (BØDKER, 2017, p. 28, tradução nossa).

Em 1999, teve sua sede realocada para o Brooklyn, bairro de Nova York, nos Estados Unidos. Nos anos seguintes, passou por mudanças de ordem editorial, como aponta Lessa (2016):

Cresceu [sic] a veiculação de anúncios e a operação em outros países. Como consequência natural, a redação passou a cobrir assuntos mais sérios, como a guerra no Afeganistão, e começou a apostar em diferentes formatos de mídia, como vídeo e *livestreams*¹⁵.

Fica claro, portanto, que, com o passar dos anos e a expansão da operação em outros países, a Vice passou a abordar problemáticas mais profundas, mas sem perder o tom irreverente. O co-fundador e posterior CEO do grupo Shane Smith lembra algumas das impressões recebidas nos primeiros anos de revista:

Quando começamos a fazer notícias, disseram-nos que os jovens não ligavam para assuntos sérios, para os problemas de outras partes do mundo. Mas decidimos fazer assim mesmo, de forma diferente dos grandes jornais. Fomos acusados de não fazer jornalismo real. (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016).

¹² **Do original:** “[...] voice of global youth culture [...].” (BØDKER, 2017, p. 28).

¹³ **Do original:** “While Vice magazine started in Montreal, it was from the beginning linked more to lifestyle than place.” (BØDKER, 2017, p. 31).

¹⁴ **Do original:** “[...] a distinct visual identity that combined photography, texts, and graphic layout in new ways.” (BØDKER, 2017, p. 28).

¹⁵ Transmissões ao vivo, tradução livre.

Muitos dos comentários sobre a conduta jornalística da Vice têm a ver, segundo Bødker (2017, p. 30, tradução nossa), com a discussão acerca de se a revista é “um repensar promissor do jornalismo ou um sinal de sua degradação”¹⁶. Conforme Kalvø (2015, p. 51, tradução nossa), a VICE Media configura um “produto da nova ordem de mídia”¹⁷ e aparenta saber “jogar o ‘jogo’ capitalista melhor do que muitas outras empresas hoje, já que é um sucesso impressionante em termos de crescimento em tempos difíceis para os negócios de mídia”¹⁸. O autor complementa, contudo, que os resultados positivos obtidos pela organização não revelam muito se ela é tão bem-sucedida em termos jornalísticos, “onde alguns críticos levantaram questões sobre seus métodos de reportagem, chamando-os de não mais do que uma manobra movida a testosterona e busca por emoção.”¹⁹ (KALVØ, 2015, p. 51, tradução nossa).

Apesar das críticas, a revista seguiu popularizando-se entre o público jovem. Como define Bødker (2017, p. 28, tradução nossa), “mantendo o vínculo ou paralelo com o mundo da cultura jovem e da música popular [...], pode-se ler a Vice como o que é chamado de sucesso cruzado”²⁰.

Ao abordar o que chama de “sucesso cruzado”, Bødker (2017, p. 28, tradução nossa) também entende que o que é cruzado e/ou híbrido [...] não é simplesmente uma mistura, mas “uma combinação potencialmente potente de elementos contraditórios que evocam noções de impureza e transgressão”²¹. Assim, o autor define que “jornalismo e cultura jovem unem-se em qualquer grau que desafia suas autonomias construídas socialmente.”²² (KAPCHAN e STRONG, 1999 apud BØDKER, 2017, p. 29, tradução nossa).

Em 2012, a revista deu origem ao grupo Vice Media, que reúne, além do impresso e do site, o

¹⁶ **Do original:** “[...] whether Vice News is a promising rethinking of journalism or a sign of its debasement.” (BØDKER, 2017, p. 30).

¹⁷ **Do original:** “[...] a product of the new media order [...]” (KALVØ, 2015, p. 51).

¹⁸ **Do original:** “[...] to play the capitalistic ‘game’ better than many other companies today, as it is an impressive success in terms of growth in otherwise hard times for media businesses.” (KALVØ, 2015, p. 51).

¹⁹ **Do original:** “[...] where some critics have raised questions about their methods of reporting, calling it no more than thrill seeking, testosterone fuelled stunt reporting.” (KALVØ, 2015, p. 51).

²⁰ **Do original:** “[...] one may read Vice as what is called a crossover success.” (BØDKER, 2017, p. 28). Nota-se que o autor utiliza-se da palavra “crossover”, que indica a ideia de conceitos, estilos, meios e formatos híbridos, cruzados.

²¹ **Do original:** “[...] a potentially potent combination of contradictory elements that invoke notions of impurity and transgression.” (BØDKER, 2017, p. 28).

²² **Do original:** “[...] journalism and youth culture come together in any degree that challenges their socially constructed autonomy.” (KAPCHAN e STRONG, 1999 apud BØDKER, 2017, p. 29).

VICE Studios, um estúdio de produção de filmes e televisão; VICE TV, um canal de televisão internacional vencedor de vários Emmy; um departamento de notícias vencedor de prêmios Peabody e a VIRTUE, uma agência criativa full-service internacional, com 21 escritórios pelo mundo. (VICE, tradução nossa)²³.

Em 2016, a companhia ampliou a cobertura para 50 novos países, fechando “acordos com parceiros internacionais para produções de TV e internet no Oriente Médio, África, Índia e Sudeste Asiático.” (GUARDIAN, 2016, apud MEIO E MENSAGEM, 2016). A expansão se deu, conforme o co-fundador e CEO da Vice Media à época, Shane Smith, em razão de uma “combinação entre gente jovem, Snapchat²⁴, TV e o gosto pelo erro”. (LESSA, 2016).

Questionado sobre o sucesso da companhia, o profissional afirmou que a política da empresa permite “libertar a equipe para fazer” (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016).

Smith acrescentou:

Se for ruim, tentaremos consertar ou não. E faremos de novo. Nosso diferencial é que tentamos mais vezes, gostamos de errar [...]. A cada década entregamos a companhia para os estagiários: US\$ 10 milhões na mão de um rapaz de 23 anos sem muita experiência para fazer uma série. É arriscado, mas conseguimos a linguagem demo, resultados únicos. Nossa equipe precisa ser jovem. Para suprir a falta de experiência, temos pessoas como o Spike Jonze (diretor da Viceland) para sentar e conversar com eles. (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016).

Outra razão para o sucesso da publicação parece estar na proximidade com que dialoga com seu público-alvo, os millennials. Segundo Smith (2016 apud LESSA, 2016), trata-se do maior grupo de consumidores de mídia: “a questão é abordá-los da maneira correta. Se você tem medo da linguagem deles, então não vai conseguir falar com eles”. Foi com essa perspectiva que a Vice conseguiu “manter a irreverência e o apelo juvenil – mesmo tendo se transformado em um império”, segundo analisa Lessa (2016).

²³ **Do original:** “[...] VICE Studios, a feature film and television production studio; VICE TV an Emmy-winning international television network; a Peabody award-winning NEWS division; and VIRTUE, a global, full-service creative agency with 21 offices around the world” (VICE, tradução nossa).

²⁴ Aplicativo para celular desenvolvido nos Estados Unidos que permite a troca de fotos, mensagens e vídeos instantâneos. O Snapchat foi lançado em 2011 e não demorou a obter sucesso global, mas, poucos anos depois, foi superado por outras mídias sociais, como o Instagram e o Tik Tok.

Kalvø (2015, p. 49, tradução nossa) resume:

A Vice Media certamente cresceu e se tornou um dos mais lucrativos, ousados e, muitas vezes, provocativos sucessos da nova mídia. Começando como a revista contracultural [...], a VICE foi por muitos apelidada de “bíblia hipster”, mas hoje se transformou em uma marca global, produzindo conteúdo que atende a um público jovem e experiente em tecnologia.²⁵

A base do grupo Vice Media permanece em Nova York (DE SÁ, 2020). Quanto à formação da equipe editorial internacional, a informação mais recente encontrada pela autora deste trabalho é de que, em maio de 2021, Michael Learmonth assumiu o posto de editor-chefe do grupo, posto vago desde 2019 (ELLEFSON, 2021, tradução nossa). Anteriormente, a editora-chefe da revista era Ellis Jones, a primeira mulher a ocupar o cargo, enquanto o líder de conteúdo global, até 2016, era Alex Miller (BAIRD, 2015, tradução nossa). Nancy Dubuc é a CEO do grupo, posto ocupado até 2018 por Smith (MEIO E MENSAGEM, 2018).

Conforme a revista Meio e Mensagem (2018), a nomeação de Nancy como CEO ocorreu mais de dois meses depois de a companhia ter um caso de assédio notificado em sua organização. Em janeiro de 2018, a empresa suspendeu Andrew Creighton e Mike Germano, respectivos presidente e chefe-executivo digital na época, após ambos terem sido acusados de assédio. A conduta deles foi alvo de investigações internas e, no mesmo mês, Germano foi demitido da revista (KELLY, 2018, tradução nossa). Creighton também deixou o veículo em janeiro de 2018, segundo informações encontradas em sua página no LinkedIn²⁶.

Quando assumiu o cargo de editora-chefe, em fevereiro de 2015, Jones afirmou que “na medida em que a Vice Media amadureceu, também amadureceu a revista.”²⁷ (BAIRD, 2015, tradução nossa). A jornalista também disse que desejava “capturar a atenção de leitores que podem ter uma noção preconcebida do que é

²⁵ **Do original:** “[...] VICE Media has certainly grown into becoming one of the most profitable, bold, and oftentimes provocative successes of the new media. Starting out as the countercultural magazine [...], VICE was by many nicknamed the “hipster bible”, but has today morphed into a global brand, producing content that caters for a young and techno savvy audience.” (KALVØ, 2015, p. 49).

²⁶ Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/creightonandrew/>>.

²⁷ **Do original:** “As Vice Media has matured, so has the magazine [...]” (JONES 2015 apud BAIRD, 2015).

uma ‘matéria Vice’ e surpreendê-los com nossas histórias sinceras.”²⁸ (BAIRD, 2015, tradução nossa).

Em entrevista ao jornal Guardian em 2015, Jones assegurou:

Sob minha liderança, a revista continuará a fazer o que sempre fez de melhor – publicar cobertura cultural de ponta, humor afiado e investigações noticiosas contundentes – e também elevar sua seriedade e ambição ao recrutar os melhores redatores, fotógrafos e artistas na indústria e enviá-los ao redor do mundo. Espere escrita de ainda mais mulheres correspondentes; espere novos fotojornalismo, ficção e colunas de escritores de renome e espere ainda mais reportagens em profundidade de hotspots²⁹ globais. (JONES, 2015, apud BAIRD, 2015, tradução nossa).³⁰

Embora note-se o movimento da editora-chefe de amenizar parte da abordagem jornalística, a essência editorial da Vice continua sendo vista pela mídia tradicional como crua, alegre, extravagante, anticonvencional e ultraprogressista³¹ (FORBES, 2017). São frequentes as matérias sobre temas polêmicos, geralmente sob pontos de vista disruptivos e linguagem descontraída³².

Em meados de 2013, a Vice possuía cerca de 30 escritórios espalhados pela América, Europa, Ásia e Oceania. Em 2017, a Vice Media atingiu US\$ 5,7 bilhões em valor de mercado (FORBES, 2017). Hoje, embora tenha 35 sedes (VICE, tradução nossa), reduziu as atividades em alguns países em decorrência de redução de custos (RIBEIRO, 2020).

No Brasil, por exemplo, a revista encerrou atividades editoriais em 14 de maio de 2020, demitindo o editor-chefe no país, André Maleronka, e a repórter Débora Lopes. O site foi mantido apenas com a “tradução de matérias globais” (LAMARE, 2020, apud DE SÁ, 2020), bem como a equipe de mídias sociais, embora as últimas

²⁸ **Do original:** “[...] to capture the attention of readers who may have a preconceived notion of what a ‘Vice story’ is and surprise them by our candid stories.” (JONES 2015 apud BAIRD, 2015).

²⁹ Ponto quente; lugar estratégico, que está se destacando. Tradução pela autora desta pesquisa.

³⁰ **Do original:** “Under my leadership, the magazine will continue to do what it’s always done best – publish cutting-edge cultural coverage, sharp humor, and hard-hitting news investigations – and also increase its seriousness and ambition by enlisting the best writers, photographers, and artists in the industry and sending them across the globe. Expect writing by even more female correspondents; expect new fiction and photojournalism and columns by big-name writers; and expect even more in-depth reports from global hot spots.” (JONES, 2015, apud BAIRD, 2015).

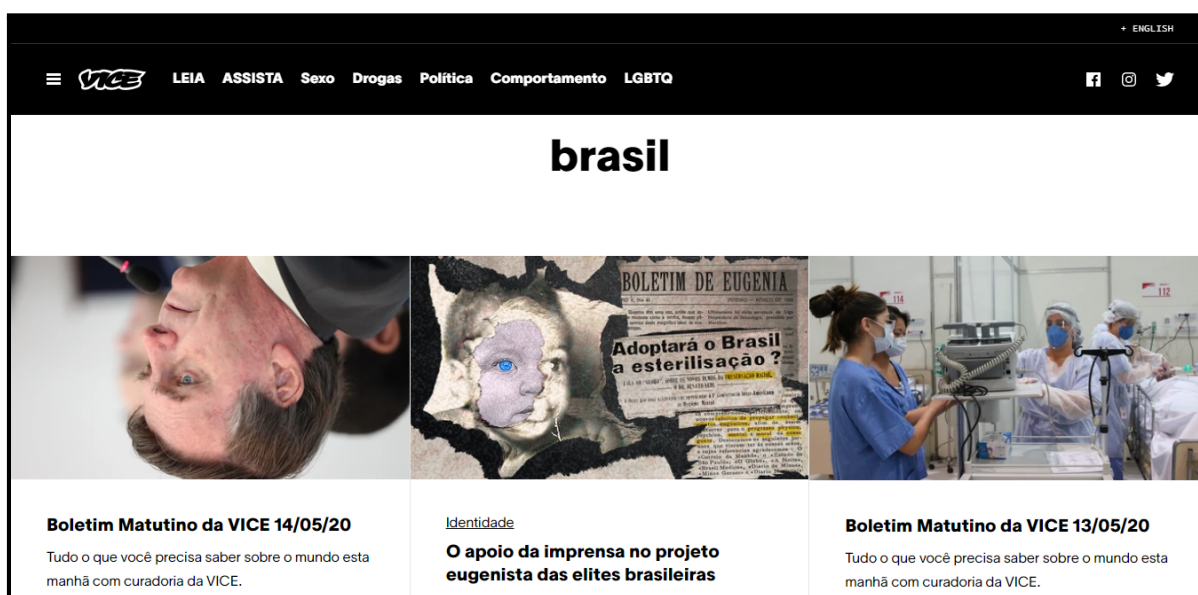
³¹ O progressismo é uma corrente política de caráter reformista (mas não radical), defensora da razão enquanto norteadora da sociedade e da ruptura de padrões sociais tradicionais, ao contrário do conservadorismo, que costuma guiar-se pelos costumes, pela fé, etc. Atualmente, é fortemente associado a movimentos historicamente preteridos pela sociedade, como o movimento negro, o feminismo, os direitos dos indígenas, o ambientalismo e movimentos relacionados a orientações sexuais e identidades de gênero minoritárias (BLUME, 2017).

³² A linguagem utilizada pela revista será abordada mais adiante neste capítulo.

publicações da revista brasileira no Instagram, por exemplo, datem de novembro de 2020. As matérias publicadas no Twitter foram interrompidas ainda mais rápido, no mesmo mês de encerramento das atividades editoriais.

A seguir, notam-se ilustrações das publicações mais recentes disponíveis no site³³, Twitter³⁴ e Instagram³⁵ da Vice Brasil:

Ilustração 1 – Publicações no site da Vice Brasil



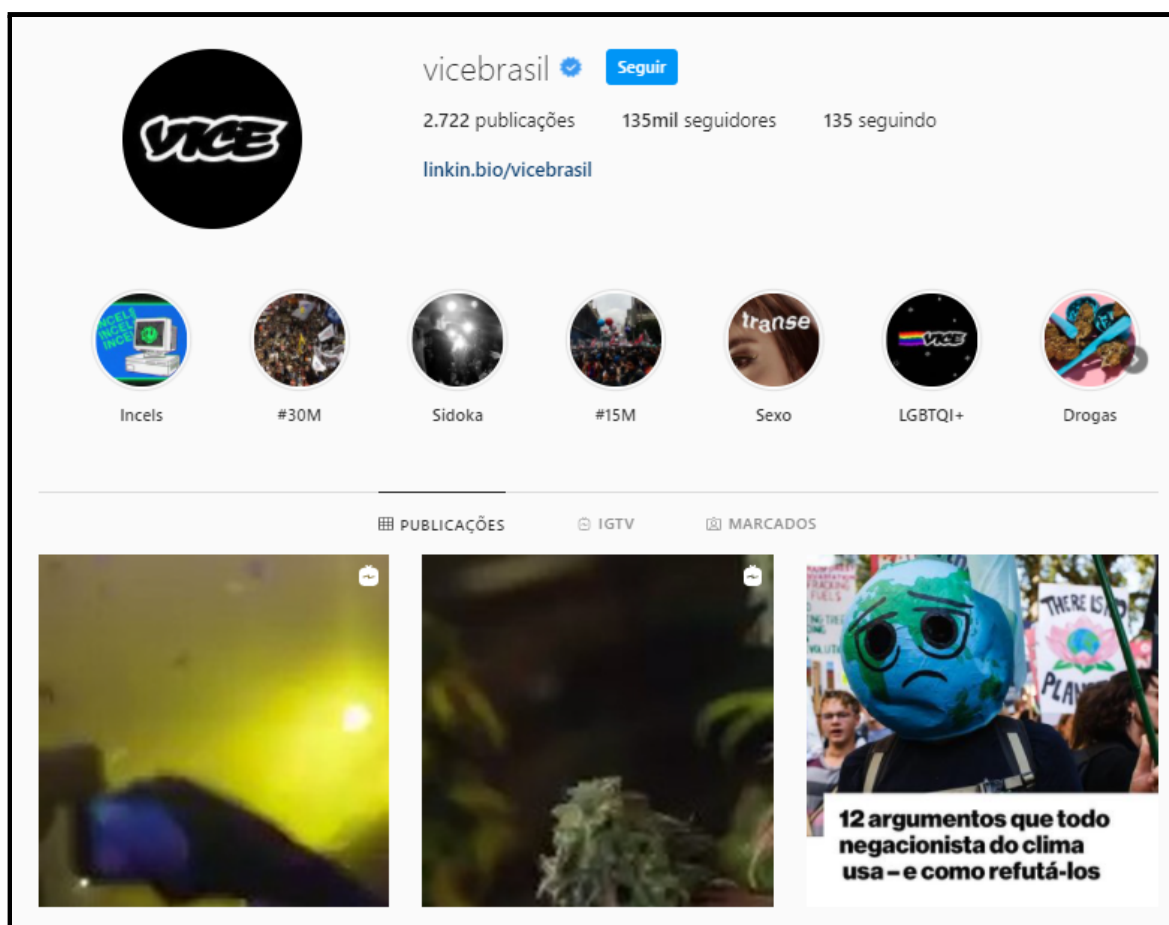
Fonte: Captura de tela (2021).

³³ Link de acesso: <https://www.vice.com/pt/topic/brasil>

³⁴ Link de acesso: <https://twitter.com/vicebrasil>

³⁵ Link de acesso: <https://www.instagram.com/vicebrasil/>

Ilustração 2 – Instagram da Vice Brasil



Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 3 – Twitter da Vice Brasil



Fonte: Captura de tela (2021).

À época, a Vice informou que passava por “cortes de investimento globais: 55 funcionários foram demitidos nos EUA e 100 outros ao redor do mundo. As baixas correspondem a 5% da força de trabalho da Vice Media.” (RIBEIRO, 2020). Assim, a unidade brasileira acabou voltando-se à produção de conteúdo patrocinado (LAMARE, 2020, apud DE SÁ, 2020).

4.1 A Vice no Brasil

A Vice foi introduzida no Brasil em 2009 pelo casal Fernanda Negrini e Tony Cebrian, em São Paulo, segundo o ex-editor-chefe da revista no país, André Maleronka³⁶ (2021, informação verbal). Ainda de acordo com o ex-editor, o processo se deu após dois anos de negociações para viabilizar o licenciamento da revista no país. Negrini e Cebrian permaneceram envolvidos com a Vice Brasil até 2018 (MALERONKA, 2021, informação verbal).

A equipe inicial era composta por 11 pessoas, que começaram a estruturar o site da revista e lançaram a primeira edição impressa, com matérias escritas em sua maioria por repórteres estrangeiros (MALERONKA, 2021, informação verbal). O conteúdo, produzido sob uma linha editorial diferente da seguida pela Vice depois, foi recebido negativamente pelo público, segundo Maleronka (2021, informação verbal) e o insucesso, somado a desentendimentos com a equipe da sede da Vice em Nova York, acabou levando à demissão da primeira equipe brasileira.

Assim, a implantação da Vice no Brasil precisou ser repensada. Segundo Maleronka (2021, informação verbal), a segunda equipe, instalada ainda em 2009, foi formada por ele (primeiramente como “faz-tudo”, e logo depois como editor) e pelo jornalista Douglas Vieira. Ambos atuavam em turnos de meio-período. Mais tarde, Vieira deixou o veículo e Maleronka permaneceu como editor, tendo na equipe duas profissionais: uma tradutora e uma designer. Em meio à adaptação da revista no Brasil, sempre guiada por conversas com a equipe sediada Nova York, “a ideia era fazer tudo, inventar, porque não se sabia o que ia fazer e como ia fazer.” (MALERONKA, 2021, informação verbal).

De acordo com o ex-editor-chefe, no início o público-leitor da Vice Brasil era jovem e majoritariamente masculino. Ainda segundo Maleronka (2021, informação verbal), a equipe trabalhou ativamente para mudar essa configuração e conseguiu equilibrar a proporção de leitores homens e mulheres em “metade-metade”.

Essas informações eram obtidas em pesquisas com participação da audiência, realizadas a cada dois anos aproximadamente (MALERONKA, 2021, informação verbal). Nas mesmas pesquisas, foi possível descobrir que o

³⁶ As citações atribuídas a André Maleronka referem-se à entrevista concedida à autora deste trabalho, realizada em setembro de 2021. Maleronka foi editor-chefe da edição brasileira da Vice, de 2009, ano da implantação do veículo no Brasil, a maio de 2020, quando houve o encerramento de suas atividades editoriais.

público-leitor da Vice Brasil variava, principalmente, entre 16 e 40 anos, sendo a maior fatia entre os 20 e 30 anos.

Maleronka (2021, informação verbal) aponta que a maior parte do público da revista pertencia à classe média. Havia também, no entanto, “um pouco [de público] de periferia”, assim como leitores de classes mais altas. Segundo Lopes³⁷ (2021, informação verbal), o público era “mais de esquerda”.

Em termos de sua distribuição geográfica, o ex-editor afirma que “a Vice vinha trabalhando em projetos para expandir a audiência, porque tinha audiência em todos os lugares do Brasil, mas principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.” (MALERONKA, 2021, informação verbal). A audiência também concentrava-se no Nordeste, especialmente Salvador e, em menor volume, no Sul e no Norte.

A respeito de estratégia digital, Maleronka (2021, informação verbal) explica:

O nosso grande objetivo – e isso era uma coisa que a Vice tinha lá fora e a gente queria ter aqui – era retenção: de tempo de leitura, das pessoas assistirem o vídeo até o fim. E isso era uma coisa, mais do que o número de cliques e *views*, que fazia as marcas procurarem a gente.

Apesar das limitações inerentes às negociações com a equipe norte-americana, o ex-editor-chefe entende que houve mais liberdade para pensar a edição brasileira.

Segundo Maleronka (2021, informação verbal) :

A Vice lá de fora tem uma postura liberal no sentido norte-americano, meio democrata, da ala mais progressista, mas cheia de coisas anticomunismo. Era uma galera muito branca nessa época, muito homem, muito hetero[ssexual]. Aqui, conseguimos fazer uma linha mais de esquerda do que eles faziam lá fora.

A Vice norte-americana passou por vários redirecionamentos editoriais³⁸. A exemplo disso, Maleronka (2021, informação verbal) cita o aumento da produção de conteúdo em vídeo, em detrimento de outros formatos, como estratégia.

³⁷ As citações atribuídas a Débora Lopes referem-se à entrevista concedida à autora deste trabalho, realizada em setembro de 2021. A repórter iniciou sua trajetória na revista como estagiária, no final de 2012, deixou o veículo em março de 2019 e retornou à Vice em meados de fevereiro de 2020, permanecendo até o momento do encerramento das atividades editoriais. A jornalista também ocupou o cargo de editora na revista durante um ano.

³⁸ Tais mudanças, especialmente relacionadas à abordagem da questão das drogas pela edição brasileira, serão abordadas mais adiante neste capítulo.

Ele complementa:

O tempo passa, as linguagens mudam, então vamos adaptar a linguagem e vamos mudar. Há coisas que nós fazíamos e agora não fazemos mais, coisas que não fazíamos e agora passamos a fazer. Isso era passado [da Vice norte-americana] para todo mundo e eu tinha liberdade de fazer isso aqui da maneira que fosse interessante. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Essa liberdade é atribuída por Maleronka (2021, informação verbal) ao fato de a edição brasileira ter de funcionar de forma independente, em razão da Lei de Imprensa. Enquanto, em outros países, os escritórios da Vice atuavam como filiais, no Brasil, quem detinha a revista era o casal Fernanda Negrini e Tony Cebrian. Assim, embora tivesse de responder à sede em Nova York, a equipe brasileira não era remunerada pela matriz, ou seja, os profissionais não eram funcionários diretos da Vice norte-americana (MALERONKA, 2021, informação verbal). Todo o conteúdo produzido pela Vice Brasil para veiculação no exterior era traduzido na íntegra ou desenvolvido em parceria entre as equipes brasileira e estrangeira. Essa autonomia editorial decorrida de legislação ocorria com a Vice francesa também, exemplifica Maleronka (2021, informação verbal).

A Vice possuía guias de estilo e de reportagem³⁹, ferramentas cuja importância é bastante destacada por Maleronka (2021, informação verbal). Para o ex-editor-chefe, quando não há guias de estilo nos veículos, sua “linha editorial fica centralizada em pessoas”. Assim, buscou-se a ampliação da equipe brasileira, a fim de se garantir a manutenção da mesma interpretação da linha editorial, diante da tomada de decisões, sejam elas editoriais ou comerciais.

O ex-editor aumentou a equipe de trabalho sob o que acreditava ser uma lógica diferente dos veículos nos quais havia trabalhado anteriormente. Maleronka (2021, informação verbal) via seu papel, enquanto editor da revista no Brasil, como um filtro entre seus repórteres e a matriz.

Em vez de somente repassar para a equipe brasileira as demandas externas – o que poderia gerar uma sobrecarga nos profissionais –, Maleronka (2021) percorria mais o caminho contrário, compartilhando com os superiores as demandas dos próprios repórteres (como aumento de salário, por exemplo). Dessa forma,

³⁹ Guias que reúnem uma série de regras para padronização da produção, redação e edição jornalística de um veículo de comunicação.

trabalhava para “blindar” a redação das exigências do patronato. Uma lógica de trabalho, portanto, que deposita menos peso nos repórteres e, assim, torna-se mais horizontalizada e colaborativa e menos tóxica e competitiva (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Maleronka (2021, informação verbal) diz:

Sempre tentei organizar a redação como uma gangue, no sentido de que cada pessoa da gangue tem uma especialidade, mas todo mundo pode aprender com todo mundo. Isso abriu muitas possibilidades, tanto das pessoas crescerem profissionalmente, quanto de desenvolverem uma cara própria do trabalho delas. Por exemplo a Débora [Lopes]⁴⁰ e a Marie [Declercq]⁴¹ [...].

Nessa perspectiva, o ex-editor-chefe acrescenta outras pistas sobre o gerenciamento da equipe, que, segundo ele acredita, incidiam diretamente sobre a produção de conteúdo do veículo:

Quando você está sendo o editor-chefe [...], você tem que lidar muito com as aspirações, os desejos e as angústias da tua equipe. Tem um gerenciamento aí que não é só burocrático [...]. É entender quem é aquela pessoa e aonde ela quer chegar, para ajudar ela a mexer nas potencialidades dela. Só que tem gente ganhando um salário que é o triplo de todo mundo, querendo mandar, planando⁴². Você está lá todo dia ralando, de repente o cara entra na redação e quer ditar regra. Isso é muito frustrante para quem está lá embaixo. Então você lidar com isso é uma questão também. É uma coisa que não é vista e é superimportante para você conseguir construir um conteúdo de qualidade e também para mediar esses anseios e para a gangue estar em pleno funcionamento. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

A Vice Brasil chegou a possuir cerca de 30 profissionais na redação, sem contar diversos *freelancers*⁴³ espalhados pelo país. A não ser pela horizontalidade na escolha da pauta (e na troca de ideias que acompanhava o processo de reportagem), a rotina jornalística da revista não divergia muito da encontrada em veículos tradicionais. Eram realizadas reuniões de pauta semanais, com toda a equipe (LOPES, 2021, informação verbal), e reuniões de audiência quinzenais

⁴⁰ Como ressalta Maleronka, é possível observar que, ao longo da carreira na Vice, Lopes foi adquirindo e fortalecendo sua identidade nos conteúdos que produzia.

⁴¹ Repórter da Vice Brasil entre 2013 e 2019, ano que compreende o corpus de análise desta pesquisa. Declercq é, inclusive, a autora de uma das matérias analisadas. Como Lopes, foi desenvolvendo seu estilo próprio ao longo do tempo que permaneceu na revista.

⁴² No sentido de estar acima.

⁴³ Termo em inglês para designar profissionais autônomos que atuam, de forma independente, em diferentes empresas, geralmente em projetos isolados ou por curtos períodos de tempo.

(MALERONKA, 2021, informação verbal). Nas reuniões de pauta, segundo o ex-editor, todos deviam trazer suas sugestões, mesmo que a matéria não fosse, ao fim, produzida por quem a sugeriu.

É possível inferir duas estratégias principais que guiavam o fazer jornalístico na Vice Brasil. Primeiro, era preciso conhecer o meio que cerca o público jovem. Isso era inerente à cultura organizacional da revista, uma vez que a equipe (muitas vezes composta, de fato, por repórteres ou *freelancers* jovens) frequentava os mesmos locais, falava dos mesmos assuntos ou, quando isso não ocorria, obtinha pistas de pautas com pessoas de círculos sociais próximos.

Nota-se:

Sou muito atenta ao que os meus amigos e ao que os amigos dos meus amigos estão fazendo. Esse é um jeito de eu conseguir encontrar pautas, de entender o que as pessoas estão usando, qual o tipo de droga elas estão consumindo e porquê, quais são os efeitos disso tudo, o que está acontecendo na noite de São Paulo. Eu estou em uma cidade onde muita coisa acontece, onde muita coisa chega antes de chegar em outros lugares e, apesar de eu não ser uma pessoa da noite, da balada, do rolê [...], eu acho que o jeito mais fácil de encontrar essas histórias [...] é estar sempre com o meu ouvido muito atento [...]. Acho que muita pauta surge assim (LOPES, 2021, informação verbal).

A outra estratégia que guiava o fazer jornalístico na Vice Brasil identificada nesta pesquisa era a própria realização de pesquisas de público. Isso servia não só para monitorar quais assuntos mais despertavam o interesse dos leitores (conforme métricas de redes sociais, como acessos e engajamento), como também para delinear qual era, afinal, o perfil desses leitores. Maleronka (2021, informação verbal) ressalta, ainda, que buscava-se compreender se os assuntos rendiam acessos por questões de enfoque ou de escolha do tema. Essas descobertas ajudavam a guiar as próximas produções.

O ex-editor-chefe da Vice Brasil afirma que

o grande valor [-notícia, para a Vice] era ser uma plataforma e um espelho para a cultura jovem do Brasil e do mundo. Quando falo cultura, falo no sentido mais amplo possível. Estou falando de política, de tudo [...]. Basicamente, queríamos falar dos assuntos e na linguagem que fossem caros aos jovens. Gerar essa comunicação e que fosse realmente uma comunicação de mão-dupla, em que não estivéssemos ditando regras e querendo dizer o que o jovem tem que ser, o que ele tem que curtir, mas o que interessa a ele e as formas com as quais ele pode se comunicar. Então havia muito interesse em saber quais eram os valores e os interesses dos jovens. Era isso que norteava [a produção jornalística] e isso era muito baseado em estudo e pesquisa sobre comportamento dos jovens. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Mais tarde, a edição brasileira foi comprada pela Vice de Nova York. Seguiu respondendo, em termos de produção de conteúdo, ao núcleo norte-americano, mas organizacionalmente passou a responder ao núcleo da Vice América Latina, também situado em Nova York (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Quanto às reformulações das linhas editoriais do veículo a respeito do tema das drogas, Maleronka (2021, informação verbal) identifica que, antes de a Vice surgir no Brasil, a publicação propunha uma espécie de “cultura de confronto, tática de choque, pró-droga”. Depois, passou a ser mais “investigativa” e “experencial”. Como exemplo, o ex-editor cita uma matéria realizada com o inventor do ecstasy⁴⁴, e outra feita quando um repórter tomou LSD e visitou a Semana de Moda de Nova York⁴⁵.

Essas pautas estilo “usei droga e fui em determinado lugar”, como Maleronka (2021, informação verbal) mesmo define, foram sendo interrompidas por razões comerciais e porque, embora existissem matérias que ele julga positivas, outras eram “ruins, caricatas e idiotas”, na visão do ex-editor.

Por fim, a linha editorial sobre o tema das drogas “mudou para algo mais responsável” (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Ele complementa:

⁴⁴ Supõe-se que seja a matéria disponível neste link: <https://video.vice.com/en_us/video/the-man-who-birthed-ecstasy-in-a-test-tube/563d269ed26a9893184b55ad>.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.vice.com/en/article/kwnjqn/new-york-fashion-week-on-acid>>.

A Vice sempre foi hedonista, mas mudou no sentido de discutir o que a guerra às drogas faz com o país, por exemplo. No Brasil, a gente fazia muita coisa nesse sentido, de ter essa postura a favor da legalização das drogas e de como transformar isso em um conteúdo que fosse interessante para os jovens e não professoral, apenas. De como as drogas funcionam na vida das pessoas, tratar isso com normalidade. E não é aquela coisa de “ah, maconha é uma planta”. Não, vamos falar de todas as drogas e assumir que as pessoas chapam, que elas fazem uso de vários tipos de drogas diferentes. [...] A Vice aqui no Brasil não tinha só essa postura de “ah, vamos ensinar os jovens”. Tinha uma troca real, de aprender com os jovens mesmo o que é interessante, o que é caro a eles, em todos os assuntos. Desde política até droga. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Maleronka (2021, informação verbal) compara o fazer jornalístico sobre o tema das drogas à cobertura de temas relacionados à sexualidade: “quando as pessoas têm acesso à educação sexual na pré-adolescência, na infância, elas param de ser abusadas. Elas entendem o que está acontecendo com elas, se estão vivendo numa situação de abuso. Acho que é o mesmo com drogas.”

Entende-se aqui que o abuso referido pelo ex-editor-chefe, inserido no universo das drogas, é o abuso das próprias substâncias. Portanto a importância da conscientização, de se tratar o tema em matérias jornalísticas com “normalidade” (MALERONKA, 2021, informação verbal), seria, na opinião dele, o que levaria os jovens a entender o assunto com mais segurança e responsabilidade.

O profissional complementa:

O grande barato é assumir que as pessoas usam drogas, que as drogas têm implicações sociais e como isso pode se inserir na vida da humanidade, como a gente pode lidar com isso, como a gente pode falar disso abertamente. Essa sinceridade agressiva que a gente tinha na Vice, eu costumava muito pensar nessa coisa de você tratar os assuntos sérios com leveza e os assuntos pueris com muita seriedade. E [os assuntos sérios] sem ser de uma maneira tão espetaculosa. Lógico, vai ter emoção, mas tentar tratar aquilo com leveza. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Maleronka (2021, informação verbal) também destaca que a revista pretendia “falar de forma sincera e conseguir se comunicar com as pessoas de uma forma mais franca, com que as pessoas se envolvessem”.

Como exemplo, explica:

De repente, você vai tratar sobre política, que é muito sério, que é treta⁴⁶, e vai tratar com leveza. E aí de repente você vai falar de algo que é engraçado e que é divertido e você vai tratar aquilo com uma certa seriedade. E isso dá um choque nas pessoas e faz elas pensarem “e se”. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

Questiona-se se a revista pode ter ocupado muitas vezes o lugar da família ou de instituições mais tradicionais, como a escola, na discussão sobre temáticas tão importantes.

O ex-editor afirma:

Sem dúvida nenhuma. Acho que foi isso que aconteceu e isso foi um problema para muita gente. Fez com que a Vice fosse muito copiada e muito pouco reconhecida. Todo mundo [os veículos] quer o bônus dessa linguagem, mas ninguém quer o bônus. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

A Vice Brasil também teve a iniciativa de juntar todas as editorias em uma só. A Motherboard (editoria de tecnologia que funcionava em site separado), por exemplo, passou a integrar o site da Vice Brasil. O movimento, conforme Maleronka (2021, informação verbal), acabou sendo implantado na Vice de outros países também. O ex-editor menciona, além disso, a decisão estratégica de encerrar a publicação da revista impressa e o investimento “pesado” no site.

Ao relacionar a produção jornalística com o público jovem, Maleronka (2021, informação verbal) explica que a intenção do veículo era falar sobre o

que essa molecada está querendo fazer e entender o que aflige eles, quais são as questões e como a gente pode ajudar a resolver algumas dessas questões, como a gente pode colocar outras tantas. Não fingir que a gente está só ali reportando, sem influência nenhuma, exercendo o “a gente só retrata a realidade”, mas de ter uma função ativa. Você sabe que você está mexendo com as coisas quando você traz essas questões [...]. É muito mais do que falar “estou só dando esse retrato aqui e a sociedade e o poder público que se virem”. Tudo bem, tem isso também, mas acho que também tem um jeito de você ir lá e mexer nas coisas. Não tratá-las como uma coisa isenta, porque ela não é. Lógico, você não consegue prever exatamente o que vai acontecer na hora em que você publica uma matéria. Mas você pode refletir a respeito disso e tentar interpolar algumas coisas. E não ficar nessa postura de “estou só retratando a realidade, f*da-se, próxima.” Tem que querer interferir. (MALERONKA, 2021, informação verbal).

⁴⁶ Gíria para “problema”.

Nessa perspectiva, o profissional traça um paralelo com o jornalismo cultural. Ao fazer uma matéria sobre um artista, por exemplo, o repórter o dá a conhecer, diante do público, que pode ter as mais diversas reações. Para Maleronka (2021, informação verbal), “fazer as pessoas questionarem já é uma alteração da realidade.”

O maior entrave na publicação sobre o tema de drogas no país, segundo o ex-editor-chefe da Vice no Brasil, era lidar com a apologia a drogas prevista em legislação. Diferente dos Estados Unidos, por exemplo, cujas leis permitem mais menções sobre o tema em matérias jornalísticas sem que entenda-se que houve apologia, o Brasil tem regras mais rígidas nesse sentido. Para evitar processos, os profissionais adaptavam os títulos de matérias estrangeiras republicadas (LOPES, 2021, informação verbal) ou, em alguns casos, decidiam por não republicá-las. A equipe contava com uma profissional na área jurídica, que prestava consultoria sobre o assunto (MALERONKA, 2021, informação verbal).

A Vice chegou a ter sua venda pretendida para a Globo, mas a compra não se confirmou (MALERONKA, 2021, informação verbal). Foi por conta dessa possibilidade, inclusive, que a revista brasileira havia sido vendida para a sede de Nova York (o que autorizaria a nova compra, por parte da Globo).

Grande parte dos profissionais foi demitida nos últimos anos da revista, com a finalidade de reduzir custos operacionais. O mesmo aconteceu, conforme Maleronka (2021, informação verbal), em outras edições da revista pelo mundo.

Quando a Vice Brasil teve suas atividades editoriais encerradas, em maio de 2020, a equipe era formada unicamente por Maleronka, Lopes, uma social media⁴⁷, uma estagiária e *freelancers*.

4.2 A linguagem utilizada

A linguagem empregada pela revista Vice Brasil em suas matérias é de natureza sobretudo jovem. Como visto anteriormente neste capítulo, o ser jovem está ligado às noções de experimentações e às buscas e definições da própria identidade; “um ser constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 8), “num percurso de (in)definições” (SOUSA, 2006, p. 11). Sabe-se, também, que o ser jovem é

⁴⁷ Profissional que produz conteúdo e gerencia as mídias sociais de uma empresa.

permeado por questionamentos de valores, contestação e insatisfação sociais. (SOUSA, 2006, p. 11). É possível, portanto, relacionar tais características com a linguagem utilizada pela revista, que carrega marcas de informalidade, contestação, irreverência e humor.

A seguir, nota-se uma ilustração que exemplifica marcas de irreverência e contestação social:

Ilustração 4 – Reportagem sobre corrupção no governo venezuelano

Drogas

O governo da Venezuela é tão corrupto que, basicamente, tem o seu próprio Cartel

Chamam-lhe "Cartel de los Soles" e não é uma brincadeira.

Por [Deborah Bonello](#)
Mx

Traduzido Por [Madalena Maiz](#)

19.3.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)

MORE LIKE THIS

Drogas
O que acontece quando você toma 550 doses de LSD de uma vez
TROY FARAH
11.2.20

Drogas
Especialistas em drogas comentam a escolha de Jordan Peterson de tratar seu vício em benzodiazepinas na

AUTORIDADES VENEZUELANAS PROCESSAM DROGAS APREENHIDAS. (FOTO POR JIMMY PERELA/AFP/GETTY IMAGES).

Fonte: Captura de tela (2021).

Para além das contestações, a revista apropria-se da informalidade para atingir seu público-alvo: por essência jovens, originalmente millennials, grandes consumidores de mídia (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016) e experientes em tecnologia (Kalvø, 2015, p. 49, tradução nossa).

Pela agenda do veículo, entende-se que as publicações são direcionadas a jovens que experimentam ou mostram-se abertos a pautas sobre drogas, sexo, música, moda, filmes, movimentos culturais – de protestos a baladas –, mas que, não por isso, deixam de interessar-se por “assuntos sérios, para os problemas de outras partes do mundo”, segundo Smith (2016, apud LESSA, 2016). Exemplo disso

é a cobertura em tempo real, em vídeo, das manifestações de 2013 em São Paulo, realizada pela repórter Débora Lopes. O material originou um documentário⁴⁸.

Acredita-se que os leitores da revista, em sua maioria, são consumidores de mídia familiarizados com conceitos de impureza e transgressão. Entretanto, conforme sinalizado pela ex-editora-chefe (JONES 2015, apud BAIRD, 2015, tradução nossa), a Vice vem articulando a captação de leitores com noções já pré-concebidas a respeito da revista, numa tentativa de surpreendê-los com histórias sinceras. O passo indica uma possível diversificação do público-alvo.

Para esboçar o perfil do público da Vice, consultou-se o mídia kit da Vice Media⁴⁹. Segundo o documento, 41% do seu público encontra-se na faixa etária dos 25 aos 34 anos; 35% dos 18 aos 34 e 24% dos 35 aos 44 (VICE, 2016, tradução nossa). Ainda conforme o mídia kit, a companhia tem o dobro de alcance do público entre 18 e 34 anos, em comparação a outros canais de mídia. 64% do público do grupo são mulheres e 36%, homens. Se considerados apenas os leitores da revista, a distribuição fica em 59% homens e 41% mulheres (VICE, 2016, tradução nossa).

Em relação ao grau de escolaridade, consta no mídia kit que 44% dos consumidores possuem Ensino Superior completo, 30%, em andamento, 23% têm Ensino Médio completo e 3% não possuem Ensino Médio completo (VICE, 2016, tradução nossa).

Ainda segundo o documento, 60% da audiência consome os produtos da Vice Media em dispositivos móveis.

Ao contrário do que pode indicar uma primeira leitura, há diversas matérias orientando sobre o não uso de drogas, como vê-se no exemplo abaixo. A pauta é instrutiva e direcionada a jovens que participam dos movimentos do Pride, ou seja, orgulho LGBTQIA+⁵⁰, mas que não desejam consumir drogas durante as comemorações.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HUErI_Q0QNg>.

⁴⁹ Por não se encontrar outra mais recente, a edição do mídia kit citada neste trabalho foi a de 2016.

⁵⁰ Sigla para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer* (palavra inglesa que designa quem transita entre os gêneros feminino e masculino ou para além da binaridade), intersexo e assexuais.

Ilustração 5 – Reportagem sobre o movimento Pride



Fonte: Captura de tela (2021).

Retornando à linguagem – e considerando o perfil de público já esboçado nesta pesquisa –, fica claro o uso frequente do humor pela revista, além da informalidade. A seguir, notam-se duas ilustrações de uma matéria que, apesar da linguagem descontraída e de referências à cultura pop (o assassino Ted Bundy, retratado na série *Conversando com um Assassino*) – temas de interesse do público jovem –, apresenta críticas sérias e contundentes sobre o assunto tratado:

Ilustração 6 – Reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger



VICE

Pablo Escoburger: o sanduíche que vem com uma carreira de cocaína falsa

Nem todo mundo vê problema em usar o nome de um assassino narcoterrorista como piadinha para sua hamburgueria.

Por [Jelisa Castrodale](#) Traduzido Por [Marina Schnoor](#)

14.2.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)



MORE LIKE THIS

Comida
Chef compartilha vídeo chocante do lixo plástico que encontrou no estômago de um peixe
 DELISA CASTRODALE
 24.5.19

Entretenimento
Bifanas, cerveja e tocheda: uma tarde de festa às portas do Estádio

Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 7 – Trecho de reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger

Colocar o nome de Escobar em várias gramas de carne moída parece complicar desnecessariamente seu cardápio, porque para cada fã de *Narcos* que só queria ter um estilo de vida bilionário, tem alguém que não vê problema em usar o nome de um assassino narcoterrorista como piadinha para sua hamburgueria. (Mas também acontece que é 2019, um ano em que a Netflix teve que lembrar as pessoas de não terminar de assistir *Conversando com um Serial Killer* concluindo que Ted Bundy era gato.)

Fonte: Captura de tela (2021).

Nesse sentido, a Vice parece não levar em consideração a língua culta, optando, na maioria das vezes, por um tom mais próximo da língua falada, o que

dispensa formalidades e inclui expressões, gírias e até palavrões. É perceptível também o espaço que, em algumas matérias, o jornalismo literário recebe.

A seguir, trecho de reportagem em profundidade sobre uso de crack e prostituição em Lisboa que utiliza da narrativa literária e emprega uso de palavrão:

Ilustração 8 – Reportagem sobre Lisboa

Soraia

Pouco tempo depois de vê-la pela primeira vez, num vão de escadas transformado em sala de consumo de drogas, a vi novamente passando longe pela rua. Alguém ao meu lado exclamou, baixinho:

- Foda-se. Olha a Soraia, como está magra. Era tão bonita quando chegou aqui.
- Quando ela chegou?
- Faz uns três meses. Nem isso.

Fonte: Captura de tela (2021).

Mais exemplos do uso de gírias e expressões coloquiais, como “bagulho”, “otário e “passar a perna”:

Ilustração 9 – Reportagem sobre curling⁵¹

Drogas

Participei de um torneio de curling canábico

'Bongspiel' é o bagulho mais canadense que você pode imaginar.



Por [Manisha Krishnan](#)
TORONTO, CA



Traduzido Por [Marina Schnoor](#)

10.4.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snao](#)

Fonte: Captura de tela (2021).

⁵¹ Esporte coletivo praticado em equipes no gelo, comum em países de clima frio como o Canadá. Em tempo, o país tem o uso de maconha legalizado, daí a possibilidade de realização do torneio e a cobertura da repórter de forma legal.

Ilustração 10 – Reportagem sobre traficantes e golpes

Drogas

Traficantes nos contaram como reconhecer um otário

Perguntamos a quatro traficantes como eles decidem em que clientes vão passar a perna.

SP Por [Sarah Perrin](#) **NR** Traduzido Por [Nicola Rose](#)

8.5.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)

Fonte: Captura de tela (2021).

A seguir, nota-se também uma ilustração que exemplifica o uso da língua comum no cotidiano jovem (“este cara”) e mais uma referência à cultura pop (o personagem Walter White, da série norte-americana *Breaking Bad*):

Ilustração 11 – Reportagens sobre a fabricação de DMT⁵²

	
<p><u>Tecnologia</u></p> <p>Este cara cozinhou DMT na própria cozinha por quatro anos</p> <p>Willem produziu dezenas de milhares de quilos de DMT num laboratório improvisado em casa.</p> <p>ERIC BORSHUIS 1.2.19</p>	<p>No interior de um laboratório caseiro de DMT montado por um professor de química</p> <p>A VICE teve acesso a um laboratório de DMT montado numa casa no coração de Londres. O responsável, "Bob", reparte o seu tempo entre o ensino de química e a produção da droga. Um Walter White da vida real.</p> <p>VICE STAFF 20.1.19</p>

Fonte: Captura de tela (2021).

⁵² Dimetiltriptamina ou DMT, na abreviatura, é uma substância pertencente ao grupo das triptaminas que causa efeitos psicodélicos.

Outra ilustração que mostra o uso de expressões coloquiais. “Zap”, neste caso, refere-se à rede social WhatsApp, aplicativo de troca de mensagens lançado em 2009 que possibilita a criação de grupos de conversa:

Ilustração 12 – Reportagem sobre memes do ator Fábio Assunção

É um costume nosso nas redes sociais não enxergar além do que é nos apresentado em um vídeo ou imagem que se tornaram memes. Memes são divertidos, ninguém quer exatamente que a pessoa que se tornou o objeto central do meme se ferre ou passe por maus bocados. É uma piada que, assim como muita coisa na internet, tem um período de vigência e que logo mais morrerá em arquivos obscuros na rede mundial de computadores ou no grupo do zap da sua família.

Fonte: Captura de tela (2021).

Apesar das visíveis ousadia, contestação e descontração no teor do texto, os repórteres da Vice também sabem abordar assuntos com seriedade, seguindo uma linha editorial por vezes um pouco mais tradicional. A seguir, notam-se exemplos:

Ilustração 13 – Reportagem sobre a guerra às drogas

Como a guerra às drogas devora os pobres

Segundo novo relatório da ONG Health Poverty Action, a proibição alimenta a pobreza e a criminalidade em lugares como Brasil e Índia.



JR Por [JS Rafaelli](#)



Traduzido Por [Madalena Maltez](#)



MS Traduzido Por [Marina Schnoor](#)

6.2.19 [f](#) Compartilhe [t](#) Tuite [s](#) Snap

Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 14 – Reportagem sobre mercado de drogas e os impactos ambientais



Fonte: Captura de tela (2021).

Os jornalistas do site da Vice também aparentam buscar termos que seguem os preceitos do jornalismo digital. Observa-se que, em boa parte dos títulos e linhas de apoio, as chamadas são persuasivas, apelativas e curiosas, muitas delas em forma de pergunta, o que leva o leitor a clicar para saber mais, mantendo sua atenção no site.

Além disso, a maioria das reportagens parece dispensar explicações básicas sobre estrangeirismos, gírias ou, mais pertinente a este estudo, nomes de drogas e outros termos que podem soar desconhecidos para o público em geral. A partir disso, pode-se concluir que a revista já redige seus conteúdos para um público que, de maneira geral, está familiarizado com tais termos.

Maleronka (2021, informação verbal) também ressalta que a linguagem da revista era “nativa de internet”. Aponta, nesse sentido, que muitos termos não eram explicados nos textos porque entendia-se que o leitor, estando inserido em um ambiente virtual, tinha a possibilidade de pesquisar mais sobre o assunto.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, serão apresentados aspectos sobre a metodologia envolvida no presente estudo. Assim, serão abordados os conceitos de método, análise, análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.

5.1 Método

O método científico faz parte do desenvolvimento de qualquer pesquisa. Sua função é de suma importância para a construção de trabalhos como este e, conseqüentemente, para a sustentação do enfoque escolhido para a apresentação da pesquisa. Para conceituar “método”, utilizam-se, aqui, alguns autores que buscam definir seu significado, bem como delinear seu papel ao longo da investigação científica. Jayme Paviani (2013, p. 61) é um deles.

Segundo o pesquisador,

a ideia de método nasce originalmente da metáfora que indica caminho, orientação, percurso de uma ação ou meios para alcançar um fim. Nesse sentido, o conceito de método está intimamente ligado ao conceito de processo de investigação científica, que tem por objetivo produzir novos conhecimentos e modos de intervenção na realidade.

Danilo Da Cás (2008, p. 76) apropria-se de dois conceitos sintéticos para indicar o significado de método: “o caminho a seguir para se chegar a um fim” e “o estudo metódico de uma ciência”.

Já Maria Margarida de Andrade (2007, p. 61) entende o método como “os procedimentos mais amplos de raciocínio, o conjunto de processos que se emprega na investigação e na demonstração da verdade”.

Para Paviani (2013), o método, no sentido estrito, refere-se a um modo básico de conhecer e, no sentido geral, constitui um “conjunto de regras, de instrumentos, de técnicas e de procedimentos”. (PAVIANI, 2013, p. 61).

O autor resume:

Portanto, temos, no mínimo, três significados de método: o primeiro, indica caminho, orientação, direção: o segundo, aponta modos básicos de conhecer (como analisar, descrever, sintetizar, explicar, interpretar), e o terceiro, refere-se a um conjunto de regras, de procedimentos e de instrumentos e/ou técnica (como questionário, entrevista, documentos) para obter dados e informações. (PAVIANI, 2013, p. 61).

Paviani (2013) divide os modos de conhecer entre básicos e derivados. Conforme o autor, “entre os básicos situam-se o analítico⁵³ (de origem aristotélica), o dialético (de origem platônica) e o hermenêutico (que provém originalmente do estudo dos textos sagrados, jurídicos e linguísticos).” (PAVIANI, 2013, p. 61). Já os modos derivados são originados em combinações distintas de modos básicos, sendo conhecidos como método funcionalista, estruturalista, sistêmico, dialético e fenomenológico.

Da Cás (2008) indica uma classificação de métodos mais ampla. Ele lista os métodos gerais, separados em: indutivo, dedutivo, dialético, racional, observação, experimental, sintético-analítico-epistemológico e fenomenológico. O autor também relaciona os métodos especiais, divididos em: clínico (estudo de caso ou monográfico), naturalista, inquisitivo, demonstrativo, pedagógico, histórico, crítico, comparativo ou tipológico, etnográfico, hipotético-dedutivo e biográfico.

Andrade (2007), por sua vez, separa os métodos em dois grandes grupos: os de abordagem (dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético) e os de procedimentos (histórico, comparativo, estatístico, funcionalista, estruturalista, monográfico, etc). A autora nota que os métodos não são exclusivos entre si, o que torna possível utilizar mais de um tipo na mesma pesquisa.

Independentemente do tipo de método empregado, Paviani (2013, p. 62) ressalta que “nenhum modo de conhecer existe em estado puro e isolado.” De acordo com ele, as análises e interpretações consistem sempre em analisar algo ou interpretar algo. Desse modo, os métodos básicos complementam-se e precisam do apoio dos instrumentos de pesquisa.

Ainda segundo Paviani (2013, p. 62), o método de pesquisa não pode ser obtido “como se fosse uma receita”. Ele deve ser construído caso a caso, no contexto de cada pesquisa:

⁵³ O método analítico, ou simplesmente análise, será abordado adiante neste capítulo.

Mesmo quando se parte de experiências científicas já realizadas, o método é criado e pensado no próprio processo de investigação. O método científico, portanto, faz parte do projeto de pesquisa, não como uma peça isolada, mas como algo integrado a outros elementos, formando um sistema coerente e eficaz. (PAVIANI, 2013, p. 62).

A história da filosofia e da ciência, segundo o autor, exemplifica o uso de teorias e de métodos. Platão e Aristóteles, por exemplo, já demonstravam preocupação com o método desde os tempos da Antiguidade. Conforme Paviani (2013, p. 62), “eles praticam a análise lógica ou dialética, distinguem argumentos falsos e verdadeiros e processos demonstrativos, discutem pressupostos, definem conceitos e propõem categorias”.

A partir dessa ideia, fica cada vez mais clara a importância do método para a construção do trabalho científico. De acordo com o autor, uma exigência básica para compreender a função do método científico é saber distinguir entre as informações disponíveis e aquelas que precisam ser obtidas (PAVIANI, 2013). Desse modo, “a verdadeira iniciação científica começa no ensino e na formação dos pesquisadores.” (PAVIANI, 2013, p. 64).

O pesquisador também aborda os avanços tecnológicos e teoriza a respeito de sua contribuição para a pesquisa científica e para o ensino. Em resumo, “a aprendizagem mediada pelas novas tecnologias e pelo rigor dos procedimentos lógicos e epistemológicos constitui-se no verdadeiro acesso aos métodos científicos.” (PAVIANI, 2013, p. 64).

Depois de conceituar e contextualizar o método, assim como seus diferentes tipos, entende-se que o que mais se encaixa neste estudo é o método analítico, como abordado a seguir. Para entender como se dá a abordagem de uma revista, é preciso analisar seu conteúdo, linguagem e público-alvo, razão pela qual a análise mostra-se mais adequada enquanto método de pesquisa.

5.2 Análise

No entendimento de Paviani (2013, p. 70), o modo de conhecer analítico é aquele que “analisa os enunciados ou as proposições compostas de sujeito, predicado e cópula⁵⁴”. Esse modo, segundo o autor, tem como domínio de enfoque o

⁵⁴ Cópula é o verbo que une o sujeito e o predicado, sendo a própria afirmação de um enunciado ou proposição.

da linguagem formal ou comum, está ligado ao processo descritivo e se utiliza de processos comparativos e estatísticos. Além disso, “é extremamente útil para se poder explicar e interpretar a realidade.” (PAVIANI, 2013, p. 78).

Lakatos e Marconi (2009, p. 23) definem analisar como “estudar, decompor, dissecar, dividir, interpretar”. Na visão das autoras, “a análise de um texto refere-se ao processo de conhecimento de determinada realidade e implica o exame sistemático dos elementos.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 23).

Ainda conforme Paviani (2013), o conceito de análise está relacionado a concepções filosóficas diversas e, por tal razão, é comum ouvir termos como “análise lógica”, “análise transcendental” e “análise existencial”, por exemplo.

Historicamente, o processo analítico desenvolveu-se principalmente a partir de Aristóteles e Kant, mas também encontra-se em Platão e Hegel, considerados autores dialéticos, de acordo com Paviani (2013). É por isso que, segundo afirma o autor, não há um processo de análise totalmente puro. “Falar em processo analítico, dialético e hermenêutico é apenas apontar para um núcleo básico definidor que não exclui as possíveis combinações entre eles.” (PAVIANI, 2013, p. 75).

Paviani (2013, p. 70) traça paralelos entre os objetos de estudo da Filosofia e da própria análise:

Tradicionalmente, a Filosofia ocupou-se dos conceitos de ser, existência, verdade, liberdade, etc. A atitude analítica ocupa-se com as palavras que designam tais coisas. Enfim, o conhecer analítico ocupa-se com o discurso teórico e a linguagem comum.

Ele também relaciona a análise à elucidação de discursos, de proposições, de conceitos e de argumentos. Conforme ele, os termos *analysis* ou *resolutio*, de origem grega e latina, respectivamente, designam “um processo de conhecer, que consiste na explicitação de elementos simples ou complexos de conceitos, de proposições ou de objetos e de relações entre elementos desses objetos.” (PAVIANI, 2013, p. 75).

O autor conceitua o que é análise em um sentido próximo aos procedimentos de pesquisa: “definir conceitos, estabelecer categorias, codificações, tabulações, dados estatísticos, generalizações de dados, relações entre variáveis, etc.” (PAVIANI, 2013, p. 76).

Ele complementa:

A análise também pode ser entendida “como redução, como decomposição e como elucidação”. Podem-se decompor ideias, conceitos ou atos (vivências), proposições, discursos, conceitos. Cada uma dessas formas combinadas entre si podem dar origem a diferentes processos metodológicos. (PAVIANI, 2013, p. 76).

Lakatos e Marconi (2009) também falam em decomposição ao abordar o conceito de análise. De acordo com elas, “analisar é [...] decompor um todo em suas partes, a fim de poder efetuar um estudo mais completo.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 23). Além disso, a análise é desenvolvida por meio da explicação, da discussão e da avaliação e, através dela, é possível “observar os componentes de um conjunto e perceber suas possíveis relações, ou seja, de uma ideia-chave geral passar-se para um conjunto de ideias mais específicas.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 23).

Aristóteles, como lembra Paviani (2013), estabelece uma diferença entre o raciocínio demonstrativo (analítico) e o raciocínio argumentativo (dialético). Nota-se: “o silogismo demonstrativo é fundamentalmente dedutivo, pois extrai verdades particulares de proposições universais. A indução e a intuição são processos opostos, generalizam as proposições a partir de observações singulares.” (PAVIANI, 2013, p. 73).

Sobre isso, Paviani (2013, p. 75) resume que tanto analítica quanto dialética são dois modos básicos de conhecer, “os quais, acrescidos do modo hermenêutico, formam os três modos fundamentais de articular: o conhecimento, a linguagem e a realidade”.

Ainda segundo Paviani (2013), a análise pode decompor coisas reais, como ações, embora sempre trabalhe com a linguagem. Essa linguagem, inclusive, pode ser tanto de ordem lógica quanto simbólica ou, então, a linguagem comum dos atos de fala.

Nessa perspectiva, a pesquisa científica permite analisar textos, imagens e sons, utilizando modalidades distintas de análise de discurso, análise de conversação e da fala, análise semiótica de imagens, análise de ruídos e de música (PAVIANI, 2013).

A análise de conteúdos⁵⁵, por exemplo, procura identificar elementos do *corpus* de um texto. Assim, depois da pré-análise (leitura preliminar do material e escolha dos documentos), a análise do material consiste em codificação, categorização e quantificação para finalmente realizar a análise do conteúdo visado. (PAVIANI, 2013, p. 77).

O autor afirma que passar informações retiradas de questionários, entrevistas⁵⁶ (diretas ou indiretas, por telefone ou internet) ou estudos de casos demanda uma série de processos que consistem em uma forma de análise (PAVIANI, 2013). Esses processos, por sua vez, envolvem definições, classificações, simulações, ordenamento, reagrupamento de dados ou de informações, entre outros. Paviani (2013, p. 77) conclui que, “por mais que se tenha o objetivo de descrever dados, o ato de descrever já pressupõe um procedimento pré-analítico. A análise propriamente dita, portanto, é antecedida de uma descrição-analítica”.

5.2.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, como indicado anteriormente, é uma das metodologias propostas para a construção deste trabalho. A fim de entender seu conceito e como o método pode ser aplicado aqui, recorre-se à obra de Laurence Bardin (2000).

Conforme a autora, a análise de conteúdo pode ser definida como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2000, p. 42).

Esse conjunto é, também, “de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento” (BARDIN, 2000, p. 9). Apesar de envolver múltiplas técnicas, sendo polimorfa e polifuncional, toda análise de conteúdo tem um fator comum, uma vez que constitui-se enquanto “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. (BARDIN, 2000, p. 9).

⁵⁵ A análise de conteúdo, assim como suas etapas, será retomada adiante neste capítulo.

⁵⁶ O conceito de entrevista, especialmente a semiestruturada, também será revisto neste capítulo.

Ainda nessa lógica de múltiplas técnicas, Bardin (2000, p. 31) enxerga a análise de conteúdo não como um instrumento, mas como “um leque de apetrechos; ou [...] um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.”

Assim, em última instância, “qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.” (BARDIN, 2000, p. 32).

Para Bardin (2000, p. 9-10), o maior interesse da análise de conteúdo “reside [...] no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as instituições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas”.

Ou seja,

ao desempenharem o papel de “técnicas de ruptura” face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reacção interpretativa. Se este intervalo de tempo é rico e fértil então, há que se recorrer à análise de conteúdo. (BARDIN, 2000, p. 10).

A análise de conteúdo está relacionada com a abordagem quantitativa e qualitativa (BARDIN, 2000).

Nota-se:

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (BARDIN, 2000, p. 21, grifos da autora).

Para este trabalho, utiliza-se, com mais ênfase, a análise qualitativa. É possível observar, também, a presença ou a ausência de determinados elementos (os subtemas, dentro do tema das drogas) no corpus escolhido para análise, o que levou à seleção das matérias analisadas.

Bardin (2000, p. 27) relaciona a aplicação da análise de conteúdo a inúmeras áreas do saber, como a sociologia, a psicologia, a história, a literatura, a política, a publicidade, entre outras. As técnicas da análise de conteúdo são entendidas como

“instrumentos de investigação laboratoriosa de documentos” e apelar para eles é, na visão da autora,

situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim⁵⁷ a P. Bourdieu⁵⁸ passando por Bachelard⁵⁹, querem dizer não “à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos [...]. (BARDIN, 2000, p. 28).

A pesquisadora atribui a essa forma de análise dois objetivos e duas funções. Os dois objetivos são: a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura.

Sobre o primeiro, Bardin (2000, p. 29) questiona: “o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta ‘visão’ muito pessoal, ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?”. Acerca do segundo objetivo, a autora provoca: “se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência?” (BARDIN, 2000, p. 29).

Já as duas funções são a heurística e a de “administração da prova”. A respeito da primeira, Bardin (2000, p. 30) expõe: “a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo ‘para ver o que dá’”. Por fim, sobre a segunda função, ela determina:

hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, [sic] apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação⁶⁰. É a análise de conteúdo ‘para servir de prova’. (BARDIN, 2000, p. 30).

Bardin (2000, p. 36, grifo da autora) propõe cinco regras “às quais devem obedecer as *categorias* de fragmentação da comunicação para que a análise seja válida”. A ideia de utilizar categorias na análise de conteúdo, aliás, mostra-se como um importante procedimento. Segundo a autora, trata-se de “uma espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de

⁵⁷ Émile Durkheim (1858-1917) foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês que, junto a Karl Marx e Max Weber, constituiu a sociologia moderna.

⁵⁸ Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês. Considerado um dos maiores pensadores do século XX, crítica os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

⁵⁹ Gaston Bachelard (1884-1962) foi um filósofo, químico e poeta francês. Suas obras abordam, principalmente, questões referentes à filosofia da ciência.

⁶⁰ Entende-se aqui que o termo refere-se ao oposto de confirmação.

significação constitutivas, da mensagem.” (BARDIN, 2000, p. 37). Ainda de acordo com ela, é “um método taxionómico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.” (BARDIN, 2000. p. 37).

Além disso, a análise por categorias é a mais utilizada na prática, segundo Bardin (2000). Ela “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2000. p. 153). Ainda de acordo com a autora, “entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples.” (BARDIN, 2000, p. 153).

Voltando às regras, são elas, conforme Bardin (2000, p. 36):

homogéneas: poder-se-ia dizer que “não se misturam alhos com bugalhos”;
exaustivas: esgotar a totalidade do “texto”; exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo, não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes; objectivas: codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais; adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo.

Na análise proposta pelo presente trabalho, projeta-se o uso de, pelo menos, uma das regras: a da exaustividade (analisa-se o texto em sua totalidade). Quanto à regra da exclusividade, por exemplo, já é possível prever que seu uso pode não ser o mais adequado para a análise.

Nota-se que alguns critérios iniciais, imaginados pela autora ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso I, poderiam se tornar categorias que serviriam para ordenar as matérias escolhidas para o corpus de análise. Um mesmo elemento, conforme Bardin (2000), não deve estar em duas categorias diferentes aleatoriamente. Sendo assim, não seria possível utilizar tal regra, caso se decidisse levar em conta seus subtemas para além de um único tema principal, por exemplo. Em um cenário hipotético: se uma matéria sobre o uso de drogas abordar, também, saúde e cultura (e a ideia de subtemas enquanto categorias fornecer os critérios de seleção do corpus), ela pode estar inserida em mais de uma categoria, o que nega a regra da exclusividade.

Bardin (2000) organiza a análise em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, segundo entende a autora, envolve a organização propriamente dita:

Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. [...] trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso. (BARDIN, 2000, p. 95).

Para Bardin (2000, p. 95-96), a pré-análise geralmente carrega três missões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. As três missões, segundo a pesquisadora, não precisam seguir uma ordem cronológica, embora estejam estreitamente atreladas umas às outras.

A primeira atividade é a leitura “flutuante” (BARDIN, 2000, p. 96). Trata-se de iniciar o contato, de fato, “com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações.” (BARDIN, 2000, p. 96). Ainda segundo a autora, a leitura vai ficando mais precisa, pouco a pouco, “em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos”.

Observa-se que a leitura flutuante foi realizada ao longo de todo o processo de criação do projeto de pesquisa, a fim de se criar familiaridade com o corpus de análise e de se definir o próprio corpus. Já o passo a seguir teve início no projeto e segue ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso II.

A segunda atividade é a escolha dos documentos, que pode ocorrer, de acordo com Bardin (2000), de duas maneiras. Ou o universo de documentos a serem analisados pode ser definido antes da análise ou o objetivo é determinado e, por consequência, se elege o universo de documentos que podem fornecer informações pertinentes ao problema levantado.

No caso da análise projetada, sucedeu-se a segunda opção. Após a definição do objetivo de pesquisa, listaram-se todas as 57 matérias publicadas na editoria “Drogas”, no site da Vice Brasil em 2019. Esse universo de documentos foi escolhido em função do fato de 2019 ter sido o último ano completo de publicações no site em português.

Nesta etapa de seleção prévia, desenvolvida ao longo do projeto do trabalho, reuniram-se informações básicas sobre as matérias: data de publicação, título, cartola, linha de apoio e link de acesso. Criou-se, também, uma tabela que contém todas as 57 matérias. Nela, é possível consultar as informações anteriores (data, título, etc.), assim como observações da autora do trabalho sobre o conteúdo jornalístico e uma proposta de classificação inicial baseada em 14 subtemas: cultura; desestigmatização; entretenimento/experiência/uso; fabricação/venda de drogas; história; inusitado; meio ambiente; polícia; política/social; saúde; saúde pública; vício; violência e outros. Também sinalizou-se o formato de cada uma delas (texto, foto e/ou vídeo) e quais matérias mais interessam à autora, se consideradas sua abordagem e/ou profundidade.

Após completar a tabela, foi possível perceber que, caso fosse decidido por essa proposta de classificação inicial em subtemas, boa parte das reportagens estaria inserida em mais de um deles, o que contraria a regra da exclusividade de Bardin (2000). Além disso, fica clara a necessidade de determinar critérios exatos para a seleção definitiva do corpus (dentro das 57 matérias de 2019), passo ajustado ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso II.

Verifica-se que, caso fossem considerados os 14 subtemas, seria necessário analisar uma matéria de cada, em respeito à categorização proposta por Bardin (2000). Essa, aliás, é outra operação estudada pela autora. Trata-se de “uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2000, p. 117).

Ainda segundo a autora, a categorização é um processo de tipo estruturalista e divide-se em duas etapas: o inventário, que isola os elementos, e a classificação, que reparte os elementos e, assim, busca ou impõe “uma certa organização às mensagens” (BARDIN, 2000, p. 118).

Para um conjunto de categorias ser considerado bom, Bardin (2000) estipula mais princípios: a exclusão mútua (um elemento não deve estar contido em mais de uma divisão); a homogeneidade (um único princípio de classificação rege sua organização); a pertinência (as categorias devem estar adaptadas ao material de análise e refletir as intenções da investigação); a objetividade e a fidelidade (diferentes partes do mesmo material devem ser codificadas da mesma forma, mesmo após terem passado por várias análises, e, por isso, quem analisa precisa

delimitar as variáveis e os índices que permitem a entrada de um elemento em uma categoria) e a produtividade (fornecer resultados férteis em inferências, hipóteses novas e dados exatos).

Assim, os 14 subtemas são reagrupados em três subtemas principais, a fim de possibilitar a construção de uma análise conforme os princípios anteriores: cultura + desestigmatização + entretenimento + social (presentes na matéria 1 do corpus de análise); experiência + saúde + uso + vício (matéria 2) e fabricação/venda de drogas + história + meio ambiente (matéria 3).

Os subtemas polícia, saúde pública e violência são suprimidos, porque entende-se que aparecem, ainda que de forma sutil, no corpus de análise. Entende-se também que a análise da abordagem presente nas três matérias já torna possível a realização deste trabalho. Desprezam-se os subtemas “inusitado” e “outros”, por inferir-se que não contribuem de modo significativo para a análise.

Depois de explicar a etapa de escolha dos documentos, Bardin (2000, p. 97) versa sobre a constituição do corpus que “implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”. A autora conceitua quatro principais regras para esta fase, sendo a primeira a da exaustividade.

Aqui, a exaustividade não se refere a esgotar o texto em sua totalidade, mas, sim, esgotar o próprio corpus. Após definido o limite do recorte, “é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus.” (BARDIN, 2000, p. 97).

A segunda regra é a da representatividade. Ao contrário da regra anterior, aqui elege-se uma amostra para a análise “desde que o material a isso se preste.” (BARDIN, 2000, p. 97). Para se proceder a ela, Bardin (2000, p. 97) afirma que “é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra”.

Tendo as duas regras em mente, entende-se que a regra da representatividade aparenta estar mais alinhada ao objetivo do trabalho, uma vez que existe uma inclinação para a escolha de uma amostra (matérias dentro de subtemas) dentre o universo maior (matérias publicadas na editoria “Drogas” no site da Vice Brasil em 2019). Opta-se por uma amostra, que, na percepção da autora, pode desencadear uma análise mais qualitativa do que quantitativa, o que contribui para cumprir os objetivos estabelecidos na pesquisa.

Nesse sentido, a próxima regra elencada por Bardin (2000, p. 98) também mostra-se interessante. A regra da homogeneidade consiste em “obedecer a

critérios precisos de escolha e não apresentar demasiadamente singularidade fora destes critérios de escolha”.

A quarta principal regra é a da pertinência, que diz que “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise.” (BARDIN, 2000, p. 98). Tal regra também é de valia para a análise aqui proposta.

Dentro da fase de pré-análise, após as atividades de leitura flutuante e da escolha de documentos, surge a formulação das hipóteses e objetivos; a referenciação e elaboração de indicadores e, por fim, a preparação do material. A atividade de referenciar e elaborar indicadores é de grande importância para a análise aqui tratada.

Bardin (2000, p. 100) exemplifica:

O índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Se se parte do princípio, de que, este tema possui tanto mais importância para o locutor, quanto mais frequentemente é repetido [...], o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta⁶¹, relativamente a outros.

Depois da pré-análise, segue-se em direção à exploração do material. Essa fase é dividida por Bardin (2000, p. 101) em “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

A codificação, de acordo com Bardin (2000), consiste em tratar o material: transformar seus dados brutos do texto, segundo regras precisas. Essa transformação, “por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto.” (BARDIN, 2000. p. 103). Ela se divide em recorte (a escolha das unidades); enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação e agregação (escolha das categorias).

Dentro da escolha das unidades, existe unidade de registo⁶², “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como

⁶¹ Absoluta, por inferência da autora deste trabalho, indica a mesma ideia de “absoluta”. O termo foi encontrado em textos jurídicos, em contexto que apontava o mesmo sentido.

⁶² A palavra “registo” existe na língua portuguesa, sendo seu uso mais comum em Portugal. Já no Brasil, a forma mais conhecida é “registro”. A mesma observação vale para as demais ocorrências do uso da palavra neste trabalho.

unidade de base, visando a categorização a contagem frequencial.” (BARDIN, 2000, p. 104).

Bardin (2000, p. 104) lista unidades de registo de nível semântico (como o tema) e unidades de nível “aparentemente linguístico” (como a palavra ou a frase). O tema, como lembra a autora, é característico da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2000, p. 105), ele pode ser definido como “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

Além das unidades de registo, Bardin (2000, p. 107) conceitua as unidades de contexto:

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo.

Em se tratando de contexto, as unidades pretendidas a serem consideradas na análise aqui proposta originam os capítulos: jornalismo interpretativo; drogas e juventude; a revista *Vice*; a linguagem da revista *Vice*. O público-alvo do veículo também é uma unidade a ser considerada nesta análise, sendo uma exceção que não constitui capítulo, mas aparece em outros deles, ao longo do trabalho.

Já em relação às unidades de registo, utilizam-se: o documento (matéria jornalística), a palavra (tais como: drogas, jovem, risco, usuário, vício, dependência química, saúde, saúde mental, redução de danos, álcool, maconha, cocaína, MDMA, heroína, responsabilidade, glamourizar, negligenciar, doença, problema, consequência) e o tema (tomado aqui como subtema, uma vez que já fala-se dentro do tema das drogas). O tema é visto especialmente na categorização das matérias a serem analisadas.

A última fase da análise, como visto anteriormente, é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Isso precisa ser feito, segundo Bardin (2000), de modo que os resultados tornem-se significativos e válidos. Aqui, entram estatísticas, quadros, diagramas, figuras, etc.

Segundo a autora, “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos

objectivo previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. (BARDIN, 2000, p. 101).

5.3 Pesquisa bibliográfica

Relacionar teorias com a análise proposta por este trabalho perpassa a pesquisa bibliográfica como método científico. Sabe-se que a teoria, de acordo com Paviani (2013, p. 45), “de um lado, permite a elaboração do conhecimento já produzido e, de outro lado, [...] é um apoio para a busca de novos conhecimentos”. Nesse sentido, conforme o autor, a teoria possui uma função na pesquisa e no ensino, tendo caráter instrumental.

Para chegar às teorias que podem contribuir para este trabalho, é preciso buscar as fontes que atuam como repositórios de tais conhecimentos. É aí que entra a pesquisa bibliográfica, o primeiro passo de toda a pesquisa científica, como estabelecem Lakatos e Marconi (2009).

Conforme as autoras, a pesquisa bibliográfica refere-se ao “levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 43-44).

Stumpf (2011, p. 51) entende pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, como

o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias idéias e opiniões.

Da Cás (2008, p. 35) atribui a pesquisa bibliográfica ao resultado dos “estudos sistemáticos, reflexivos e críticos sobre um determinado assunto”. Nessa lógica, é possível consultar fontes documentais (fontes primárias, arquivos) e fontes bibliográficas (fontes secundárias, bibliotecas).

Para compreender melhor essa diferenciação, retoma-se a obra de Lakatos e Marconi (2009). As autoras estabelecem que “toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 43). Para se obter dados, há dois processos possíveis: o da documentação direta – dividido entre

pesquisa de campo e pesquisa de laboratório – e o da documentação indireta – dividido entre pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

Segundo Lakatos e Marconi (2009), as fontes primárias são aquelas que vêm dos próprios órgãos que produziram as observações, como arquivos públicos ou particulares, fotografias, gravações, imprensa falada, objetos de arte, etc. Já as fontes secundárias, ou simplesmente pesquisa bibliográfica, são aquelas que englobam a própria bibliografia publicada, cujos meios já foram exemplificados anteriormente neste item (livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita).

A pesquisa bibliográfica, na perspectiva das autoras, tem como função “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 44). Ela compreende, segundo as autoras, oito fases: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação.

A escolha do tema, segundo Lakatos e Marconi (2009), considera fatores internos. São eles: selecionar o tema conforme inclinações, aptidões e tendências de quem está realizando o trabalho; optar por um tema dentro das qualificações pessoais de quem o escreve; encontrar um objeto de estudo que mereça ser abordado e que possa ser formulado e delimitado. Já os fatores externos envolvem: a disponibilidade de tempo do pesquisador; a existência de obras pertinentes e em número suficiente para a pesquisa; a possibilidade de consultar especialistas no assunto.

A elaboração do plano de trabalho, por sua vez, “pode preceder o fichamento [...] ou ocorrer depois de iniciada a coleta de dados bibliográficos, quando já se dispõe de mais subsídios para elaboração do plano definitivo.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 46). Mesmo quando definitivo, o plano não é estático. Ele também deve considerar a estrutura total do trabalho, da introdução à conclusão, passando por todo o seu desenvolvimento.

A identificação da bibliografia, segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 47), “é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo”. São três passos: procurar catálogos com a obra a ser consultada, levantar os assuntos nela abordados (por meio do sumário ou índice) e verificar sua bibliografia, para localizar outras publicações sobre o assunto.

Já a fase da localização, naturalmente, é a que leva o pesquisador a encontrar as obras que pretende consultar em bibliotecas e outros repositórios (LAKATOS e MARCONI, 2009).

Ela é seguida pela compilação, que reúne todo o material contido na bibliografia de maneira sistemática (LAKATOS e MARCONI, 2009).

A sexta fase, o fichamento, se dá quando o pesquisador transcreve os dados consultados em fichas. Essa etapa deve ser realizada “com exatidão e cuidado” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 48). De acordo com as autoras, o fichamento contribui para a ordenação do material consultado, viabiliza seu transporte e permite uma seleção constante dessa documentação.

A penúltima fase, conforme Lakatos e Marconi (2009), é a análise e interpretação. Sua primeira parte é dividida pelas autoras em crítica externa (do texto, da autenticidade e da proveniência) e crítica interna (de interpretação ou hermenêutica e do valor interno do conteúdo). A segunda parte da análise e interpretação prevê “a decomposição dos elementos essenciais e sua classificação, isto é, verificação dos componentes de um conjunto e suas possíveis relações” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 49). A terceira parte dessa etapa é chamada pelas autoras de generalização. Nessa parte, formulam-se afirmações verdadeiras após a análise do material, o que permite sua classificação e entendimento, trazendo à tona novas questões (LAKATOS e MARCONI, 2009). A quarta e última parte é a análise em si, que deve ser crítica e validada por meio da objetividade, explicação e justificativa (LAKATOS e MARCONI, 2009).

Por fim, a última fase da pesquisa bibliográfica elencada por Lakatos e Marconi (2009) é a redação, passo em que toda a consulta ao material é transformada em um trabalho científico – o Trabalho de Conclusão de Curso, no caso deste em questão.

Ao longo do projeto de pesquisa, buscou-se cumprir as etapas da pesquisa bibliográfica propostas por Lakatos e Marconi (2009). Esse processo, contudo, não é linear e nem sempre foi ordenado. A busca por obras de referência, bem como constantes consulta e fichamento, estendeu-se até a conclusão da análise.

Entende-se que o Trabalho de Conclusão de Curso é uma oportunidade do estudante explorar obras acadêmicas e, a partir delas, entrar em contato com sua própria redação científica. No caso desta pesquisa, podem ser mencionadas, por exemplo, obras como a de Beltrão (1976), Sodr e e Ferrari (1986), Bicca, Pereira e

Gambarini (2011), Lemos e Zaleski (2009), Sousa (2006), Costa (2011), Bødker (2017), Kalvø (2015), entre outras.

Além disso, a formulação do projeto de pesquisa, por meio da pesquisa bibliográfica, serviu como preparação para a análise de conteúdo aqui proposta. Tal método mostrou-se eficaz para reunir conhecimentos que possibilitaram vislumbrar o trajeto até a conclusão do trabalho.

Mas por que investir na pesquisa bibliográfica como método? Stumpf (2011, p. 52) resume:

Para estabelecer as bases em que vão avançar, alunos precisam conhecer o que já existe, revisando a literatura existente sobre o assunto. Com isto, evitam desperdiçar esforços em problemas cuja solução já tenha sido encontrada. Durante a realização da pesquisa [...], a consulta à bibliografia pertinente é uma atividade que acompanha o investigador, o docente e o aluno e, ao mesmo tempo, orienta os passos que devem seguir.

5.4 Entrevista semiestruturada

Lakatos e Marconi (2009) enquadram a entrevista como uma técnica de observação direta intensiva. Ela pode ser entendida como “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 111). Dado seu caráter, fornece ao entrevistador, de maneira verbal, a informação necessária. É dividida em três tipos, segundo as autoras: padronizada ou estruturada, despadronizada ou não estruturada e painel.

Já Manzini (2004) classifica as entrevistas entre estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas. Os termos que mais dialogam com o presente trabalho serão detalhados a seguir.

Da Cás (2008) acrescenta à ideia de conversação face a face outras características da entrevista: respostas obtidas por meio de escrita ou gravação a partir da estruturação de um roteiro de questões metodologicamente organizado. A entrevista deve ser executada mediante a aplicação de um roteiro bem elaborado, criterioso e metodologicamente baseado nos elementos do projeto de pesquisa, destacando-se os objetivos e as hipóteses. (DA CÁS, 2008, p. 125).

A entrevista estruturada “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece [sic] invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número.” (GIL, 2008, p. 113). Ainda de

acordo com o autor, essa lista de perguntas é frequentemente intitulada de questionário ou formulário. O pesquisador prefere a segunda denominação, uma vez que o “questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, em que o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas.” (GIL, 2008, p. 113).

Para esta análise, buscou-se convidar jornalistas da Vice para a realização de entrevistas individuais, a fim de coletar dados que possam ajudar na construção do estudo. Até o fechamento do projeto de pesquisa, imaginava-se contatar Shane Smith (co-fundador da revista e ex-CEO do Vice Media Group), Ellis Jones (ex-editora-chefe da Vice), Débora Lopes (última repórter da equipe editorial brasileira) e André Maleronka (ex-editor-chefe da publicação no Brasil).

Ao dar início ao Trabalho de Conclusão de Curso II, buscou-se contato com os quatro jornalistas. Obteve-se retorno apenas dos membros da equipe brasileira. As entrevistas foram agendadas via Instagram e e-mail e realizadas via Google Meet, no dia 22 de setembro de 2021, no caso de Lopes, e 24 e 27 de setembro de 2021, no caso de Maleronka. O material pode ser encontrado nos apêndices deste trabalho.

Entende-se que cada um entre os entrevistados demanda uma relação distinta de perguntas e que novas questões podem surgir ao longo da entrevista, seja por percepções da autora, seja por pontos levantados pelos próprios entrevistados. Por estes motivos, a entrevista do tipo estruturada não se mostra a mais adequada como metodologia do trabalho.

Gil (2008, p. 113) reúne o que considera as principais vantagens e desvantagens das entrevistas estruturadas:

Sua rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos. Outra vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas. Em contrapartida, estas entrevistas não possibilitam a análise dos fatos com maior profundidade, posto que as informações são obtidas a partir de uma lista prefixada de perguntas.

Assim, justamente por favorecer a análise estatística e prejudicar a análise em profundidade, esse tipo de entrevista não parece ser o melhor para extrair os dados pretendidos dos entrevistados. Apesar da importância de se estabelecer um roteiro de perguntas metodologicamente organizado, nota-se que é interessante

deixar brechas para novas perguntas à medida que oportunidades ou provocações surjam no momento da entrevista. Por isso, a chamada entrevista semiestruturada mostra-se mais interessante para a construção deste trabalho

Segundo Manzini (2004, p. 1) afirma, “uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado”. Apesar dessa modalidade de entrevista apresentar muito mais flexibilidade do que a estruturada, que, por sua vez, precisa seguir ordem e redação iguais para todos os entrevistados, nota-se a importância de manter um roteiro planejado antes do momento da coleta de informações.

Duarte (2011) estuda a chamada entrevista semiaberta que, para Manzini (2004), equivale-se ao conceito de entrevista semiestruturada. Conforme Duarte (2011, p. 66), trata-se de um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”.

Ainda segundo Duarte (2011), a entrevista semiaberta, que funciona de modo semelhante à entrevista semiestruturada, desenrola-se a partir de determinados “questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que [...] oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.” (TRIVIÑOS, 1990 apud DUARTE, 2011, p. 66).

Para Duarte (2011, p. 66), a relação de perguntas da entrevista semiaberta inicia no problema de pesquisa e tem como objetivo “tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle”.

O autor detalha:

As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semi-aberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. (DUARTE, 2011, p. 66).

Nessa modalidade de entrevista, as perguntas gerais originam específicas (DUARTE, 2011). Conforme o autor, o roteiro demanda poucas questões, todavia amplas o suficiente a fim de serem debatidas em profundidade, sem a existência

sem que de interferências ou redundâncias. “A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador.” (DUARTE, 2011, p. 66).

Assim, define-se a entrevista semiestruturada como uma das metodologias da pesquisa aqui proposta. Nota-se que esse tipo de entrevista é capaz de abranger a amplitude do tema, visto que propõe questões cujo número e abordagem variam para adequar-se às informações que cada convidado pode fornecer. É um método que apresenta flexibilidade para explorar outros campos ao longo da entrevista que não foram previstos, mas, ainda, respeitando um roteiro metodologicamente elaborado. Por essas razões, entende-se que a entrevista semiestruturada é a que melhor dialoga com o perfil de entrevistado pensado para esta pesquisa.

6 A ANÁLISE

Neste capítulo, serão analisadas três matérias da Vice Brasil, conforme corpus definido no capítulo anterior, referente à metodologia. Aqui, busca-se relacionar o conteúdo e a linguagem das três matérias com o referencial teórico que guia este trabalho, levando em consideração as hipóteses, a questão norteadora e os objetivos desta pesquisa.

6.1 O que podemos aprender sobre vício e memes moralistas com Fábio Assunção

A primeira matéria estudada neste trabalho⁶³ trata de uma análise sobre um vídeo publicado pelo ator brasileiro Fábio Assunção, dependente químico em reabilitação, em sua página no Instagram⁶⁴ em 22 de janeiro de 2019. No vídeo em questão, Assunção se manifesta sobre uma música que viralizou à época, satirizando seu vício em drogas. A partir daí, a reportagem propõe-se a contextualizar esse fato e a discorrer sobre alguns dos aprendizados que podem advir dele.

De título homônimo ao deste subcapítulo, o texto é de autoria da repórter Marie Declercq (2019) e foi publicado no mesmo dia em que o vídeo do ator foi ao ar. Há uma cartola⁶⁵ chamada “entretenimento”, o que já indica, à primeira leitura, que o assunto está inserido nessa esfera, embora notar-se-á que a matéria propõe um debate bem além desse aspecto.

A manchete é objetiva e carrega palavras-chave sobre o assunto (“vício”, “memes” e “Fábio Assunção”) para convidar o leitor a prosseguir a leitura. Nota-se, portanto, que, além de simples e direto, é um texto adequado à linguagem digital. Sabe-se que o emprego de palavras-chave que norteiam a discussão sobre determinado tema na internet (as mais buscadas em ferramentas de pesquisa

⁶³ Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/a3bzng/o-que-podemos-aprender-sobre-vicio-e-memes-moralistas-com-fabio-assuncao>>. A matéria também encontra-se disponível nos apêndices deste trabalho.

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bs8KqEPHj0v/>>.

⁶⁵ No jornalismo, cartola é o elemento de texto que consiste em uma ou mais palavras, geralmente posicionadas acima do título, que denotam o assunto da matéria, indicando um desdobramento ou complemento do fato tratado.

online, como o Google) contribui para um melhor posicionamento da matéria nesses sites de busca⁶⁶.

A linha de apoio⁶⁷ “O ator matou um meme irresponsável e um tanto conservador sobre dependência química.” referencia a atitude de Fábio Assunção tratada no texto. Já nesse ponto é possível observar o juízo de valor da repórter sobre o assunto, ao apontar a irresponsabilidade de parte dos envolvidos na história.

A repetição da palavra “meme”, já usada na manchete, pode indicar o uso de mais uma estratégia do jornalismo online. Um dos princípios do SEO é o uso de palavras-chave também na linha de apoio, nem que isso signifique repeti-las.

No primeiro parágrafo, notam-se duas das características típicas da reportagem elencadas por Sodr e e Ferrari (1986): a predominância da forma narrativa e o texto de natureza impressionista.

Observa-se:

  um costume nosso nas redes sociais não enxergar além do que é nos apresentado em um vídeo ou imagem que se tornaram memes. Memes são divertidos, ninguém quer exatamente que a pessoa que se tornou o objeto central do meme se ferre ou passe por maus bocados.   uma piada que, assim como muita coisa na internet, tem um período de vigência e que logo mais morrerá em arquivos obscuros na rede mundial de computadores ou no grupo do zap da sua família. (DECLERCQ, 2019).

As frases longas e pouco objetivas como no aposto “assim como muita coisa na internet” já indicam como se dará a constru o narrativa da autora. A predominância da forma narrativa, al s, pode ser vista já na maneira como a repórter decide iniciar seu texto. Para construir esse fio narrativo, na primeira frase, Declercq (2019) opta por contar o que acredita ser um costume de quem está lendo o texto. Da mesma forma, encerra o texto retornando o raciocínio ao ponto de vista de quem a l , ou seja, o “grupo do zap da sua família”.

Além disso, cabe observar que, quando a repórter decide falar sobre costumes e vivências de quem a l , ocorre uma aproxima o com o universo do

⁶⁶ Trata-se de um dos princípios do SEO (Search Engine Optimization), sigla em inglês para “Otimiza o para Mecanismos de Buscas”. O SEO é um conjunto de estratégias que buscam melhorar o posicionamento de um site nas páginas de resultados naturais nos sites de busca. O resultado são mais acessos e, com eles, as chamadas conversões (interesse do público, compras, envio de formulários, etc). No caso em questão, a conversão é o acesso do leitor   matéria.

⁶⁷ Elemento do texto jornalístico que atua como complemento da manchete.

leitor, combinando traços da proximidade (LAGE, 2003) e da identificação (CAMPOS, 2002), como visto no capítulo 2, referente ao jornalismo interpretativo.

Nesse trecho, Declercq (2019) também firma suas impressões sobre o tema, o que denota o caráter impressionista estabelecido por Sodré e Ferrari (1986). Isso fica claro com o uso das expressões “é um costume nosso” e “memes são divertidos”. A autora também se utiliza das próprias impressões para explicar que os memes são uma piada que, como muito na internet, possuem um curto período de vigência. Nisso, exemplifica que eles podem encontrar seu fim “em arquivos obscuros na rede mundial de computadores ou no grupo do zap da sua família” (DECLERCQ, 2019), inferências que realiza diante de observações do cotidiano enquanto jornalista de um veículo digital e enquanto provável consumidora assídua desse tipo de mídia.

Ainda no primeiro parágrafo, é possível perceber a naturalidade com que se abordam termos comuns entre o público-alvo da revista como “memes” e “zap”, por exemplo. Como visto no capítulo 2, referente ao jornalismo interpretativo, a identificação (CAMPOS, 2002) e a proximidade (LAGE, 2003) com o leitor são traços importantes desse gênero. Dessa forma, não há explicações sobre o significado desses termos na matéria de Marie Declercq (2019), como frequentemente ocorre nos veículos tradicionais, cuja boa parte do público pode não estar familiarizada com o tema.

No caso da Vice, o próprio veículo é nativo da internet, assim como seu principal público-alvo, os millennials, segundo visto no capítulo 4. Portanto, além de assumir que o leitor já está inserido em um contexto que permite seu entendimento do texto, a equipe editorial entende que ele pode consumir a informação e, se assim desejar, seguir pesquisando sobre o tema na internet, como lembra Maleronka (2021, informação verbal).

No próximo parágrafo da primeira matéria que compõe o corpus de análise desta pesquisa, observam-se outras características da reportagem conforme Sodré e Ferrari (1986): a ação dramática, o detalhamento, a objetividade dos fatos narrados e a contextualização àquilo que já foi anunciado:

O ator veterano Fábio Assunção se tornou um meme em 2018. Assunção já havia dito em entrevistas que sofria com a dependência química e que a doença é uma caminhada difícil [sic] de manter. Em junho de 2017, ele dirigiu embriagado em Pernambuco e foi agressivo com pessoas ao redor e desacatou policiais. Foi preso, pagou fiança e foi liberado após a audiência de custódia. Já em maio do ano seguinte, Fábio foi detido mais uma vez pelo mesmo delito. (DECLERCQ, 2019).

A ação dramática está presente, entende-se, nos fatos protagonizados por Assunção, narrados pela autora: dizer que sofria com dependência química em entrevistas, dirigir embriagado, desacatar policiais, ser preso, ser liberado, ser detido novamente e, por tais ações, tornar-se um meme.

Ao mesmo tempo em que narra essas ações, Declercq (2019) dá um vislumbre ao público de uma breve linha do tempo, incluindo datas, e detalhando, afinal, por que o ator tornou-se um meme.

A objetividade é vista na construção textual: frases simples, claras e objetivas, em sua maioria em ordem direta, o que facilita a compreensão do leitor sobre os fatos ocorridos.

Assim, ao narrar as ações dramáticas, detalhando seu desdobramento com objetividade, Declercq (2019) é bem sucedida na contextualização àquilo que já foi anunciado desde a manchete.

Aqui cabe, ainda, outra observação: quando decide usar a palavra “doença” na matéria, dita pelo próprio Assunção em entrevista, a repórter traz ao texto uma dimensão mais profunda do que entende-se por vício. Trata-se de uma noção mais ligada à saúde (“doença”) e menos ligada a moralismos ou criminalização, embora, no caso de Assunção, suas ações tenham mesmo resultado em instâncias criminais.

Acontece que, como visto no capítulo 3, a pesquisa de Costa (2011) mostra que a principal motivação para o jovem deixar de usar drogas, ou mesmo nunca experimentar, parte do conhecimento sobre seus danos à saúde e à possibilidade de desenvolver um vício, pista preciosa na hora de pensar o fazer jornalístico sobre o assunto voltado à juventude. Nota-se, portanto, que Declercq (2019) assume uma seriedade na abordagem e acerta na escolha de incluir a palavra “doença” nesse contexto.

Em um trecho seguinte da reportagem, a autora segue aprofundando como a questão das drogas é vista pela sociedade e como encontram-se justificativas para o tratamento dado aos dependentes:

Houve até um componente moral que supostamente podia servir como perdão prévio automático pra zuera: ele é um usuário de drogas porque quer e, afinal de contas, colocou a vida de si próprio e de terceiros em risco duas vezes por estar dirigindo embriagado. (DECLERCQ, 2019).

Assim, a repórter levanta supostas justificativas para o tratamento recebido por Assunção nas redes sociais. Aqui palavra "supostamente" carrega um tom de hipótese. Há um componente moral que poderia servir como justificativa para a satirização, mas apenas supostamente.

Ao longo da matéria, outras palavras pertencentes ao vocabulário do leitor, como gírias, são utilizadas ("doidão", "doidasso", "zuera"), comprovando, novamente, a importância dada pela revista de se aproximar com o universo do seu leitor, em detrimento de uma preocupação com o uso da língua culta.

Além disso, fica clara a seleção crítica de fatos que cercam o tema da reportagem, que Beltrão (1976) aponta como um dos traços do jornalismo interpretativo. Há momentos no trecho a seguir em que a repórter submete as informações e o sentido encontrado em sua apuração a uma escala de valores própria, o que, somado a outras características, conforme Beltrão (1976), a deixaria em pleno domínio de opinar sobre o tema. O mesmo trecho evidencia a ideia de Deus e Montagna (2014): o interpretativo é o gênero jornalístico mais capaz de proporcionar sentido aos leitores, sem que seja emitida uma opinião. Nota-se:

Nós temos um costume de desumanizar usuários de drogas. A intensidade dessa objetificação varia de acordo também com a cor da pele, notoriedade e classe social do dependente. Se este é morador de rua e viciado em crack, sua humanidade lhe é usurpada mais rápido que os jatos de água dos caminhões da Prefeitura que os expulsam das calçadas. [...] Se for classe média, são doentes. Já se são famosos, o vício ganha uma maquiagem glamourizada. [...] E nós estamos habituados a não questionar a gravidade desse processo de normalização. [...] Quem não lembra do bolão virtual para apostar quando a cantora Amy Winehouse iria morrer? (DECLERCQ, 2019).

No trecho anterior, também remonta-se à ideia do relato humanizado de Sodré e Ferrari (1986). Com seu texto, o que Declercq (2019) busca denunciar é justamente a forma desumanizada como tratam-se os usuários de drogas, elencando elementos importantes para a discussão ("cor da pele, notoriedade e classe social do dependente"), acertando, novamente, no aprofundamento do tema.

A seguir, a repórter prossegue com a contextualização do vídeo publicado pelo ator, narrando o fato que originou a matéria:

No entanto, zuera à parte, o dependente ainda está lá, lutando contra o vício. [...] Porém, o ator desenvolveu essa brincadeira toda para algo surpreendentemente educativo. Ele fez um acordo com a banda para destinar todo o dinheiro da música para instituições que tratam de dependentes químicos. Em três vídeos publicados no seu Instagram oficial, Fábio fala com clareza e sinceridade sobre os riscos de glamourizar a dependência. (DECLERCQ, 2019).

Nesse trecho, percebe-se que Declercq (2019) enaltece a ação do ator (“surpreendentemente educativo”, “com clareza e sinceridade”). Ela também dialoga com seu público, mostrando que pode apropriar-se de um tema de relevância para o leitor (memes do Fábio Assunção) para alertá-lo sobre os riscos do uso de drogas. Isso fica claro na expressão “riscos de glamourizar a dependência”. Tudo sem esquecer da linguagem alinhada ao público-alvo da revista (“zuera à parte”).

Declercq (2019) passa a analisar o entorno do fato, trazendo dados complementares que estendem a compreensão que o leitor tem da história, característica da análise, como visto no capítulo 2, segundo Dias et al (1998). Ao mesmo tempo, prossegue discutindo os riscos da dependência química:

Fábio usou a sua presença online como uma oportunidade de falar sobre o que realmente é ser um dependente químico e como isso pode roubar uma boa porção da sua vida. O ator matou um meme irresponsável e cheio de ares moralistas sobre o que é a dependência química. Ele não quis tirar a música de circulação ou impedir qualquer ser humano da face da Terra de usar seu nome como sinônimo de ficar louco, mas sim mostrar que existe o lado tenebroso disso. (DECLERCQ, 2019).

O encerramento da reportagem é de tom reflexivo e denota opinião. Após a exposição do contexto que cerca o fato que guia a matéria – a publicação do vídeo de Fábio Assunção – e de uma breve problematização sobre o estigma que as drogas carregam e a forma como a sociedade vê os dependentes químicos, a escolha de finalizar o texto dessa forma dialoga com o jornalismo interpretativo proposto por Beltrão (1976): “Esperamos que este seja um fim de um meme que, sinceramente, nem era engraçado.” (DECLERCQ, 2019). Aqui, vê-se que a autora encontra-se em pleno domínio da opinião.

Entende-se que a matéria de Declercq (2019) acerta ao atingir pontos estratégicos do fazer jornalístico voltado aos jovens sobre a questão das drogas: tratar o tema como um problema que traz riscos à saúde, responsabilizando quem satiriza o assunto, em uma linguagem simples e alinhada ao público-alvo da Vice. Com isso, a autora consegue provar que a questão das drogas é muito séria para ficar limitada a um meme.

Além disso, a matéria, que, como visto até aqui, oferece reflexões pertinentes para a discussão do assunto, foi publicada no mesmo dia em que o vídeo de Assunção foi ao ar, o que mostra a agilidade que o jornalismo digital impõe às redações.

No entanto, talvez justamente por essa agilidade, a matéria não esgota toda a sua proposta de abordagem. Não conta, por exemplo, com nenhuma fonte direta: nem Assunção, nem o youtuber Bartz ou a banda La Fúria, nem especialistas no tema ou outras pessoas que pudessem contribuir com a discussão, como os próprios dependentes químicos.

Cabe, para além de uma análise da construção da reportagem, uma observação sobre a escolha da pauta. O tema pode despertar estranhamento aos olhos de um público mais conservador, o que fomenta a discussão sobre se a conduta jornalística da Vice pode estar sinalizando a degradação do jornalismo ou, então, pode estar atuando como um repensar promissor do mesmo (BØDKER, 2017, tradução nossa). Ao ignorar essa discussão, é notável que há uma escolha, por parte da equipe editorial, de avançar na abordagem de um tema que de fato interessa o público-alvo da revista, como afirma o próprio Maleronka (2021, informação verbal).

Ressalta-se que, como visto no capítulo 3, referente à relação entre drogas e juventude, há aspectos psicossociais sob os quais os jovens se dimensionam: atitude de contestação e insatisfação sociais, questionamento de valores sociais e intelectualização dos fatos (SOUSA, 2006). A reportagem “O que podemos aprender sobre vício e memes moralistas com Fábio Assunção” percorre os três aspectos: contesta e, ao mesmo tempo, questiona os valores sociais ligados à moral que julga e condena o dependente químico – retratado aqui na figura do ator. Além disso, intelectualiza o fato que motiva a matéria, contextualizando, analisando e refletindo sobre a mensagem presente no vídeo, como já visto anteriormente.

Desse modo, conclui-se que a reportagem em questão utiliza-se de uma linguagem próxima e, ainda assim, analítica para seguir uma pauta que, sem dúvidas, se relaciona com o universo do leitor. O trecho “[...] Fábio fala com clareza e sinceridade sobre os riscos de glamourizar a dependência.” (DECLERCQ, 2019) sintetiza bem o ponto de vista da jornalista. Em seu texto, Declercq (2019) busca reforçar as consequências de se encarar como um meme a situação de quem vivencia a dependência, o que comprova como a linguagem empregada pela repórter dialoga de forma responsável com seu público.

6.2 As duas vidas do homem que injetava heroína no banheiro de um dos maiores jornais do Reino Unido

A segunda matéria analisada neste trabalho⁶⁸ é um relato do jornalista Joel Lewin acerca da própria experiência com a dependência química. O material foi traduzido por Madalena Maltez e Marina Schnoor e republicado no site da Vice Brasil em 22 de janeiro de 2019.

De mesmo nome deste subcapítulo, a reportagem é escrita em primeira pessoa, a não ser pela manchete e a linha de apoio: “Joel Lewin trabalhava num dos jornais financeiros de maior prestígio do mundo. Mas enquanto escrevia sobre ações, ele também roubava supermercados para alimentar seu vício.” (LEWIN, 2019).

Logo percebe-se uma intenção de incitar o leitor a prosseguir a leitura, pelo tom da manchete e da linha de apoio. O destaque dado ao veículo onde Lewin trabalhava fica claro em “um dos maiores jornais do Reino Unido” e “num dos jornais financeiros de maior prestígio do mundo.” A ideia, por si só, já chama a atenção do leitor. Além disso, o fim da linha de apoio, que menciona o ato do roubo a supermercados para “alimentar seu vício”, também se mostra uma ferramenta para captar a atenção do público, entende-se.

O primeiro parágrafo já se inicia em tom de jornalismo interpretativo:

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/j5zz44/as-duas-vidas-do-homem-que-injetava-heroina-no-banheiro-de-um-dos-maiores-jornais-do-reino-unido>> e nos apêndices deste trabalho.

Eu adorava chapar. Era uma coisa boa que vinha com outras coisas que eu amava na vida. Mas eventualmente isso se tornou a única coisa que eu amava. Eu amava chapar mais do que meu trabalho, minha saúde, meus amigos e minha família. Ai eu já não amava mais, mas precisava chapar. Eu precisava chapar para sair da cama, para dormir, para conversar, para conduzir minha vida cada vez mais problemática. Ai comecei a odiar chapar, mas ainda não conseguia parar. (LEWIN, 2019).

No trecho acima, vêem-se características da atividade jornalística segundo Seixas (2009 apud PICCININ e SOSTER, 2013): a permissão de uma análise crítica maior por parte do autor-jornalista, que autoriza o emprego de adjetivos “boa” e “problemática”, além da abolição do *lead*. Nota-se que o autor opta por iniciar o texto sem informar exatamente o fato tratado (o quê, quando, como, onde – características típicas do *lead*). É uma forma muito mais narrativa de conduzir sua história.

Lewin (2019) também escolhe mencionar aspectos da vida que provavelmente são conhecidos por seus leitores. A maior parte das pessoas lida com “trabalho”, “saúde”, “amigos”, “família”, “sair da cama”, “dormir” e “conversar”. Ao ligar tais aspectos do cotidiano com sua dependência química, Lewin (2019) cria proximidade (LAGE, 2003) e identificação (CAMPOS, 2002), traços já vistos na matéria de Declercq (2019). É uma boa estratégia, uma vez que a fidelidade do leitor ao veículo está ligada à capacidade do próprio veículo “de se identificar com ele, com os fatos da sua vida, isto é, se for possível passar algum tipo de interatividade.” (CAMPOS, 2002).

É possível observar, ainda no trecho, que Lewin (2019) não negligencia os impactos causados pelas drogas. Ele afirma que sua vida estava “cada vez mais problemática” e que, mesmo odiando fazer uso das drogas, ainda não conseguia parar. Apesar de utilizar uma manchete e uma linha de apoio bastante incitantes, o jornalista já deixa claro, no primeiro parágrafo, os riscos inerentes ao uso de drogas.

A reportagem de Lewin (2019), bem como as outras duas pertencentes ao corpus desta análise, foi republicada pela Vice Brasil em um período em que a linha editorial da revista referente ao tema das drogas se mostrava mais “responsável” (MALERONKA, 2021, informação verbal). No entanto, nota-se um traço dos primeiros anos da revista, que, ainda que com menos frequência, permanece em algumas matérias recentes: a linha “experencial” (MALERONKA, 2021, informação verbal). Trata-se da ideia de usar a matéria jornalística para documentar a

experiência do usuário de drogas, de forma franca e honesta. Isso pode ser visto na reportagem de Lewin (2019). Outro traço elencado por Maleronka (2021, informação verbal) também pode ser identificado aqui: o fato de nenhum repórter – ainda mais Lewin (2019) –, ser isento em sua atividade jornalística.

À medida que o texto avança, são apresentadas ao leitor mais consequências do uso de drogas, como é característico do fazer jornalístico da Vice sobre o tema (LOPES, 2021, informação verbal): “[...] acabei desperdiçando anos tentando parar com essa coisa que eu odiava.”; “[...] essa falsa segurança com o opiáceo minou todas as minhas fronteiras.”; “Fiquei com todos os problemas de que estava tentando fugir em primeiro lugar, agora muito maiores, além de um vício em heroína.” (LEWIN, 2019). Todas essas frases parecem querer alertar o leitor, de maneira franca, sobre os riscos do uso de substâncias.

Mas nem só de consequências é feito o texto. Lewin (2019) apropria-se de uma narrativa quase glamourosa para contar sua história com detalhes, o que acaba envolvendo o leitor. Seria perigoso se ele não incluísse, logo na sequência, as consequências do problema. Há, portanto, o bom senso, traço importante do jornalismo interpretativo para Beltrão (1976).

Dessa forma, vê-se que Lewin (2019) consegue costurar os diferentes momentos de sua trajetória, dos glamourosos aos nem tão glamourosos assim:

Tudo parecia melhor e mais fácil quando eu usava heroína. Eu me sentia bem comigo mesmo, bem com as pessoas e bem com a vida. [...] Consegui um trabalho como jornalista num dos maiores jornais financeiros do Reino Unido. [...] Eu publicava minhas matérias na primeira página. Mas essa falsa segurança com o opiáceo minou todas as minhas fronteiras. Só usar em casa... só depois do trabalho... só depois do meio dia... nunca antes das 9 da manhã... nunca no trabalho... não com agulhas... tudo isso foi sendo jogado pela janela. Logo eu estava usando heroína desde o momento que abria os olhos de manhã até a última coisa que eu fazia à noite. (LEWIN, 2019).

Neste mesmo trecho, destaca-se o uso de reticências, que projetam um efeito quase que de passagem do tempo, além de reforçar a oralidade do texto. Com esse mecanismo, Lewin (2019) parece aproximar-se ainda mais do leitor.

O texto apresenta predominância da forma narrativa, característica da reportagem segundo Sodré e Ferrari (1986), como visto já visto neste trabalho. Isso fica ainda mais nítido quando o repórter segue narrando trechos do seu cotidiano

com detalhamento, que é, aliás, outro traço da reportagem conforme Sodré e Ferrari (1986).

Nota-se:

Eu acordava às 5h45. Nem curto muito agricultura, mas ouvia o Farming Today na Radio 4 enquanto fumava ou injetava alguns papelotes. Ai eu me sentia normal o suficiente para comer alguns Rice Krispies, ouvir o Today e conferir as notícias das bolsas de valores asiáticas, o que me ajudava a me sentir mais normal. (LEWIN, 2019).

Nas frases “nem curto muito agricultura”, “me sentia normal o suficiente” e “me ajudava a me sentir mais normal”, Lewin (2019) expõe uma fragilidade. Fica perceptível a busca pelo sentimento de normalidade e que seu dia parecia não ter tanto significado, pensamento que ele amarra com este trecho, dois parágrafos depois: “minha vida foi ficando mais estreita, esparsa e mais isolada. Sentado na minha mesa, passando por análises de mercado tarde da noite, eu podia fingir que minha vida era rica e tinha significado.” (LEWIN, 2019).

O relato de Joel Lewin (2019), honesto e em primeira pessoa, pode ser mais eficaz no alerta aos riscos trazidos pelo uso de drogas do que outras matérias mais “isentas”. Aqui, remonta-se ao estudo de Costa, que aponta a saúde como principal motivo para os jovens não usarem drogas (45,4%), seguida por “medo de viciar” (33,2%). São os mesmos elementos aparecem entre as principais motivações dos jovens que desejam parar o uso: 38,4% deles dizem ter “medo de viciar” e 26,8% alegam querer parar por questões de saúde. Ao expor os danos que o vício em heroína causou à própria vida, Lewin (2019) estabelece uma comunicação franca com seu leitor e prova, pelo próprio testemunho, os perigos que o uso de drogas pode oferecer aos jovens.

No próximo trecho, o jornalista passa a contar as consequências que o vício trouxe para sua vida financeira:

Eu ganhava cerca de £2.000 [quase R\$10 mil] por mês. Eu gastava £600 [R\$2.800] de aluguel e o resto em heroína. Eu não estava só usando heroína – mas, depois que caía o pagamento, crack também. Na maioria das vezes eu simplesmente roubava comida do supermercado. Tecnicamente, eu tinha dinheiro para comprar, mas não comprava porque se economizasse em comida, eu tinha mais para gastar em drogas. (LEWIN, 2019).

Convém lembrar que a honestidade de Lewin (2019) é, além de um elemento editorial da Vice segundo a equipe (MALERONKA e LOPES, 2021, informação verbal), uma característica do bom jornalismo interpretativo, conforme Beltrão (1976). Há, no entanto, um ponto controverso na teoria: além da honestidade e do bom senso, já vistos aqui, Beltrão (1976) requer a imparcialidade da parte do agente. Por questões óbvias, Lewin (2019) não é imparcial⁶⁹, mas acredita-se que é justamente essa perspectiva que traz mais valor ao seu relato.

A experiência de Lewin (2019) talvez contribua para a documentação, acredita-se, de uma forma que outras matérias ditas isentas jamais conseguiriam:

Sem surpresa, minhas finanças eram uma zona. O que é particularmente vergonhoso para um jornalista financeiro. Eu estava escrevendo sobre as ações da Tesco, enquanto roubava lojas deles depois do trabalho. [...] Em alguns dias eu sentava na minha mesa e escrevia sobre transações de bilhões de dólares, ansiosamente olhando pela redação, pensando quem seria a pessoa menos constrangedora para pedir dez libras emprestado.

Em seguida, o repórter menciona outros problemas que passaram a acometer a vida profissional: a “pontualidade” e a “confiabilidade” (LEWIN, 2019). O autor também explica que o vício deixou de ser “prazeroso ou desejável”, tornando-se “uma necessidade para sobrevivência”, o que remonta ao primeiro parágrafo, quando escreve que, mesmo odiando ficar chapado, não conseguia parar. “O vício sequestra a parte primitiva do seu cérebro que lida com os instintos de sobrevivência. [...] Todo o resto se torna insignificante. Enquanto meu vício progredia, minha gentileza e simpatia desapareciam.” (LEWIN, 2019). Mais consequências que funcionam como alertas para o leitor.

O próximo trecho é ainda mais tenso:

Mesmo vendo que elas estavam me matando, eu ainda me agarrava às drogas como se minha vida dependesse disso. Tive uma overdose, caí de uma escada e fracturei o crânio. O médico disse que usar crack seria perigoso, mas saí mancando do hospital para comprar. Eu sentia que a coisa que estava me matando era crucial para minha sobrevivência. Se isso não é um cérebro sequestrado, não sei o que mais pode ser. (LEWIN, 2019).

⁶⁹ A própria noção de imparcialidade é muito debatida hoje no jornalismo. Lopes (2021, informação verbal) afirma, como muitos jornalistas e estudiosos do tema atualmente, nunca ter acreditado que o jornalista pode ser imparcial, em razão das vivências e das condições sociais de cada um serem diferentes. Maleronka (2021, informação verbal), por sua vez, diz que o jornalista precisa querer interferir na realidade, a fim de cumprir sua função social.

Há traços de ação dramática em “tive uma overdose, caí de uma escada e fracturei o crânio” e em “saí mancando do hospital para comprar”, característica do jornalismo interpretativo conforme Sodré e Ferrari (1986). Além disso, vê-se que, ao propor a interpretação de que seu cérebro estava “sequestrado”, o repórter ultrapassa o relato factual “estendendo a narrativa de modo que ela seja dramatizada, contextualizada e debatida.” (STANCKI, 2018, p. 137).

Apesar da linguagem formal em boa parte da reportagem, Lewin (2019), por vezes, traz informalismos. É o caso da palavra “negócio” em “sentia que alguma coisa ia dar errado, que tinha algo errado comigo, que eu não sabia fazer esse **negócio** de viver que os outros pareciam achar tão fácil.” (LEWIN, 2019 grifo nosso). Tal estilo de linguagem dialoga diretamente com o público da revista, como visto também no capítulo 4, referente ao histórico da revista, e na matéria de Declercq (2019), analisada anteriormente.

Entre outros problemas narrados por Lewin (2019), estão o desaparecimento do autorrespeito e da autoestima, a ansiedade com interações sociais e a autoflagelação.

Uma informação importante e que se mostra pertinente para a conscientização do leitor é a seguinte: “se eu não conseguia entender, não confiava que ninguém mais pudesse, então guardei segredo. Mas manter segredo só aumentava minhas dificuldades.” (LEWIN, 2019). Ao expor o motivo pelo qual mantinha seu vício em segredo, o repórter gera, novamente, a proximidade com seu público (LAGE, 2003). E, ao afirmar que essa atitude só aumentou suas dificuldades, Lewin (2019) presta um serviço por meio de uma informação poderosa: é preciso de ajuda para vencer a dependência química.

O repórter também reforça o caráter temporário das soluções que encontrou para seu problema, o que ajuda a reiterar a ideia de que nenhuma dessas soluções era realmente funcional:

Tentar escapar da ansiedade só fazia ela aumentar. Eu ficava ansioso em me sentir ansioso, seguido por toda parte por medo e desconforto. Eu não aguentava isso e não conseguia entender, então tentava só bloquear. Alcool, drogas e autoflagelação ofereciam um alívio temporário. Qualquer coisa para desligar minha cabeça por um tempo. A autoflagelação me dava um alívio da cascata sem fim de pensamentos problemáticos, mas isso só durava um tempo. (LEWIN, 2019).

Nesta parte, o jornalista não esconde os detalhes referentes à autoflagelação, mantendo a linha franca que utiliza em toda a reportagem:

Fui longe para esconder as marcas, cobrindo os braços com base e usando manga longa mesmo no calor. Uma vez meu braço infeccionou e não consegui dobrá-lo por semanas. Eu disse pra mim mesmo que nunca mais me cortaria, mas não demorou muito para começar de novo. (LEWIN, 2019).

No parágrafo seguinte, encontra-se novamente a narrativa glamourizada, seguida de uma ideia impactante, presente na última frase. Nota-se também o caráter temporário da falsa solução. Toda essa construção funciona como mais um alerta para o público leitor:

A heroína funcionou maravilhosamente por um tempo. Achei que tinha achado a resposta para todos os problemas da minha vida. Medo? Acabou. Auto-aversão? Sumiu. Autoflagelação? Parei. A heroína tirou tudo isso. O que não percebi foi que a heroína logo ia tirar tudo da minha vida. (LEWIN, 2019).

Em seguida, o repórter narra a dificuldade em parar com o vício, o que envolveu tomar essa decisão diversas vezes, a chance de mudar de ambiente (apoiada por amigos e familiares), livros de autoajuda, programas de substituição com outras substâncias e até o financiamento da reabilitação por parte da família.

Ele complementa com sinceridade: “mas eu tinha recaídas antes mesmo de tentar. Em toda recaída eu afundava um pouco mais e ficava um pouco mais sem esperança. Comecei a achar que nunca ia conseguir parar.” (LEWIN, 2019).

O repórter não deixa claro até os trechos finais da reportagem que ele conseguiu, de fato, superar o vício. Entende-se que essa decisão pode ser parte de sua estratégia narrativa. Observa-se que há uma intenção de captar a atenção do leitor, com uma narrativa progressivamente dramática e sincera, de modo que, na percepção da autora deste trabalho, a leitura flui até o ponto em que Lewin (2019) revela: “depois de anos de tentativas cada vez mais desesperadas, finalmente consegui ficar sóbrio. Quinze meses e contando.”

O autor acrescenta: “tudo que perdi consegui de volta, e um pouco mais. O que torna tudo isso mais valioso é a gratidão. Não considero mais nada garantido. Acordar me sentindo normal é uma coisa incrível depois de anos acordando me

sentindo péssimo.” (LEWIN, 2019). A última frase remonta à busca pela normalidade que ele não conseguia obter antes, enquanto fazia uso de drogas.

Lewin (2019) também menciona a construção de novas amizades, a recuperação de amizades antigas e o reencontro com o pai e o irmão depois de mais de um ano, o que pode servir de estímulo para a busca por ajuda, para o leitor que vivencia uma situação semelhante, e de alerta, para aquele que não deseja passar pelo mesmo. O jornalista imprime sua própria interpretação do fato: “é maravilhoso poder recuperar esses relacionamentos depois de tudo que eu fiz eles passarem.” (LEWIN, 2019).

Outro destaque são algumas ações que fizeram o repórter encontrar significado em sua jornada: “agora trabalho com reabilitação, ajudando outras pessoas. E isso me faz sentir bem depois de anos fazendo o contrário. [...] Ainda procuro um barato às vezes, mas agora em lugares diferentes, como correr 20 quilômetros numa floresta.” (LEWIN, 2019). Os relatos comprovam a ideia de que, com suporte adequado, é possível vencer o vício.

O trecho que mais sintetiza a mensagem da reportagem de Lewin (2019) é o seguinte: “este texto não deveria ser um inventário de dor e vergonha. O que estou tentando colocar aqui é uma visão de quão rápido negligenciar seus problemas de saúde mental pode virar um vício pesado em drogas.”

No parágrafo em questão, o repórter faz uma análise crítica maior (SEIXAS, 2009 apud PICCININ e SOSTER, 2013), apontando o que acredita ser a principal razão para seu vício pesado: a negligência com problemas de saúde mental. E, mais uma vez, de forma próxima – “negligenciar **seus** problemas” (grifo nosso) –, direta e honesta, o que fica nítido em “o que estou tentando colocar aqui é uma visão”. Com isso, Lewin (2019) também parece querer interferir na realidade, característica jornalística acreditada por Maleronka (2021, informação verbal).

Lewin (2019) encerra o texto mencionando novamente a importância da busca por ajuda, o que denota caráter educativo na matéria: “depois de tentar por tanto tempo me consertar com substâncias, finalmente vi que eu nem sequer estava quebrado. Eu só precisava de ajuda, que por alguma razão eu tinha medo demais para pedir.” (LEWIN, 2019). Aqui, lembra o conceito de Campos (2002) sobre o que diferencia um bom veículo: “a capacidade de seus profissionais para interpretar os fatos e ajudar o leitor a entender melhor a realidade à sua volta. Agindo assim o jornal cumpre sua principal missão, que é prestar serviços ao leitor.”

Na mesma linha, alerta que pensou ter “senso e boas intenções suficientes para me imunizar contra o vício”, mas que, por sua experiência como viciado e trabalhando com reabilitação – ou seja, nada isento –, “o vício pode acontecer com qualquer um, em qualquer lugar.” (LEWIN, 2019).

No capítulo 2, viu-se que “a interpretação é uma das grandes finalidades do jornalismo.” (STANCKI, 2018, p. 136). Como o autor lembra, “mais do que informações e conhecimentos, o jornal deve transmitir entendimento. Porque é do entendimento que deriva o poder.” (NOBLAT, 2010 apud STANCKI, 2018, p. 136).

Pode-se traçar um paralelo entre essa ideia e a matéria de Lewin (2019). Em “As duas vidas do homem que injetava heroína no banheiro de um dos maiores jornais do Reino Unido”, o repórter utiliza-se, para além dos próprios conhecimentos e experiências, do seu entendimento, enquanto viciado e alguém que trabalha com reabilitação, para escrever. E é esse entendimento que dá ao leitor o poder de decisão com relação ao uso de drogas, entende-se.

Sabe-se que um texto pode não ser o suficiente para manter alguém longe do vício. Mas ao contar sua trajetória com sinceridade, apresentando consequências e, principalmente, possibilidades de reabilitação, Lewin (2019) alerta para os riscos do uso de drogas e dialoga com seu público de forma responsável. Afinal, “o Interpretativo deixa para o leitor a decisão de acatar ou não a informação passada do modo mais claro e mais explicativo possível [...]” (CAMPOS, 2009, p. 130-131). No caso em questão, tudo em uma dimensão ainda mais profunda, uma vez que quem protagoniza toda a história é o próprio repórter.

Ressalta-se, por fim, a chamada ao pé da matéria que leva para o blog de Lewin (2019)⁷⁰, onde o jornalista publica textos sobre vício e recuperação, sob perspectivas pessoais e profissionais, da psicologia, neurociência e outros. Bom uso do hipertexto, característica do jornalismo online que permite um fluxo de conteúdo de modo que o assunto siga sendo discutido em outros espaços.

⁷⁰ Disponível em: <<http://recovereads.com/>>.

6.3 Suas drogas estão destruindo o planeta

Na mesma lógica dos dois subcapítulos anteriores, este é nomeado segundo o próprio título do texto analisado. A terceira matéria estudada neste trabalho⁷¹ foi republicada no site da Vice Brasil em 3 de junho de 2019. Trata-se de uma grande reportagem, assinada por Mike Power e, como a reportagem de Lewin (2019), traduzida por Madalena Maltez e Marina Schnoor.

A manchete é bem autoexplicativa. A linha de apoio complementa: “O mercado ilegal de drogas vem com um custo ambiental significativo, mas não precisava ser assim.” (POWER, 2019). O trecho “mas não precisava ser assim” parece indicar uma possível solução para o problema do custo ambiental a ser exposta ao longo do texto, mecanismo que instiga o leitor.

No primeiro parágrafo, Power (2019) oferece um vislumbre da evolução da produção de drogas em escala global:

A legalização da maconha está ganhando ritmo no mundo todo. Quantidades sem precedentes de cocaína, MDMA e heroína são produzidas atualmente na Colômbia, Holanda e Afeganistão, enquanto laboratórios na China estão bombeando uma sopa de letrinhas de drogas sintéticas no mundo. A demanda global por drogas – são 275 milhões de usuários no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde – continua inabalável, enquanto a capacidade de produção cresce a cada ano.

Aqui, destaca-se o uso do dado “275 milhões de usuários no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde”. Como visto no capítulo 2, são esses dados complementares que fazem com que o leitor possa ter uma compreensão maior dos fatos (DIAS et al., 1998). Ainda nesse trecho, Power (2019) insere um hiperlink⁷² que leva para outro site, comprovando o dado utilizado e aprofundando o espaço de discussão, como proposto pelo hipertexto na web.

É um *lead* impactante, que carrega informações poderosas para a “contextualização” do fato e o teor “predominantemente informativo” da reportagem (SODRÉ e FERRARI, 1986).

A seguir, o repórter finaliza o trecho de abertura do texto:

⁷¹ Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/j5wjwp/suas-drogas-estao-destruindo-o-planeta>> e nos apêndices deste trabalho.

⁷² Disponível em: <https://www.who.int/substance_abuse/en/>.

Sabemos os custos humanos do tráfico de drogas, como criminalidade, vício e morte. Mas enquanto as narrativas tradicionais da mídia sobre drogas focam em violência, elas muitas vezes ignoram outra armadilha do comércio ilegal de drogas: o impacto ambiental de uma indústria underground gigante sem regulamentação operando no mundo todo. Aqui você lê as maneiras como nosso uso de cannabis, cocaína, MDMA e heroína – e a guerra contra elas – estão f*** o planeta. (POWER, 2019).

Após a contextualização inicial, o jornalista escolhe dar ao público um resumo dos tópicos que abordará na sequência: cannabis, cocaína, MDMA e heroína. Esse resumo facilita o entendimento do leitor. Nesse momento, fica claro, portanto, o uso da objetividade dos fatos narrados (SODRÉ e FERRARI, 1986).

Nesse trecho, Power (2019) também utiliza um palavrão, o que denota informalidade, traço já identificado em outras matérias da Vice neste trabalho, e proximidade (LAGE, 2003) com o público da revista.

Vale observar que o repórter expõe uma posição desde o início do texto. Em “indústria underground gigante sem regulamentação” e em “a guerra contra elas”, Power (2019) parece defender que a regulamentação do mercado das drogas e o fim da guerra contra elas seria uma solução para os problemas que traz na reportagem.

A primeira droga tratada é a cannabis. Ao longo de 10 parágrafos, Power (2019) reúne dados que comprovam como o cultivo da maconha ilegal é prejudicial para o meio ambiente.

Ressalta-se:

Segundo Dan Sutton do Tantalus Labs, uma firma canadense que produz cannabis natural em estufas, a energia exigida para cultivar 1 quilo de cannabis indoor cria 4.660 quilos de CO₂ – a mesma quantidade que você teria se cruzasse os EUA de carro 11 vezes. (POWER, 2019).

Ao acrescentar “a mesma quantidade que você teria se cruzasse os EUA de carro 11 vezes”, Power (2019) contextualiza (SODRÉ e FERRARI, 1986) a informação anunciada e a traz para o universo do leitor (LAGE, 2003). Boa prática do jornalismo interpretativo, entende-se.

O mesmo pode ser visto no seguinte parágrafo, especialmente quando o repórter explica o que o uso de energia em questão significa quando comparado ao consumo de uma residência:

Pesquisas mostraram que o cultivo de cannabis em ambientes fechados nos EUA representa 1% do total de uso de eletricidade no país, o equivalente a um ano de energia para 1,7 milhão de casas. Segundo pesquisadores da Universidade de Swansea, isso gera 15 milhões de toneladas de gases-estufa anualmente. (POWER, 2019).

Além do produtor legalizado Dan Sutton e de pesquisadores como os da Universidade de Swansea, o repórter também tem como fonte uma pessoa que planta maconha de forma ilegal, cujo nome é alterado para preservar sua identidade. “Geoff*, uma das muitas pessoas no mundo que cultivam cannabis secretamente na própria casa, tem uma plantação com nove plantas em Londres [...]” (POWER, 2019).

No trecho em questão, o jornalista consegue diversificar as fontes de informação, o que enriquece a reportagem, e finaliza o parágrafo com mais um dado que complementa o assunto: “[...] na Inglaterra, quase 10 mil fazendas ilegais de cannabis foram invadidas pela polícia em 2016.” (POWER, 2019).

Power (2019) se utiliza do depoimento de Geoff para provar sua posição, o que fica claro principalmente com o uso da palavra “legalmente”, como se nota na última frase do parágrafo a seguir:

“Cultivo as plantas no porão sob luzes de 1.000 watts”, disse Geoff. “As luzes ficam acesas 24 horas por dia por 60% do ano, o que aquece a sala. Então tenho que refrigerá-la usando ar-condicionado. Mas isso deixa o ar muito seco, então tenho que usar um umidificador. E às vezes um desumidificador. Tenho que filtrar o ar para que a casa não fique fedendo, e tenho que extrair esse ar e também puxar ar fresco. Produzo só 16 quilos por ano. Mas se eu pudesse cultivar mais plantas, **legalmente**, numa estufa no meu jardim, acho que poderia produzir o dobro disso com zero energia.” (POWER, 2019, grifo nosso).

O repórter faz o mesmo com a fala de Dan Sutton: “passar o cultivo de cannabis indoor para céu aberto claramente reduziria a pegada de carbono criada pelo uso global de cannabis, disse Sutton.” (POWER, 2019). Parágrafos adiante, a ideia é ainda mais reforçada: “Sutton argumenta que regulamentação é a resposta, dizendo que ‘um mercado formal e legal como o que temos no Canadá cria empregos, reduz o crime e pode ajudar o meio ambiente’ [...]” (POWER, 2019).

Power (2019) acerta ao trazer dados que atestam como o plantio ilegal da maconha prejudica o meio ambiente: “produtores de cannabis sem licença a céu

aberto usam herbicidas e pesticidas proibidos, matando animais e poluindo o suprimento de água local.”

Nota-se também:

Cannabis também é uma planta sedenta: em 2018, pesquisadores da Universidade Swansea relataram que plantas de cannabis precisam do dobro de água diariamente do que uvas de vinho, e apontaram que os incêndios florestais na Califórnia em 2017 foram exacerbados pelas secas. E em 2015, pesquisadores da Public Library of Science da Califórnia atribuíram as secas recentes a um pico do cultivo sem licença. (POWER, 2019).

Power (2019) prossegue:

O mesmo estudo da Public Library of Science descobriu que cultivo sem licença no estado causou “fragmentação de habitats sensíveis através de desmatamento ilegal [para o plantio de cannabis]; enterro de córregos; entrega de sedimentos, nutrientes, produtos de petróleo e pesticida em córregos; desvio de água da superfície para irrigação, resultando em redução de fluxo e secagem completa de córregos, e mortalidade de vida selvagem terrestre por ingestão de pesticidas”.

Desse modo, a matéria dá a entender que a legalização e a fiscalização do plantio são soluções para o problema apresentado, o que fica claro no trecho “mas esse processo precisa ser regulamentado para minimizar danos para a vida selvagem e reservas de água.” (POWER, 2019).

Acredita-se que o jornalista faz bom uso dos dados para contextualizar o fato narrado e informar o leitor. No entanto, questiona-se o uso, neste momento, da fala de um produtor legalizado de uma firma canadense que cultiva cannabis natural em estufas. Entende-se que sua formação pode não ser a mais adequada para apontar os reflexos da produção no consumo de energia.

Nota-se no parágrafo a seguir:

‘Se os produtores americanos trocassem para estufas, a energia poupada poderia abastecer todas as casas de Seattle, Portland e São Francisco – juntas – por um ano’, ele [Dan Sutton] disse. ‘Se você trocasse todo o cultivo de cannabis da Califórnia por cultivo a céu aberto, isso pouparia o dobro de energia do que é produzido por todos os painéis solares do estado – em dobro’. (POWER, 2019).

Em adição à fala de Sutton, para consolidar ainda mais suas afirmações, sugere-se o uso da fala de um dos próprios pesquisadores mencionados no texto (utilizados apenas indiretamente por Power) ou, talvez, de especialistas nas áreas de energia, biologia ou gestão ambiental. Acredita-se que seus conhecimentos poderiam reiterar as previsões de Sutton.

Ao longo do trecho “Cannabis”, a matéria contém sete hiperlinks, uma fotografia e o player de um vídeo, que leva para o documentário da Vice Brasil “Baseado em Fatos: a legalização da Cannabis no Brasil”. O vídeo, publicado no YouTube⁷³, possui restrição de idade, uma vez que traz imagens explícitas do uso da droga.

O próximo tópico é “Cocaína”. São 18 parágrafos, uma fotografia e 10 hiperlinks.

Destaca-se o segundo parágrafo, que já reúne alguns dos danos causados ao meio ambiente pela produção da droga:

[...] trabalhadores colocam toneladas de folhas em grandes poços cheios de químicos tóxicos, incluindo cal, ácido sulfúrico, mais tarde acrescentando querosene e amônia. Acetona, éter e ácido clorídrico são usados para transformar a pasta em cocaína em pó. Todos esses produtos são jogados fora indiscriminadamente, matando flora e fauna. (POWER, 2019).

Dessa vez, Power (2019) tem à disposição menos pesquisas. Isso porque “há pouquíssimos dados sobre isso, já que trabalho de campo é perigoso demais nessas áreas remotas e sem lei.” Ainda assim, o repórter consegue duas fontes importantes de informação: o estudo “Disposal of Chemicals Used in the Illicit Manufacture of Drugs”, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2017), e o projeto financiado pela União Europeia (2016). Os dois são relativamente recentes, o que contribui para o nível de atualização e relevância da matéria.

O trecho a seguir merece atenção:

Num mundo diferente, folhas de coca para cocaína poderiam facilmente ser cultivadas em plantações éticas com padrões ambientais apropriados, similar ao que acontece com o café. Os lucros poderiam ir para produtores e governos, para desenvolver essas regiões com escolas e saúde pública que faltam hoje. Cocaína poderia até ser sintetizada em laboratório do zero. (POWER, 2019).

⁷³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jLrDF7n4IJ4>>.

Sabe-se que a legalização de um produto impõe uma regulamentação responsável por assegurar padrões de segurança. Contudo, Power (2019) arrisca, em um parágrafo, solucionar um problema que é histórico (o próprio tamanho de sua reportagem indica isso). No trecho “os lucros poderiam ir para produtores e governos, para desenvolver essas regiões com escolas e saúde pública que faltam hoje”, o jornalista faz uma previsão perigosa. Mesmo com a legalização, não é possível garantir que a regulamentação seja cumprida, entende-se. Notam-se inúmeros problemas semelhantes na agropecuária e na indústria química, por exemplo, 100% legalizadas.

Além disso, é preciso lembrar que o público-alvo da revista é jovem. Se a Vice quer atuar como uma plataforma e um espelho para o jovem (MALERONKA, 2021, informação verbal), é preciso cuidado na produção jornalística sobre o assunto. Acredita-se que legalização da cocaína implicaria riscos bem mais severos se comparados, por exemplo, à cannabis, tratada no item anterior, cujos riscos são menores e a legalização já pode ser observada em diversos países. Ao ignorar isso, entende-se que Power (2019) aborda o tema de forma superficial.

Como Beltrão (1976, p. 48) afirma, se o profissional “menospreza, camufla ou subtrai aspectos essenciais à exata compreensão do acontecimento [...] estará no campo da informação mutilada, superficial e/ou sensacionalista.”

O autor prossegue o texto mencionando que “em 2008, Francisco Santos Calderón, então vice-presidente da Colômbia, disse [...] que cada grama de cocaína cheirada no Reino Unido contribuía para quatro metros quadrados de florestas perdidas.” (POWER, 2019). Em seguida, o repórter usa dados para contestar a informação:

Segundo a ONU, cada hectare de coca pode produzir 5,6 toneladas de folhas de coca, que podem ser processadas em 8,4 quilos de cocaína pura. Isso é quatro vezes menos terra por grama do que Calderón sugeriu, mas não inclui terras desmatadas para apoiar o comércio de cocaína. (POWER, 2019).

Aqui, observa-se um traço positivo do jornalismo interpretativo segundo Beltrão (1976, p. 48): ultrapassar “os limites da busca do sentido das diferentes forças que atuam em uma situação” e submeter “os dados colhidos e o sentido encontrado a uma escala de valores própria, pessoal.”

O jornalista reconhece o impacto da produção e prossegue com mais dados:

Em qualquer caso, florestas são desmatadas para a produção de cocaína, mas focar só na cocaína é não ver a imagem toda. [...] Em 2017, segundo a ONU, coca era cultivada em 171 mil hectares de terra na Colômbia, um aumento de 25% para 2016 – mas isso corresponde a apenas 0,15% das terras do país. Em 2016, Davalos⁷⁴ concluiu que “cultivo de coca gera uma perda florestal direta e indireta insignificante”. (POWER, 2019).

A seguir, o repórter questiona o leitor, com proximidade (LAGE, 2003) e identificação (CAMPOS, 2002): “pense assim: O que as pessoas comuns consomem mais, cocaína ou carne?”. Então, ele explica: “como também é o caso para as florestas tropicais ao redor do mundo, o desmatamento atual é causado principalmente por agropecuária, migração humana, conflito armado, agricultura e mineração.” (POWER, 2019).

O parágrafo seguinte traz uma fala da professora Lilliana Davalos, já apresentada na reportagem, que parece equilibrar o debate. Novamente remonta-se à ultrapassagem dos “limites da busca do sentido das diferentes forças que atuam em uma situação”, de Beltrão (1976, p. 48):

“Isso não quer dizer: 'Não se preocupe, usuário de cocaína, seu hábito não causa danos’”, disse Davalos. “Mas é uma demonização muito específica da coca como sendo algo unicamente ruim, mais prejudicial que outras plantações – isso é uma falácia. A terra usada para cultivar coca é pequena em comparação com pastos, produtivos ou não.” (POWER, 2019).

O autor da reportagem traz outras informações que reiteram ainda mais seu ponto de vista: conforme Davalos, “a maioria do desmatamento na Colômbia foi causado por construções agora abandonadas de estradas nos anos 1960.” (POWER, 2019). Além disso, ele afirma que “os ataques mais indiscriminados contra espaços naturais na Colômbia foram realizados por agentes dos EUA, que faziam missões aéreas para jogar pesticidas em campos de coca entre 1999 e 2015, sob a ofensiva antidrogas Plano Colômbia.” Nesse ponto, vê-se o aprofundamento do tema, como visto no capítulo 2, referente ao jornalismo interpretativo, “sempre buscando a contextualização histórica, o entorno do fato, os detalhes do acontecido ou declarado, para ir além do meramente declaratório.” (CAMPOS, 2002).

⁷⁴ Lilliana Davalos, professora de ecologia e evolução da Stony Brook University de Nova York.

Observa-se, na matéria:

As plantações de coca, geralmente cultivadas junto com safras de alimentos, eram bombardeadas com uma versão extremamente forte de Roundup, um herbicida criado pela Monsanto, contendo um químico chamado glifosato. [...] Sanho Tree, diretor de políticas de drogas do Institute for Policy Studies [...] disse: “O exército americano usou uma versão superpotente do Roundup na Colômbia, combinado com um surfactante, para que ele colassem melhor na vegetação. Vi aviões sobrevoarem a floresta tropical em 2000, liberando nuvens de tempestade dessa coisa. [...]” (POWER, 2019).

Power (2019) traz o depoimento de Sanho Tree, uma fonte relevante para o assunto, considera-se, em razão do próprio testemunho e da relação entre o assunto tratado na matéria e o cargo que ocupa (diretor de políticas de drogas do Institute for Policy Studies). Além disso, o autor prossegue com mais detalhamentos do acontecido e contextualização histórica:

Glifosato é usado em fazendas de todo o mundo, em conjunto com sementes geneticamente modificadas que são resistentes a ele. Mas na Colômbia, essa aplicação aérea indiscriminada acabou com as plantações de fazendeiros pobres – alimentos, coca, tudo. A maioria não teve outra escolha a não ser se mudar e plantar mais coca. Em maio deste ano, um tribunal dos EUA decidiu que glifosato causou câncer em cidadãos americanos. A Monsanto, agora propriedade da gigante da indústria farmacêutica Bayer, encara mais de 9 mil processos similares nos EUA. (POWER, 2019).

O encerramento dessa parte da reportagem carrega a fala de Steve Rolles, outra fonte direta importante, entende-se, em função da sua atuação (analista de políticas da ONG britânica Transform Drug Policy Foundation). Isso serve para reforçar a posição assumida pelo repórter:

Sendo assim, usuários de cocaína, como pessoas que comem carne, devem ser culpados pelo dano ao meio ambiente causado por seu hábito? Steve Rolles, analista de políticas da ONG britânica Transform Drug Policy Foundation, disse: “consumo ilegal de cocaína não é possível eticamente. Mas é errado colocar a culpa nos usuários. Todos esses problemas podem ser mitigados, se não eliminados, com um controle apropriado num mercado legal”. (POWER, 2019).

Embora sua abordagem se aproprie de dados confiáveis para a defesa de um ponto de vista, a matéria de Power (2019) não menciona os perigos que uma droga

como a cocaína traz à saúde do usuário, portanto, não funciona como um alerta, infere-se. Reconhece-se, portanto, que a pauta não trata de saúde e, sim, dos danos causados pelas drogas ao meio ambiente. Ainda assim, tendo em vista o público-alvo da Vice, entende-se que, ao ignorar essa faceta das drogas, a reportagem não dialoga de forma plenamente responsável com seus leitores.

Se o objetivo é a defesa da legalização das drogas, Power (2019) poderia mencionar as políticas aplicadas em países onde essa regulamentação ocorre. Isso passa, por exemplo, pelo acompanhamento de especialistas, como visto nas “salas de *shoot*” dinamarquesas, espaços em que “usuários podem usar drogas ilegais com supervisão médica.” (TALWAR, 2017).

A terceira parte da reportagem trata sobre MDMA, sendo constituída por 15 parágrafos, uma fotografia e um hiperlink.

Neste ponto, a leitura já é cansativa e menos fluida, especialmente se comparada às matérias anteriores deste corpus de análise. Isso se dá em razão da pouca diversidade de elementos visuais e de um texto longo, carregado de dados (DIAS et al., 1998), e com teor predominantemente informativo (SODRÉ e FERRARI, 1986). Aqui, não há a predominância da forma narrativa trazida por Sodr e e Ferrari (1986) como característica da reportagem.

No trecho abaixo, entretanto, observa-se, sim, o emprego de uma narrativa mais consolidada, e, como visto em Sodr e e Ferrari (1986), a a o dramática. Isso fica claro na sequência de a oes dos grupos criminosos de Brabante⁷⁵:

[...] Despejam regularmente os subprodutos tóxicos de seus laboratórios em parques, ruas e florestas, além de na beira de estradas. Para não despejar esses subprodutos venenosos   mão, as gangues amarram juntos vários barris e baldes contendo o lixo tóxico na traseira de suas caminhonetes com as portas abertas e a ponta da corda amarrada numa  rvore. Aí eles aceleram, os contêineres são puxados e derramam milhões de litros de ácido clorídrico e sulfúrico e acetona que vão se infiltrar na terra, contaminando o solo, matando a vegeta o e ferindo animais que entrem em contato com eles. (POWER, 2019).

Destacam-se trechos que informam outras consequências importantes do mercado de MDMA, relatadas por uma fonte direta (Boelhouver). Elas envolvem esferas políticas e sociais, percebidas na negligência dos políticos do país e nas ameaças recebidas pelos fazendeiros:

⁷⁵ Região situada entre a Bélgica e os Países Baixos.

“A produção de drogas sintéticas nesta parte da Holanda está totalmente fora de controle”, acrescentou Boelhouwer⁷⁶. “Os políticos em Amsterdã estão em negação sobre a escala do problema aqui.” [...] “O despejo em florestas que vemos é apenas parte disso. As gangues abordam fazendeiros e fazem uma oferta: 'te damos €5.000 por mês para jogar nossos químicos na sua lama de porco, aí você pode jogá-la na sua propriedade'. Se os fazendeiros recusam, seus filhos são ameaçados”, disse Boelhouwer. (POWER, 2019).

Mais uma vez, fica evidente a posição do jornalista, ao escolher inserir na reportagem a fala abaixo:

Guy Jones, um químico da Reagent-Tests U.K.⁷⁷, disse que isso é uma consequência das leis de drogas que obrigam os produtores a trabalhar barato e em segredo. “Ter um processo de produção regulado poderia ajudar nessa questão. Companhias farmacêuticas não jogam seus resíduos nas florestas – porque não precisam”, ele disse. “Elas pagam outras empresas para descartá-los legalmente.” (POWER, 2019).

No trecho a seguir, a matéria de Power (2019) expõe os impactos da extração do óleo de safrol, matéria-prima do MDMA. Considera-se uma boa análise do tema, como visto segundo DIAS et al. (1998).

Nota-se:

O óleo é destilado ilegalmente da raiz de uma árvore conhecida localmente como *mreah prew phnom*, a *Cinnamomum parthenoxylon*, que cresce nas Montanhas Cardamomo no oeste do Camboja. Essas florestas ancestrais são lar de mais de 50 das espécies mais ameaçadas do mundo, incluindo o elefante-asiático, o tigre-da-indochina, o crocodilo-siamês, o urso-malaio, o gibão e o pangolim. As árvores são derrubadas, têm as raízes retiradas e destiladas em grandes caldeirões, aquecidos com madeira também tirada da floresta. Quatro árvores *mreah prew phnom* são necessárias para produzir um barril de 180 galões de óleo de safrol. Seis árvores de outro tipo são cortadas e queimadas para processar uma árvore de safrol. (POWER, 2019).

O jornalista finaliza a parte sobre MDMA escrevendo que, conforme Toby Eastoe, então coordenador de projetos da Conservation International⁷⁸, as apreensões de óleo de safrol alteraram o processo de extração do material. Os produtores passaram a desmatar as árvores como se fossem “qualquer outro tipo de

⁷⁶ Jan Boelhouwer, prefeito de Gilze em Rijen, município holandês.

⁷⁷ Empresa do Reino Unido que comercializa testes de reagentes, que servem para verificar se uma determinada substância corresponde à identidade presumida.

⁷⁸ Organização não governamental sediada em Washington D.C. que trabalha para proteger *hotspots* de biodiversidade do planeta.

madeira. As fábricas de safrol podem estar localizadas em qualquer lugar do país.” (EASTOE, 2015 apud POWER, 2019, tradução de Power).

O jornalista conclui usando a fala de uma fonte (Guy Jones) para expor seu posicionamento:

A lógica circular da guerra às drogas é perfeitamente ilustrada por esse processo, segundo Guy Jones. “Leis antidrogas sempre geram inovações em direções negativas. Os químicos passaram para o glicinato pmk como resultado da ofensiva contra o safrol”, ele disse. “Eles tiveram que passar de um processo químico de um passo para um processo de vários, significando mais resíduos, mais materiais crus e mais energia consumida.” (POWER, 2019).

A quarta droga abordada no texto de Power (2019) é a heroína. Essa parte conta com uma imagem e apenas quatro parágrafos. Após uma sucessão pesada de informações, pode parecer que a fadiga do assunto acometeu até o repórter que, até então, vinha seguindo uma série de blocos de texto muito maiores (10, 18 e 15 parágrafos em cada parte, respectivamente).

Aqui, o repórter encontra embasamento em uma única fonte, embora seu perfil seja, sem dúvidas, relevante para o assunto. Trata-se de David Mansfield, um consultor internacional de políticas de drogas. Segundo Power (2019), o especialista estudou 20 safras de ópio no Afeganistão.

Entre os danos ao meio ambiente trazidos no trecho, estão: “desvio de água, resultando na salinização do solo onde poucas outras plantas podem crescer”; esgotamento dos lençóis freáticos; aumento dos níveis de nitratos venenosos nesses lençóis e uso de herbicidas poderosos, usados “geralmente por homens e crianças sem treinamento que não usam proteção para trabalhar nos campos.” (POWER, 2019). Mais uma vez, é a análise em ação como formato do jornalismo interpretativo, para extensão da narrativa “de modo que ela seja dramatizada, contextualizada e debatida.” (STANCKI, 2018, p. 137).

A parte final da reportagem é uma conclusão óbvia, se levado em conta o ponto de vista que o repórter vem defendendo ao longo do texto inteiro. Constituído por quatro parágrafos, esse trecho leva o subtítulo “E agora?”. É uma linguagem simples e objetiva, que combina com o perfil da Vice e do público que a lê.

A ideia de oferecer um desfecho para a discussão é válida e perpassa os princípios do jornalismo interpretativo. Como visto no capítulo 2, segundo Campos (2002), o que diferencia um bom veículo na era digital – e a Vice é nativa digital – é

“a capacidade de seus profissionais para interpretar os fatos e ajudar o leitor a entender melhor a realidade à sua volta.” Power (2019) mostra essa capacidade. No entanto, questiona-se se a solução é, de fato, tão simples quanto a proposta por ele.

O repórter escreve:

Se a pessoa está determinada a ter a consciência limpa enquanto chapa, pode se tornar autossuficiente – cultivando seus próprios cogumelos, cannabis a céu aberto ou cactos psicoativos [...] Estimulantes são um problema maior. A opção mais ecológica seria usar drogas feitas na China como etilfenidato, fenmetrazina e seus análogos, já que essas drogas geralmente são produzidas como atividade secundária por empresas farmacêuticas legítimas com padrões (mesmo que mínimos) de gerenciamento de resíduos. Todas essas drogas são ilegais no Reino Unido e em boa parte do mundo, e sabemos pouco sobre seus efeitos colaterais em comparação com as escolhas já estabelecidas como anfetamina e cocaína. (POWER, 2019).

No trecho anterior, pelo menos o jornalista menciona que pouco se sabe sobre os efeitos colaterais das substâncias em questão, um grau mínimo de responsabilidade na discussão do tema.

Os penúltimo parágrafo resume bem a mensagem da grande reportagem:

Como a pessoa escolhe chapar, comer ou viajar é uma questão complexa de padrões éticos pessoais. Mas até que julgamentos morais falhos e ciência tosca parem de sustentar nossas leis de drogas – e os mercados ilegais sejam desmantelados e substituídos por mercados legais comandados por especialistas em vez de criminosos – sempre haverá impactos evitáveis e prejudiciais, e a culpa sendo jogada nos usuários. (POWER, 2019).

E o último parágrafo, por sua vez, apresenta a maneira “mais rápida” de solucionar o problema dos custos ambientais gerados pelo mercado ilegal de drogas, na visão dos especialistas consultados:

Os danos ambientais da produção de drogas são inegáveis e lamentáveis. Mas como especialistas disseram, o jeito mais rápido de remediar isso é rescindir nossas leis datadas de drogas e regular, monitorar e controlar formalmente esses mercados tão lucrativos. (POWER, 2019).

Observa-se que o repórter emprega os adjetivos “inegáveis”, “lamentáveis”, “datadas” e “lucrativos”, além dos advérbios “rápido” e “formalmente”, características da atividade interpretativa segundo Seixas (2009 apud PICCININ e SOSTER, 2013).

Em tempo: ao longo do texto, notam-se três erros de digitação, provavelmente ocorridos no processo de tradução: “Stony Brook **Univesity** de Nova York” (entende-se que o correto seria “University”); “o solo continua contaminado como resultado, é custa €50.000 para limpar cada local.” (entende-se que o correto seria “e”) e “esse tipo de despejo nas matas holandesas é um crime, e **precisar** ser visto no contexto histórico e legal apropriado.” (entende-se que o correto seria “precisa”).

Devido ao seu tamanho e detalhamento, a reportagem de Power (2019) pode ser entendida como um dossiê. Afinal, o dossiê “é o material jornalístico que pretende familiarizar o leitor com um fato determinado e procura detalhar ao máximo para apresentar a informação completa.” (CORDENONSSI e MELO, 2008, p. 4). Contudo não há qualquer box, gráfico, mapa ou tabela, elementos cuja utilização é mencionada pelos autores para condensar este tipo de matéria. Isso dificulta a navegação do leitor ao longo da reportagem, que acaba por deparar-se com longos blocos de texto, intercalados com poucas imagens.

Nesse sentido, recorre-se novamente à Beltrão (1976, p. 12), que diz que é uma característica do jornalismo interpretativo “submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos.” O autor também afirma que é preciso ter “uma especial aptidão para apreender o centro de interesse, o ponto nevrálgico, o núcleo do fato ou da situação que vai processar para a elaboração da matéria.” (BELTRÃO, 1976, p. 13).

Sob essa perspectiva, observa-se que Power (2019) é bem-sucedido na construção de uma matéria completa e detalhada, como visto nesta análise. Todavia, apesar de deixar clara sua posição – o ponto nevrálgico de Beltrão (1976) –, o jornalista faz uma seleção de dados bastante abrangente, deixando de proporcionar ao público apenas os que são realmente significativos. Ao mesmo tempo, como visto anteriormente, Power (2019) não menciona a relação entre a regulamentação do mercado de drogas e as consequências para a saúde do usuário.

O resultado, em termos de estabelecer um diálogo responsável com o leitor, já foi visto nesta análise. Em termos de design da notícia, é um texto longo e pouco variável, cuja leitura poderia tornar-se cansativa até no meio impresso, que dirá em um meio que exige mais dinamicidade e velocidade, como é a web.

Para resolver o problema, se não for possível suprimir dados, sugere-se o desdobramento do conteúdo em, quem sabe, uma série de reportagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do presente trabalho, com o tema “a abordagem do tema das drogas pela revista Vice Brasil”, se deu a partir de uma inquietação pessoal. Na posição de uma jovem consumidora de mídias, incluindo a própria revista estudada nesta análise, verificou-se que a oferta de conteúdos jornalísticos sobre o tema das drogas é ampla, mas nem sempre sob uma abordagem responsável, tendo em vista o público jovem. O mesmo acontece com a linguagem desses conteúdos, que, como se havia notado, nem sempre está alinhada a esse público.

Ao ler a revista Vice, no entanto, percebia-se que a linha editorial do veículo trata o leitor de uma forma diferente da encontrada, geralmente, em meios de comunicação tradicionais. Uma abordagem mais direta, de linguagem descontraída, e, talvez por tais razões, entende-se, mais instigante para o seu público, na opinião desta autora enquanto leitora jovem da revista.

Surgiu, assim, um problema de pesquisa: como se dá a abordagem escolhida pela revista Vice Brasil em reportagens que tratam do tema das drogas? O problema foi respondido e, com este trabalho, verificou-se que a Vice aborda o assunto de forma franca, demonstrando, por meio da escolha de pautas e da linguagem, proximidade com o universo do leitor. Do ponto de vista jornalístico, a abordagem mostra-se responsável em grande parte das vezes, mas, ainda, com alguns pontos passíveis de questionamentos, como visto na pesquisa.

Para chegar a essa resposta, estabeleceu-se um objetivo geral: analisar a abordagem do tema das drogas pela revista Vice Brasil. Esse objetivo foi cumprido, conforme nota-se no capítulo 6 deste trabalho, referente à própria análise de conteúdo da revista, em que foram analisadas três reportagens pertencentes ao corpus de pesquisa proposto. Traçaram-se também quatro objetivos específicos. O primeiro era entender se a linguagem empregada pelos repórteres dialoga de forma responsável com o público da revista. O objetivo foi cumprido, como visto ao longo do capítulo 6. No subcapítulo 4.2, inclusive, foi estudada a linguagem da revista, o que permitiu identificar pistas sobre sua relação com o público-alvo. Essa linguagem pôde ser vista em ação posteriormente, principalmente na análise no capítulo 6.

O segundo objetivo era compreender se a escolha da revista por tratar o assunto como uma questão de saúde pública se mostra pertinente no alerta para os riscos trazidos pelo uso de drogas e na chamada “redução de danos”. Esse objetivo

foi cumprido, como percebeu-se na análise da primeira matéria do corpus: “O que podemos aprender sobre vícios e memes moralistas com Fábio Assunção”. A abordagem da repórter Marie Declercq (2019), especialmente ao usar a palavra “doença” nesse contexto, o que está diretamente ligado à noção de saúde pública, mostrou-se pertinente para alertar o público leitor acerca dos riscos de se glamourizar o vício em drogas.

O terceiro objetivo era delinear o perfil do público-alvo da revista Vice Brasil. Esse objetivo também foi cumprido. Ao longo dos capítulos 3 e 4, estão presentes características do perfil desse público que é, comprovou-se, sobretudo jovem. Para encontrar tais informações, entende-se que foi essencial a realização de entrevistas com o ex-editor-chefe da Vice Brasil André Maleronka (2021) e a ex-repórter e ex-editora da revista Débora Lopes (2021), além de pesquisa sobre o histórico do veículo, prévia às entrevistas.

O último objetivo era contribuir para o debate sobre a pauta dos veículos de comunicação no Brasil e a importância do jornalista enquanto construtor de uma realidade social. Entende-se que sim, foi possível contribuir para o debate proposto pelo quarto objetivo, claro, com a pretensão de uma estudante da graduação ainda em formação. Essa discussão aparece em diversos momentos ao longo deste trabalho: no estudo sobre jornalismo interpretativo, na análise de conteúdo e nas entrevistas com Débora Lopes (2021) e André Maleronka (2021).

Também formaram-se hipóteses. A primeira era se a revista Vice Brasil tem uma abordagem que conscientiza seu público-alvo sobre o uso de drogas. Essa hipótese se confirmou. Por meio da análise, verificou-se, em diversos momentos da primeira e da segunda matérias pertencentes ao corpus de pesquisa, que a abordagem usada pelo veículo, de fato, alerta o público que consome a revista sobre os riscos que o uso de drogas envolve.

Já a segunda hipótese era se a revista Vice Brasil tem uma abordagem que estimula seu público-alvo ao uso de drogas. Essa hipótese não se confirmou. Não foram encontrados na análise traços de linguagem que estimulam seu público-alvo ao uso de drogas.

Ao fim, tinha-se uma terceira hipótese: por vezes, a irreverência da revista Vice Brasil mascara riscos inerentes ao uso de drogas em suas reportagens sobre o tema. Como a primeira hipótese, essa se confirmou. Como visto na terceira matéria do corpus de análise, “Suas drogas estão destruindo o planeta”, há argumentos bem

fundamentados que defendem o ponto de vista do repórter. No entanto, não foram encontrados alertas sobre os danos que o uso de drogas pode trazer à saúde do usuário, o que permite entender que sim, por vezes a irreverência da revista acaba mascarando os riscos inerentes ao uso de drogas.

Para dar conta das hipóteses e dos objetivos lançados nesta pesquisa, utilizaram-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica, a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica reuniu não só informações pertinentes aos assuntos estudados, como também os próprios documentos necessários (as reportagens) para a realização das entrevistas e da análise. A pesquisa bibliográfica também permitiu listar pontos nas teorias estudadas que dialogassem com a análise aqui proposta. A entrevista semiestruturada, por sua vez, foi utilizada para coleta de informações com André Maleronka (2021) e Débora Lopes (2021). Por fim, a análise de conteúdo levou à seleção do corpus de pesquisa e guiou todo o estudo das reportagens, segundo a metodologia proposta por Bardin (2000).

Assim, chega-se ao final do Trabalho de Conclusão de Curso. Na fase de elaboração do projeto de pesquisa, entendia-se que o papel do jornalista é retratar a realidade à sua volta, questioná-la e provocar o público – tanto aqueles que estão no poder quanto os que a ele se submetem – a transformá-la. Esse foi um dos motivos que levaram a autora a optar pelo seu curso de graduação. E foi com esse entendimento, inclusive, que se definiu a escolha do objeto de estudo do presente trabalho.

Não foi surpresa, portanto, quando na fase das entrevistas ouviu-se o ex-editor-chefe da *Vice no Brasil*, André Maleronka (2021), dizer que acredita ser que o jornalista precisa querer intervir na realidade. Essa visão reitera a importância deste trabalho e reforça ainda mais o sentimento sobre a profissão escolhida pela autora.

Ao longo do processo de pesquisa, levantaram-se outras questões, para além das hipóteses aqui estudadas. Os meios de comunicação estão preparados para lidar com o público jovem, considerado o mais suscetível à experimentação de drogas? As empresas jornalísticas estão dispostas (ou interessadas) a explicar as consequências dessa experimentação de forma eficaz e alinhada à linguagem usada pelo público? E que público jovem é esse, afinal? Ele se sujeita, de fato, às informações que recebe da mídia? Mais importante: toma decisões a partir delas?

Após a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso – e do inevitável surgimento de novas perguntas –, está claro para a autora que a pesquisa sobre o tema não encontra seu fim aqui. Com isso em mente, espera-se gerar novos trabalhos, que possam, tal como este, contribuir para o debate sobre o papel do jornalista enquanto construtor de uma realidade social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Redação científica – elaboração de TCC passo a passo**. São Paulo: Factash Editora, 2007.

AUGUSTIN, Débora; GEARA, Gabriela; KESSLER, Helena; CASTRO, Rosane. **Desnaturalizando o conceito de Juventude através dos tempos**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/juventude-texto.html>>. Acesso em 27 abr 2021.

BAIRD, Dugald. **Vice announces new global head of content and editor-in-chief**. Londres, 12 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2015/feb/12/vice-media-alex-miller-ellis-jones>>. Acesso em 27 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

BATISTA, Francisco Honório Araújo; GALELLI, Ademar. **O comprometimento organizacional e a teoria das gerações: um estudo de caso em uma empresa metalúrgica na Serra Gaúcha**. In: Revista Geintec - Gestão Inovação e Tecnologias. São Cristóvão: 2014. vol. 4, no. 1. Disponível em: <<https://www.revista.geintec.net/index.php/revista/article/view/269>>. Acesso em 11 set. 2021.

BBC. 'Vice': **Como ex-viciado em heroína se tornou dono de império de mídia internacional**. 19 fev. 2017. Internacional. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38885661>>. Acesso em 20 nov. 2021.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BICCA, Carla; PEREIRA, Márcia Surdo; GAMBARINI, Maria Angélica. **Conceitos, diagnóstico e classificação**. In: PULCHERIO, Gilda; BICCA, Carla; SILVA, Fernando Amarante (orgs). *Álcool, outras drogas & informação: o que cada profissional precisa saber*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2011.

BLUME, Bruno André. **Progressismo: o que é?** 28 jul. 2017. Trilhas. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/progressismo-o-que-e/>>. Acesso em 16 set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra!** In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero (pp. 112-121), 1983.

BØDKER, Henrik. **Vice Media Inc.: Youth, lifestyle – and news**. In: *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, vol 18 (1): 17. 1 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.deepdyve.com/lp/sage/vice-media-inc-youth-lifestyle-and-news-0u0NSyLIQL?key=sage>>. Acesso em 26 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 12 maio 2021.

CAMPOS, Pedro Celso. **Gêneros do Jornalismo e técnicas de entrevista**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 1 pp. 127 - 141 jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p127/10422>>. Acesso em 19 ago 2021.

CAMPOS, Pedro Celso. **O texto interpretativo**. Observatório da Imprensa. Primeiras Edições. 166.ed. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-texto-interpretativo/>>. Acesso em 19 ago 2021.

COIMBRA, Cecília.; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. **Subvertendo o conceito de adolescência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, (pp. 2-11), 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57_n1a02.pdf>. Acesso em 27 abr 2021.

CORDENONSSI, Ana Maria; MELO, José Marques de. **Jornalismo interpretativo: os formatos nas revistas Veja e Época**. São Paulo, 2008. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0320-1.pdf>>. Acesso em 2 jun. 2021.

COSTA, Letícia Graziela. **Jovens em situação de vulnerabilidade social: a rede de apoio e o uso de drogas**. In: KOLLER, Sílvia; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco (orgs). Adolescência e Juventude Brasileira: Vulnerabilidade e Contextos de Proteção. Editora Casa do Psicólogo, 2011.

DA CÁS, Danilo. **Manual teórico-prático para elaboração metodológica de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Jubela Livros, 2008.

DE DEUS, Sandra. MONTAGNA, Amanda Pansera. **Jornalismo interpretativo na era digital : o espaço da reportagem no Globoesporte.com**. In: Pauta Geral: Estudos em Jornalismo [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014. V. 1, n. 1 (2014), p. 28-39. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/83677>>. Acesso em 2 jun. 2021.

DE SÁ, Nelson. **Vice encerra produção de conteúdo editorial no Brasil**. São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/vice-encerra-producao-de-conteudo-editorial-no-brasil.shtml>>. Acesso em 27 maio 2021.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, J; BARROS, A. (org.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

ELLEFSON, Lindsey. **Vice News Names Michael Learmonth Editor in Chief**. 17 maio 2021. Disponível em: <<https://www.thewrap.com/michael-learmonth-vice-editor-in-chief/>>. Acesso em 20 nov. 2021.

FORBES. **Vice Media atinge US\$ 5,7 bilhões em valor de mercado**. 22 out. 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com.br/negocios/2017/10/vice-media-atinge-us-57-bilhoes-em-valor-de-mercado/>>. Acesso em 27 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KALVØ, Daniel. **Immersion Journalism. How VICE Media Challenges the Norms, Methods, and Ideals of Mainstream Journalism**. 15 maio 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1956/10473>>. Acesso em 26 maio 2021.

KELLY, Keith J. **Vice exec accused of sexual harassment has been fired**. Nova York, 30 jan. 2018. Media. Media Ink. Disponível em: <<https://nypost.com/2018/01/30/vice-exec-accused-of-sexual-harassment-has-been-fired/>>. Acesso em 20 nov. 2021.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEMOES, Tadeu; ZALESKI, Marcos. **As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos**. In: PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio (orgs). *Adolescência e drogas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LESSA, Isabella. **Qual o segredo da Vice Media?** 6. jul 2016. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/07/06/qual-o-segredo-da-vic-e-media.html>>. Acesso em 27 maio 2021.

LOPES, Débora: depoimento [set. 2021]. Entrevistadora: F. Mondadori. Caxias do Sul. 2021. **Entrevista virtual concedida para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso**, 2021.

MALERONKA, André: depoimento [set. 2021]. Entrevistadora: F. Mondadori. Caxias do Sul. 2021. **Entrevista virtual concedida para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso**, 2021.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. v. 1, p. 1-10. Bauru: USC, 2004.

MARTINS, Cristina. **Geração digital, geração net, *millennials*, geração Y: refletindo sobre a relação entre as juventudes e as tecnologias digitais**. In: Diálogo. Canoas, n.29, ago, 2015. Unilasalle. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/viewFile/2238-9024.15.7/pdf>>. Acesso em 8 set. 2021.

MEIO E MENSAGEM. **Vice amplia cobertura para 50 novos países**. 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2016/06/22/vice-amplia-cobertura-para-50-novos-paises.html>>. Acesso em 27 maio 2021.

MEIO E MENSAGEM. **Vice Media anuncia sua nova CEO global**. 13 mar. 2018.

Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2018/03/13/vice-media-anuncia-sua-nova-ceo-global.html>>. Acesso em 27 maio 2021.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. In: Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Jan-abr 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?lang=pt>>. Acesso em 2 jun. 2021.

MELO, José Marques de (org.). **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal "Folha de São Paulo e da Revista "Veja"**. São Paulo: Universidade Metodista, 1998. In: Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Recife: 1998. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b43f21945b991b4e99923bee1b2e5d7c.PDF>>. Acesso em 2 jun. 2021.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

PECHANSKY, Flavio; SZOBOT, Claudia Maciel; SCIVOLETTO, Sandra. **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos**. In: Revista Brasileira de Psiquiatria. V.26, supl.1. São Paulo, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000500005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 27 abr 2021.

PEUKER, Ana Carolina; FOGAÇA, Janaina; BIZARRO, Lisiane. **Expectativas e beber problemático entre universitários**. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. v.22 n.2 Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 27 abr 2021.

RIBEIRO, Weudson. **Revista Vice demite toda a equipe editorial no Brasil**. 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/480918/>>. Acesso em 27 maio 2021.

SILVA, Vilma Aparecida; MATTOS, Hélcio Fernandes. **Os jovens são mais vulneráveis às drogas?** In: PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio (orgs). Adolescência e drogas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.

SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana. **Jornalismo diversional e jornalismo interpretativo: diferenças que estabelecem diferenças**. Portugal, 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/soster-piccinin-2013-jornalismo-diversional.pdf>>. Acesso em 2 jun. 2021.

SOUSA, Janice. Apresentação do Dossiê: **A sociedade vista pelas gerações**. Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política, Florianópolis: v. 5 n. 8. (pp. 9-30), 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1802/1561>>. Acesso em 27 abr 2021.

STANCKI, Rodolfo. **Entranhas da imprensa: teoria e prática dos gêneros**

jornalísticos. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018.

STUMPF, I. **Pesquisa bibliográfica**. In: DUARTE, J; BARROS, A. (org.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TALWAR, Divya. **As salas onde dependentes são livres para tomar as drogas que quiserem**. 11 jan. 2017. Geral. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-38562639>>. Acesso em 11 nov. 2021.

VICE. **About**. Disponível em: <<https://www.vicemediagroup.com/about/>>. Acesso em 9 jul. 2021.

VICE. **Media kit**. Londres, 2016. Disponível em: <<https://upload-assets.vice.com/files/2016/01/15/1452894236compressed.pdf>>. Acesso em 9 jul. 2021.

ANEXOS

ANEXO A

REPORTAGEM: “O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE VÍCIO E MEMES MORALISTAS COM FÁBIO ASSUNÇÃO”

AUTOR: Marie Declercq

REVISTA: Vice Brasil

DATA: jan. 2019

Entretenimento

O que podemos aprender sobre vício e memes moralistas com Fábio Assunção

O ator matou um meme irresponsável e um tanto conservador sobre dependência química.



Por Marie Declercq

22.1.19 [f Compartilhe](#) [t Tuite](#) [s Snap](#)

É um costume nosso nas redes sociais não enxergar além do que é nos apresentado em um vídeo ou imagem que se tornaram memes. Memes são divertidos, ninguém quer exatamente que a pessoa que se tornou o objeto central do meme se ferre ou passe por maus bocados. É uma piada que, assim como muita coisa na internet, tem um período de vigência e que logo mais morrerá em arquivos obscuros na rede mundial de computadores ou no grupo do zap da sua família.

O ator veterano Fábio Assunção se tornou um meme em 2018. Assunção já havia dito em entrevistas que sofria com a dependência química e que a doença é uma caminhada difícil de manter. Em junho de 2017, ele dirigiu embriagado em Pernambuco e foi agressivo com pessoas ao redor e desacatou policiais. Foi preso, pagou fiança e foi liberado após a audiência de custódia. Já em maio do ano seguinte, Fábio foi detido mais uma vez pelo mesmo delito.



As duas vidas do homem que injetava heroína no banheiro de um dos maiores jornais do Reino

Pela reincidência da coisa, somada à foto do ator com uma barba longa e grisalha, a internet brasileira respondeu, como esperado, com piadas. O fato do ator ter sido pego duas vezes fazendo a mesma coisa lhe rendeu uma imagem de "loucão". Em julho, o youtuber Bartz lançou um trap chamado "Modo Assunção" que fala sobre sair para uma noitada, encher a cara e, enfim, ficar doidão. Surfando na onda do meme, a banda La Furia lançou uma versão do mesmo som em agosto e assim o meme virou um hit.

Junto com a música, o meme foi se tornando mais e mais popular. Máscaras de carnaval começaram a circular nas redes sociais e muitos usuários começaram a usar o nome do ator como um termo para ficar doidasso de cachaça ou droga. Houve até um componente moral que supostamente podia servir como perdão prévio automático pra zuera: ele é um usuário de drogas porque quer e, afinal de contas, colocou a vida de si próprio e de terceiros em risco duas vezes por estar dirigindo embriagado.

Nós temos um costume de desumanizar usuários de drogas. A intensidade dessa objetificação varia de acordo também com a cor da pele, notoriedade e classe social do dependente. Se este é morador de rua e viciado em crack, sua humanidade lhe é usurpada mais rápido que os jatos de água dos caminhões da Prefeitura que os expulsam das calçadas. Eles não têm nome, são zumbis. Se for classe média, são doentes. Já se são famosos, o vício ganha uma maquiagem glamourizada. Como se fosse algo inerente à profissão ser doidão, e tudo bem.

E nós estamos habituados a não questionar a gravidade desse processo de normalização. As piadas chegam até a ser recicladas entre um caso e outro. Quem não lembra do bolão virtual para apostar quando a cantora Amy Winehouse iria morrer? Atire a primeira pedra quem não chamou o ex-Polegar Rafael Ilha de Rafael Pilha.



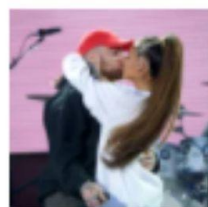
No entanto, zuera à parte, o dependente ainda está lá, lutando contra o vício. E, no caso do meme de Fábio Assunção, o humor opera como uma forma de desmerecer quem vive com a dependência. O ator, inclusive, poderia ter ficado puto da vida com a música da banda La Furia e do Bartz e com as máscaras de péssimo gosto que infelizmente aparecerão no Carnaval de 2019. Ele chegou a comentar pela primeira vez no *Conversa com o Bial* sobre os memes, dizendo que os considerava ofensivos. Porém, o ator desenvolveu essa brincadeira toda para algo surpreendentemente educativo. Ele fez um acordo com a banda para destinar todo o dinheiro da música para instituições que tratam de dependentes químicos.

Em três vídeos publicados no seu Instagram oficial, Fábio fala com clareza e sinceridade sobre os riscos de glamourizar a dependência. "Eu não endosso, de maneira nenhuma, essa glamourização ou zueira com esse sofrimento. Minha preocupação é com você que sente na pele a dor e a complexidade dessa doença. Minha vontade é que você sempre tenha um diálogo aberto, encontre um lugar de afeto com sua família, seus amigos e com a sociedade brasileira. E assim merecer respeito e direito a um tratamento digno," começa o ator.



Não é fácil ser um meme na internet, especialmente quando este foca em pontos negativos seus. As reações dos personagens meméticos não costumam (compreensivelmente) ser muito boas, o que tem o efeito de acelerar o ritmo com que a zueira se repete. No entanto, Fábio usou a sua presença online como uma oportunidade de falar sobre o que realmente é ser um dependente químico e como isso pode roubar uma boa porção da sua vida.

O ator matou um meme irresponsável e cheio de ares moralistas sobre o que é a dependência química. Ele não quis tirar a música de circulação ou impedir qualquer ser humano da face da Terra de usar seu nome como sinônimo de ficar loucão, mas sim mostrar que existe o lado tenebroso disso. Existe sempre uma pessoa na outra ponta da piada.



Ariana Grande,
Mac Miller e por
que culpamos
mulheres pelo
abuso de drogas
dos homens

"15% das pessoas do mundo tem problemas de dependência química," continua Assunção. "É muita gente sofrendo por não conseguir controlar suas compulsões e eu acho importante lembrar a todos que isso não tá escrito na certidão de nascimento. Todo mundo começa do mesmo jeito. Achando que tudo bem, mas pode não terminar tudo bem."

As instituições ainda estão para ser divulgadas pelo ator, pelo vocalista da banda La Furia e o youtuber Bartz. Assunção termina o vídeo advertindo o que deveria ser um conselho para todo mundo. "Nós não somos super heróis. Cuide de você, cuide de quem você ama, cuide dos seus amigos nas festas, nas ruas".

Esperamos que este seja um fim de um meme que, sinceramente, nem era engraçado.

**O texto foi alterado por falar que a primeira versão da música "Modo Fábio Assunção" era da banda La Furia e não do youtuber Bartz. Já retificamos a falha.*

Siga a **VICE Brasil** no [Facebook](#), [Twitter](#), [Instagram](#) e [YouTube](#).

TAGGED: [BRASIL](#), [MEMES](#), [DROGAS](#), [CARNAVAL](#), [DEPENDÊNCIA QUÍMICA](#), [OPINIÃO](#), [FÁBIO ASSUNÇÃO](#)

ANEXO B

REPORTAGEM: “AS DUAS VIDAS DO HOMEM QUE INJETAVA HEROÍNA NO BANHEIRO DE UM DOS MAIORES JORNALIS DO REINO UNIDO”

AUTOR: Joel Lewin

REVISTA: Vice Brasil

DATA: jan. 2019

As duas vidas do homem que injetava heroína no banheiro de um dos maiores jornais do Reino Unido

Joel Lewin trabalhava num dos jornais financeiros de maior prestígio do mundo. Mas enquanto escrevia sobre ações, ele também roubava supermercados para alimentar seu vício.



Por Joel Lewin



Traduzido Por Madalena Mathez



Traduzido Por Marina Schnoor

22.1.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)



JOEL (DIREITA) ENQUANTO AINDA USAVA HEROÍNA.

MORE LIKE THIS

[Drogas](#)

A verdade sobre olhar no espelho quando você usa psicodélicos

SOPHIE SAINT THOMAS
27.9.19



[Drogas](#)

Fiz um furo no meu crânio para ficar chapado pra sempre

JOHN DORAN



Eu adorava chapar. Era uma coisa boa que vinha com outras coisas que eu amava na vida. Mas eventualmente isso se tornou a única coisa que eu amava. Eu amava chapar mais do que meu trabalho, minha saúde, meus amigos e minha família. Aí eu já não amava mais, mas precisava chapar. Eu precisava chapar para sair da cama, para dormir, para conversar, para conduzir minha vida cada vez mais problemática. Aí comecei a odiar chapar, mas ainda não conseguia parar. E acabei desperdiçando anos tentando parar com essa coisa que eu odiava.

PUBLICIDADE



Tudo parecia melhor e mais fácil quando eu usava heroína. Eu me sentia bem comigo mesmo, bem com as pessoas e bem com a vida. Parecia que as coisas estavam melhorando. Consegui um trabalho como jornalista num dos maiores jornais financeiros do Reino Unido. Eu usava uma camisa, às vezes até gravata. Eu publicava minhas matérias na primeira página.

Mas essa falsa segurança com o opiáceo minou todas as minhas fronteiras. Só usar em casa... só depois do trabalho... só depois do meio dia... nunca antes das 9 da manhã... nunca no trabalho... não com agulhas... tudo isso foi sendo jogado pela janela. Logo eu estava usando heroína desde o momento que abria os olhos de manhã até a última coisa que eu fazia à noite. Aí parei de trabalhar. Fiquei com todos os problemas de que estava tentando fugir em primeiro lugar, agora muito maiores, além de um vício em heroína.

Eu acordava às 5h45. Nem curto muito agricultura, mas ouvia o *Farming Today* na Radio 4 enquanto fumava ou injetava alguns papелotes. Aí eu me sentia normal o suficiente para comer alguns Rice Krispies, ouvir o *Today* e conferir as notícias das bolsas de valores asiáticas, o que me ajudava a me sentir mais normal.

Eu chegava na minha mesa às 7h, quando chegava o primeiro relatório financeiro do Reino Unido, e começava a escrever alguma matéria sobre grupos como o BT e Poudland. Outro frenesi de escrita às 8h quando as bolsas abriam. Eu aproveitava a calmaria das 9h para colocar a cabeça no lugar com outra dose no banheiro do porão, antes que o PIB e outros números econômicos começassem a sair. O ideal era quando isso resolvia meu problema até a hora do almoço, quando eu pegava minha dose de metadona na clínica, olhando furtivamente para todos os lados antes de entrar, para que nenhum colega me visse bebendo uma garrafa daquela coisa verde.

Um efeito colateral improvável do meu uso de drogas é que eu passava mais tempo no escritório do que precisava. Minha vida foi ficando mais estreita, esparsa e mais isolada. Sentado na minha mesa, passando por análises de mercado tarde da noite, eu podia fingir que minha vida era rica e tinha significado.

Meu uso de drogas significava que meus níveis de estresse flutuavam de maneira diferente dos meus colegas. Eu estava isolado do estresse do trabalho pela heroína, mas estava exposto a outros estresses. Traficantes em que eu não podia confiar garantiam que, mesmo num dia tranquilo de trabalho, eu estava rígido de ansiedade, suando na minha cadeira. Às vezes eu tinha que inventar uma reunião para sair do escritório e comprar minhas drogas.

Manter meu hábito era a prioridade. Eu ganhava cerca de £2.000 [quase R\$10 mil] por mês. Eu gastava £600 [R\$2.800] de aluguel e o resto em heroína. Eu não estava só usando heroína - mas, depois que caía o pagamento, crack também. Na maioria das vezes eu simplesmente roubava comida do supermercado. Tecnicamente, eu tinha dinheiro para comprar, mas não comprava porque se economizasse em comida, eu tinha mais para gastar em drogas.

Sem surpresa, minhas finanças eram uma zona. O que é particularmente vergonhoso para um jornalista financeiro. Eu estava escrevendo sobre as ações da Tesco, enquanto roubava lojas deles depois do trabalho. Como eu parecia cada vez mais doente, começaram a me pegar roubando com mais

frequência. Fui proibido de entrar nos supermercados mais próximos do meu apartamento. Eu pulava as catracas do metrô, ignorando os gritos dos seguranças, no caminho para o escritório.



Em alguns dias eu sentava na minha mesa e escrevia sobre transações de bilhões de dólares, ansiosamente olhando pela redação, pensando quem seria a pessoa menos constrangedora para pedir dez libras emprestado.

Inevitavelmente, minha pontualidade e confiabilidade começaram a sofrer. Meus colegas me apoiaram e foram pacientes. Eles sabiam que eu tinha um problema, só não sabiam qual. Eu queria contar a verdade. Eu estava cansado de mentir e sentia que devia a eles alguma honestidade depois de tudo. Várias vezes quase contei, mas a vergonha me impedia. Tive várias consultas com o pessoal de saúde ocupacional. Eles sugeriam mudanças de dieta e estilo de vida. O RH me deu várias chances de dar um jeito na vida. Eu sincera e desesperadamente tentava. Mas quando tentei parar de usar percebi o quanto estava preso.

O vício sequestra a parte primitiva do seu cérebro que lida com os instintos de sobrevivência. O cérebro viciado vê as drogas não como algo prazeroso ou desejável, mas como uma necessidade para sobrevivência. Todo o resto se torna insignificante. Enquanto meu vício progredia, minha gentileza e simpatia desapareciam.

Eu passava muito tempo sozinho em banheiros. Meu apartamento ficava a 15 minutos andando do escritório, mas às vezes eu ficava sentado no banheiro do porão à noite toda. Quando meu despertador tocava de manhã, eu já estava no trabalho. Fui para Cambridge um final de semana para ver alguns amigos. Passei metade do tempo lá num banheiro de estacionamento com viciados de rua de quem consegui comprar heroína. Minha viagem se reduziu a um passeio pelos banheiros da Inglaterra.

Mesmo vendo que elas estavam me matando, eu ainda me agarrava às drogas como se minha vida dependesse disso. Tive uma overdose, caí de uma escada e fracturei o crânio. O médico disse que usar crack seria perigoso, mas saí mancando do hospital para comprar. Eu sentia que a coisa que estava me matando era crucial para minha sobrevivência. Se isso não é um cérebro sequestrado, não sei o que mais pode ser.



JOEL EM SEUS DIAS DE USUÁRIO.

O vício se apoderou lentamente de mim. Tudo estava indo bem no exterior. Eu tinha educação e conseguia bons empregos. Eu tinha amigos e família. Mas por dentro era uma bagunça. Eu estava cheio de medo, dúvidas e auto-

aversão. Autoestima, autorrespeito e tudo mais estavam desaparecendo. Eu não entendia o porquê. Era isso que mais me frustrava. Eu não conseguia entender: por que todo esse ódio de mim mesmo e medo? Por que agora?

Se eu não conseguia entender, não confiava que ninguém mais pudesse, então guardei segredo. Mas manter segredo só aumentava minhas dificuldades. Eu tinha que tomar um coquetel ainda maior de drogas para fingir que era feliz e estável.

Comecei a sentir um pavor que ia crescendo. Sentia que alguma coisa ia dar errado, que tinha algo errado comigo, que eu não sabia fazer esse negócio de viver que os outros pareciam achar tão fácil. Comecei a ficar ansioso em ter que interagir com outras pessoas, mesmo amigos, e logo eu estava bebendo antes de toda interação social.

PUBLICIDADE

Quando isso não era mais suficiente, comecei a jogar valium e speed na mistura. Eu me sentia cada vez mais desconectado. Lembro de um Natal que passei sentado no banheiro usando speed para tentar gerar algum entusiasmo. “Por que não consigo me sentir feliz com o Natal em família?”, eu imaginava. “Deve ser porque esse speed é uma porcaria.”

Tentar escapar da ansiedade só fazia ela aumentar. Eu ficava ansioso em me sentir ansioso, seguido por toda parte por medo e desconforto. Eu não aguentava isso e não conseguia entender, então tentava só bloquear. Álcool, drogas e autoflagelação ofereciam um alívio temporário. Qualquer coisa para desligar minha cabeça por um tempo.

A autoflagelação me dava um alívio da cascata sem fim de pensamentos problemáticos, mas isso só durava um tempo. Fui longe para esconder as marcas, cobrindo os braços com base e usando manga longa mesmo no calor. Uma vez meu braço infeccionou e não consegui dobrá-lo por semanas. Eu disse pra mim mesmo que nunca mais me cortaria, mas não demorou muito para começar de novo. A vergonha aumentava minha sensação de alienação e confusão.

Eu circulava por cada vez mais drogas tentando conter essa ansiedade, medo e aversão, até que acabei viciado em heroína. A heroína funcionou maravilhosamente por um tempo. Achei que tinha achado a resposta para todos os problemas da minha vida. Medo? Acabou. Auto-aversão? Sumiu. Autoflagelação? Parei. A heroína tirou tudo isso. O que não percebi foi que a heroína logo ia tirar tudo da minha vida.



JOEL DEPOIS DO TRATAMENTO, NA TAILÂNDIA.

O que mais me chocou foi como foi difícil parar. Eu achava que seria fácil como simplesmente decidir ficar limpo. Mas tomei essa decisão tantas vezes. Tentei cortar de vez. Amigos e parentes me deram a chance de mudar de ambiente. Tentei programas de substituição com metadona e Subutex. Tentei roubar pilhas de livros de autoajuda. Minha família me ajudou a financiar minha reabilitação, mas eu tinha recaídas antes mesmo de tentar. Em toda recaída eu afundava um pouco mais e ficava um pouco mais sem esperança. Comecei a achar que nunca ia conseguir parar.

Mas depois de anos de tentativas cada vez mais desesperadas, finalmente consegui ficar sóbrio. Quinze meses e contando.

Tudo que perdi consegui de volta, e um pouco mais. O que torna tudo isso mais valioso é a gratidão. Não considero mais nada garantido. Acordar me sentindo normal é uma coisa incrível depois de anos acordando me sentindo péssimo. Agora trabalho com reabilitação, ajudando outras pessoas. E isso me faz sentir bem depois de anos fazendo o contrário. Acabei de ver meus pais e meu irmão pela primeira vez em mais de um ano. É maravilhoso poder recuperar esses relacionamentos depois de tudo que eu fiz eles passarem. Construí novas amizades e recuperei amizades antigas.

Ainda procuro um barato às vezes, mas agora em lugares diferentes, como correr 20 quilômetros numa floresta.

Este texto não deveria ser um inventário de dor e vergonha. O que estou tentando colocar aqui é uma visão de quão rápido negligenciar seus problemas de saúde mental pode virar um vício pesado em drogas.

Depois de tentar por tanto tempo me consertar com substâncias, finalmente vi que eu nem sequer estava quebrado. Eu só precisava de ajuda, que por alguma razão eu tinha medo demais para pedir. Eu tinha uma vaga ideia do que era um viciado em heroína, e definitivamente não era eu. Eu achava que tinha senso e boas intenções suficientes para me imunizar contra o vício. Mas pela minha experiência como viciado e trabalhando com reabilitação, descobri que o vício pode acontecer com qualquer um, em qualquer lugar.

Leia o blog do Joel em recovereads.com.

[@JoelLewin](https://twitter.com/JoelLewin)

Siga a **VICE Brasil** no [Facebook](#), [Twitter](#), [Instagram](#) e [YouTube](#).

TAGGED: [FEATURES](#), [HEROÍNA](#), [TRABALHO](#), [REABILITAÇÃO](#), [JORNALISMO](#), [SAÚDE MENTAL](#), [SOCIEDADE](#), [CONSUMO DE DROGAS](#), [VÍCIO EM DROGAS](#), [DEPENDÊNCIA](#), [ANSIEDADE](#), [TOXICODEPENDÊNCIA](#), [DESTAQUES](#), [HEROINOMANO](#), [CHUTAR CAVALO](#)

ANEXO C
REPORTAGEM: “SUAS DROGAS ESTÃO DESTRUINDO O PLANETA”

AUTOR: Mike Power
REVISTA: Vice Brasil
DATA: jun. 2019



[Drogas](#)

Suas drogas estão destruindo o planeta

O mercado ilegal de drogas vem com um custo ambiental significativo, mas não precisava ser assim.



Por [Mike Power](#)



Traduzido Por [Madalena Maltez](#)



Traduzido Por [Marina Schnoor](#)

3.6.19 [f Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)

A legalização da maconha está ganhando ritmo no mundo todo. Quantidades sem precedentes de cocaína, MDMA e heroína são produzidas atualmente na Colômbia, Holanda e Afeganistão, enquanto laboratórios na China estão bombeando uma sopa de letrinhas de drogas sintéticas no mundo. A demanda global por drogas – são 275 milhões de usuários no mundo, [segundo a Organização Mundial de Saúde](#) – continua inabalável, enquanto a capacidade de produção cresce a cada ano.

Sabemos os custos humanos do tráfico de drogas, como criminalidade, vício e morte. Mas enquanto as narrativas tradicionais da mídia sobre drogas focam em violência, elas muitas vezes ignoram outra armadilha do comércio ilegal de drogas: o impacto ambiental de uma indústria underground gigante sem regulamentação operando no mundo todo. Aqui você lê as maneiras como nosso uso de cannabis, cocaína, MDMA e heroína – e a guerra contra elas – estão fodendo o planeta.



UMA FAZENDA DE CANNABIS NA INGLATERRA. FOTO: STUART BOULTON / ALAMY STOCK PHOTO

CANNABIS

A droga ilegal mais popular do mundo, a cannabis, cresce em quase qualquer lugar. Certas variedades da planta podem até ser usadas para limpar solo poluído: cânhamo industrial (que não vale a pena fumar, mas é parte da família da cannabis) foi plantado ao redor do reator destruído de Chernobyl na antiga União Soviética nos anos 90, para ajudar a sugar os poluentes radioativos. Em 2017, fazendeiros no sudeste da Itália usaram cânhamo para descontaminar o solo de poluentes emitidos por uma siderúrgica próxima.

Mas a produção de cannabis tem uma grande pegada de carbono. Em parte porque a planta é cultivada em ambientes fechados, já que a maioria dos produtores do mundo querem evitar os olhos das autoridades.

Segundo Dan Sutton do Tantalus Labs, uma firma canadense que produz cannabis natural em estufas, a energia exigida para cultivar 1 quilo de cannabis indoor cria 4.660 quilos de CO2 – a mesma quantidade que você teria se cruzasse os EUA de carro 11 vezes. Ele disse que, apesar do aumento da legalização, cerca de 90% de toda a cannabis americana é cultivada indoor. Pesquisas mostraram que o cultivo de cannabis em ambientes fechados nos EUA representa 1% do total de uso de eletricidade no país, o equivalente a um ano de energia para 1,7 milhão de casas. Segundo pesquisadores da Universidade de Swansea, isso gera 15 milhões de toneladas de gases-estufa anualmente.

Geoff*, uma das muitas pessoas no mundo que cultivam cannabis secretamente na própria casa, tem uma plantação com nove plantas em Londres – na Inglaterra, quase 10 mil fazendas ilegais de cannabis foram invadidas pela polícia em 2016.

“Cultivo as plantas no porão sob luzes de 1.000 watts”, disse Geoff. “As luzes ficam acesas 24 horas por dia por 60% do ano, o que aquece a sala. Então tenho que refrigerá-la usando ar-condicionado. Mas isso deixa o ar muito seco, então tenho que usar um umidificador. E às vezes um desumidificador. Tenho que filtrar o ar para que a casa não fique fedendo, e tenho que extrair esse ar e também puxar ar fresco. Produzo só 16 quilos por ano. Mas se eu pudesse cultivar mais plantas, legalmente, numa estufa no meu jardim, acho que poderia produzir o dobro disso com zero energia.”

Nos EUA e Canadá, o cultivo legal usando mais de 1 milhão de watts agora é comum. Cultivo de cannabis em estufas ou a céu aberto não apenas eliminam as emissões de carbono do cultivo indoor, mas as plantas funcionam como uma rede que absorve carbono, fixando CO₂ nas plantas.

Passar o cultivo de cannabis indoor para céu aberto claramente reduziria a pegada de carbono criada pela uso global de cannabis, disse Sutton. “Se os produtores americanos trocassem para estufas, a energia poupada poderia abastecer todas as casas de Seattle, Portland e São Francisco – juntas – por um ano”, ele disse. “Se você trocasse todo o cultivo de cannabis da Califórnia por cultivo a céu aberto, isso pouparia o dobro de energia do que é produzido por todos os painéis solares do estado – em dobro.”

Mas esse processo precisa ser regulamentado para minimizar danos para a vida selvagem e reservas de água. Alguns dos produtores de maconha mais renomados dos EUA cultivam no Triângulo Esmeralda na Califórnia, que engloba os condados de Humboldt, Mendocino e Trinity. Produtores de cannabis sem licença a céu aberto usam herbicidas e pesticidas proibidos, matando animais e poluindo o suprimento de água local. Eles também estão roubando esses suprimentos públicos de água: chuva na Califórnia durante a temporada de cultivo, de maio a setembro, é mínima, significando que irrigação precisa ser desviada de córregos e rios. Cannabis também é uma planta sedenta: em 2018, pesquisadores da Universidade Swansea relataram que plantas de cannabis precisam do dobro de água diariamente do que uvas de vinho, e apontaram que os incêndios florestais na Califórnia em 2017 foram exacerbados pelas secas. E em 2015, pesquisadores da Public Library of Science da Califórnia atribuíram as secas recentes a um pico do cultivo sem licença.

Assista: *Baseado em Fatos: a legalização da Cannabis no Brasil*



Este vídeo tem restrição de idade e só está disponível no YouTube. Saiba mais

Assistir no YouTube

O mesmo estudo da Public Library of Science descobriu que cultivo sem licença no estado causou “fragmentação de habitats sensíveis através de desmatamento ilegal [para o plantio de cannabis]; enterro de córregos; entrega de sedimentos, nutrientes, produtos de petróleo e pesticida em córregos; desvio de água da superfície para irrigação, resultando em redução de fluxo e secagem completa de córregos, e mortalidade de vida selvagem terrestre por ingestão de pesticidas”.

Sutton argumenta que regulamentação é a resposta, dizendo que “um mercado formal e legal como o que temos no Canadá cria empregos, reduz o crime e pode ajudar o meio ambiente”, porque a fotossíntese usa a energia da luz do sol para converter CO₂ e água em açúcar e oxigênio. “Como empresa, estamos sempre voltando para a natureza – atualmente usamos plantio compartilhado, minhocas, nematoides, permacultura e reciclagem. A melhor cannabis, para nós e para o meio ambiente, é a cannabis natural”, ele disse.



UMA FAZENDA COLOMBIANA DE COCA. FOTO: WILLIAM MEYER / ALAMY STOCK PHOTO

COCAÍNA

A Colômbia é a fábrica de cocaína do mundo, produzindo, segundo estimativas da ONU, 1.379 toneladas da droga em 2017, um aumento de quase um terço para 2016. O país tradicionalmente age processando a folha em pasta e pó, além de na exportação – graças em parte a sua longa história de guerra civil, que deixou grandes porções do país sob controle de guerrilhas e paramilitares, com instituições do estado enfraquecidas e corrupção desenfreada.

Quando as folhas de coca são colhidas (geralmente por crianças, cujos dedos rápidos podem fazer \$1,50 por dia), a pasta de cocaína é feita em laboratórios na selva, onde os trabalhadores colocam toneladas de folhas em grandes poços cheios de químicos tóxicos, incluindo cal, ácido sulfúrico, mais tarde acrescentando querosene e amônia. Acetona, éter e ácido clorídrico são usados para transformar a pasta em cocaína em pó. Todos esses produtos são jogados fora indiscriminadamente, matando flora e fauna.

Há pouquíssimos dados sobre isso, já que trabalho de campo é perigoso demais nessas áreas remotas e sem lei. Em 2017, a UNODC estimou as quantidades de químicos envolvidos, num estudo intitulado: Disposal of Chemicals Used in the Illicit Manufacture of Drugs. “Apesar da falta de evidências científicas sobre o impacto exato desse processo no meio ambiente, a cada ano provavelmente milhões de toneladas de resíduos perigosos da produção de cocaína são liberados na natureza”, diz o relatório.

Segundo um projeto de 40 meses financiado pela União Europeia que foi até 2016, quando as colheitas eram menores, a produção anual de cocaína na Colômbia exigia 200 milhões de galões de querosene, 8 milhões de galões de solventes, 2 milhões de galões de ácido sulfúrico, 1 milhão de galões de ácido clorídrico e 25 mil galões de amônia. Tudo despejado ilegalmente em florestas, rios, no mar ou rios, matando flora, fauna e contaminando o solo.

Num mundo diferente, folhas de coca para cocaína poderiam facilmente ser cultivadas em plantações éticas com padrões ambientais apropriados, similar ao que acontece com o café. Os lucros poderiam ir para produtores e governos, para desenvolver essas regiões com escolas e saúde pública que faltam hoje. Cocaína poderia até ser sintetizada em laboratório do zero.

Um dos impactos mais significativos do cultivo de coca é causado por produtores fugindo de equipes de erradicação e plantando em áreas isoladas de grande biodiversidade, disse a professora Lilliana Davalos, professora de ecologia e evolução da Stony Brook University de Nova York. A Colômbia é um dos países mais biologicamente diversos do mundo, lar de 10% das espécies do mundo. Mas as autoridades empurram os produtores para áreas reclusas e inacessíveis, prejudicando a biodiversidade de jeitos que ainda não foram quantificados. “Se os cocalers [produtores de folha de coca] pudessem plantar sem ter que se esconder, eles não seriam obrigados a entrar em áreas frágeis de grande biodiversidade”, disse Davalos.

Mas alguns dos impactos do comércio de cocaína no planeta têm sido exagerados. Em 2008, Francisco Santos Calderón, então vice-presidente da Colômbia, disse a Association of Chief Police Officers da Grã-Bretanha que cada grama de cocaína cheirada no Reino Unido contribuía para quatro metros quadrados de florestas perdidas. Essa alegação rendeu manchetes por anos e nunca foi questionada, mas parece extrapolação. (Segundo a ONU, cada hectare de coca pode produzir 5,6 toneladas de folhas de coca, que podem ser processadas em 8,4 quilos de cocaína pura. Isso é quatro vezes menos terra por grama do que Calderón sugeriu, mas não inclui terras desmatadas para apoiar o comércio de cocaína.)

Em qualquer caso, florestas são desmatadas para a produção de cocaína, mas focar só na cocaína é não ver a imagem toda. A indústria ilegal de cocaína contribuiu apenas com uma fração do desmatamento total da Colômbia. Em 2017, segundo a ONU, coca era cultivada em 171 mil hectares de terra na Colômbia, um aumento de 25% para 2016 – mas isso corresponde a apenas 0,15% das terras do país. Em 2016, Davalos concluiu que “cultivo de coca gera uma perda florestal direta e indireta insignificante”.

Pense assim: O que as pessoas comuns consomem mais, cocaína ou carne? Como também é o caso para as florestas tropicais ao redor do mundo, o desmatamento atual é causado principalmente por agropecuária, migração humana, conflito armado, agricultura e mineração. “O objetivo do argumento de Calderón era associar duas coisas ruins: desmatamento e coca, como se a coca fosse a única causa do desmatamento”, disse Davalos, acrescentando que a maioria do desmatamento na Colômbia foi causado por construções agora abandonadas de estradas nos anos 1960.

PUBLICIDADE

UMA PRODUÇÃO DE

MUNCHIES
VICE
em espanhol

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS © VICE PRODUCTIONS
DE VICEO LTM., SÃO PAULO, 2021.

“Isso não quer dizer: ‘Não se preocupe, usuário de cocaína, seu hábito não causa danos’”, disse Davalos. “Mas é uma demonização muito específica da coca como sendo algo unicamente ruim, mais prejudicial que outras plantações – isso é uma falácia. A terra usada para cultivar coca é pequena em comparação com pastos, produtivos ou não.”

Os ataques mais indiscriminados contra espaços naturais na Colômbia foram realizados por agentes dos EUA, que faziam missões aéreas para jogar pesticidas em campos de coca entre 1999 e 2015, sob a ofensiva antidrogas Plano Colômbia. Os agentes americanos queriam combater os cartéis de cocaína financiando o exército colombiano, além de aumentar a presença militar americana no país.

As plantações de coca, geralmente cultivadas junto com safras de alimentos, eram bombardeadas com uma versão extremamente forte de Roundup, um herbicida criado pela Monsanto, contendo um químico chamado glifosato. O produto é usado em milhões de fazendas comuns no mundo, mas na Colômbia, ingredientes eram acrescentados nele antes de jogar em plantações de aviões, não cuidadosamente aplicados nas safras.

Sanho Tree, diretor de políticas de drogas do Institute for Policy Studies, uma think tank americana, disse: “O exército americano usou uma versão superpotente do Roundup na Colômbia, combinado com um surfactante, para que ele colassem melhor na vegetação. Vi aviões sobrevoarem a floresta tropical em 2000, liberando nuvens de tempestade dessa coisa. Eles precisavam voar muito alto para evitar os snipers da guerrilha abaixo, significando que a cobertura era enorme. Tudo acabava ensopado com o produto.”

Glifosato é usado em fazendas de todo o mundo, em conjunto com sementes geneticamente modificadas que são resistentes a ele. Mas na Colômbia, essa aplicação aérea indiscriminada acabou com as plantações de fazendeiros pobres – alimentos, coca, tudo. A maioria não teve outra escolha a não ser se mudar e plantar mais coca. Em maio deste ano, um tribunal dos EUA decidiu que glifosato causou câncer em cidadãos americanos. A Monsanto, agora propriedade da gigante da indústria farmacêutica Bayer, encara mais de 9 mil processos similares nos EUA.

Os esforços de erradicação da coca dos governos americano e colombiano nas últimas décadas não destruíram as plantações de coca. A campanha de aplicação aérea começou em 1999, mas foi interrompida em 2015 por preocupações de saúde. Missões menores e supostamente mais seguras com drones começaram em 2018.

Mas em março, o presidente Donald Trump disse que a Colômbia não está cumprindo suas responsabilidades para acabar com o cultivo de coca, afirmando bizarramente que seu presidente linha-dura de direita, Ivan Duque, “não fez nada por nós”. A retórica de Trump provavelmente vai provocar a volta da campanha de aplicação aérea lá, disse Jeffrey Villaveces, diretor colombiano da IMMAP, uma rede humanitária de troca de dados.

“O presidente Ivan Duque diz agora que é uma questão de orgulho nacional reinstaurar a fumigação aérea com aviões – não drones”, disse Villaveces. “Considerando a falta de protestos numa audiência constitucional recente para permitir os voos de novo, é muito provável que a aplicação aérea volte quando os processos de paz vacilarem e as plantações atingirem níveis recordes.”

Sendo assim, usuários de cocaína, como pessoas que comem carne, devem ser culpados pelo dano ao meio ambiente causado por seu hábito? Steve Rolles, analista de políticas da ONG britânica Transform Drug Policy Foundation, disse: “consumo ilegal de cocaína não é possível eticamente. Mas é errado colocar a culpa nos usuários. Todos esses problemas podem ser mitigados, se não eliminados, com um controle apropriado num mercado legal”.



UMA LABORATÓRIO DE MDMA NA HOLANDA. FOTO: CONTRABAND COLLECTION / ALAMY STOCK PHOTO

MDMA

A ONU diz que a maioria do MDMA do mundo é produzido por grupos criminosos na Holanda, que tipicamente usam químicos enviados da China para o porto de Antuérpia na Bélgica. O epicentro da produção é Tilburgo, na região do sul de Brabante.

Segundo a polícia holandesa, a produção de drogas em Brabante aumentou consideravelmente nos últimos 10 anos, graças a químicos descobrindo um novo jeito de fazer MDMA, usando um precursor químico chamado glicinato pmk. Até março deste ano, era legal comprar, vender e importar glicinato pmk, que era vendido por £40 a £60 [cerca de R\$200 a R\$300] o quilo. Cada quilo do químico pode produzir 500 gramas de MDMA, que são vendidos a cerca de £1 [R\$5] por grama no atacado – rendendo um lucro de quase 20 vezes aos criminosos.

A maioria dos usuários de MDMA acham que a droga é inofensiva para o planeta. Mas os grupos criminosos de Brabante despejam regularmente os subprodutos tóxicos de seus laboratórios em parques, ruas e florestas, além de na beira de estradas. Para não despejar esses subprodutos venenosos à mão, as gangues amarram juntos vários barris e baldes contendo o lixo tóxico na traseira de suas caminhonetes com as portas abertas e a ponta da corda amarrada numa árvore. Aí eles aceleram, os contêineres são puxados e derramam milhões de litros de ácido clorídrico e sulfúrico e acetona que vão se infiltrar na terra, contaminando o solo, matando a vegetação e ferindo animais que entrem em contato com eles.

Um policial holandês que gerencia equipes lidando com gangues de drogas, que pediu para permanecer anônimo, disse que em 2018, suas equipes tiveram que limpar locais de despejo de resíduos de MDMA (e, em menor número, anfetamina) quase todo dia por toda a Holanda. “Tivemos 292 locais de despejo ano passado – e esses são apenas os que ficamos sabendo. Algumas gangues simplesmente jogam os químicos no ralo ou na floresta, e não deixam contêineres para trás.” O solo continua contaminado como resultado, é custa €50.000 para limpar cada local.

As gangues até começaram a deixar os químicos nas ruas perto de delegacias, a fonte disse. “Em abril, uma gangue despejou 1.600 litros de químicos numa rua paralela ao quartel-general da polícia perto de Eindhoven. Primeiro eles tentaram deixar os barris, mas por alguma razão desistiram. Então só derramaram os químicos por 3 quilômetros da estrada. O cheiro era insuportável. Um colega disse que ficou com bolhas pelo corpo só de colocar a fita de segurança da polícia ao redor do local do incidente.”

Em dezembro de 2018, um grande laboratório de MDMA produzindo drogas no valor de rua de €3,5 milhões por semana foi descoberto e desmantelado a 200 metros do gabinete de Jan Boelhouwer, prefeito de Gilze em Rijen. “Fiquei muito surpreso”, ele disse a VICE.

“A produção de drogas sintéticas nesta parte da Holanda está totalmente fora de controle”, acrescentou Boelhouwer. “Os políticos em Amsterdã estão em negação sobre a escala do problema aqui.”

As gangues usam vários métodos para se livrar de seus resíduos, com danos para a flora e fauna através da contaminação do solo. “O despejo em florestas que vemos é apenas parte disso. As gangues abordam fazendeiros e fazem uma oferta: ‘te damos €5.000 por mês para jogar nossos químicos na sua lama de porco, aí você pode jogá-la na sua propriedade’. Se os fazendeiros recusam, seus filhos são ameaçados”, disse Boelhouver. Além disso, vans modificadas já foram encontradas com buracos no assoalho e chassi para ir derramando discretamente os químicos nas ruas e estradas.

Guy Jones, um químico da Reagent-Tests U.K., disse que isso é uma consequência das leis de drogas que obrigam os produtores a trabalhar barato e em segredo. “Ter um processo de produção regulado poderia ajudar nessa questão. Companhias farmacêuticas não jogam seus resíduos nas florestas – porque não precisam”, ele disse. “Elas pagam outras empresas para descartá-los legalmente.”

Em março, a ONU proibiu o glicinato pmk. Como resultado, fornecedores chineses fizeram uma promoção relâmpago com 80% de desconto por quilo. E mesmo que esse precursor tenha sido proibido internacionalmente, novas opções ainda legais estão amplamente disponíveis no mercado pelo mesmo preço ou menos.

Esse tipo de despejo nas matas holandesas é um crime, e precisa ser visto no contexto histórico e legal apropriado. A tendência do uso de glicinato pmk foi desencadeado por uma ofensiva contra a produção de safrol no Camboja em 2008, quando as forças de drogas da ONU apreenderam e queimaram 33 toneladas de óleo de safrol – que oferecia uma das rotas mais fáceis para produzir MDMA.

O óleo é destilado ilegalmente da raiz de uma árvore conhecida localmente como *mreah prew phnom*, a *Cinnamomum parthenoxylon*, que cresce nas Montanhas Cardamomo no oeste do Camboja. Essas florestas ancestrais são lar de mais de 50 das espécies mais ameaçadas do mundo, incluindo o elefante-asiático, o tigre-da-indochina, o crocodilo-siamês, o urso-malaio, o gibão e o pangolim. As árvores são derrubadas, têm as raízes retiradas e destiladas em grandes caldeirões, aquecidos com madeira também tirada da floresta. Quatro árvores *mreah prew phnom* são necessárias para produzir um barril de 180 galões de óleo de safrol. Seis árvores de outro tipo são cortadas e queimadas para processar uma árvore de safrol.

Esse mercado atingiu um pico em 2008, 2009, mas em 2015, 3.200 litros de óleo foram apreendidos na área, [segundo a mídia local](#). Funcionários da Conservation International confirmaram na época que “ainda há óleo de safrol vindo de Phnom Penh”.

Toby Eastoe, então coordenador de projetos da Conservation International, disse ao *Phnom Penh Post*: “Depois das apreensões, o processo mudou – então agora eles cortam as árvores e as tiram da floresta como se fosse qualquer outro tipo de madeira. As fábricas de safrol podem estar localizadas em qualquer lugar do país”.

A lógica circular da guerra às drogas é perfeitamente ilustrada por esse processo, segundo Guy Jones. “Leis antidrogas sempre geram inovações em direções negativas. Os químicos passaram para o glicinato pmk como resultado da ofensiva contra o safrol”, ele disse. “Eles tiveram que passar de um processo químico de um passo para um processo de vários, significando mais resíduos, mais materiais crus e mais energia consumida.”



PARAFERWALIA DE USC DE HEROÍNA. FOTO: CONRAD ELIAS / ALAMY STOCK PHOTO

HEROÍNA

Papoulas de ópio crescem livremente em solo de baixa qualidade sem muita necessidade de manutenção, mas fazendeiros afegãos tentando maximizar suas plantações e renda começaram a plantá-las em áreas desérticas, onde elas exigem práticas de cultivo intensivo e desvio de água, resultando na salinização do solo onde poucas outras plantas podem crescer.

David Mansfield, consultor internacional de políticas de drogas, estudou 20 safras de ópio no Afeganistão. Ele diz que os fazendeiros de papoulas lá estão “verdeando” o deserto – o que parece positivo ouvindo assim. Mas a história real não é tão simples.

“No Afeganistão, vemos os lençóis freáticos sendo usados por cidadãos para a agricultura. Isso é mais intenso nas áreas antes desérticas do sudoeste, onde as plantações de papoulas se concentram”, ele disse a VICE. “Nessas áreas, mais de 300 mil hectares de deserto foram ocupados para produção agrícola em 15 anos. Essas plantações cada vez mais são irrigadas com poços artesianos movidos a energia solar, que estão esgotando os lençóis freáticos. Com energia solar, os fazendeiros consideram a água 'grátis' e a exploram ainda mais, usando energia solar de dia e diesel à noite para aumentar o fluxo e ter mais terra para cultivar.”

Como novas áreas produtivas, Mansfield disse que agora há vastas áreas de terra que foram salinizadas depois que parte da água de irrigação evaporou das fazendas, deixando para trás terra braqueada e salgada. Herbicidas poderosos são usados normalmente nas plantações, geralmente por homens e crianças sem treinamento que não usam proteção para trabalhar nos campos. Ele acrescenta que um aumento dos níveis de nitratos venenosos estão aparecendo agora nos lençóis freáticos.

E AGORA?

Se a pessoa está determinada a ter a consciência limpa enquanto chapa, pode se tornar autossuficiente – cultivando seus próprios cogumelos, cannabis a céu aberto ou cactos psicoativos se tiver muita, muita paciência. Comércio ético de casca de árvore com DMT existe, mas você é preciso extrai-lo sozinho usando químicos tóxicos e arriscando pegar vários anos de cadeia. É ilegal, mas é possível, e a internet está cheia de guias e suprimentos para consumo ético.

Estimulantes são um problema maior. A opção mais ecológica seria usar drogas feitas na China como etilfenidato, fenmetrazina e seus análogos, já que essas drogas geralmente são produzidas como atividade secundária por empresas farmacêuticas legítimas com padrões (mesmo que mínimos) de gerenciamento de resíduos. Todas essas drogas são ilegais no Reino Unido e em boa parte do mundo, e sabemos pouco sobre seus efeitos colaterais em comparação com as escolhas já estabelecidas como anfetamina e cocaína.

Como a pessoa escolhe chapar, comer ou viajar é uma questão complexa de padrões éticos pessoais. Mas até que julgamentos morais falhos e ciência tosca parem de sustentar nossas leis de drogas – e os mercados ilegais sejam desmantelados e substituídos por mercados legais comandados por especialistas em vez de criminosos – sempre haverá impactos evitáveis e prejudiciais, e a culpa sendo jogada nos usuários.

Os danos ambientais da produção de drogas são inegáveis e lamentáveis. Mas como especialistas disseram, o jeito mais rápido de remediar isso é rescindir nossas leis datadas de drogas e regular, monitorar e controlar formalmente esses mercados tão lucrativos.

**Os nomes foram mudados para proteger a identidade das fontes.*

Siga o Michael Power no [Twitter](#).

Siga a **VICE Brasil** no [Facebook](#), [Twitter](#), [Instagram](#) e [YouTube](#).

TAGGED: [CANNABIS](#), [FEATURES](#), [MDMA](#), [COCAINA](#), [HEROÍNA](#), [CANNABIS](#), [SOCIEDADE](#), [MEIO-AMBIENTE](#), [RESÍDUOS TÓXICOS](#), [CONSUMO DE DROGAS](#), [NATUREZA](#), [ANÁLISE](#), [PIMHETA](#), [DESTAQUES](#), [PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL](#), [CONSUMO ÉTICO](#)

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTA COM DÉBORA LOPES ⁷⁹

Entrevistadora: Quais foram os principais pontos da tua trajetória na Vice?

Débora Lopes: Eu entrei na Vice no final de 2012. Eu estava no segundo ano da faculdade, entrei como estagiária e no meu primeiro ano de trabalho eu já tive o meu maior desafio da vida, que foi cobrir junho de 2013. A gente não sabia qual era a proporção que tinha e qual dimensão iria tomar. E o André [Maleronka] simplesmente me mandou pra rua, bem crua, não tinha nem seis meses de casa. Fui com um fotógrafo. Depois, nos outros atos, a gente ficou cobrindo em vídeo. Na redação as pessoas brincavam que eu era setorista de protesto. Mas eu também cobri muito direitos humanos, segurança pública... Fui para a Amazônia com o Greenpeace, em área de conflito, entrevistar os indígenas e entender a situação que eles estavam passando com os garimpeiros. Fui para a fronteira com a Venezuela também para cobrir a questão de refugiados. Acho que essas coberturas foram as mais relevantes.

Entrevistadora: Você é uma repórter que escreve sobre o tema das drogas, sendo, inclusive, premiada nesse tema. Como é fazer uma reportagem sobre isso, quais são os desafios?

Débora Lopes: Ainda sou uma jornalista que acredita muito pouco em imparcialidade. Para mim, sempre foi um termo bizarro. Eu estava assistindo a uma palestra da Cecília Olliveira, que foi editora do Intercept, falando que todos somos parciais. A gente seria imparcial se a gente não vivesse a desigualdade, se todos nós tivéssemos as mesmas oportunidades, as mesmas coisas, só que o ser humano é muito único e muito particular. E sempre acreditei nesse jornalismo que se posiciona, que tem seus princípios. Para mim sempre foi muito importante falar sobre esse tema com muita verdade, com muita honestidade e principalmente com muito respeito às fontes. Toda vez que a gente quer fazer uma pauta sobre qualquer assunto, a gente precisa estudar aquilo e ter uma preparação mínima para lidar com as pessoas que a gente vai entrevistar, que são seres humanos. Eu não estou entrevistando só um viciado, só um doente, só um presidente, só um candidato. Não, são pessoas. Então acho que a primeira coisa é a gente estabelecer esse pé de igualdade entre repórter e entrevistado. E buscar diversos lados sobre o tema, porque, apesar do Brasil na década de 1980 ter essa fama de país muito liberal, cara, a gente é conservador pra car****. Qualquer discussão sobre droga no Brasil é muito complexa. Quando eu fiz essa reportagem⁸⁰, a que me rendeu um prêmio, eu fui para a República Dominicana receber esse prêmio. Lá eu participei de um seminário com especialistas do mundo todo para preparar a gente para falar sobre drogas na imprensa. Lembro que eles sugeriram várias coisas do tipo nunca usar termos como “a droga do momento”, “a nova onda é usar tal coisa”, enfim, porque isso incentiva as pessoas. Quando eu fiz essa pauta especificamente, era para entender essa busca pela cura. Porque quando você é viciado, é muito difícil você conseguir largar por vontade própria. Eu me colocava como fumante, eu não fumo mais, mas como fumante... Como era difícil pensar em parar, pensar em querer parar. Então, eu imaginava alguém que estivesse, sei lá, viciado em cocaína. Acho

⁷⁹ Neste apêndice, foram preservadas perguntas e respostas mais relacionadas à temática deste trabalho.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/qkd5q3/tratamento-com-ibogaina-pasta-base>>.

que a primeira coisa foi essa busca por estabelecer uma relação de respeito com os entrevistados e de buscar várias verdades sobre esse tema. Mas não acreditar que existe só uma verdade, só a verdade da medicina, da terapia alternativa ou do dependente químico. É um tema muito complexo, então buscar todos esses lados e entender quais são as suas verdades e limitações.

Entrevistadora: Eu queria que você falasse um pouco mais sobre isso de tratar esse assunto aqui no Brasil. Quais são os desafios em produzir e também na recepção do público da revista?

Débora Lopes: Um dia eu e o Maleronka, que era o editor-chefe, estávamos conversando sobre o que era a Vice e o que a Vice buscava. E ele falava que a revista falava sobre qualquer tema, por mais absurdo que ele pareça, como se fosse algo normal. Exceto, óbvio, por crimes, coisas horríveis. A gente não iria entrevistar um pedófilo achando aquilo legal. Mas eu digo que a gente tinha esse lance de, para falar sobre sexo, sobre política, ter esse olhar como se fosse muito normal. É óbvio que com droga era um pouco mais complexo. Mas a gente consegue ter uma dimensão do que é uma droga realmente danosa, algo muito perigoso para a pessoa, quando a gente fala de crack, de heroína. E a abordagem era diferente quando a gente falava de maconha, por exemplo. Obviamente a gente tinha um público na Vice muito específico, por ser um site voltado para o público jovem, para uma mais de esquerda, enfim, que tem uma abordagem diferente dos assuntos. Mas isso não me impedia de ter problemas.

Eu tive um problema bem grave. Saí da Vice, eu havia ficado quase sete anos na revista e aí depois eu fui gravar um documentário como *freelancer* para eles. Eles me chamaram para voltar e eu meio que voltei. Isso foi em 2020, em fevereiro ou março, pouco antes da pandemia. Estourou a pandemia no Brasil e eu quis fazer uma matéria porque era aquele começo de pandemia, todo mundo desesperado sem saber o que fazer, nem mercado a gente estava fazendo. Eu falei “bom, vou fazer um tweet e perguntar como tem sido para as pessoas comprar droga, especificamente maconha”. A minha ideia era saber como os maconheiros estavam consumindo maconha no começo da pandemia, como as pessoas estavam conseguindo comprar, já que não se podia sair de casa. Fiz um tweet muito ingênuo e coloquei “maconheiros no Brasil, como vocês estão conseguindo fazer para comprar maconha? É para uma pauta”. E fiz esse tuíte, até inocente, e, cara, eu tive muito problema. Isso caiu em muito bolsonarista, em muita gente de direita. Um cara, que é um perfil anônimo, é um *fake* de direita que tem muito poder no Twitter, tem muitos seguidores, compartilhou o meu tweet. Se não me engano, foi o Flávio Bolsonaro que me retweetou. Eu tive que fechar todas as minhas redes, eu sofri muito *hate*, muito ataque, eu fui muito xingada [...]. Enfim, Fernanda, eu tive tanta dor de cabeça, por causa desse tweet... Isso mostra como, mesmo estando em um veículo que tinha um público específico e eu me sentia protegida para falar sobre o assunto, de repente, quando eu abro aquilo numa rede social, eu já sou virtualmente linchada. O negócio tomou proporções muito grandes. Havia vários perfis no Instagram de direita que postavam *prints*, me marcavam... Eu tive de fechar minhas redes, mudar meu nome por um tempo, foi horroroso. E isso mostra esse conservadorismo. Além da gente ter essa direita que estava em ascensão, agora acredito que já está em queda, mostra esse conservadorismo burro, preguiçoso. As pessoas têm preguiça de pensar e tudo muito julgando... Droga é uma questão tão espinhosa quanto aborto, quanto sexo. Tipo “o vizinho tudo bem, na minha família não”. As coisas são meio da boca pra fora, não sei, é bem difícil. É bem difícil.

Entrevistadora: Isso poderia suscitar também toda uma discussão sobre o jornalista e como a gente se coloca em risco. Riscos que a gente não imaginava que pudessem acontecer até um tempo atrás.

Débora Lopes: E por uma linguagem, foi uma questão de linguagem. Se eu tivesse sido mais “jornalstona”, algo que eu me nego a ser, não gosto de ser... Essa postura de redes sociais, falar “pessoal, estou fazendo uma reportagem”... Não, a minha linguagem é essa e eu vou levar isso aonde quer que eu esteja. Óbvio que existem trabalhos e trabalhos, mas, enquanto eu estiver assinando coisas com meu nome como jornalista, vai ter esse suíngue, que é o que eu acredito. Se eu não puder fazer isso, pra mim não está valendo a pena fazer o meu trampo. As pessoas podem achar que é meio *hipster*, como elas pensavam da Vice, “ah, porque a Vice era super *hispter*”, e era mesmo. Então tem essa coisa de jovem modernoso de esquerda e tem gente que gosta, gente que odeia e assim segue a vida.

[...] Mas não adianta você falar só com a sua bolha. Quando eu quero passar uma mensagem que eu acredito que seja boa e eu quero só impactar as pessoas que já entendem aquela mensagem, elas já estão saturadas daquela mensagem. Então tem essa coisa meio dicotômica também. É legal por um lado, eu consigo fontes, consigo chegar em lugares e em pessoas, mas não consigo em outras, porque elas desdenham do jornalismo que eu faço ou acham que é menos jornalismo ou que ele tem uma pegada muito *hipster*.

Entrevistadora: Que mecanismos você costuma utilizar para conversar com esse público mais jovem?

Débora Lopes: Acho que o meu trabalho, enquanto jornalista, acontece durante boa parte do meu dia. Então quando estou conversando com os meus amigos... Agora, nesse contexto de pandemia, tudo é muito diferente. Antes a gente tinha a mesa do bar para discutir e ouvir, trocar. Hoje a gente está num grupo de WhatsApp porque, enfim, quem respeita a pandemia e tudo que está acontecendo está se resguardando mais. Mas eu sou muito atenta ao que os meus amigos e ao que os amigos dos meus amigos estão fazendo. Esse é um jeito de eu conseguir encontrar pautas, de entender o que as pessoas estão usando, qual o tipo de droga elas estão consumindo e porquê, quais são os efeitos disso tudo, o que está acontecendo na noite de São Paulo. Eu estou em uma cidade onde muita coisa acontece, onde muita coisa chega antes de chegar em outros lugares e, apesar de eu não ser uma pessoa da noite, da balada, do rolê... Não sou muito, já fui mais. Acho que o jeito mais fácil de encontrar essas histórias e de saber o que é aceitável ou não para as pessoas é estar sempre com o meu ouvido muito atento. Eu falo que sou muito “vampirona” de histórias. Se eu estou no ônibus ou no metrô e a pessoa vai falando, eu começo a abrir o ouvido. Acho que muita pauta surge assim. [...]

(*Sobre a redação na Vice*): eu olhava para todo mundo e falava: “todos vocês são muito talentosos, todos vocês têm alguma coisa para me ensinar”. Cada um tinha suas especificidades ali. Havia a minha amiga, super amiga também de faculdade, hoje é repórter do Tilt do UOL, era uma mina mais da tecnologia e da saúde. E aí tinha outro cara que cobria muito bem música e falava muito bem sobre cultura. [...]

Entrevistadora: Minha última pergunta deve ser a que mais tem a ver com o meu trabalho e com uma das minhas hipóteses também, porque isso sempre me ocorreu e foi o que motivou a minha pesquisa. Eu, enquanto leitora, sempre achei muito legal ler a revista. Quando a gente tem uma certa idade, às vezes a gente tem dúvidas e procura. E eu sempre enxerguei a revista como um lugar de referência justamente pela sua honestidade, como você traz, então isso me motivou a falar

sobre isso no trabalho. A gente percebe que a linha editorial sobre a questão das drogas vai muito no sentido de saúde pública e também de um certo liberalismo, de entender que a pessoa que quer provar drogas vai provar. Mas talvez ela prove com mais responsabilidade se ela entender os riscos. Não sei, é uma hipótese minha e eu queria que você comentasse isso. Você entende isso como um jornalismo até de serviço, de educação?

Débora Lopes: O que você falou é muito importante. No Brasil, a gente ainda está caminhando a passos de formiga quando se fala sobre redução de danos, por exemplo. Eu me lembro de quando a gente começou a falar, aqui no Brasil, sobre a importância de ter água nas baladas, nas casas de show, enfim, de ter água, de você ter bebedouro sem ter que pegar fila ou consumir. Como isso é importante para quem está usando algum tipo de substância. Eu lembro que tinha um papo de que, na Europa, todas as baladas de lá já tinham uma torneira, que seja, onde você pode beber água ou os banheiros têm bebedouro. E aqui no Brasil a gente tem muito essa cultura de não poder ser passado para trás, então como assim eu vou pôr na minha balada um bebedouro para a pessoa ir lá consumir e não comprar uma garrafinha por 10 reais? E não só isso, mas também o moralismo de “como vou colocar isso para as pessoas usarem drogas?”. Lembro que a gente via matérias sobre centros para que as pessoas fossem se drogar, em países avançados. Você vai lá, tem uma salinha com um enfermeiro, você injeta a sua heroína, fica bem louco, melhora, a mina mede sua pressão, enfim. Aqui no Brasil é um absurdo você falar qualquer coisa que envolva redução de danos. As pessoas estão sempre com um milhão de pedras na mão para criticar. Padre Júlio Lancellotti é um exemplo disso. Um cara que trabalha na linha de frente de pessoas em situação de rua, de vulnerabilidade, de dependência química. Um homem acolhedor, que tem uma história política incrível, que combateu a ditadura e que até hoje está ali, fazendo serviço social, prestando um serviço humanitário maravilhoso e sendo criticado por bolsonarista.

É óbvio que a gente tinha uma preocupação, sim, de não fazer apologia. Eu jamais escreveria algo como “nossa, realmente fumar maconha é show” ou “meu, que divertido fumar maconha, nossa, que divertido cheirar cocaína no banheiro”. Jamais faria isso. Até porque, enquanto jornalista, não posso, não devo. Também não faria, independente da minha profissão. Mas é muito ingênuo achar que as pessoas não vão consumir droga, que as pessoas não vão beber, entendeu? Que você é jovem e você não vai fumar. Que você é jovem e que você não vai fazer várias m*****, porque as pessoas fazem, a maioria das pessoas fazem, né. Então a gente tinha essa preocupação de prestar um serviço, de fazer algo honesto e de entender que pessoas usam drogas, pessoas consomem bebida alcoólica e cigarro. Volto para aquele papo do Maleronka de que a gente falava sobre qualquer coisa com muita normalidade. E, na minha matéria, por exemplo, você falou de consumir. Eu tomei a *ayahuasca*. Era um bagulho que eu morria de medo e realmente achei que, para aquela matéria, como a gente estava falando de terapias alternativas... Em nenhum momento eu falo daquilo como tratamento de saúde. Não, é uma terapia alternativa. Do mesmo jeito que você acender um incenso é achar que você está renovando suas energias, aquilo era uma terapia alternativa. Mas de falar disso com verdade, de entrevistar as pessoas com humanidade e também de colocar os riscos que tudo isso implica. Sejam baseados que você vai enrolar na porta da faculdade ou qualquer outra coisa que você vá experimentar, tudo tem consequências. Prestar um serviço de saber que lá na Vice você poderia abrir o site e ler sobre coisas que estavam acontecendo e também sobre as consequências.

Eu sou uma mina “caretona”, mas meus amigos não são. Um ou outro usa várias coisas, outro conhece um amigo que faz, outro conhece um amigo que vende, outro que produz e outro que a mãe produz junto com o cara. Numa dessas, você chega em histórias incríveis que não vão deixar de existir, pelo contrário, acho que a gente está colocando um registro histórico. O jornalismo tem isso, ele bota um registro na história. Me lembro de várias matérias que mudaram a minha vida. Até hoje eu tenho uma capa de jornal que foi um negócio que mudou a minha vida, é um jornal de 2001, está lá amarelado, guardado nas minhas coisinhas, porque aquilo me marcou muito. Então o jornalismo tem esse poder também.

APÊNDICE B: ENTREVISTA COM ANDRÉ MALERONKA⁸¹

Entrevistadora: Como foi implantar a Vice aqui no Brasil?

André Maleronka: Tinha um casal que ficou dois anos negociando de licenciar [a revista] para o Brasil e veio, trouxeram. E a galera que foi trabalhar lá, eu já tinha trabalhado em outros lugares, era uma galera que vinha da revista MTV e de outros lugares assim. E eu falei “cara, eu quero trabalhar com vocês”. É engraçado que esse cara que trabalhava comigo na revista Ele e Ela... Eu nem lembrava, mas, depois que entrei na Vice, ele veio falar comigo: “você lembra? Você me mostrava o site da Vice na época e me dizia ‘é isso que eu quero fazer, é isso que é legal de jornalismo.’”. Eu não lembrava disso, mas esse camarada meu falou “pô, é teu lance”. E eles lançaram uma primeira edição impressa e estavam fazendo o site, que deu errado. Deu muito ruim. Eles mandaram muito mal, era muito ruim a captação de conteúdo que eles faziam. Essa primeira edição era majoritariamente escrita por gringo e era uma linha editorial diferente, a Vice foi mudando ao longo do tempo. Era uma coisa bem escrota, pegou supermal e ninguém gostou. E estava dando errado com Nova York a equipe daqui e era uma equipe grande, de 11 pessoas. Era uma editora contratada. Essa galera foi inteira mandada embora e saiu falando que pediram demissão coletiva e não era verdade. Enfim, foi super ruim e falaram ‘pu**, acabou a Vice no Brasil’. Nesse meio tempo, um músico que é produtor, o Daniel Ganjaman, veio falar comigo. A esposa dele na época era muito amiga da mulher desse casal que tinha trazido a Vice pra cá e ele falou “nunca me meto nas coisas do negócio delas, mas eu acho que você é o cara pra ir trabalhar lá. Você quer?”. Eu falei “pô, quero, mano. Se não vai acabar a parada, quero conversar”. Então eu fui pra lá. Comecei trabalhando eu e o Douglas Vieira, meio período cada um, ele acabou indo trabalhar numa editora, saiu e eu acabei ficando. Só tinha eu, uma tradutora e uma designer. A ideia era fazer tudo, inventar o que fazer, então eu fui fazendo a adaptação, conversando com Nova York. A Vice lá de fora tem uma postura liberal no sentido norte-americano, meio democrata, da ala mais progressista, mas cheia de coisas anticomunismo. Era uma galera muito branca nessa época, muito homem, muito hetero[ssexual]. Aqui, conseguimos fazer uma linha mais de esquerda do que eles faziam lá fora. A Vice também teve vários redirecionamentos editoriais. Isso garantiu a longevidade da revista, o que acho que hoje se perdeu. Porque agora eles investem muito em vídeo, que eu acho que tem que investir mesmo, mas não é um jeito sustentável de pensar o conteúdo como um todo. Mas eles tinham um pensamento de “o tempo passa, as linguagens mudam, então vamos adaptar a linguagem e vamos mudar. Há coisas que nós fazíamos e agora não fazemos mais, coisas que não fazíamos e agora passamos a fazer”. Isso

⁸¹ Neste apêndice, foram preservadas perguntas e respostas diretamente relacionadas à temática deste trabalho.

era passado [da Vice norte-americana] para todo mundo e eu tinha liberdade de fazer isso aqui da maneira que fosse interessante. A gente tinha essa liberdade também porque a maioria das filiais da Vice eram filiais mesmo. Aqui no Brasil, por causa da Lei de Imprensa, os donos eram esse casal. [Os gestores da equipe de Nova York] eram nossos chefes diretos, tinham a primazia sobre as coisas, mas a gente não era diretamente pago por eles, a gente não era funcionário deles. Então todas as coisas que a gente fez para fora ou foram coisas nossas que eles quiseram traduzir para lá ou coisas que a gente fez com a equipe deles e com a nossa aqui. Então isso dava pra gente um certo espaço de jogada e de não ficar submisso a eles.

Eu quis fazer uma estrutura de equipe diferente da estrutura de equipe que eu tinha vivido em outras redações. Um jeito de trabalhar diferente, porque acho que esse jeito de trabalhar de redação é um jeito morto, muito ruim. Você acaba colocando muito peso em cima dos repórteres. Esse esquema de redação que é competitivo internamente, você acaba gerando editores preguiçosos, um ambiente supertóxico e você coloca toda a responsabilidade de audiência, de pauta, de prêmio, tudo nos repórteres e eu achava isso uma grande sacanagem. Então sempre tentei organizar a redação como uma gangue, no sentido de que cada pessoa da gangue tem uma especialidade, mas todo mundo pode aprender com todo mundo. Isso abriu muitas possibilidades, tanto das pessoas crescerem profissionalmente, quanto de desenvolverem uma cara própria do trabalho delas. Por exemplo a Débora [Lopes] e a Marie [Declercq]. Uma coisa muito mais horizontal. Lógico, você vai ter disputa, normal. Mas era uma coisa muito mais colaborativa, das pessoas se ajudarem e era o meu papel sempre fazer o contrário do que os editores fazem em geral. Eles representam a voz do patronato dentro de uma redação e eles impõem isso. Eu tentava fazer um filtro e proteger a galera das demandas do patronato.

[...] A gente tinha guia de estilo que vinha de Nova York, tanto para as matérias quanto para vídeo. O ângulo de câmera que a gente não faz, o tipo de narrativa que a gente não faz. Mas fora daquilo, você pode inventar. E eu acho as limitações, nesse sentido, uma coisa boa. Nosso processo de trabalho era um processo muito normal de redação. Quando a gente estava com a redação grande, era assim: todo dia às 11 da manhã eu tinha reunião de 15 minutos com os editores, mais a reunião de pauta maior. Aí a gente tinha a cada 15 dias uma reunião de audiência. Então era muito tradicional o jeito de trabalhar.

Entrevistadora: Até essa era uma das minhas perguntas. Como é que funcionava esse processo além das reuniões? É como geralmente funciona, o repórter faz a matéria, vocês editam, vão trocando ideia... Bem tradicional, nesse sentido?

André Maleronka: Bem tradicional. O lance era a linguagem com que a gente fazia as coisas, os jeitos, os ângulos, pensar as coisas. Mas o jeito de organizar para fazer as coisas era muito... Era uma redação, cara. Não era doideira, um monte de gente falava “deve ser uma loucura”. Não, era normal. Era o esquema de trabalho normal.

Entrevistadora: E você lembra o momento em que mais teve gente na redação? A Débora chegou a comentar que tinha mais ou menos umas 25 pessoas...

André Maleronka: 30, umas 30. E a gente trabalhava muito com *freela*⁸² também. Os *freelas* vinham para fazer projeto, ficar alguns meses, mas aí se

⁸² Freelancers.

inteiravam da linguagem, faziam sugestões de pauta e a coisa ia florescendo dessa maneira. Tanto internamente, quanto gente de fora articulando uma rede de pessoas e de conteúdos. Então era massa nesse sentido. A gente tinha equipes que eram separadas, mas dividiam o mesmo espaço físico. Todo mundo ia na redação de pauta, sabe. Todo mundo tinha que trazer pauta para tudo, mesmo que fosse para o colega fazer. Então era legal, era um ambiente bastante criativo.

Quando você está sendo o editor-chefe, diretor de redação ou qualquer coisa que equivalha, você tem que lidar muito com as aspirações, os desejos e as angústias da tua equipe. Tem um gerenciamento aí que não é só burocrático. Não é só “me entrega a matéria tal dia”. Você tem que entender se a pessoa terminou o casamento, se a outra está grávida, se está com problema na família. Você tem que entender e não é entender numa de ser condescendente. É sacar quem é aquela pessoa e aonde ela quer chegar, pra você ajudar ela a mexer nas potencialidades dela. Só que tem gente ganhando um salário que é o triplo de todo mundo, querendo mandar, planando. Você está lá todo dia ralando, de repente o cara entra na redação e quer ditar regra. Isso é muito frustrante para quem está lá embaixo. Então você lidar com isso é uma questão também. É uma coisa que não é vista e isso é superimportante para você conseguir construir um conteúdo de qualidade e também para você conseguir mediar esses anseios e para a gangue estar em pleno funcionamento.

Entrevistadora: Você comentou sobre algumas reformulações de linha editorial. Tem alguma que você gostaria de destacar, especialmente nesse tema que é a minha pesquisa, em relação às drogas?

André Maleronka: Eu acho que, no começo, inclusive antes de ter a Vice no Brasil... Logo que eu cheguei, isso já estava mudando. Antes era uma coisa apenas pró-droga e f*da-se, de cultura de confronto, tática de choque. Depois, passou a ser uma coisa mais investigativa e experiencial. Então desde o [jornalista] Hamilton Morris, que é esse cara f*dão, que sacava muito de drogas, indo conhecer o cara que inventou o ecstasy, usando as drogas e contando como é que era... É um cara doidão, mas que manja de química falando disso... Até umas coisas mais divertidas, tipo “tomei LSD e fui no Paris Fashion Week”, em primeira pessoa. E isso também não tem mais, parou de ter, por causa dessa coisa de marca, mas também porque era um negócio meio caricato e meio idiota. Isso foi mudando pra uma coisa mais responsável, no sentido de... A Vice sempre foi hedonista, mas no sentido de discutir o que a guerra às drogas faz com um lugar, com o país. No Brasil, a gente fazia muito nesse sentido de ter essa postura a favor da legalização das drogas e como transformar isso em um conteúdo que fosse interessante para os jovens e não professoral, apenas. De como as drogas funcionam na vida das pessoas, de tratar isso como uma normalidade. Eu acho que essas foram mudanças boas. E não é só aquela coisa do tipo “a maconha é uma planta”, não. Vamos falar de tudo, de todas as drogas e vamos assumir que as pessoas chapam, que elas fazem uso de vários tipos de drogas diferentes.

Entrevistadora: Uma das coisas em que eu bato no meu trabalho é a noção de que o jovem que quer experimentar vai experimentar. Acho que é ingenuidade pensar que ele não vai experimentar, porque é proibido ou porque é errado ou porque é criminalizado, como muitas vezes a mídia tradicional coloca.

André Maleronka: Exato.

Entrevistadora: Então esse tema me despertou a atenção, porque eu acho que a Vice é sempre muito sincera nesse sentido e também me passa uma sensação de tratar o tema como saúde pública...

André Maleronka: Sim, com certeza.

Entrevistadora: ...e explicar os riscos. Falo por experiência própria. Quando a gente é mais novo, a gente tem curiosidades e eu sou muito assustada pra tudo, então eu pesquisava na internet e eu pensava “nossa, mas isso faz mal. Isso vai me deixar mal, isso não é pra mim”. Eu queria que você comentasse mais sobre isso. Você entende que a Vice via esse tipo de jornalismo, talvez, como quase que um jornalismo de educação, de serviço?

André Maleronka: Sim, era a mesma coisa com as questões de sexualidade. A gente sabe que, quando as pessoas têm acesso à educação sexual na pré-adolescência, na infância, elas param de ser abusadas. Elas entendem o que está acontecendo com elas, se estão vivendo numa situação de abuso. Acho que é o mesmo com drogas. O grande barato é assumir que as pessoas usam drogas, que as drogas têm implicações sociais e como isso pode se inserir na vida da humanidade, como a gente pode lidar com isso, como a gente pode falar disso abertamente. Essa sinceridade agressiva que a gente tinha na Vice, eu costumava muito pensar nessa coisa de você tratar os assuntos sérios com leveza e os assuntos pueris com muita seriedade. E [os assuntos sérios] sem ser de uma maneira tão espetacular. Lógico, vai ter emoção, mas tentar tratar aquilo com leveza. A Débora indo fazer reportagem sobre ibogaína como um tratamento para viciados em drogas⁸³. Tentar tratar aquilo com leveza, não de uma maneira espetacular.

Entrevistadora: É... e também sem tanto estigma, né?

André Maleronka: Exato. Lógico, vai ter emoção, mas tentar tratar aquilo com leveza, sabe. E de repente você vai falar de um bagulho de política que é sério pra car****, que é treta, e conseguir tratar aquilo com leveza. E aí de repente vai falar de um negócio engraçado, que é divertido, e tratar aquilo com uma certa seriedade, que dá um choque nas pessoas. É um jeito de trazer o debate. Então acho que a questão de droga eu abordava muito assim. E a gente tomava muita porrada por causa disso. Como a gente fala muito de sexo, de uma forma muito aberta... Sexo anal para homem hétero, por exemplo. Ao mesmo tempo em que a gente está falando de política, super relevante, importante... Os próprios colegas jornalistas admiravam, mas aí não queriam admirar publicamente porque isso podia pegar mal pra eles. Porque a gente era muito doidão, então isso gera também esse tipo de dificuldade, não só com marcas, mas dentro do meio do jornalismo em si. Mas eu acho que essa galera que tem essa postura e que vai continuar tendo, isso aí está morto e é velho. Isso aí acabou. Por mais que a Vice tenha acabado, e isso é muito mais uma questão de geopolítica ou de outras coisas... Mas tem um vácuo aí, tem o interesse das pessoas ainda por esse tipo de coisa. E aí, bicho, aí é problema de quem não vai ter a visão de bancar uma coisa dessas e conseguir, realmente, falar com os jovens e fazer com que os jovens sintam que lá é um lugar que eles têm uma troca. A Vice aqui no Brasil não tinha só essa postura de “vamos ensinar os jovens”. Tinha uma troca real, de aprender com os jovens mesmo o que é interessante, o que é caro a eles em todos os assuntos, desde política até drogas.

Entrevistadora: Por outro lado, acho que a revista também ocupou um papel importante de discutir esses assuntos, que vão chegar em pessoas, muitas vezes, de uma faixa etária que é jovem. Você acredita que a revista, por ser tão direta e tão próxima do seu público e por conseguir dialogar com mais facilidade do que outras instituições mais tradicionais, como a família, a escola, enfim... Você acredita que a revista tenha ocupado o espaço dessas figuras na discussão desse tipo de tema?

⁸³ Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/qkd5q3/tratamento-com-ibogaina-pasta-base>>.

André Maleronka: Sem dúvida nenhuma. Eu acho que foi isso que aconteceu e isso foi um problema para muita gente, inclusive. Então isso acabava fazendo com que a Vice fosse muito copiada e muito pouco reconhecida. Todo mundo quer o bônus dessa linguagem, mas ninguém quer o ônus.

Entrevistadora: Eu queria saber o que regia o processo jornalístico... Você já falou bastante sobre isso, mas quais eram os objetivos da equipe no Brasil, os valores-notícia enquanto equipe editorial?

André Maleronka: Eu acho que o grande valor era ser uma plataforma e um espelho para a cultura jovem do Brasil e do mundo, mas uma ideia de globalização muito mais a ver com Milton Santos, do que essa coisa liberal. Qual o lugar que o jovem tem no Brasil, qual o lugar do jovem do Brasil no mundo... Quando falo cultura, falo no sentido mais amplo possível. Estou falando de política, de tudo. Basicamente, queríamos falar dos assuntos e na linguagem que fossem caros aos jovens. Gerar essa comunicação e que fosse realmente uma comunicação de mão-dupla, em que não estivéssemos cag**** regras e querendo dizer o que o jovem tem que ser, o que ele tem que curtir, mas o que interessa a ele e as formas com as quais ele pode se comunicar. Então havia muito interesse em saber quais eram os valores e os interesses dos jovens. Era isso que norteava e isso era muito baseado em estudo e pesquisa sobre comportamento dos jovens.

A gente ia elencando isso dentro dos temas que eram elencados dentro de editorias. Então eu matei a revista impressa, porque ela custava muito dinheiro e falei “vamos investir tudo no site e conseguir aumentar a redação”. A gente tinha, pelo modelo americano, os sites separados. Então tinha, por exemplo, o site do Noise, que era de música, o do Motherboard, que era de ciência, tecnologia e inovação, o do Vice Sports... Era tudo separado e a gente tinha essas editorias aqui. Eu fiquei dois anos negociando com Nova York para juntar tudo dentro do site e ser uma coisa só. No último ano em que eu estava na Vice, eles implementaram isso que eu inventei no mundo inteiro.

Entrevistadora: Você falou em estudos. Vocês tinham bem delimitado qual era perfil de quem lia a Vice, faixa etária, o que faz? Qual é esse público-alvo?

André Maleronka: A gente tinha. Inclusive, quando a gente começou a ter esse tipo de pesquisa, no começo, logo que eu entrei na Vice, a gente percebeu que o público da Vice no Brasil era jovem, mas era muito masculino e a gente trabalhou ativamente para mudar isso. E a gente conseguiu chegar em metade metade, de homem e mulher, de leitores. O nosso grande objetivo, e isso era uma coisa que a Vice tinha lá fora e a gente queria ter aqui, era retenção: de tempo de leitura, das pessoas assistirem o vídeo até o fim. E isso era uma coisa, mais do que o número de cliques e *views*, que fazia as marcas procurarem a gente. As pesquisas com participação da audiência eram feitas mais ou menos a cada dois anos. A gente via que era um público jovem, de 16 a 40 anos, era bem variado. De classe social, era classe média e um pouco de periferia. Era isso, e uma galera bem rica também tinha. Era meio doido. O nosso planejamento era no sentido de expandir para outros lugares do Brasil, porque tínhamos um pouco de audiência em todos os lugares, mas principalmente em São Paulo, Rio, Minas Gerais, um pouco no Sul. Mas a gente tinha um pouco de Norte e um pouco, bem mais, de Nordeste, de Salvador. Mas era um negócio que a gente queria expandir para esse público. Essa era a nossa ideia.

Entrevistadora: Você acredita que a faixa etária majoritária era algo entre... Você tinha alguma visão sobre isso? Talvez, 20, 30...

André Maleronka: Isso aí.

Entrevistadora: Entre as estratégias que vocês usavam para conversar com o jovem, você comentou bastante sobre tratar de vários assuntos que estavam em alta mas com normalidade. Que outras estratégias você destaca?

André Maleronka: A gente fazia muita coisa baseada não só em métrica de rede social necessariamente, mas em pesquisa mesmo. De tipo “cara, o que interessa o jovem brasileiro? Qual a expressão da sexualidade do jovem brasileiro?” Esse tipo de coisa. O que essa molecada está querendo fazer e entender o que aflige eles, quais são as questões e como a gente pode ajudar a resolver algumas dessas questões, como a gente pode colocar outras tantas. Não fingir que a gente está só ali reportando, sem influência nenhuma, exercendo o “a gente só retrata a realidade”, mas de ter uma função ativa. Você sabe que você está mexendo com as coisas quando você traz essas questões. O exemplo mais fácil e mais simples para entender isso é uma das coisas boas que a MTV fez no Brasil. A MTV começou a fazer campanha de uso de camisinha nos jovens, porque tinha uma estatística de que estava aumentando a aids e HIV entre os jovens. Então eles fizeram as campanhas informativas. É fazer algo propositivo, não só dar a matéria falando “ó, aumentou o número de HIV entre os jovens”. Era falar das histórias da molecada que tá pegando o vírus, de como é que é, trazer esse assunto. Ou com drogas, como é o seu tema: como é que tá sendo essa relação, qual que é o objetivo de usar drogas. É muito mais do que falar “estou só dando esse retrato aqui e a sociedade e o poder público que se virem”. Tudo bem, tem isso também, mas acho que também tem um jeito de você ir lá e mexer nas coisas. Não tratá-las como uma coisa isenta, porque ela não é. Lógico, você não consegue prever exatamente o que vai acontecer na hora em que você publica uma matéria. Mas você pode refletir a respeito disso e tentar interpolar algumas coisas. E não ficar nessa postura de “estou só retratando a realidade, f*da-se, próxima.” Tem que querer interferir.

[...] Acho que, cara, você tem que estar meio deslumbrado ou meio enojado ou meio apaixonado pelos temas que você vai tratar. A minha ideia de montar redação era montar uma redação que propiciasse isso para as pessoas, que elas se envolvessem de uma certa forma. Não só fazer só uma coisa fria de “ó, como eu sou legal, jornalista que manja” ou “eu tenho essa fonte de política”. Não, vamos olhar direito. O que estava acontecendo nas manifestações em 2013? Estar lá no meio, se deixando envolver e tentando ver o que aconteceu e pra onde que a coisa foi. A gente conseguiu sacar em tempo real o que aconteceu com as manifestações e falar em tempo real o que aconteceu. A gente fez documentários sobre isso e, nos outros veículos, tem gente que está patinando até hoje. Seja de esquerda, seja de direita, na época se falou muita besteira. Os grandes jornais mudaram a postura deles totalmente e tomaram os atos para eles, de uma certa forma. Eles propiciaram isso com os editoriais, com a coisa toda, com a espetacularização quando tiveram profissionais machucados. Eles estavam fazendo editoriais do tipo “dar bala em manifestantes”, depois repórter deles toma bala no olho, eles mudaram do dia para a noite. Teve uma grande convocação nacional pela grande imprensa para as pessoas irem [nas manifestações] e falando que as pautas das manifestações eram outras. E aí esses caras querem me convencer até hoje de que eles fazem um jornalismo isento. É ridículo. E aí fica todo mundo “ah, não dá para entender 2013”. Dá, sim, a gente estava lá. A gente viu exatamente o que aconteceu e foi exatamente isso que aconteceu. Havia outros autores, não era só a grande mídia malvada. Não, mas eram atores que estavam sendo referendados pelo capital, internacional inclusive. E a gente viu isso acontecer com o desenrolar da rua. Deu para perceber isso, porque os repórteres traziam, a Débora e outros repórteres que cobriram e que estavam

todos os dias na rua, nas manifestações, e eu estava fazendo a base na redação, publicando os textos no dia e pensando. Os textos eram todos analíticos, nenhum era só relato, porque tinha uma conversa durante o acontecimento, as manifestações estavam acontecendo, isso era interpretado e gente colocava. Era tudo editorializado. Os títulos são editorializados. Não existe factual. Não existe. A partir do momento em que você está contando um fato, você está contando ele de um jeito.

Entrevistadora: Quando a gente fala nas produções de vocês aqui no Brasil, tanto traduções de materiais da Vice estrangeira quanto as que eram produzidas aqui, a gente tinha conversado um pouco sobre os entraves por conta da legislação, de não poder tratar de certos temas por serem considerados apologia. Que outros desafios você ressaltava sobre produzir conteúdo sobre drogas aqui no Brasil?

André Maleronka: Acho que o maior entrave mesmo é esse entrave da apologia, que é uma coisa super abstrata, porque é uma lei que não é absolutamente transparente. Então você tem que fazer um julgamento de caráter. E aí vai depender do entendimento do juiz se você está fazendo ou não apologia. [...] E a gente sempre teve advogado junto. No começo eu consultava pessoas que eu conhecia, porque a revista não tinha estrutura. Depois de um tempo, ela passou a ter uma advogada dentro para ver questões trabalhistas ou outras, como de marca, de autorização de uso de imagem, direitos autorais. Ela cuidava dessas coisas, então era ela que eu ia consultar. Por exemplo, quando a gente estava no final da Vice, a gente fazia o boletim matutino, que era meio que um giro de notícias... Era bem radical, de linguagem. Então, por exemplo, a gente nunca escrevia o nome do Bolsonaro certo. A gente sempre embaralhava as letras.

Entrevistadora: A foto de cabeça para baixo também?

André Maleronka: Foi por causa de um poema que eu li. As pessoas acham que é por causa do Mussolini, é legal acharem isso mas não é por causa dele. Então esse é o lance, era super radical. E aí a advogada ficava maluca e falava “a gente vai tomar um processo”. Eu falava “não. Se é pra tomar um processo, muita gente vai tomar antes da gente. Tem veículos maiores que não estão todo dia fazendo isso e não são tão radicais quanto a gente, mas que estão imputando a ele crimes, responsabilidade, xingamentos e que tem muito mais visibilidade do que a gente”. A questão das drogas era meio essa também. De política as pessoas têm mais medo do que de droga no Brasil, as pessoas da grana. Depois que entrou o Bolsonaro, mais medo ainda.

Entrevistadora: Analisando a linguagem, uma coisa que a gente vê na Vice é que nem tudo é bem explicado... Porque se entende que o público sabe, que está inserido nesse contexto, que vai conhecer...

André Maleronka: Sim, mas essa questão de a gente não deixar tudo absolutamente explicado era decidido caso a caso. Sabe por quê? Porque você está na internet. Claro, acho maravilhoso o New York Times, eles têm mania editorial de “tudo é explicado”. Mas que é uma linha de impresso, então você não precisa olhar em nenhum outro lugar para entender todo o universo que está sendo coberto ali. Eles têm isso. Acho legal. Não era o nosso caso. Essa linguagem da Vice era desenvolvida nativa já de internet. Então você pode parar o artigo, pesquisar e voltar. As pessoas gostam de fazer isso, faz parte. é gostoso.

Entrevistadora: Minha última pergunta é só pra contar um pouquinho de como é que foi esse processo final da Vice. Eu sei que as atividades editoriais foram encerradas em maio do ano passado... De onde partiu isso?

André Maleronka: A gente sempre respondia a Nova York, aí nos últimos três, quatro anos a gente foi ter essa venda para a Globo. E não teve, mas eles (*Vice Nova York*) aproveitaram para comprar uma parte do casal que tinha trazido a *Vice* pra cá e mandaram eles embora. Teve uma reestruturação global da *Vice* e a revista começou a se dividir em núcleos. Então a gente respondia ao núcleo de América Latina, que era baseado no México e em Nova York. Eles fizeram um passarelho na América Latina inteira nessa época, por uma questão de grana, segundo eles. O editor que entrou acima de mim na América Latina comandava a relação com México e eu não acreditava no novo projeto editorial deles. Achava fraco. Uma hora pra mim ficou muito aparente que eles iam fechar a redação aqui. Eu imaginava que seria em setembro, aí veio a pandemia e eles fecharam antes. Fecharam aqui e em um monte de outros lugares do mundo também. E eu tinha me ligado que ia rolar isso, tinha percebido pelas movimentações. Eles queriam transformar a *Vice* no Brasil no que eles transformaram: só na *Virtue*, que é a produtora de conteúdo para marca. Eles queriam ter esse braço de produção aqui, virou uma pequena produtora que, quando eles pegam uma marca grande que quer fazer algo no Brasil, aciona a galera daqui e faz. Eles não queriam mais bancar o editorial, o que é bem doido porque o último trabalho que a gente fez... O dia em que a gente entregou esse trabalho foi o dia em que eles mandaram todo mundo embora. Foi um trabalho para o Fórum Nacional Contra a Pirataria, “Cigarro do crime”⁸⁴, a Débora apresentou esse documentário. Esse documentário deu muito dinheiro, foi patrocinado. A gente tinha um bom orçamento e foi o que salvou o semestre de América Latina.

Quando começou a pandemia, eles fizeram a proposta de abaixar o salário, porque a gente estava em *home office*. E ninguém da redação aceitou, eu não aceitei. Na época, tinha um papo de que os grandes executivos globais da *Vice* iam ter os salários reduzidos mais que os nossos e por isso a gente deveria aceitar. Eu falei “não, eu não aceito, porque não sou otário. Eu não vou ganhar menos, o dólar está alto pra car****, o dinheiro vem em dólar, pra vocês é uma migalha e eu não vou aceitar ganhar menos para vocês manterem sua margem de lucro nos Estados Unidos. Isso é problema de vocês”. Um ano depois, descobriu-se que esse papo dos executivos todos terem o salário muito mais cortado era mentira, eles não tiveram, então eu estava certo. Eu estava me tornando uma pessoa difícil de lidar também. E eles já tinham esse plano, aí aproveitaram a pandemia para fazer antes, em maio. Foi isso basicamente.

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sJlh7ech6m0>>.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

FERNANDA NEVES MONDADORI

**A COBERTURA DO TEMA DAS DROGAS PELA REVISTA VICE: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO**

Caxias do Sul
2021

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE JORNALISMO - BACHARELADO**

FERNANDA NEVES MONDADORI

**A COBERTURA DO TEMA DAS DROGAS PELA REVISTA VICE: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO**

Projeto de Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como requisito para
aprovação na disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso I
Orientador: Prof. Dr. Marcell Bocchese

Caxias do Sul
2021

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Publicações no site da Vice Brasil	49
Ilustração 2 – Instagram da Vice Brasil	50
Ilustração 3 – Twitter da Vice Brasil	51
Ilustração 4 – Reportagem sobre corrupção no governo venezuelano	52
Ilustração 5 – Reportagem sobre o movimento Pride	53
Ilustração 6 – Reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger	55
Ilustração 7 – Trecho de reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger	55
Ilustração 8 – Reportagem sobre Lisboa	56
Ilustração 9 – Reportagem sobre curling	56
Ilustração 10 – Reportagem sobre traficantes e golpes	57
Ilustração 11 – Reportagens sobre a fabricação de DMT	57
Ilustração 12 – Reportagem sobre memes do ator Fábio Assunção	58
Ilustração 13 – Reportagem sobre a guerra às drogas	58
Ilustração 14 – Reportagem sobre mercado de drogas e os impactos ambientais	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 TEMA	7
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	7
3 JUSTIFICATIVA	8
4 QUESTÃO NORTEADORA	9
5. HIPÓTESES	10
6. OBJETIVOS	11
6.1 OBJETIVO GERAL	11
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
7. METODOLOGIA	12
7.1 MÉTODO	12
7.2 ANÁLISE	14
7.2.1 Análise de conteúdo	17
7.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	25
7.4 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	28
8. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	32
8.1 DROGAS E JUVENTUDE	32
8.2 A REVISTA VICE	43
8.2.1 A linguagem utilizada	51
8.3 JORNALISMO INTERPRETATIVO	58
9. ROTEIRO DOS CAPÍTULOS	65
10. CRONOGRAMA	66
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto busca reunir os dispositivos necessários para uma análise de conteúdo acerca da abordagem utilizada pela revista *Vice* na cobertura do tema das drogas. O resultado é um itinerário que leva à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, considerado um dos momentos mais importantes da graduação.

É sabido que o uso de drogas constitui um tema de importância social devido, por exemplo, à curiosidade que desperta, tanto nas pessoas que vivenciam o uso e suas consequências, quanto nas que buscam compreendê-lo e estudá-lo. O mesmo vale para os seus desdobramentos – o que inclui instâncias políticas (como a discussão sobre a legalização, punição e legislação); sociais (que envolvem a pressão em experimentar e a disseminação do uso entre os grupos); culturais (no sentido de que existem diferentes significados para o uso de acordo com os costumes e hábitos de cada local); de saúde pública (consequências como abuso de substâncias, dependência, distúrbios e, no cenário que mais deveria preocupar as autoridades e a sociedade, a overdose).

Como qualquer tema de importância social, o que sustenta este trabalho necessariamente perpassa a instância midiática. Refletir como o jornalismo está retratando essas problemáticas – e se está contribuindo para suas resoluções – faz parte das provocações aqui apresentadas.

A ideia de abordar a temática deste projeto surgiu a partir da vivência enquanto jovem consumidora de mídias. Ao pesquisar sobre substâncias psicoativas, seus efeitos no organismo e os riscos inerentes ao uso, percebe-se que a abordagem escolhida pelo canal de veiculação de tais informações mostra-se fundamental no processo de aproximação com o público que recebe o conteúdo.

Com isso, levantaram-se algumas questões, mesmo antes da construção deste trabalho ter iniciado. Os meios de comunicação estão preparados para lidar com o público jovem, considerado o mais suscetível à experimentação de drogas? As empresas jornalísticas estão dispostas (ou interessadas) a explicar as consequências dessa experimentação de forma eficaz e alinhada à linguagem usada pelo público?

Na tentativa de ensaiar respostas, ainda antes do momento de definição do tema, outras perguntas foram surgindo e despertando ainda mais curiosidade na

autora. Que público jovem é esse, afinal? Ele se sujeita, de fato, às informações que recebe da mídia? E mais importante: toma decisões a partir delas?

O papel do jornalista de retratar uma realidade, questioná-la e provocar o público – tanto aqueles que estão no poder quanto os que a ele se submetem – a transformá-la é um dos motivos que levaram a autora a optar pelo seu curso de graduação. Foi com esse entendimento que se definiu a escolha do objeto de estudo do presente trabalho.

2 TEMA

A cobertura do tema das drogas pela revista Vice.

2.1 Delimitação do tema

Estudo da abordagem utilizada pela revista Vice em reportagens a respeito do uso de drogas.

3 JUSTIFICATIVA

Há o que se aprender por meio do estudo de como se dá a abordagem escolhida pelos veículos de comunicação a respeito de uma determinada pauta. Com este trabalho, que busca analisar a abordagem utilizada pela revista Vice na cobertura do tema das drogas, verifica-se uma relevância em refletir sobre quais conteúdos e formatos estão sendo ofertados aos consumidores de mídia no Brasil atualmente, ainda mais no que tange a assuntos considerados polêmicos e que, talvez justamente por isso, interferem de maneira significativa na percepção de mundo e na formação de opinião de seus públicos.

Apesar da Vice ter encerrado suas atividades editoriais no Brasil (a revista estadunidense-canadense contou com uma equipe jornalística no país até maio de 2020), ainda encontram-se reportagens antigas no site brasileiro, a maioria delas produzidas por jornalistas em sedes do veículo em outros países, todas traduzidas. Anteriormente, não era diferente: muito do conteúdo veiculado era oriundo do exterior. Ao analisar algumas reportagens do ano de 2019¹, este estudo pode revelar detalhes sobre a linha editorial escolhida pela equipe de reportagem, passando pela construção da pauta, apuração e redação, chegando, finalmente, ao conteúdo que é disponibilizado ao público do site do veículo.

A pesquisa deste tema indica a importância de se compreender o público-alvo da Vice, que, em razão de sua idade e posição social, se vê em momento de experimentação. Daí a necessidade de se abordar o tema das drogas de forma responsável, mas, ainda assim, próxima ao público mencionado. Para se ter ideia, o conteúdo republicado pelo site brasileiro da Vice está dividido nas seguintes editorias: “Sexo”, “Drogas”, “Política”, “Comportamento” e “LGBTQ”. Todos são assuntos protagonistas de alguns dos maiores debates da pauta de comunicação no Brasil hoje.

Ao buscar entender se a linguagem empregada pelos repórteres dialoga com o público e se a escolha da revista por tratar o assunto como uma questão de saúde pública se mostra pertinente no alerta para os riscos trazidos pelo uso de entorpecentes e na chamada “redução de danos”, este trabalho contribui para o debate sobre a pauta dos veículos de comunicação no Brasil e a importância do jornalista enquanto construtor de uma realidade social.

¹ O recorte da pesquisa será devidamente delimitado no Trabalho de Conclusão de Curso II.

4 QUESTÃO NORTEADORA

Como se dá a abordagem escolhida pela revista Vice em reportagens que tratam do tema das drogas?

5 HIPÓTESES

1. A revista Vice tem uma abordagem que conscientiza seu público-alvo sobre o uso de drogas;

2. A revista Vice tem uma abordagem que estimula seu público-alvo ao uso de drogas;

3. Por vezes, a irreverência da revista Vice mascara riscos inerentes ao uso de drogas em suas reportagens sobre o tema.

6 OBJETIVOS

6.1 Objetivo geral

Analisar a abordagem do tema das drogas pela revista Vice.

6.2 Objetivos específicos

1. Entender se a linguagem empregada pelos repórteres dialoga de forma responsável com o público da revista;
2. Compreender se a escolha da revista por tratar o assunto como uma questão de saúde pública se mostra pertinente no alerta para os riscos trazidos pelo uso de drogas e na chamada “redução de danos”;
3. Delinear o perfil do público-alvo da revista Vice;
4. Contribuir para o debate sobre a pauta dos veículos de comunicação no Brasil e a importância do jornalista enquanto construtor de uma realidade social.

7 METODOLOGIA

Neste item, serão apresentados aspectos sobre a metodologia envolvida no presente estudo. Assim, serão abordados os conceitos de método, análise, análise de conteúdo, entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica.

7.1 Método

O método científico faz parte do desenvolvimento de qualquer projeto de pesquisa. Sua função é de suma importância para a construção de trabalhos como o presente projeto e, conseqüentemente, para a sustentação do enfoque escolhido para a apresentação do trabalho. Para conceituar “método”, utilizam-se, aqui, alguns autores que buscam definir seu significado, bem como delinear seu papel ao longo da investigação científica. Jayme Paviani (2013, p. 61) é um deles.

Segundo o pesquisador,

a ideia de método nasce originalmente da metáfora que indica caminho, orientação, percurso de uma ação ou meios para alcançar um fim. Nesse sentido, o conceito de método está intimamente ligado ao conceito de processo de investigação científica, que tem por objetivo produzir novos conhecimentos e modos de intervenção na realidade.

Danilo Da Cás (2008, p. 76) apropria-se de dois conceitos sintéticos para indicar o significado de método: “o caminho a seguir para se chegar a um fim” e “o estudo metódico de uma ciência”.

Já Maria Margarida de Andrade (2007, p. 61) entende o método como “os procedimentos mais amplos de raciocínio, o conjunto de processos que se emprega na investigação e na demonstração da verdade”.

Para Paviani (2013), o método, no sentido estrito, refere-se a um modo básico de conhecer e, no sentido geral, constitui um “conjunto de regras, de instrumentos, de técnicas e de procedimentos”. (PAVIANI, 2013, p. 61).

O autor resume:

Portanto, temos, no mínimo, três significados de método: o primeiro, indica caminho, orientação, direção: o segundo, aponta modos básicos de conhecer (como analisar, descrever, sintetizar, explicar, interpretar), e o terceiro, refere-se a um conjunto de regras, de procedimentos e de instrumentos e/ou técnica (como questionário, entrevista, documentos) para obter dados e informações. (PAVIANI, 2013, p. 61).

Paviani (2013) divide os modos de conhecer entre básicos e derivados. Conforme o autor, “entre os básicos situam-se o analítico² (de origem aristotélica), o dialético (de origem platônica) e o hermenêutico (que provém originalmente do estudo dos textos sagrados, jurídicos e linguísticos).” (PAVIANI, 2013, p. 61). Já os modos derivados são originados em combinações distintas de modos básicos, sendo conhecidos como método funcionalista, estruturalista, sistêmico, dialético e fenomenológico.

Da Cás (2008) indica uma classificação de métodos mais ampla. Ele lista os métodos gerais, separados em: indutivo, dedutivo, dialético, racional, observação, experimental, sintético-analítico-epistemológico e fenomenológico. O autor também relaciona os métodos especiais, divididos em: clínico (estudo de caso ou monográfico), naturalista, inquisitivo, demonstrativo, pedagógico, histórico, crítico, comparativo ou tipológico, etnográfico, hipotético-dedutivo e biográfico.

Andrade (2007), por sua vez, separa os métodos em dois grandes grupos: os de abordagem (dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético) e os de procedimentos (histórico, comparativo, estatístico, funcionalista, estruturalista, monográfico, etc). A autora nota que os métodos não são exclusivos entre si, o que torna possível utilizar mais de um tipo na mesma pesquisa.

Independentemente do tipo de método empregado, Paviani (2013, p. 62) ressalta que “nenhum modo de conhecer existe em estado puro e isolado.” De acordo com ele, as análises e interpretações consistem sempre em analisar algo ou interpretar algo. Desse modo, os métodos básicos complementam-se e precisam do apoio dos instrumentos de pesquisa.

Ainda segundo Paviani (2013, p. 62), o método de pesquisa não pode ser obtido “como se fosse uma receita”. Ele deve ser construído caso a caso, no contexto de cada projeto de pesquisa:

² O método analítico, ou simplesmente análise, será abordado adiante neste item.

Mesmo quando se parte de experiências científicas já realizadas, o método é criado e pensado no próprio processo de investigação. O método científico, portanto, faz parte do projeto de pesquisa, não como uma peça isolada, mas como algo integrado a outros elementos, formando um sistema coerente e eficaz. (PAVIANI, 2013, p. 62).

A história da filosofia e da ciência, segundo o autor, exemplifica o uso de teorias e de métodos. Platão e Aristóteles, por exemplo, já demonstravam preocupação com o método desde os tempos da Antiguidade. Conforme Paviani (2013, p. 62), “eles praticam a análise lógica ou dialética, distinguem argumentos falsos e verdadeiros e processos demonstrativos, discutem pressupostos, definem conceitos e propõem categorias”.

A partir dessa ideia, fica cada vez mais clara a importância do método para a construção do trabalho científico. De acordo com o autor, uma exigência básica para compreender a função do método científico é saber distinguir entre as informações disponíveis e aquelas que precisam ser obtidas (PAVIANI, 2013). Desse modo, “a verdadeira iniciação científica começa no ensino e na formação dos pesquisadores.” (PAVIANI, 2013, p. 64).

O pesquisador também aborda os avanços tecnológicos e teoriza a respeito de sua contribuição para a pesquisa científica e para o ensino. Em resumo, “a aprendizagem mediada pelas novas tecnologias e pelo rigor dos procedimentos lógicos e epistemológicos constitui-se no verdadeiro acesso aos métodos científicos.” (PAVIANI, 2013, p. 64).

Depois de conceituar e contextualizar o método, assim como seus diferentes tipos, entende-se que o que mais se encaixa neste estudo é o método analítico, como abordado a seguir. Para entender como se dá a abordagem de uma revista, é preciso analisar seu conteúdo, linguagem e público-alvo, razão pela qual a análise mostra-se mais adequada enquanto método de pesquisa.

7.2 Análise

No entendimento de Paviani (2013, p. 70), o modo de conhecer analítico é aquele que “analisa os enunciados ou as proposições compostas de sujeito, predicado e cópula³”. Esse modo, segundo o autor, tem como domínio de enfoque o

³ Cópula é o verbo que une o sujeito e o predicado, sendo a própria afirmação de um enunciado ou proposição.

da linguagem formal ou comum, está ligado ao processo descritivo e se utiliza de processos comparativos e estatísticos. Além disso, “é extremamente útil para se poder explicar e interpretar a realidade.” (PAVIANI, 2013, p. 78).

Lakatos e Marconi (2009, p. 23) definem analisar como “estudar, decompor, dissecar, dividir, interpretar”. Na visão das autoras, “a análise de um texto refere-se ao processo de conhecimento de determinada realidade e implica o exame sistemático dos elementos.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 23).

Ainda conforme Paviani (2013), o conceito de análise está relacionado a concepções filosóficas diversas e, por tal razão, é comum ouvir termos como “análise lógica”, “análise transcendental” e “análise existencial”, por exemplo.

Historicamente, o processo analítico desenvolveu-se principalmente a partir de Aristóteles e Kant, mas também encontra-se em Platão e Hegel, considerados autores dialéticos, de acordo com Paviani (2013). É por isso que, segundo afirma o autor, não há um processo de análise totalmente puro. “Falar em processo analítico, dialético e hermenêutico é apenas apontar para um núcleo básico definidor que não exclui as possíveis combinações entre eles.” (PAVIANI, 2013, p. 75).

Paviani (2013, p. 70) traça paralelos entre os objetos de estudo da Filosofia e da própria análise:

Tradicionalmente, a Filosofia ocupou-se dos conceitos de ser, existência, verdade, liberdade, etc. A atitude analítica ocupa-se com as palavras que designam tais coisas. Enfim, o conhecer analítico ocupa-se com o discurso teórico e a linguagem comum.

Ele também relaciona a análise à elucidação de discursos, de proposições, de conceitos e de argumentos. Conforme ele, os termos *analysis* ou *resolutio*, de origem grega e latina, respectivamente, designam “um processo de conhecer, que consiste na explicitação de elementos simples ou complexos de conceitos, de proposições ou de objetos e de relações entre elementos desses objetos.” (PAVIANI, 2013, p. 75).

O autor conceitua o que é análise em um sentido próximo aos procedimentos de pesquisa: “definir conceitos, estabelecer categorias, codificações, tabulações, dados estatísticos, generalizações de dados, relações entre variáveis, etc.” (PAVIANI, 2013, p. 76).

Ele complementa:

A análise também pode ser entendida “como redução, como decomposição e como elucidação”. Podem-se decompor ideias, conceitos ou atos (vivências), proposições, discursos, conceitos. Cada uma dessas formas combinadas entre si podem dar origem a diferentes processos metodológicos. (PAVIANI, 2013, p. 76).

Lakatos e Marconi (2009) também falam em decomposição ao abordar o conceito de análise. De acordo com elas, “analisar é [...] decompor um todo em suas partes, a fim de poder efetuar um estudo mais completo.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 23). Além disso, a análise é desenvolvida por meio da explicação, da discussão e da avaliação e, através dela, é possível “observar os componentes de um conjunto e perceber suas possíveis relações, ou seja, de uma ideia-chave geral passar-se para um conjunto de ideias mais específicas.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 23).

Aristóteles, como lembra Paviani (2013), estabelece uma diferença entre o raciocínio demonstrativo (analítico) e o raciocínio argumentativo (dialético). Nota-se: “o silogismo demonstrativo é fundamentalmente dedutivo, pois extrai verdades particulares de proposições universais. A indução e a intuição são processos opostos, generalizam as proposições a partir de observações singulares.” (PAVIANI, 2013, p. 73).

Sobre isso, Paviani (2013, p. 75) resume que tanto analítica quanto dialética são dois modos básicos de conhecer, “os quais, acrescidos do modo hermenêutico, formam os três modos fundamentais de articular: o conhecimento, a linguagem e a realidade”.

Ainda segundo Paviani (2013), a análise pode decompor coisas reais, como ações, embora sempre trabalhe com a linguagem. Essa linguagem, inclusive, pode ser tanto de ordem lógica quanto simbólica ou, então, a linguagem comum dos atos de fala.

Nessa perspectiva, a pesquisa científica permite analisar textos, imagens e sons, utilizando modalidades distintas de análise de discurso, análise de conversação e da fala, análise semiótica de imagens, análise de ruídos e de música (PAVIANI, 2013).

A análise de conteúdos⁴, por exemplo, procura identificar elementos do *corpus* de um texto. Assim, depois da pré-análise (leitura preliminar do material e escolha dos documentos), a análise do material consiste em codificação, categorização e quantificação para finalmente realizar a análise do conteúdo visado. (PAVIANI, 2013, p. 77).

O autor afirma que passar informações retiradas de questionários, entrevistas⁵ (diretas ou indiretas, por telefone ou internet) ou estudos de casos demanda uma série de processos que consistem em uma forma de análise (PAVIANI, 2013). Esses processos, por sua vez, envolvem definições, classificações, simulações, ordenamento, reagrupamento de dados ou de informações, entre outros. Paviani (2013, p. 77) conclui que, “por mais que se tenha o objetivo de descrever dados, o ato de descrever já pressupõe um procedimento pré-analítico. A análise propriamente dita, portanto, é antecedida de uma descrição-analítica”.

7.2.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, como indicado anteriormente, é uma das metodologias propostas para a construção do trabalho que este projeto referencia. A fim de entender seu conceito e como o método pode ser aplicado no presente trabalho, recorre-se à obra de Laurence Bardin (2000).

Conforme a autora, a análise de conteúdo pode ser definida como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2000, p. 42).

Esse conjunto é, também, “de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento” (BARDIN, 2000, p. 9). Apesar de envolver múltiplas técnicas, sendo polimorfa e polifuncional, toda análise de conteúdo tem um fator comum, uma vez que constitui-se enquanto “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. (BARDIN, 2000, p. 9).

⁴ A análise de conteúdo, assim como suas etapas, será retomada adiante neste capítulo.

⁵ O conceito de entrevista, especialmente a semiestruturada, também será revisto neste capítulo.

Ainda nessa lógica de múltiplas técnicas, Bardin (2000, p. 31) enxerga a análise de conteúdo não como um instrumento, mas como “um leque de apetrechos; ou [...] um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.”

Assim, em última instância, “qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.” (BARDIN, 2000, p. 32).

Para Bardin (2000, p. 9-10), o maior interesse da análise de conteúdo “reside [...] no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as instituições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas”.

Ou seja,

ao desempenharem o papel de “técnicas de ruptura” face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reacção interpretativa. Se este intervalo de tempo é rico e fértil então, há que se recorrer à análise de conteúdo. (BARDIN, 2000, p. 10).

A análise de conteúdo está relacionada com a abordagem quantitativa e qualitativa (BARDIN, 2000).

Nota-se:

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (BARDIN, 2000, p. 21, grifos da autora).

Para o trabalho proposto pelo presente projeto, utilizar-se-á, com mais frequência, a análise qualitativa. Com isso, será possível observar a presença ou a ausência de determinados elementos no corpus escolhido para análise. Pontualmente, utilizar-se-á a análise quantitativa (contagem de frequências). Os critérios de seleção do corpus, bem como os elementos a serem observados, serão devidamente indicados.

Bardin (2000, p. 27) relaciona a aplicação da análise de conteúdo a inúmeras áreas do saber, como a sociologia, a psicologia, a história, a literatura, a política, a

publicidade, entre outras. As técnicas da análise de conteúdo são entendidas como “instrumentos de investigação laboratoriosa de documentos” e apelar para eles é, na visão da autora,

situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim⁶ a P. Bourdieu⁷ passando por Bachelard⁸, querem dizer não “à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos [...]. (BARDIN, 2000, p. 28).

A pesquisadora atribui a essa forma de análise dois objetivos e duas funções. Os dois objetivos são: a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura.

Sobre o primeiro, Bardin (2000, p. 29) questiona: “o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta ‘visão’ muito pessoal, ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?”. Acerca do segundo objetivo, a autora provoca: “se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência?” (BARDIN, 2000, p. 29).

Já as duas funções são a heurística e a de “administração da prova”. A respeito da primeira, Bardin (2000, p. 30) expõe: “a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo ‘para ver o que dá’”. Por fim, sobre a segunda função, ela determina:

Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação⁹. É a análise de conteúdo ‘para servir de prova’. (BARDIN, 2000, p. 30).

Bardin (2000, p. 36, grifo da autora) propõe cinco regras “às quais devem obedecer as *categorias* de fragmentação da comunicação para que a análise seja válida”. A ideia de utilizar categorias na análise de conteúdo, aliás, mostra-se como um importante procedimento. Segundo a autora, trata-se de “uma espécie de

⁶ Émile Durkheim (1858-1917) foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês que, junto a Karl Marx e Max Weber, constituiu a sociologia moderna.

⁷ Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês. Considerado um dos maiores pensadores do século XX, crítica os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

⁸ Gaston Bachelard (1884-1962) foi um filósofo, químico e poeta francês. Suas obras abordam, principalmente, questões referentes à filosofia da ciência.

⁹ Entende-se aqui que o termo refere-se ao oposto de confirmação.

gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem.” (BARDIN, 2000, p. 37). Ainda de acordo com ela, é “um método taxionómico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.” (BARDIN, 2000. p. 37).

Além disso, a análise por categorias é a mais utilizada na prática, segundo Bardin (2000). Ela “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2000. p. 153). Ainda de acordo com a autora, “entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples.” (BARDIN, 2000, p. 153).

Voltando às regras, são elas, conforme Bardin (2000, p. 36):

homogéneas: poder-se-ia dizer que “não se misturam alhos com bugalhos”;
exaustivas: esgotar a totalidade do “texto”;
exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo, não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
objectivas: codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais;
adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo.

Na análise proposta pelo presente trabalho, projeta-se o uso de, pelo menos, uma das regras: a da exaustividade (na tentativa de analisar o texto em sua totalidade). À medida que se avança na delimitação do corpus da pesquisa, será possível definir o emprego de outras regras. Quanto à regra da exclusividade, por exemplo, já é possível prever que seu uso pode não ser o mais adequado para a análise.

Nota-se que alguns critérios iniciais, imaginados pela autora deste projeto ao longo da construção do conteúdo, podem se tornar categorias que servirão para ordenar as matérias escolhidas para o corpus de análise. Um mesmo elemento, conforme Bardin (2000), não deve estar em duas categorias diferentes aleatoriamente. Sendo assim, não seria possível utilizar tal regra, caso se decida levar em conta seus subtemas para além de um único tema principal, por exemplo. Em um cenário hipotético: se uma matéria sobre o uso de drogas abordar, também, saúde e cultura (e a ideia de subtemas enquanto categorias fornecer os critérios de

seleção do corpus), ela pode estar inserida em mais de uma categoria, o que nega a regra da exclusividade.

Bardin (2000) organiza a análise em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, segundo entende a autora, envolve a organização propriamente dita:

Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. [...] trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso. (BARDIN, 2000, p. 95).

Para Bardin (2000, p. 95-96), a pré-análise geralmente carrega três missões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. As três missões, segundo a pesquisadora, não precisam seguir uma ordem cronológica, embora estejam estreitamente atreladas umas às outras.

A primeira atividade é a leitura “flutuante” (BARDIN, 2000, p. 96). Trata-se de iniciar o contato, de fato, “com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações.” (BARDIN, 2000, p. 96). Ainda segundo a autora, a leitura vai ficando mais precisa, pouco a pouco, “em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos”.

Observa-se que a leitura flutuante foi realizada ao longo de todo o processo de criação deste projeto de pesquisa, ao contrário do próximo passo que, até o momento de fechamento deste projeto, ainda estava em curso.

A segunda atividade é a escolha dos documentos, que pode ocorrer, de acordo com Bardin (2000), de duas maneiras. Ou o universo de documentos a serem analisados pode ser definido antes da análise ou o objetivo é determinado e, por consequência, se elege o universo de documentos que podem fornecer informações pertinentes ao problema levantado.

No caso da análise projetada, listaram-se todas as 57 matérias publicadas na editoria “Drogas”, no site da Vice Brasil em 2019. Esse universo de documentos foi

escolhido em função do fato de 2019 ter sido o último ano completo de publicações no site em português.

Nesta etapa de seleção prévia, desenvolvida ao longo do projeto do trabalho, reuniram-se informações básicas sobre as matérias: data de publicação, título, cartola, linha de apoio e link de acesso. Criou-se, também, uma tabela que contém todas as 57 matérias. Nela, é possível consultar as informações anteriores (data, título, etc.), assim como observações da autora do trabalho sobre o conteúdo jornalístico e uma proposta de classificação inicial baseada em 14 subtemas: cultura; desestigmatização; entretenimento/experiência/uso; fabricação/venda de drogas; história; inusitado; meio ambiente; polícia; política/social; saúde; saúde pública; vício; violência e outros. Também sinalizou-se o formato de cada uma delas (texto, foto e/ou vídeo) e quais matérias mais interessam à autora, se consideradas sua abordagem e/ou profundidade.

Após completar a tabela, foi possível perceber que, caso decida-se por essa proposta de classificação inicial em subtemas, boa parte das reportagens estaria inserida em mais de um deles, o que contraria a regra da exclusividade de Bardin. Além disso, fica clara a necessidade de determinar critérios exatos para a seleção definitiva do corpus (dentro das 57 matérias de 2019), passo que será acertado no Trabalho de Conclusão de Curso II.

Feita a escolha dos documentos, Bardin (2000, p. 97) versa sobre a constituição do corpus que “implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”. A autora conceitua quatro principais regras para esta fase, sendo a primeira a da exaustividade.

Aqui, a exaustividade não se refere a esgotar o texto em sua totalidade, mas, sim, esgotar o próprio corpus. Após definido o limite do recorte, “é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus.” (BARDIN, 2000, p. 97).

A segunda regra é a da representatividade. Ao contrário da regra anterior, aqui elege-se uma amostra para a análise “desde que o material a isso se preste.” (BARDIN, 2000, p. 97). Para se proceder a ela, Bardin (2000, p. 97) afirma que “é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra”.

Tendo as duas regras em mente, entende-se que, ao menos até o fechamento do presente projeto, a regra da representatividade aparenta estar mais alinhada ao objetivo do trabalho, uma vez que existe uma inclinação para a escolha

de uma amostra (matérias dentro de subtemas) dentro o universo maior (matérias publicadas na editoria “Drogas” no site da Vice Brasil em 2019). Optar por uma amostra, na percepção da autora, pode desencadear uma análise mais qualitativa do que quantitativa, o que contribui para cumprir os objetivos estabelecidos no projeto.

Nesse sentido, a próxima regra elencada por Bardin (2000, p. 98) também mostra-se interessante. A regra da homogeneidade consiste em “obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiadamente singularidade fora destes critérios de escolha”.

A quarta principal regra é a da pertinência, que diz que “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise.” (BARDIN, 2000, p. 98). Tal regra também é de valia para a análise aqui proposta.

Dentro da fase de pré-análise, após as atividades de leitura flutuante e da escolha de documentos, surge a formulação das hipóteses e objetivos; a referência e elaboração de indicadores e, por fim, a preparação do material. A atividade de referenciar e elaborar indicadores é de grande importância para a análise aqui tratada.

Bardin (2000, p. 100) exemplifica:

O índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Se se parte do princípio, de que, este tema possui tanto mais importância para o locutor, quanto mais frequentemente é repetido [...], o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta¹⁰, relativamente a outros.

Depois da pré-análise, segue-se em direção à exploração do material. Essa fase é dividida por Bardin (2000, p. 101) em “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

A codificação, de acordo com Bardin (2000), consiste em tratar o material: transformar seus dados brutos do texto, segundo regras precisas. Essa transformação, “por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto.” (BARDIN, 2000. p. 103). Ela se divide

¹⁰ Absoluta, por inferência da autora deste projeto, indica a mesma ideia de “absoluta”. O termo foi encontrado em textos jurídicos, em contexto que apontava o mesmo sentido.

em recorte (a escolha das unidades); enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação e agregação (escolha das categorias).

Dentro da escolha das unidades, existe unidade de registo¹¹, “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização a contagem frequencial.” (BARDIN, 2000, p. 104).

Bardin (2000, p. 104) lista unidades de registo de nível semântico (como o tema) e unidades de nível “aparentemente linguístico” (como a palavra ou a frase). O tema, como lembra a autora, é característico da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2000, p. 105), ele pode ser definido como “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

Além das unidades de registo, Bardin (2000, p. 107) conceitua as unidades de contexto:

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo.

Em se tratando de contexto, as unidades pretendidas a serem consideradas na análise aqui proposta originam os capítulos¹²: jornalismo interpretativo; drogas e juventude; a revista Vice; o público-alvo da Vice; a linguagem da revista Vice

Já em relação às unidades de registo, utilizar-se-ão: o documento (matéria jornalística), a palavra ou a frase¹³ (uma vez que a análise da revista naturalmente compreende a linguagem por ela utilizada), e o tema, esse último especialmente na categorização das matérias a serem analisadas.

A categorização, aliás, é outra operação estudada por Bardin (2000, p. 117), dentro da fase de exploração do material, conforme dado anteriormente. Trata-se de “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia),

¹¹ A palavra “registo” existe na língua portuguesa, sendo seu uso mais comum em Portugal. Já no Brasil, a forma mais conhecida é “registro”. A mesma observação vale para as demais ocorrências do uso da palavra neste trabalho.

¹² Ver item 9, referente ao roteiro dos capítulos.

¹³ As palavras ou frases serão projetadas antes da análise no Trabalho de Conclusão de Curso II, como finalização da parte metodológica.

com os critérios previamente definidos”. Ainda segundo a autora, ela é um processo de tipo estruturalista e divide-se em duas etapas: o inventário, que isola os elementos, e a classificação, que reparte os elementos e, assim, busca ou impõe “uma certa organização às mensagens” (BARDIN, 2000, p. 118).

Para um conjunto de categorias ser considerado bom, Bardin (2000) estipula mais princípios: a exclusão mútua (um elemento não deve estar contido em mais de uma divisão); a homogeneidade (um único princípio de classificação rege sua organização); a pertinência (as categorias devem estar adaptadas ao material de análise e refletir as intenções da investigação); a objetividade e a fidelidade (diferentes partes do mesmo material devem ser codificadas da mesma forma, mesmo após terem passado por várias análises, e, por isso, quem analisa precisa delimitar as variáveis e os índices que permitem a entrada de um elemento em uma categoria) e a produtividade (fornecer resultados férteis em inferências, hipóteses novas e dados exatos).

A última fase da análise, como visto anteriormente, é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Isso precisa ser feito, segundo Bardin (2000), de modo que os resultados tornem-se significativos e válidos. Aqui, entram estatísticas, quadros, diagramas, figuras, etc.

Segundo a autora, “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. (BARDIN, 2000, p. 101).

7. 3 Pesquisa bibliográfica

Relacionar teorias com a análise proposta por este trabalho perpassa a pesquisa bibliográfica como método científico. Sabe-se que a teoria, de acordo com Paviani (2013, p. 45), “de um lado, permite a elaboração do conhecimento já produzido e, de outro lado, [...] é um apoio para a busca de novos conhecimentos”. Nesse sentido, conforme o autor, a teoria possui uma função na pesquisa e no ensino, tendo caráter instrumental.

Para chegar às teorias que podem contribuir para este trabalho, é preciso buscar as fontes que atuam como repositórios de tais conhecimentos. É aí que entra

a pesquisa bibliográfica, o primeiro passo de toda a pesquisa científica, como estabelecem Lakatos e Marconi (2009).

Conforme as autoras, a pesquisa bibliográfica refere-se ao “levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 43-44).

Stumpf (2011, p. 51) entende pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, como

o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias idéias e opiniões.

Da Cás (2008, p. 35) atribui a pesquisa bibliográfica ao resultado dos “estudos sistemáticos, reflexivos e críticos sobre um determinado assunto”. Nessa lógica, é possível consultar fontes documentais (fontes primárias, arquivos) e fontes bibliográficas (fontes secundárias, bibliotecas).

Para compreender melhor essa diferenciação, retoma-se a obra de Lakatos e Marconi (2009). As autoras estabelecem que “toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 43). Para se obter dados, há dois processos possíveis: o da documentação direta – dividido entre pesquisa de campo e pesquisa de laboratório – e o da documentação indireta – dividido entre pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

Segundo Lakatos e Marconi (2009), as fontes primárias são aquelas que vêm dos próprios órgãos que produziram as observações, como arquivos públicos ou particulares, fotografias, gravações, imprensa falada, objetos de arte, etc. Já as fontes secundárias, ou simplesmente pesquisa bibliográfica, são aquelas que englobam a própria bibliografia publicada, cujos meios já foram exemplificados anteriormente neste item (livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita).

A pesquisa bibliográfica, na perspectiva das autoras, tem como função “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 44). Ela compreende,

segundo as autoras, oito fases: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação.

A escolha do tema, segundo Lakatos e Marconi (2009), considera fatores internos. São eles: selecionar o tema conforme inclinações, aptidões e tendências de quem está realizando o trabalho; optar por um tema dentro das qualificações pessoais de quem o escreve; encontrar um objeto de estudo que mereça ser abordado e que possa ser formulado e delimitado. Já os fatores externos envolvem: a disponibilidade de tempo do pesquisador; a existência de obras pertinentes e em número suficiente para a pesquisa; a possibilidade de consultar especialistas no assunto.

A elaboração do plano de trabalho, por sua vez, “pode preceder o fichamento [...] ou ocorrer depois de iniciada a coleta de dados bibliográficos, quando já se dispõe de mais subsídios para elaboração do plano definitivo.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 46). Mesmo quando definitivo, o plano não é estático. Ele também deve considerar a estrutura total do trabalho, da introdução à conclusão, passando por todo o seu desenvolvimento.

A identificação da bibliografia, segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 47), “é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo”. São três passos: procurar catálogos com a obra a ser consultada, levantar os assuntos nela abordados (por meio do sumário ou índice) e verificar sua bibliografia, para localizar outras publicações sobre o assunto.

Já a fase da localização, naturalmente, é a que leva o pesquisador a encontrar as obras que pretende consultar em bibliotecas e outros repositórios (LAKATOS e MARCONI, 2009).

Ela é seguida pela compilação, que reúne todo o material contido na bibliografia de maneira sistemática (LAKATOS e MARCONI, 2009).

A sexta fase, o fichamento, se dá quando o pesquisador transcreve os dados consultados em fichas. Essa etapa deve ser realizada “com exatidão e cuidado” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 48). De acordo com as autoras, o fichamento contribui para a ordenação do material consultado, viabiliza seu transporte e permite uma seleção constante dessa documentação.

A penúltima fase, conforme Lakatos e Marconi (2009), é a análise e interpretação. Sua primeira parte é dividida pelas autoras em crítica externa (do texto, da autenticidade e da proveniência) e crítica interna (de interpretação ou

hermenêutica e do valor interno do conteúdo). A segunda parte da análise e interpretação prevê “a decomposição dos elementos essenciais e sua classificação, isto é, verificação dos componentes de um conjunto e suas possíveis relações” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 49). A terceira parte dessa etapa é chamada pelas autoras de generalização. Nessa parte, formulam-se afirmações verdadeiras após a análise do material, o que permite sua classificação e entendimento, trazendo à tona novas questões (LAKATOS e MARCONI, 2009). A quarta e última parte é a análise em si, que deve ser crítica e validada por meio da objetividade, explicação e justificativa (LAKATOS e MARCONI, 2009).

Por fim, a última fase da pesquisa bibliográfica elencada por Lakatos e Marconi (2009) é a redação, passo em que toda a consulta ao material é transformada em um trabalho científico – o Trabalho de Conclusão de Curso, no caso deste em questão.

Ao longo deste projeto, buscou-se cumprir as etapas da pesquisa bibliográfica propostas por Lakatos e Marconi (2009). Esse processo, contudo, não é linear e nem sempre foi ordenado. A busca por obras de referência, bem como constantes consulta e fichamento, estende-se até a conclusão da análise.

Entende-se que o Trabalho de Conclusão de Curso I é uma oportunidade do estudante explorar obras acadêmicas e, a partir delas, entrar em contato com sua própria redação científica. No caso deste projeto, podem ser mencionadas, por exemplo, obras como a de Beltrão (1976), Sodré e Ferrari (1986), Bicca, Pereira e Gambarini (2011), Lemos e Zaleski (2009), Sousa (2006), Costa (2011), Bødker (2017), Kalvø (2015), entre outras.

Além disso, a formulação do projeto de pesquisa, por meio da pesquisa bibliográfica, serviu como preparação para a análise de conteúdo aqui proposta. Tal método mostrou-se eficaz para reunir conhecimentos que possibilitaram vislumbrar o trajeto até a conclusão do trabalho.

Mas por que investir na pesquisa bibliográfica como método? Stumpf (2011, p. 52) resume:

Para estabelecer as bases em que vão avançar, alunos precisam conhecer o que já existe, revisando a literatura existente sobre o assunto. Com isto, evitam despender esforços em problemas cuja solução já tenha sido encontrada. Durante a realização da pesquisa [...], a consulta à bibliografia pertinente é uma atividade que acompanha o investigador, o docente e o aluno e, ao mesmo tempo, orienta os passos que devem seguir.

7. 4 Entrevista semiestruturada

Lakatos e Marconi (2009) enquadram a entrevista como uma técnica de observação direta intensiva. Ela pode ser entendida como “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 111). Dado seu caráter, fornece ao entrevistador, de maneira verbal, a informação necessária. É dividida em três tipos, segundo as autoras: padronizada ou estruturada, despadronizada ou não estruturada e painel.

Já Manzini (2004) classifica as entrevistas entre estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas. Os termos que mais dialogam com o presente projeto serão detalhados a seguir.

Da Cás (2008) acrescenta à ideia de conversação face a face outras características da entrevista: respostas obtidas por meio de escrita ou gravação a partir da estruturação de um roteiro de questões metodologicamente organizado. A entrevista deve ser executada mediante a aplicação de um roteiro bem elaborado, criterioso e metodologicamente baseado nos elementos do projeto de pesquisa, destacando-se os objetivos e as hipóteses. (DA CÁS, 2008, p. 125).

A entrevista estruturada “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece [sic] invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número.” (GIL, 2008, p. 113). Ainda de acordo com o autor, essa lista de perguntas é frequentemente intitulada de questionário ou formulário. O pesquisador prefere a segunda denominação, uma vez que o “questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, em que o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas.” (GIL, 2008, p. 113).

Para a análise aqui discutida, pretende-se convidar jornalistas da Vice para a realização de entrevistas individuais, a fim de coletar dados que possam ajudar na construção do estudo. Até o fechamento deste projeto, imaginava-se contatar Shane Smith (co-fundador da revista e ex-CEO do Vice Media Group), Ellis Jones (editora-chefe da Vice), Débora Lopes (última repórter da equipe editorial brasileira) e André Maleronka (último editor-chefe da publicação no Brasil). Entende-se que cada um entre os entrevistados demanda uma relação distinta de perguntas e que novas questões podem surgir ao longo da entrevista, seja por percepções da autora, seja por pontos levantados pelos próprios entrevistados. Por estes motivos, a

entrevista do tipo estruturada não se mostra a mais adequada como metodologia do trabalho.

Gil (2008, p. 113) reúne o que considera as principais vantagens e desvantagens das entrevistas estruturadas:

Sua rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos. Outra vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas. Em contrapartida, estas entrevistas não possibilitam a análise dos fatos com maior profundidade, posto que as informações são obtidas a partir de uma lista prefixada de perguntas.

Assim, justamente por favorecer a análise estatística e prejudicar a análise em profundidade, esse tipo de entrevista não parece ser o melhor para extrair os dados pretendidos dos entrevistados. Apesar da importância de estabelecer um roteiro de perguntas metodologicamente organizado, nota-se que é interessante deixar brechas para novas perguntas à medida que oportunidades ou provocações surjam no momento da entrevista. Por isso, a chamada entrevista semiestruturada mostra-se mais interessante para a construção do trabalho proposta pelo presente projeto.

Segundo Manzini (2004, p. 1) afirma, “uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado”. Apesar dessa modalidade de entrevista apresentar muito mais flexibilidade do que a estruturada, que, por sua vez, precisa seguir ordem e redação iguais para todos os entrevistados, nota-se a importância de manter um roteiro planejado antes do momento da coleta de informações.

Duarte (2011) estuda a chamada entrevista semiaberta que, para Manzini (2004), equivale-se ao conceito de entrevista semiestruturada. Conforme Duarte (2011, p. 66), trata-se de um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”.

Ainda segundo Duarte (2011), a entrevista semiaberta, que funciona de modo semelhante à entrevista semiestruturada, desenrola-se a partir de determinados “questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que [...] oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.” (TRIVIÑOS, 1990 apud DUARTE, 2011, p. 66).

Para Duarte (2011, p. 66), a relação de perguntas da entrevista semiaberta inicia no problema de pesquisa e tem como objetivo “tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle”.

O autor detalha:

As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semi-aberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. (DUARTE, 2011, p. 66).

Nessa modalidade de entrevista, as perguntas gerais originam específicas (DUARTE, 2011). Conforme o autor, o roteiro demanda poucas questões, todavia amplas o suficiente a fim de serem debatidas em profundidade, sem a existência sem que de interferências ou redundâncias. “A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador.” (DUARTE, 2011, p. 66).

Assim, define-se a entrevista semiestruturada como uma das metodologias da pesquisa aqui proposta. Nota-se que esse tipo de entrevista é capaz de abranger a amplitude do tema, visto que propõe questões cujo número e abordagem variam para adequar-se às informações que cada convidado pode fornecer. É um método que apresenta flexibilidade para explorar outros campos ao longo da entrevista que não foram previstos, mas, ainda, respeitando um roteiro metodologicamente elaborado. Por essas razões, entende-se que a entrevista semiestruturada é a que melhor dialoga com o perfil de entrevistado pensado neste projeto.

8 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste item, estão dados, teorias e estudos que compreendem os temas: drogas e juventude; a revista *Vice* e sua linguagem; jornalismo interpretativo. Contextualizá-los é de suma importância para o entendimento do universo que cerca a revista e seu público-alvo, bem como a abordagem escolhida para as matérias que constituem a seleção prévia do corpus de análise.

8.1 Drogas e juventude

Antes de ater-se às discussões sobre drogas e juventude, é preciso entender o conceito de substâncias psicoativas e definir, afinal, a que conjunto de substâncias se refere o termo “drogas”.

Popularmente, as drogas são separadas entre “lícitas”, ou seja, cujo uso é autorizado por lei – caso do tabaco, do álcool e de medicamentos –, e “ilícitas”, as proibidas pela legislação, como maconha, cocaína e LSD, por exemplo.

Sob o ponto de vista médico, as drogas são categorizadas segundo “sua forma de agir no cérebro, modificando a atividade do sistema nervoso central (SNC)”. (LEMOS e ZALESKI, 2009, p. 16).

Bicca, Pereira e Gambarini (2011, p. 28) estabelecem que:

Substância psicoativa é toda e qualquer substância que o indivíduo utiliza que, independentemente da via de administração, por ação no Sistema Nervoso Central (SNC), altera o humor, a consciência, a sensopercepção, a cognição e a função cerebral.

Assim, este trabalho considera “drogas” como um sinônimo de substâncias psicoativas, sejam elas de ordem lícita ou ilícita. Quanto ao conjunto de substâncias incluídas nesse conceito, a classificação abaixo, extraída da obra de Bicca, Pereira e Gambarini (2011, p. 33-34), propõe uma separação farmacológica básica das principais substâncias psicoativas com a respectiva classe a que pertencem, embora saiba-se que, a cada instante, novos compostos são produzidos e oferecidos ao público usuário:

Quadro 1 – Classificação segundo Bicca, Pereira e Gambarini

Depressores do Sistema Nervoso Central	Álcool, hipnóticos, benzodiazepínicos (calmantes), barbitúricos.
Estimulantes ou simpaticomiméticos centrais	Anfetaminas (também conhecidas como “rebite” entre motoristas, “bolinha” entre estudantes ou, ainda, como <i>ecstasy</i> ou “bala” por frequentadores de baladas e outros eventos), metilfenidato, cocaína, anorexígenos (moderadores de apetite).
Opióides	Heroína, morfina, metadona, meperidina, codeína, propoxifeno, quase todos os analgésicos vendidos sob receita médica.
Canabinóides	Maconha, haxixe.
Alucinógenos	LSD (dietilamida de ácido lisérgico), mescalina, psilocibina, anticolinérgicos.
Solventes (voláteis)	Aerossóis, colas, tolueno, gasolina, acetona, benzina, tíner.
Drogas de venda livre	Contendo atropina, escopolamina, estimulantes fracos, anti-histamínicos, analgésicos fracos.
Outros	PCP (fenciclidina).

Fonte: síntese da autora deste projeto via Bicca, Pereira e Gambarini (2011).

Lemos e Zaleski (2009), por outro lado, trabalham com uma divisão ligeiramente diferente:

Quadro 2 – Classificação segundo Lemos e Zaleski

Drogas depressoras do Sistema Nervoso Central	Álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, analgésicos opióides (incluindo morfina, codeína e heroína), solventes inalantes.
Estimulantes do Sistema Nervoso Central	Tabaco, anfetaminas, cocaína.
Alucinógenas	<i>Cannabis</i> , mescalina, <i>ayahuasca</i> , psilocibina, LSD, <i>ecstasy</i> , <i>club drugs</i> , triexfenidila, ketamina.

Fonte: Produção da autora deste trabalho via Lemos e Zaleski (2009).

Além das depressoras, das estimulantes do SNC e das alucinógenas, os autores consideram em seus estudos um outro grupo de substâncias: os esteroides anabolizantes. Por mais que não sejam categorizados como psicofármacos, “eles apresentam um padrão de consumo inadequado, com efeitos importantes sobre o comportamento, especialmente dos jovens, semelhante ao das demais drogas de abuso”. (LEMOS e ZALESKI, 2009, p. 17).

Dadas as noções do que constituem as substâncias psicoativas, é necessário estipular, afinal, de quem está se falando quando se fala em juventude. Para referir-se ao jovem enquanto potencial usuário de drogas, os autores de estudos sobre o tema usam, com certa frequência, a palavra “adolescente”. Mas adolescência nem sempre é sinônimo de juventude, como busca expor este capítulo. A seguir, estão algumas análises que tentam conceituar adolescência e juventude.

Coimbra, Boco e Nascimento (2005) trazem uma noção desenvolvimentista da adolescência, baseada na crença na primazia da razão. Tal ideia – que, conforme Coimbra (2005), tem raízes na cultura ocidental e parte dos pressupostos cartesianos –, leva à compreensão de que:

Os sujeitos seriam guiados pela consciência, que teria como função permitir uma apreensão do mundo de forma cada vez mais elaborada. Assim, à medida que se percorrem as diferentes etapas do desenvolvimento, haveria aprimoramentos, em especial o racional, que dariam aos sujeitos mais domínio e conhecimento sobre si e sobre o mundo. (COIMBRA, 2005, p. 5).

Contudo, a ideia é questionada por diferentes abordagens filosóficas, como a proposta por Michel Foucault e a Filosofia da Diferença, segundo exemplifica a autora. Essas abordagens mostram que “não é a consciência que cria ou apreende o mundo, e sim que os objetos e os próprios sujeitos são gerados a todo momento a partir das diversas práticas que os atravessam”. (COIMBRA, 2005, p. 5). Desse modo, manter a noção desenvolvimentista de adolescência não seria possível, dado que não existem pontos de partida ou chegada, nem direções predefinidas nas quais aconteceria uma evolução (rumo à maturidade).

Ainda inserida nessa visão cartesiana racionalista-desenvolvimentista, estão presentes a crença em uma "identidade adolescente" e a crença de que a identidade do sujeito é construída nessa fase, como conclui Coimbra (2005, p. 5): “tal etapa seria o momento inaugural da personalidade que definiria o sujeito para o resto de sua vida”.

A autora problematiza essa visão ao expor que, quando se aceita a ideia de que a construção da identidade do sujeito se dá na adolescência, afirma-se a existência de um determinado jeito certo de “ser e de estar no mundo”. (COIMBRA, 2005, p. 6), condição que entende ser intrínseca a essa etapa do desenvolvimento humano. Ela acrescenta que a figura do adolescente na sociedade contemporânea geralmente remete às tendências ditadas pelos *teens* estadunidenses, “modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo”. (COIMBRA, 2005, p. 4).

Aqui, mais uma vez, é importante compreender as diferenças entre os conceitos de adolescência e juventude. Coimbra (2005, p. 7) ajuda a delinear algumas delas. Nota-se:

Temos preferido usar os termos jovem e juventude em vez de adolescente e adolescência, uma vez que podem não se referir estritamente a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencendo a tal categoria.

Para além da faixa etária delimitada e dos comportamentos comuns reconhecidos pela sociedade, a adolescência também se mostra como “um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e biologizantes”. (COIMBRA, 2005, p. 4). Isso acontece, conforme Augustin; Geara; Kessler e Castro, uma vez que “as mudanças que surgem nesse período estão diretamente relacionadas à

chegada da puberdade e às suas consequências; o que desencadeia processos de construção de uma nova auto-imagem e identidade”.

A juventude, por sua vez, está menos ligada a critérios biológicos e mais relacionada a uma construção social. (COIMBRA, 2005). Segundo aponta a autora, a noção de juventude tem o sujeito como “um ser constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças”. (COIMBRA, 2005, p. 8).

Enquanto a adolescência pode ser enquadrada em uma faixa etária, seguindo convenções de caráter biológico, a juventude pode ser entendida como um conceito mais flexível. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente considera adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Já do ponto de vista sociológico, Bourdieu (1978, p. 112) diz que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias”. Quando se fala em divisões por faixa etária, Bourdieu (1978, p. 112) lembra também que tais classificações, ou até por sexo, classe e assim por diante, “acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar”.

A reflexão do sociólogo perpassa aspectos ainda mais densos:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1978, p. 113).

Para uma análise mais precisa do assunto, Bourdieu (1978, p. 113) propõe considerar as diferenças entre a juventude propriamente dita e a juventude-adolescência. Por exemplo, seria possível comparar, de forma sistemática, “as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos ‘jovens’ que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes”:

De um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (BOURDIEU, 1978, p. 113).

Em sua abordagem sobre os jovens, Janice Sousa (2006) insere o grupo em “um percurso de (in)definições”. A autora afirma que os jovens dimensionam-se de maneira individual e sob influência dos seguintes aspectos psicossociais:

Busca identitária, tendência de estarem em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfação sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento de valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência. (SOUSA, 2006, p. 11).

Tais características, pertencentes à noção de juventude, parecem retratar de forma mais adequada o público-alvo da revista *Vice*. Entretanto, ainda que esse público-alvo pareça estar inserido, de uma maneira geral, no conceito de “jovem adulto”, – homens e mulheres que estudam e/ou trabalham, independentes financeiramente em sua maioria, com uma noção da própria identidade bastante avançada – entende-se que as reflexões acerca do universo adolescente não deixam de contribuir com a análise, visto que parte dos leitores da revista pode mesmo integrar a ideia de adolescência.

Naturalmente, por ser uma fase de descobertas, a adolescência constitui uma “etapa de risco e uso abusivo de drogas”. (COSTA, 2011, p. 226). Todavia, nota-se que a questão do uso de drogas pelos jovens varia de acordo com contextos econômicos, sociais, culturais e geográficos. Costa (2011), por exemplo, disserta sobre o uso de drogas por jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social e estuda a relação entre esses jovens usuários e sua rede de apoio.

É necessário frisar que, nesse caso, rede de apoio social diz respeito “ao conjunto de relações sociais próximas e significativas, que representam o apoio percebido e recebido pelos indivíduos”. (BRITO e KOLLER, 1999; SIQUEIRA et al., 2006 apud COSTA, 2011, p. 224). Apropriando-se das ideias defendidas por Andrade e Vaitsman (2002), a autora também entende que a ausência da rede de apoio em questão, somada à pobreza de relações sociais, à inadequação e à inviabilização delas “constituem fator de risco para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos”. (COSTA, 2011, p. 225).

Costa (2011) produziu uma pesquisa que buscou mapear o uso de drogas lícitas e ilícitas por jovens de nível socioeconômico baixo em sete capitais e outros três municípios brasileiros: Recife, São Paulo, Porto Alegre, Manaus, Campo

Grande, Distrito Federal, Belo Horizonte, Presidente Prudente, Arcos e Maués. Na amostra, estavam 7316 jovens de ambos os sexos, entre 14 e 24 anos. O estudo abordou questões envolvendo as motivações para uso de drogas, escolaridade dos participantes e estrutura familiar. A partir da pesquisa, notam-se algumas pistas sobre a relação entre jovens que carecem de uma rede de apoio e o uso de substâncias.

Primeiro, destacam-se as drogas mais experimentadas pelos participantes: vinho ou cerveja (78,9%), outras bebidas alcoólicas (47,3%), cigarro (29,1%), remédios (19,3%), chás (17,9%) e maconha (7,1%).

Fica evidente que o álcool é, disparadamente, a droga mais consumida entre os jovens participantes do estudo. Pechansky (2004) reafirma a ideia e complementa: “a idade de início de uso tem sido cada vez menor, aumentando o risco de dependência futura”.

Depois, surgem as razões para o uso elencadas pelos respondentes que são usuários. Quase a metade deles (44,8%) diz não saber. 21,4% usam “porque acha legal, gostoso, divertido”; 14,1% “para desinibir” e 13,8% para “esquecer a tristeza e os problemas”. (COSTA, 2011, p. 233). A porcentagem de participantes que apontou uso “porque amigos usam” é 6,2%.

Costa (2011, p. 225), inclusive, menciona as amizades dos jovens, assim como as relações familiares, ao adentrar algumas das origens dos fatores de risco para o uso de drogas. A ausência de apoio da família, por exemplo, é percebida não somente como fator de risco para o uso de substâncias psicoativas, como também para depressão. (BELGRAVE, 2002; POELEN, ENGELS, VAN DER VORST, SCHOLTE e VERMULST, 2007; SANCHEZ, OLIVEIRA e NAPPO, 2005, apud COSTA, 2011).

No que se refere aos grupos de amigos, a autora assinala que os indivíduos tornam-se mais vulneráveis ao uso dessas substâncias principalmente na adolescência e seus pares são apontados como a maior companhia no momento de experimentação do álcool, por exemplo. Vê-se que, “se as amizades apresentam comportamentos de risco, como o uso de drogas, e esses comportamentos também são identificados na família, intensifica o fator de risco para o uso”. (POELEN et al., 2007, apud COSTA, 2011, p. 225).

Costa (2011)¹⁴ busca entender também por que alguns jovens nunca experimentaram drogas. Aqui, desponta a saúde como principal motivo (45,4%), seguida por “medo de viciar” (33,2%); outras razões (28,8%); família ser contra (28,7%) e amigos ou namorado(a) não aprovarem (14,9%). 19,2% dos participantes afirmaram não saber o motivo para nunca terem experimentado drogas e 13,3% citam a religião que seguem.

Já ao esboçar o perfil do jovem que deseja parar de usar drogas e suas motivações para tal, a autora conclui que 38,4% deles dizem ter “medo de viciar”, 26,8% alegam querer parar por questões de saúde, 25,1% não sabem o motivo, 18,9% porque a família é contra e 15,4% porque amigos ou namorado(a) não aprovam. Outras razões aparecem em menor frequência: ter usado e passado mal (8,8%), religião (8,5%) e medo da polícia (2,4%).

Mas, talvez o aspecto que mais salte aos olhos na pesquisa da autora é justamente a rede de apoio – ou a falta dela – do jovem que procura interromper o uso das substâncias. 71,5% dos respondentes disseram ter tentado deixar de usar drogas sozinhos, 18,2% tiveram apoio de amigos, 11% da família, 6,6% da igreja e somente 1,3% da instituição.

Costa (2011, p. 243) entende que a questão vai além de apenas tornar disponíveis as redes de apoio social para os jovens:

Para entender esse processo, é necessário considerar que o estabelecimento é delimitado por crenças individuais sobre dar e receber ajuda [...], e, portanto, a falta de reconhecimento de apoio pode indicar a inexistência deste, ou uma dificuldade de reconhecer a rede de apoio disponível.

Já outro estudo, realizado por Peuker, Fogaça e Bizarro em 2006, busca determinar a relação entre jovens universitários e bebida alcoólica, especificamente. Se a adolescência é tida como a faixa etária de experimentações e descobertas (e por isso tão propícia à exposição de riscos, como uso de substâncias), a fase de transição para a universidade também vem sendo vista como um momento de vulnerabilidade aumentada ao uso de drogas, incluindo as lícitas, como o álcool. “O

¹⁴ Embora a pesquisa da autora tenha sido realizada há dez anos, entende-se que o uso destes dados contribui para este projeto, uma vez que são pertinentes ao assunto e estão diretamente ligados a ele.

consumo excessivo de álcool é um padrão recorrente entre universitários”. (HAM e HOPE, 2003; PARK e GRANT, 2005 apud PEUKER, 2006).

De acordo com Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004), os dados no Brasil, de uma forma geral, são mais escassos se comparados aos norte-americanos, por exemplo, e aparentam carregar características regionais quanto ao consumo de drogas e outras substâncias psicoativas. Ainda assim, alguns levantamentos ajudam a delimitar o cenário:

Considerando-se o uso na vida, de acordo com o I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2001), a prevalência é de 48,3% entre jovens de 12 a 17 anos, em 107 grandes cidades brasileiras. Neste estudo, ainda na análise das 107 cidades em conjunto e para esta mesma faixa etária, a prevalência de dependência de álcool foi 5,2%. (PECHANSKY; SZOBOT; SCIVOLETTO, 2004).

Peuker, Fogaça e Bizarro (2006), porém, já indicam que outras pesquisas, também em nível nacional, atestam que o consumo de substâncias lícitas e ilícitas por jovens pode ultrapassar faixas entre 60% e 80%.

Em seu estudo, elas analisaram estudantes de graduação de diversos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O recorte geográfico é interessante, visto que a capital gaúcha lidera o ranking de usuários regulares de substâncias psicoativas tanto lícitas quanto ilícitas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2002), com 14,4% de usuários de álcool.

Entre as conclusões, percebeu-se que a procura dos jovens universitários pela bebida alcoólica está relacionada à facilitação das interações sociais, à diminuição ou fuga de emoções negativas, entre outros, resposta semelhante à amostragem analisada por Costa (2011), que, vale ressaltar, incluía outras substâncias psicoativas por jovens de faixas etárias menores e em vulnerabilidade social.

No que tange às instituições de ensino, Costa¹⁵ afirma que há estudos envolvendo estudantes escolares e universitários que “apontam para um início precoce no uso crescente de álcool, cigarro e outras drogas, a partir dos dez anos, tanto em escolas públicas como particulares”. (ANDRADE et al., 1997; COSTA et al.,

¹⁵ O uso recorrente dessa autora se dá devido a abordagem de sua pesquisa, cujas questões feitas aos participantes indicam conexões importantes entre o uso de drogas e a juventude.

2007; GUIMARÃES, GODINHO, CRUZ, KAPPANN e TOSTA JÚNIOR, 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001 apud COSTA, 2011, p. 226).

Em tempo, uma relação saudável com o ambiente escolar parece ser capaz de oferecer proteção diante de outros fatores de risco para o uso de drogas pelos jovens. Segundo Costa (2011, p. 227), “o bom desempenho escolar, os valores e o calor humano são considerados fatores de proteção ao uso de drogas”. Aí entram também as atividades de prevenção. Em contrapartida, o mau desempenho, as faltas e as reprovações representam fatores de risco, bem como “o uso de drogas pelos pares e a pressão do grupo”. (JESSOR, et al., 1995; PECHANSKY et al., 2004).

É claro que traçar a função das instituições de ensino na abordagem e prevenção das drogas não basta para compreender a relação entre os jovens e essas substâncias. Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004) elencam, em sua pesquisa, fatores de ordem familiar presentes nos adolescentes com maior intensidade de dependência, como traumas, separação, brigas e agressões. Para os autores, o papel dos pais e do ambiente familiar marca o desenvolvimento do adolescente, assim como sua relação com as drogas, sejam lícitas ou ilícitas:

Falta de suporte parental, uso de drogas pelos próprios pais, atitudes permissivas dos pais perante o uso de drogas, incapacidade de controle dos filhos pelos pais, indisciplina e uso de drogas pelos irmãos são todos fatores predisponentes à maior iniciação ou continuação de uso de drogas por parte dos adolescentes (PECHANSKY; SZOBOT; SCIVOLETTO, 2004).

Referente ainda à esfera familiar, Costa (2011, p. 228) cita outros fatores de risco que repercutem na vida do jovem: “dificuldades de comunicação familiar, conflitos frequentes, baixa coesão, castigos excessivos, e o consumo dos pais”. A manutenção de um bom relacionamento entre pais e filhos está sendo cada vez mais ligada “à autoestima dos adolescentes e à escolha das amizades, diminuindo a probabilidade de envolvimento com usuários de drogas”. (COSTA, 2011, p. 228).

É interessante observar que, por mais que estudos indiquem que o jovem que não usa drogas o faz por ter, em sua grande maioria, um bom relacionamento com a família e os amigos, a pesquisa de Costa (2011) mostra que a principal motivação para o jovem deixar de usar drogas, ou mesmo nunca experimentar, parte do conhecimento sobre seus danos à saúde e à possibilidade de desenvolver um vício.

Essa informação carrega pistas preciosas na hora de pensar o fazer jornalístico sobre o assunto voltado à juventude.

A comunidade é outra esfera que parece ter um papel decisivo na rede de apoio ao jovem suscetível ao consumo de substâncias psicoativas. No estudo de Costa (2011, p. 246), ficou clara a "diferença significativa nas médias tanto em jovens que usavam, quanto nos que não usavam drogas, sendo que as médias de apoio foram maiores para aqueles que não usavam". Desse conceito de comunidade fazem parte o sentimento de pertencimento, confiança em vizinhos, serviços e organizações comunitárias.

Além das instituições de ensino e do relacionamento familiar, com os amigos e com a comunidade, outro aspecto abordado pelos pesquisadores é o impacto das predisposições de comorbidades psiquiátricas em adolescentes usuários de drogas. Pechansky (2004) pontua: "dentre os dependentes de drogas, estima-se que entre 30 e 80% tenham alguma outra comorbidade, sendo as mais frequentes o Transtorno de Conduta, Depressão, Déficit de Atenção com Hiperatividade e Ansiedade".

Essas observações acerca dos fatores que envolvem a saúde mental dos jovens usuários de drogas perpassam também o próprio desenvolvimento físico desses usuários. Silva e Mattos (2009, p. 35) assinalam que, dado que o desenvolvimento não ocorre no mesmo ritmo em todas as regiões cerebrais, "algumas estruturas, como os gânglios da base, diminuirão durante a adolescência; enquanto outras, como a amígdala, o hipocampo – relacionadas à emoção e à memória – e a região pré-frontal, sofrerão aumento em volume".

Os autores acrescentam:

Alterações nessa última região, aliás, são particularmente significativas quando nosso objetivo é analisar o efeito do uso de drogas por crianças e jovens. Isso porque o córtex pré-frontal faz parte dos circuitos motivacionais, inclusive do chamado "circuito do prazer", que é reforçado pelas drogas psicoativas. (SILVA e MATTOS, 2009, p. 35).

Desse modo, entende-se que, ao relacionar drogas e juventude, é sempre preciso levar em conta a maneira como a exposição ao uso de substâncias psicoativas durante esse período pode interagir com o cérebro dos usuários – ainda que estudos sobre isso estejam longe de chegar a conclusões completas.

8.2 A revista Vice

A revista Vice é uma publicação impressa e um site (<https://www.vice.com/>) fundados por Suroosh Alvi, Gavin McInnes e Shane Smith em outubro de 1994, na cidade de Montreal, no Canadá. Inicialmente, a revista chamava-se Voice of Montreal, ou Voz de Montreal, na tradução livre, mas, dois anos depois, passou a se chamar apenas Vice (LESSA, 2016). O site também surgiu sob um nome diferente do que é conhecido hoje: Viceland.com.

Com verbas de financiamento público, a publicação nasceu com a intenção de promover trabalho e serviço comunitário e abordar temas como artes, cultura e notícias. Entre as notícias veiculadas, liam-se artigos sobre música, moda, drogas, graffiti, sexo e outros aspectos da juventude. (BØDKER, 2017, p. 28, tradução nossa). “A Vice começou como uma revista de comunidade [...], mas passou a evoluir nos anos 2000.” (FORBES, 2017). Segundo Lessa (2016), “tornou-se um dos principais símbolos da imprensa alternativa por seu conteúdo politicamente incorreto e provocativo”.

Já Bødker (2017, p. 27, tradução nossa) define o grupo¹⁶ como uma “mistura poderosa e interessante [...] – juventude, estilos de vida descolados e jornalismo dentro de uma companhia midiática diversa e global”¹⁷. A própria publicação autodescreve-se como “a voz da cultura jovem global”¹⁸ (VICE DIGITAL MEDIA KIT, 2014 apud BØDKER, 2017, p. 28, tradução nossa).

Conforme o autor, “embora a revista Vice tenha começado em Montreal, ela foi, desde o princípio, mais ligada a estilo de vida do que lugar.”¹⁹ (BØDKER, 2017, p. 31, tradução nossa). Ou seja, apesar de ter sido criada com uma sede fixa em um único município, a publicação pouco abordava aspectos locais, preferindo investir no modo de ser “jovem” como um todo e nas pautas de interesse do público em questão.

Inicialmente, o impresso era encontrado gratuitamente em estabelecimentos como cafeterias e lojas de roupas, sendo logo distribuído em território internacional.

¹⁶ A relação da revista Vice e a companhia global que originou será abordada mais adiante neste capítulo.

¹⁷ **Do original:** “[...] powerful and interesting mixture of Vice Media Inc. – youth, (cool) lifestyles, and journalism within a diversified global media company.” (BØDKER, 2017, p. 27).

¹⁸ **Do original:** “[...] voice of global youth culture [...].” (BØDKER, 2017, p. 28).

¹⁹ **Do original:** “While Vice magazine started in Montreal, it was from the beginning linked more to lifestyle than place.” (BØDKER, 2017, p. 31).

A revista possuía “uma identidade visual distinta que combinava fotografia, textos e layout gráfico de novas formas.”²⁰ (BØDKER, 2017, p. 28, tradução nossa).

Em 1999, teve sua sede realocada para o Brooklyn, bairro de Nova York, nos Estados Unidos. Nos anos seguintes, passou por mudanças de ordem editorial, como aponta Lessa (2016):

Cresceu [sic] a veiculação de anúncios e a operação em outros países. Como consequência natural, a redação passou a cobrir assuntos mais sérios, como a guerra no Afeganistão, e começou a apostar em diferentes formatos de mídia, como vídeo e *livestreams*²¹.

Fica claro, portanto, que, com o passar dos anos e a expansão da operação em outros países, a Vice passou a abordar problemáticas mais profundas, mas sem perder o tom irreverente. O co-fundador e posterior CEO do grupo, Shane Smith, lembra algumas das impressões recebidas nos primeiros anos de revista:

Quando começamos a fazer notícias, disseram-nos que os jovens não ligavam para assuntos sérios, para os problemas de outras partes do mundo. Mas decidimos fazer assim mesmo, de forma diferente dos grandes jornais. Fomos acusados de não fazer jornalismo real. (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016).

Muitos dos comentários sobre a conduta jornalística da Vice têm a ver, segundo Bødker (2017, p. 30, tradução nossa), com a discussão acerca de se a revista é “um repensar promissor do jornalismo ou um sinal de sua degradação”²². Conforme Kalvø (2015, p. 51, tradução nossa), a VICE Media configura um “produto da nova ordem de mídia”²³ e aparenta saber “jogar o ‘jogo’ capitalista melhor do que muitas outras empresas hoje, já que é um sucesso impressionante em termos de crescimento em tempos difíceis para os negócios de mídia”²⁴. O autor complementa, contudo, que os resultados positivos obtidos pela organização não revelam muito se ela é tão bem-sucedida em termos jornalísticos, “onde alguns críticos levantaram

²⁰ **Do original:** “[...] a distinct visual identity that combined photography, texts, and graphic layout in new ways.” (BØDKER, 2017, p. 28).

²¹ Transmissões ao vivo, tradução livre.

²² **Do original:** “[...] whether Vice News is a promising rethinking of journalism or a sign of its debasement.” (BØDKER, 2017, p. 30).

²³ **Do original:** “[...] a product of the new media order [...]” (KALVØ, 2015, p. 51).

²⁴ **Do original:** “[...] to play the capitalistic ‘game’ better than many other companies today, as it is an impressive success in terms of growth in otherwise hard times for media businesses.” (KALVØ, 2015, p. 51).

questões sobre seus métodos de reportagem, chamando-os de não mais do que uma manobra movida a testosterona e busca por emoção.”²⁵ (KALVØ, 2015, p. 51, tradução nossa).

Apesar das críticas, a revista seguiu popularizando-se entre o público jovem. Como define Bødker (2017, p. 28, tradução nossa), “mantendo o vínculo ou paralelo com o mundo da cultura jovem e da música popular [...], pode-se ler a Vice como o que é chamado de sucesso cruzado²⁶”.

Ao abordar o que chama de “sucesso cruzado”, Bødker (2017, p. 28, tradução nossa) também entende que o que é cruzado e/ou híbrido [...] não é simplesmente uma mistura, mas “uma combinação potencialmente potente de elementos contraditórios que evocam noções de impureza e transgressão”²⁷. Assim, o autor define que “jornalismo e cultura jovem unem-se em qualquer grau que desafia suas autonomias construídas socialmente.”²⁸ (KAPCHAN e STRONG, 1999 apud BØDKER, 2017, p. 29, tradução nossa).

Em 2012, a revista deu origem ao grupo Vice Media, que reúne, além do impresso e do site, o

VICE Studios, um estúdio de produção de filmes e televisão; VICE TV, um canal de televisão internacional vencedor de vários Emmy; um departamento de notícias vencedor de prêmios Peabody e a VIRTUE, uma agência criativa full-service internacional, com 21 escritórios pelo mundo. (VICE, tradução nossa)²⁹.

Em 2016, a companhia ampliou a cobertura para 50 novos países, fechando “acordos com parceiros internacionais para produções de TV e internet no Oriente Médio, África, Índia e Sudeste Asiático.” (GUARDIAN, 2016, apud MEIO E MENSAGEM, 2016). A expansão se deu, conforme o co-fundador e CEO da Vice

²⁵ **Do original:** “[...] where some critics have raised questions about their methods of reporting, calling it no more than thrill seeking, testosterone fuelled stunt reporting.” (KALVØ, 2015, p. 51).

²⁶ **Do original:** “[...] one may read Vice as what is called a crossover success.” (BØDKER, 2017, p. 28). Nota-se que o autor utiliza-se da palavra “crossover”, que indica a ideia de conceitos, estilos, meios e formatos híbridos, cruzados.

²⁷ **Do original:** “[...] a potentially potent combination of contradictory elements that invoke notions of impurity and transgression.” (BØDKER, 2017, p. 28).

²⁸ **Do original:** “[...] journalism and youth culture come together in any degree that challenges their socially constructed autonomy.” (KAPCHAN e STRONG, 1999 apud BØDKER, 2017, p. 29).

²⁹ **Do original:** “[...] VICE Studios, a feature film and television production studio; VICE TV an Emmy-winning international television network; a Peabody award-winning NEWS division; and VIRTUE, a global, full-service creative agency with 21 offices around the world” (VICE, tradução nossa).

Media à época, Shane Smith, em razão de uma “combinação entre gente jovem, Snapchat³⁰, TV e o gosto pelo erro”. (LESSA, 2016).

Questionado sobre o sucesso da companhia, o profissional afirmou que a política da empresa permite “libertar a equipe para fazer” (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016).

Smith acrescentou:

Se for ruim, tentaremos consertar ou não. E faremos de novo. Nosso diferencial é que tentamos mais vezes, gostamos de errar [...]. A cada década entregamos a companhia para os estagiários: US\$ 10 milhões na mão de um rapaz de 23 anos sem muita experiência para fazer uma série. É arriscado, mas conseguimos a linguagem demo, resultados únicos. Nossa equipe precisa ser jovem. Para suprir a falta de experiência, temos pessoas como o Spike Jonze (diretor da Viceland) para sentar e conversar com eles. (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016).

Outra razão para o sucesso da publicação parece estar na proximidade com que dialoga com o público-alvo, os millennials³¹. Segundo Smith (2016 apud LESSA, 2016), trata-se do maior grupo de consumidores de mídia: “a questão é abordá-los da maneira correta. Se você tem medo da linguagem deles, então não vai conseguir falar com eles”. Foi com essa perspectiva que a Vice conseguiu “manter a irreverência e o apelo juvenil – mesmo tendo se transformado em um império”, segundo analisa Lessa (2016).

Kalvø (2015, p. 49, tradução nossa) resume:

A Vice Media certamente cresceu e se tornou um dos mais lucrativos, ousados e, muitas vezes, provocativos sucessos da nova mídia. Começando como a revista contracultural [...], a VICE foi por muitos apelidada de “bíblia hipster”, mas hoje se transformou em uma marca global, produzindo conteúdo que atende a um público jovem e experiente em tecnologia.³²

³⁰ Aplicativo para celular desenvolvido nos Estados Unidos que permite a troca de fotos, mensagens e vídeos instantâneos. O Snapchat foi lançado em 2011 e não demorou a obter sucesso global, mas anos depois foi superado por outras mídias sociais, como o Instagram e o Tik Tok.

³¹ Geração Y, também chamada de geração do milênio ou da internet. Trata-se de um conceito sociológico que se refere aos nascidos após o início da década de 1980 até meados do fim do século XX.

³² **Do original:** “[...] VICE Media has certainly grown into becoming one of the most profitable, bold, and oftentimes provocative successes of the new media. Starting out as the countercultural magazine [...], VICE was by many nicknamed the “hipster bible”, but has today morphed into a global brand, producing content that caters for a young and techno savvy audience.” (KALVØ, 2015, p. 49).

A base do grupo Vice Media permanece em Nova York (DE SÁ, 2020). Atualmente, a editora-chefe da revista é Ellis Jones, enquanto o líder de conteúdo global é Alex Miller (BAIRD, 2015, tradução nossa). Nancy Dubuc é a CEO do grupo, posto ocupado até 2018 por Smith (MEIO E MENSAGEM, 2018).

Conforme a revista Meio e Mensagem (2017), a nomeação de Nancy como CEO ocorreu mais de dois meses depois da companhia ter um caso de assédio notificado em sua organização. Em janeiro de 2018, a empresa suspendeu Andrew Creighton e Mike Germano, respectivos presidente e executivo-chefe digital na época, após ambos terem sido acusados de assédio. A conduta deles foi alvo de investigações internas.

Quando assumiu o cargo de editora-chefe, Jones afirmou que “na medida em que a Vice Media amadureceu, também amadureceu a revista.”³³ (BAIRD, 2015, tradução nossa). A jornalista também disse que desejava “capturar a atenção de leitores que podem ter uma noção preconcebida do que é uma ‘matéria Vice’ e surpreendê-los com nossas histórias candidas.”³⁴ (BAIRD, 2015, tradução nossa).

Em entrevista ao jornal Guardian em 2015, Jones assegurou:

Sob minha liderança, a revista continuará a fazer o que sempre fez de melhor – publicar cobertura cultural de ponta, humor afiado e investigações noticiosas contundentes – e também elevar sua seriedade e ambição ao recrutar os melhores redatores, fotógrafos e artistas na indústria e enviá-los ao redor do mundo. Espere escrita de ainda mais mulheres correspondentes; espere novos fotojornalismo, ficção e colunas de escritores de renome e espere ainda mais reportagens em profundidade de hotspots³⁵ globais. (JONES, 2015, apud BAIRD, 2015, tradução nossa).³⁶

Embora note-se o movimento da editora-chefe de amenizar parte da abordagem jornalística, a essência editorial da Vice permanece vista pela mídia tradicional como crua, alegre, extravagante, anticonvencional e ultraprogressista

³³ **Do original:** “As Vice Media has matured, so has the magazine [...]” (JONES 2015 apud BAIRD, 2015).

³⁴ **Do original:** “[...] to capture the attention of readers who may have a preconceived notion of what a ‘Vice story’ is and surprise them by our candid stories.” (JONES 2015 apud BAIRD, 2015).

³⁵ Ponto quente; lugar estratégico, que está se destacando. Tradução pela autora desta pesquisa.

³⁶ **Do original:** “Under my leadership, the magazine will continue to do what it’s always done best – publish cutting-edge cultural coverage, sharp humor, and hard-hitting news investigations – and also increase its seriousness and ambition by enlisting the best writers, photographers, and artists in the industry and sending them across the globe. Expect writing by even more female correspondents; expect new fiction and photojournalism and columns by big-name writers; and expect even more in-depth reports from global hot spots.” (JONES, 2015, apud BAIRD, 2015).

(FORBES, 2017). São frequentes as matérias sobre temas polêmicos, geralmente sob pontos de vista disruptivos e linguagem descontraída³⁷.

Em meados de 2013, a Vice possuía cerca de 30 escritórios espalhados pela América, Europa, Ásia e Oceania. Em 2017, a Vice Media atingiu US\$ 5,7 bilhões em valor de mercado (FORBES, 2017). Hoje, embora tenha 35 sedes (VICE, tradução nossa), reduziu as atividades em alguns países em decorrência de redução de custos (RIBEIRO, 2020).

No Brasil, por exemplo, a revista encerrou atividades editoriais em 14 de maio de 2020, demitindo o editor-chefe no país, André Maleronka, e a repórter Débora Lopes. Segundo RIBEIRO (2020), “os jornalistas eram os últimos membros fixos da equipe editorial”. O site foi mantido apenas com a “tradução de matérias globais” (LAMARE, 2020, apud DE SÁ, 2020), bem como a equipe de mídias sociais, embora as últimas publicações da revista brasileira no Instagram, por exemplo, datem de novembro de 2020. As matérias publicadas no Twitter foram interrompidas ainda mais rápido, no mesmo mês de encerramento das atividades editoriais.

A seguir, notam-se ilustrações das publicações mais recentes disponíveis no site³⁸, Twitter³⁹ e Instagram⁴⁰ da Vice Brasil:

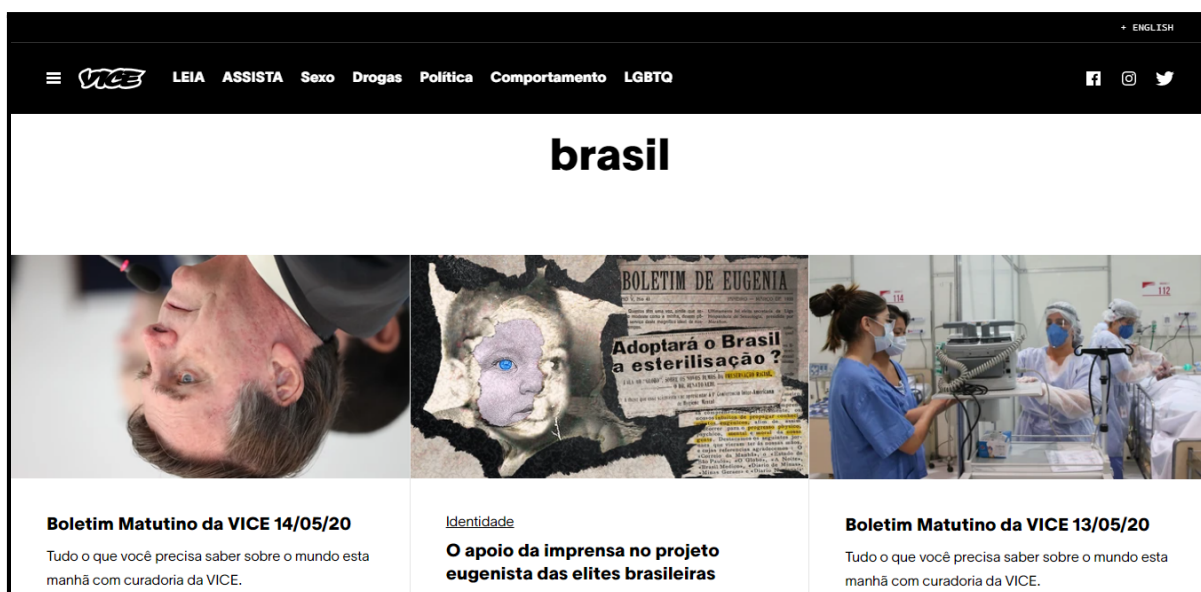
³⁷ A linguagem utilizada pela revista será abordada mais adiante neste capítulo.

³⁸ Link de acesso: <https://www.vice.com/pt/topic/brasil>

³⁹ Link de acesso: <https://twitter.com/vicebrasil>

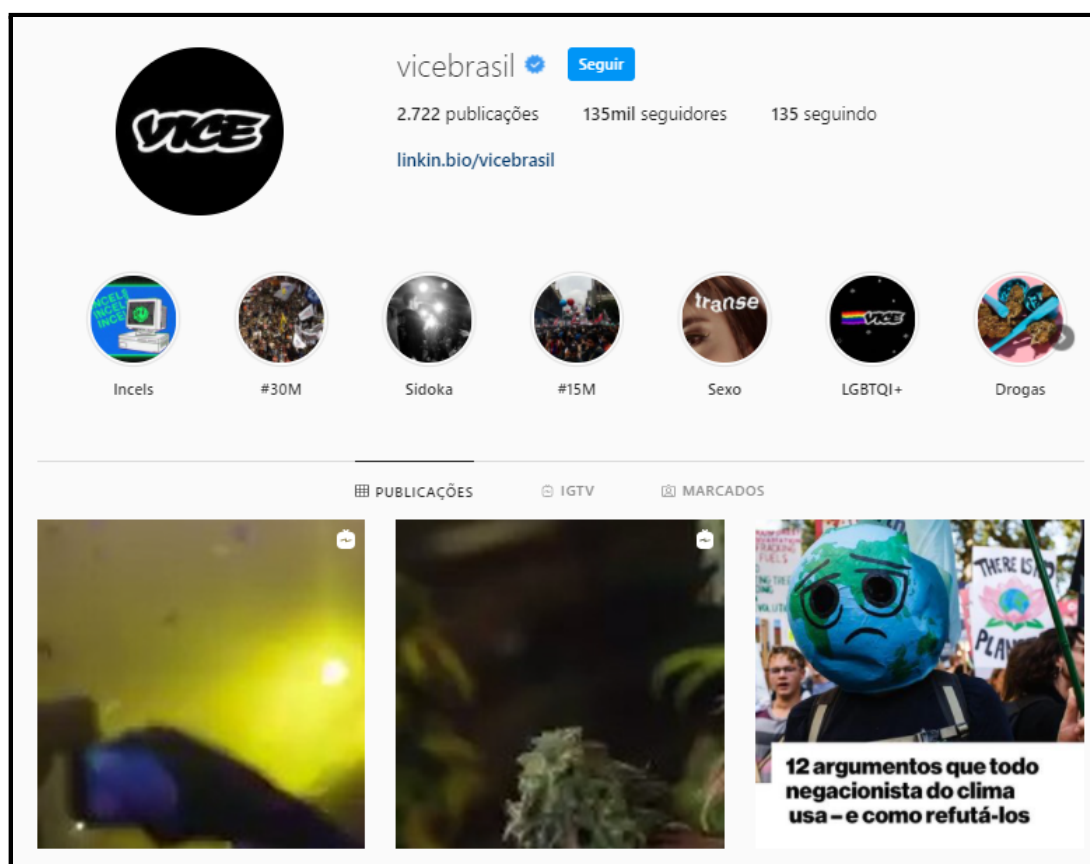
⁴⁰ Link de acesso: <https://www.instagram.com/vicebrasil/>

Ilustração 1 – Publicações no site da Vice Brasil



Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 2 – Instagram da Vice Brasil



Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 3 – Twitter da Vice Brasil



Fonte: Captura de tela (2021).

À época, a Vice informou que passava por “cortes de investimento globais: 55 funcionários foram demitidos nos EUA e 100 outros ao redor do mundo. As baixas correspondem a 5% da força de trabalho da Vice Media.” (RIBEIRO, 2020). Assim, a unidade brasileira acabou voltando-se à produção de conteúdo patrocinado (LAMARE, 2020, apud DE SÁ, 2020).

8.2.1 A linguagem utilizada

A linguagem empregada pela revista *Vice* em suas matérias é de natureza sobretudo jovem. Como visto anteriormente neste capítulo, o ser jovem está ligado às noções de experimentações e às buscas e definições da própria identidade; “um ser constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças” (COIMBRA, 2005, p. 8), “num percurso de (in)definições” (SOUSA, 2006, p. 11). Sabe-se, também, que o ser jovem é permeado por questionamentos de valores, contestação e insatisfação sociais. (SOUSA, 2006, p. 11). É possível, portanto, relacionar tais características com a linguagem utilizada pela revista, que carrega marcas de informalidade, contestação, irreverência e humor.

A seguir, nota-se uma ilustração que exemplifica marcas de irreverência e contestação social:

Ilustração 4 – Reportagem sobre corrupção no governo venezuelano

The image shows a screenshot of a news article from the website 'Drogas'. The main headline is 'O governo da Venezuela é tão corrupto que, basicamente, tem o seu próprio Cartel'. Below the headline, there is a sub-headline: 'Chamam-lhe "Cartel de los Soles" e não é uma brincadeira.' The article is attributed to 'Por Deborah Bonello' and translated by 'Madalena Maiz'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and Snapchat. A date '19.3.19' is visible. The main image shows hands in white gloves handling a large, rectangular block of white powder in a clear plastic bag. To the right, there is a 'MORE LIKE THIS' section with two article teasers: 'O que acontece quando você toma 550 doses de LSD de uma vez' and 'Especialistas em drogas comentam a escolha de Jordan Peterson de tratar seu vício em benzodiazepínicos na'.

Fonte: Captura de tela (2021).

Para além das contestações, a revista apropria-se da informalidade para atingir seu público-alvo: por essência jovens, originalmente millennials e grandes

consumidores de mídia (SMITH, 2016 apud LESSA, 2016) e experientes em tecnologia (Kalvø, 2015, p. 49, tradução nossa).

Pela agenda do veículo, entende-se que as publicações são direcionadas a jovens que experimentam ou mostram-se abertos a pautas sobre drogas, sexo, música, moda, filmes, movimentos culturais – de protestos a baladas –, mas que, não por isso deixam de interessar-se por “assuntos sérios, para os problemas de outras partes do mundo”, segundo Smith (2016, apud LESSA, 2016).

Ao contrário do que pode indicar uma primeira leitura, há diversas matérias orientando sobre o não uso de drogas, como vê-se no exemplo abaixo. A pauta é instrutiva e direcionada a jovens que participam dos movimentos do Pride, ou seja, orgulho LGBTQIA+, mas que não desejam consumir drogas durante as comemorações.

Ilustração 5 – Reportagem sobre o movimento Pride



Identidade

Como sair durante o Pride sem beber nem consumir drogas

A preparação mental é tão importante como uma mochila cheia de água com gás.

MOLLY PRIDDY

20.6.19

Fonte: Captura de tela (2021).

Acredita-se que, em sua maioria, são leitores e consumidores de mídia familiarizados com conceitos de impureza e transgressão. Entretanto, conforme sinalizado pela editora-chefe (JONES 2015, apud BAIRD, 2015, tradução nossa), a Vice vem articulando a captação de leitores com noções já pré-concebidas a respeito da revista, numa tentativa de surpreendê-los com histórias cândidas. O passo indica uma possível diversificação do público-alvo.

Para esboçar o perfil do público da Vice, consultou-se o mídia kit da Vice Media⁴¹. Segundo o documento, 41% do seu público encontra-se na faixa etária dos 25 aos 34 anos; 35% dos 18 aos 34 e 24% dos 35 aos 44 (VICE, 2016, tradução nossa). Ainda conforme o mídia kit, a companhia tem o dobro de alcance do público entre 18 e 34 anos, em comparação a outros canais de mídia. 64% do público do grupo são mulheres e 36%, homens. Se considerados apenas os leitores da revista, a distribuição fica em 59% homens e 41% mulheres (VICE, 2016, tradução nossa).

Em relação ao grau de escolaridade, consta no mídia kit que 44% dos consumidores possuem Ensino Superior completo, 30%, em andamento, 23% têm Ensino Médio completo e 3% não possuem Ensino Médio completo (VICE, 2016, tradução nossa).

Ainda segundo o documento, 60% da audiência consome os produtos da Vice Media em dispositivos móveis.

Retornando à linguagem – e considerando o perfil de público esboçado acima –, fica claro o uso frequente do humor pela revista, além da informalidade. A seguir, notam-se duas ilustrações de uma matéria que, apesar da linguagem descontraída e de referências à cultura pop (o assassino Ted Bundy, retratado na série *Conversando com um Assassino*) – temas de interesse do público jovem –, apresenta críticas sérias e contundentes sobre o assunto tratado:

⁴¹ Por não se encontrar outra mais recente, a edição do mídia kit citada neste trabalho foi a de 2016.

Ilustração 6 – Reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger

VICE

Pablo Escoburger: o sanduíche que vem com uma carreira de cocaína falsa

Nem todo mundo vê problema em usar o nome de um assassino narcoterrorista como piadinha para sua hamburgueria.

JC Por [Jelisa Castrodale](#)
MS Traduzido Por [Marina Schnoor](#)

14.2.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)



MORE LIKE THIS

Comida

Chef compartilha vídeo chocante do lixo plástico que encontrou no estômago de um peixe

DELISA CASTRODALE
24.5.19

Entretenimento

Bifanas, cerveja e tocheda: uma tarde de festa às portas do Estádio

Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 7 – Trecho de reportagem sobre sanduíche Pablo Escoburger

Colocar o nome de Escobar em várias gramas de carne moída parece complicar desnecessariamente seu cardápio, porque para cada fã de *Narcos* que só queria ter um estilo de vida bilionário, tem alguém que não vê problema em usar o nome de um assassino narcoterrorista como piadinha para sua hamburgueria. (Mas também acontece que é 2019, um ano em que a Netflix teve que lembrar as pessoas de não terminar de assistir *Conversando com um Serial Killer* concluindo que Ted Bundy era gato.)

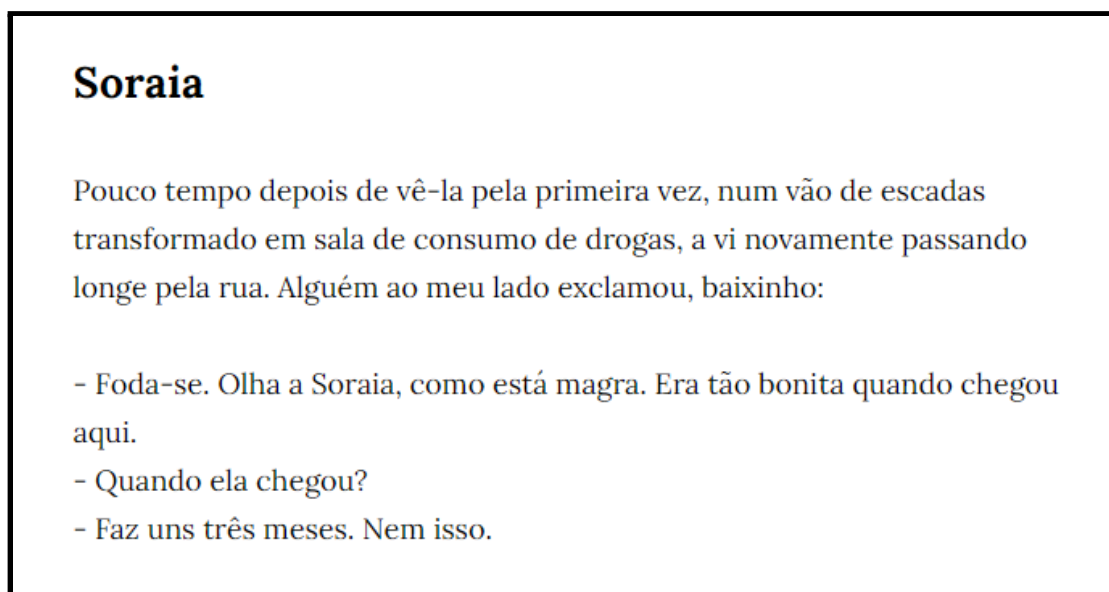
Fonte: Captura de tela (2021).

Nesse sentido, a Vice parece não levar em consideração a língua culta, optando, na maioria das vezes, por um tom mais próximo da língua falada, o que

dispensa formalidades e inclui expressões, gírias e até palavrões. É perceptível também o espaço que, em algumas matérias, o jornalismo literário recebe.

A seguir, trecho de reportagem em profundidade sobre uso de crack e prostituição em Lisboa que utiliza da narrativa literária e emprega uso de palavrão:

Ilustração 8 – Reportagem sobre Lisboa



Fonte: Captura de tela (2021).

Mais exemplos do uso de gírias e expressões coloquiais, como “bagulho”, “otário e “passar a perna”:

Ilustração 9 – Reportagem sobre curling⁴²



Fonte: Captura de tela (2021).

⁴² Esporte coletivo praticado em equipes no gelo, comum em países de clima frio como o Canadá. Em tempo, o país tem o uso de maconha legalizado, daí a possibilidade de realização do torneio e a cobertura da repórter de forma legal.

Ilustração 10 – Reportagem sobre traficantes e golpes

Drogas

Traficantes nos contaram como reconhecer um otário

Perguntamos a quatro traficantes como eles decidem em que clientes vão passar a perna.

SP Por [Sarah Perrin](#) NR Traduzido Por [Nicola Rose](#)

8.5.19 [Compartilhe](#) [Tuite](#) [Snap](#)

Fonte: Captura de tela (2021).

A seguir, nota-se também uma ilustração que exemplifica o uso da língua comum no cotidiano jovem (“este cara”) e mais uma referência à cultura pop (o personagem Walter White, da série norte-americana *Breaking Bad*):

Ilustração 11 – Reportagens sobre a fabricação de DMT⁴³

	
<p><u>Tecnologia</u></p> <p>Este cara cozinhou DMT na própria cozinha por quatro anos</p> <p>Willem produziu dezenas de milhares de quilos de DMT num laboratório improvisado em casa.</p> <p>ERIC BORSHUIS 1.2.19</p>	<p>No interior de um laboratório caseiro de DMT montado por um professor de química</p> <p>A VICE teve acesso a um laboratório de DMT montado numa casa no coração de Londres. O responsável, "Bob", reparte o seu tempo entre o ensino de química e a produção da droga. Um Walter White da vida real.</p> <p>VICE STAFF 20.1.19</p>

Fonte: Captura de tela (2021).

⁴³ Dimetiltriptamina ou DMT, na abreviatura, é uma substância pertencente ao grupo das triptaminas que causa efeitos psicodélicos.

Outra ilustração que mostra o uso de expressões coloquiais. “Zap”, neste caso, refere-se à rede social WhatsApp, aplicativo de troca de mensagens lançado em 2009 que possibilita a criação de grupos de conversa:

Ilustração 12 – Reportagem sobre memes do ator Fábio Assunção

É um costume nosso nas redes sociais não enxergar além do que é nos apresentado em um vídeo ou imagem que se tornaram memes. Memes são divertidos, ninguém quer exatamente que a pessoa que se tornou o objeto central do meme se ferre ou passe por maus bocados. É uma piada que, assim como muita coisa na internet, tem um período de vigência e que logo mais morrerá em arquivos obscuros na rede mundial de computadores ou no grupo do zap da sua família.

Fonte: Captura de tela (2021).

Apesar das visíveis ousadia, contestação e descontração no teor do texto, os repórteres da Vice também sabem abordar assuntos com seriedade, seguindo uma linha editorial por vezes um pouco mais tradicional. A seguir, notam-se exemplos:

Ilustração 13 – Reportagem sobre a guerra às drogas

Como a guerra às drogas devora os pobres

Segundo novo relatório da ONG Health Poverty Action, a proibição alimenta a pobreza e a criminalidade em lugares como Brasil e Índia.



Por [JS Rafaelli](#)



Traduzido Por [Madalena Maltez](#)



Traduzido Por [Marina Schnoor](#)

6.2.19 [f](#) Compartilhe [t](#) Tuite [s](#) Snap

Fonte: Captura de tela (2021).

Ilustração 14 – Reportagem sobre mercado de drogas e os impactos ambientais



Fonte: Captura de tela (2021).

Os jornalistas do site da Vice também aparentam buscar termos que seguem os preceitos do jornalismo digital. Observa-se que, em boa parte dos títulos e linhas de apoio, as chamadas são persuasivas, apelativas e curiosas, muitas delas em forma de pergunta, o que leva o leitor a clicar para saber mais, mantendo sua atenção no site.

Além disso, a maioria das reportagens parece dispensar explicações básicas sobre estrangeirismos, gírias ou, mais pertinente a este estudo, nomes de drogas e outros termos que podem soar desconhecidos para o público em geral. A partir disso, pode-se concluir que a revista já redige seus conteúdos para um público que, de maneira geral, está familiarizado com tais termos.

8.3 Jornalismo interpretativo

Compreender os gêneros nos quais o jornalismo se desdobra é fundamental para análises como a apresentada por este projeto. Afinal, segundo Dias et al. (1998, p. 2), “os gêneros da comunicação de massa assumem papel de grande importância no processo de legitimação e autonomia das Ciências da Comunicação”. Para os autores, os gêneros são essenciais à comunidade científica, “pois permitem a discussão sobre a abrangência dos fenômenos comunicacionais como prática estruturadora e construtora de significados na sociedade.” (DIAS et al., 1998, p. 2).

Stancki (2018, p. 11) defende que “conhecer os gêneros do jornalismo é uma maneira de conhecer melhor a profissão e o papel que cada uma de suas formas exerce na sociedade”. Trata-se de não somente aprender sobre a linguagem jornalística, mas também como escrever com ela.

O autor também argumenta que os gêneros se mostram úteis em meio à produção jornalística diária, uma vez que os jornalistas recebem suas pautas e logo visualizam o tipo de construção envolvida em cada gênero, o que facilita o processo de trabalho.

Além disso, para Stancki (2018, p. 12), classificar os gêneros jornalísticos reafirma “o papel social da imprensa, como uma entidade que faz a informação de interesse público circular e oferece opiniões e interpretações sobre aspectos políticos, econômicos e culturais de nossa sociedade”.

José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016) propõem um modelo classificatório dos gêneros jornalísticos, baseado em estudos bibliográficos e na observação e análise da imprensa brasileira. Como ponto de partida, é preciso estabelecer como os autores definem o conceito:

Gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (MELO e ASSIS, 2016, p. 49).

Assim, eles sugerem dividir o jornalismo em cinco gêneros distintos: informativo (vigilância social); opinativo (fórum de ideias); interpretativo (papel educativo, esclarecedor); diversional (distração, lazer) e utilitário (auxílio nas tomadas de decisões cotidianas. (MELO e ASSIS, 2016, p. 49).

Para cada gênero, Melo e Assis (2016, p. 51) listam diferentes formatos:

Quadro 3 – Gêneros jornalísticos e formatos

Gênero informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista.
Gênero opinativo	Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica.
Gênero interpretativo	Análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê.
Gênero diversional	História de interesse humano, história colorida.
Gênero utilitário	Indicador, cotação, roteiro, serviço.

Fonte: Produção da autora deste projeto via Melo e Assis (2016).

Conforme os autores, cada um dos formatos citados anteriormente carrega características próprias que o fazem ser único, mesmo quando comparado a outro formato do mesmo gênero. Melo e Assis (2016, p. 53) também fazem uma ressalva:

A própria “Classificação Marques de Melo” refere-se especificamente à imprensa brasileira, e, como indicado, espelha um recorte temporal – não que sua validade se perca em breve, mas sua pertinência deve ser monitorada e, quando necessário, devem ser acrescentados novos itens ao conjunto.

Neste trabalho, o gênero do jornalismo interpretativo será o mais abordado entre os cinco propostos pelos autores. Por isso, recorre-se ao pesquisador Luiz Beltrão (1976), que reuniu informações oportunas para o estudo do assunto. Antes de avançar sobre as reflexões de Beltrão, todavia, entende-se que é necessário caracterizar os formatos do jornalismo interpretativo segundo Melo e Assis (2016).

A partir do contato com o próprio Marques de Melo e de consultas a outros autores, Dias et al. (1998, p. 13) entendem que a análise ocorre “quando a informação é analisada pelo autor do texto publicado, com dados complementares que fazem com que o leitor possa ter uma compreensão maior dos fatos”.

O perfil, por sua vez, “compreende a apresentação descritiva do personagem enfocado, possibilitando a interpretação de seu comportamento diante da sociedade.

[...] Tem relação direta com o fato de atualidade que motiva a sua inclusão.” (DIAS et al., 1998, p. 13).

Ainda segundo os autores, “a enquete corresponde ao espaço dedicado para que a informação seja interpretada pelo entrevistado de forma rápida e sucinta.” (DIAS et al., 1998, p. 13).

A cronologia, para Dias et al. (1998, p. 14), atua como o “complemento da informação principal (seja ela reportagem ou notícia), com dados cronológicos dos acontecimentos”.

Dias et al. não levam em consideração o dossiê, no entanto é possível encontrar definições do próprio Marques de Melo. O dossiê, de acordo com este autor, é um mosaico que serve para facilitar o entendimento dos fatos noticiosos. Condensando fatos em boxes, gráficos, mapas ou tabelas, “é o material jornalístico que pretende familiarizar o leitor com um fato determinado e procura detalhar ao máximo para apresentar a informação completa.” (CORDENONSSI e MELO, 2008, p. 4).

Dadas as noções de cada formato dentro do gênero interpretativo, é inevitável vislumbrar parte de seu contexto histórico, como apresenta Beltrão (1976, p. 47). Para começar, o autor vê a interpretação como um dos traços básicos do jornalismo. A interpretação jornalística, segundo ele, consiste na “análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica e transformá-los em matéria para a divulgação.” (BELTRÃO, 1976, p. 47).

Ainda conforme o pesquisador, a interpretação jornalística também consiste em “submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos.” (BELTRÃO, 1976, p. 12).

Ele complementa:

Esse tipo de interpretação difere, em substância, da histórica ou da filosófica porque está jungida ao atual, ao presente, ao objetivo, requerendo não só bom senso, honestidade e imparcialidade, da parte do agente, como uma especial aptidão para apreender o centro de interesse, o ponto nevrálgico, o núcleo do fato ou da situação que vai processar para a elaboração da matéria. (BELTRÃO, 1976, p. 13).

Para Stancki (2018, p. 136), “a interpretação é uma das grandes finalidades do jornalismo”. Como o autor lembra, “mais do que informações e conhecimentos, o

jornal deve transmitir entendimento. Porque é do entendimento que deriva o poder.” (NOBLAT, 2010 apud STANCKI, 2018, p. 136).

As matérias jornalísticas do gênero interpretativo “ultrapassam o relato factual, estendendo a narrativa de modo que ela seja dramatizada, contextualizada e debatida.” (STANCKI, 2018, p. 137). Acontece que a maneira como é realizado o processo de selecionar elementos fundamentais para a elaboração da matéria envolve riscos. Beltrão (1976, p. 48) alerta que, se o profissional

[...] menospreza, camufla ou subtrai aspectos essenciais à exata compreensão do acontecimento ou destaca, apenas, aqueles de natureza impactual e facilmente perceptíveis, estará no campo da informação mutilada, superficial e/ou sensacionalista.

Por outro lado,

se o jornalista ultrapassa os limites da busca do sentido das diferentes forças que atuam em uma situação, configurada em suas origens e em suas possíveis projeções, se submete os dados colhidos e o sentido encontrado a uma escala de valores própria, pessoal, estará em pleno domínio da opinião. (BELTRÃO, 1976, p. 48).

Conforme Stancki (2018, p. 13), “o aparecimento de matérias que oferecem análises, associações e contextualizações a partir do período entre guerras no século passado” deu origem ao gênero interpretativo.

Já no que diz respeito à introdução do jornalismo interpretativo no Brasil, Beltrão (1976, p. 52-53) assinala que as condições para sua implantação são determinadas pela “integração na rede comunicacional de massa, ou seja, no que denominamos sistema de comunicação social, em que a população participa e/ou tem acesso aos principais meios impressos, sonoros e audiovisuais de larga audiência”. Sendo assim, o pesquisador destaca como palco de origem do jornalismo interpretativo no país os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos por Brasília, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, incluindo “suas populosas e extensas áreas metropolitanas”. (BELTRÃO, 1976, p. 53).

Segundo refletem de Deus e Montagna (2014, p. 4), o jornalismo interpretativo já teve seus momentos de protagonismo na mídia impressa e

atualmente tem a internet como principal aliada em razão do espaço ilimitado. A esse pensamento, as autoras acrescentam:

Para efeitos de uma teoria do jornalismo, que já não percebe as notícias como meros reflexos da realidade, mas resultados de construção e interação simbólica, a atividade jornalística pode ser encarada como um método de interpretação da realidade social. (GOMIS, 1991 apud DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 4).

Essa interpretação da realidade, contudo, “não deveria ocorrer unicamente por meio de informações sobrepostas, não-lineares, fragmentadas em microfatos autônomos e sem sentido único.” (DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 4). As autoras propõem que é justamente nesse campo “que o Jornalismo Interpretativo pode atuar, pois é o mais capaz de proporcionar sentido aos leitores – sem que seja emitida opinião.” (DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 4).

Embora Marques de Melo e Assis (2016) classifiquem a reportagem como um formato pertencente ao jornalismo informativo, de Deus e Montagna (2014, p. 5) alegam que ela “é o campo por excelência para a realização do jornalismo interpretativo”. Esse tipo de texto, conforme as pesquisadoras, conduz o jornalista a experimentações maiores do que as observadas em notícias factuais.

Já Stancki (2018, p. 13) é ainda mais específico em sua análise ao mencionar a grande reportagem, ou reportagem especial, como o maior expoente do jornalismo interpretativo.

De acordo com De Deus e Montagna (2014), “a reportagem é um gênero jornalístico privilegiado que não possui molde fixo, mas que visa à efetividade da comunicação de informações e também a troca de emoções com o leitor.” (SODRÉ e FERRARI, 1986 apud DE DEUS e MONTAGNA, 2014, p. 5). Suas principais características são “predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados” (SODRÉ e FERRARI, 1986, p. 15).

Conforme Sodré e Ferrari (1986, p. 18), “a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo”. Os mesmos autores pontuam que ação dramática e descrição do ambiente também são típicas do jornalismo interpretativo.

Já Piccinin e Soster (2013, p. 6-7) elencam outras particularidades da atividade interpretativa:

1) o fato é tratado como acontecimento, ou seja, gera uma discussão sobre a realidade contextual; 2) as técnicas produtivas são particulares, como sugere Beltrão – identificação do objeto, que deve ter valor absoluto de notícia; decomposição da ocorrência em elementos básicos e investigação dos valores essenciais para estruturação da informação; redação do texto de forma que o leitor seja capaz de, por si próprio, interpretar a ocorrência;

Uma terceira característica é a permissão de uma análise crítica maior por parte do autor-jornalista, o que autoriza o emprego de adjetivos e advérbios e a abolição do lead. (SEIXAS, 2009 apud PICCININ e SOSTER, 2013, p. 6-7)

Baseados nisso, os autores consideram que o jornalismo interpretativo é o que “a partir do grau de noticiabilidade dos acontecimentos e liberdade estilística, permite não apenas o posicionamento do autor do texto como uma interpretação mais contextualizada do conteúdo por parte de quem tenha acesso a ele.” (PICCININ e SOSTER, 2013, p. 7).

9 ROTEIRO DOS CAPÍTULOS

1. INTRODUÇÃO

2. JORNALISMO INTERPRETATIVO/IMERSIONISTA

3. DROGAS E JUVENTUDE

4. A REVISTA VICE

4.1 O público-alvo

4.2 A linguagem utilizada

5. METODOLOGIA

5.1 MÉTODO

5.2 ANÁLISE

5.2.1 Análise de conteúdo

5.3 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

5.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

6. A ANÁLISE

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8. REFERÊNCIAS

10 CRONOGRAMA

Atividades	De 02/08 a 16/08	De 16/08 a 30/08	De 30/08 a 13/09	De 13/09 a 20/09	De 20/09 a 27/09	De 27/09 a 22/11	De 22/11 a 3/12
Capítulo “Jornalismo interpretativo”	x						
Capítulo “Drogas e juventude”		x					
Capítulo “A revista Vice”			x				
Definição do corpus de pesquisa				x			
Realização de entrevistas					x		
Análise						x	
Considerações finais							x
Introdução							x
Impressão							x
Pré-banca							x

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Redação científica – elaboração de TCC passo a passo**. São Paulo: Factash Editora, 2007.

AUGUSTIN, Débora; GEARA, Gabriela; KESSLER, Helena; CASTRO, Rosane. **Desnaturalizando o conceito de Juventude através dos tempos**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/juventude-texto.html>>. Acesso em 27 abr 2021.

BAIRD, Dugald. **Vice announces new global head of content and editor-in-chief**. Londres, 12 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2015/feb/12/vice-media-alex-miller-ellis-jones>>. Acesso em 27 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BICCA, Carla; PEREIRA, Márcia Surdo; GAMBARINI, Maria Angélica. **Conceitos, diagnóstico e classificação**. In: PULCHERIO, Gilda; BICCA, Carla; SILVA, Fernando Amarante (orgs). **Álcool, outras drogas & informação: o que cada profissional precisa saber**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra!** In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero (pp. 112-121), 1983.

BØDKER, Henrik. **Vice Media Inc.: Youth, lifestyle – and news**. In: **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, vol 18 (1): 17. 1 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.deepdyve.com/lp/sage/vice-media-inc-youth-lifestyle-and-news-0u0NSyLIQL?key=sage>>. Acesso em 26 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 12 maio 2021.

COIMBRA, Cecília.; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. **Subvertendo o conceito de adolescência**. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, (pp. 2-11), 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57_n1a02.pdf>. Acesso em 27 abr 2021.

CORDENONSSI, Ana Maria; MELO, José Marques de. **Jornalismo interpretativo: os formatos nas revistas Veja e Época**. São Paulo, 2008. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0320-1.pdf>>. Acesso em 2 jun. 2021.

COSTA, Letícia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Jovens em situação de vulnerabilidade social: a rede de apoio e o uso de drogas**. In: KOLLER, Sílvia;

DA CÁS, Danilo. **Manual teórico-prático para elaboração metodológica de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Jubela Livros, 2008.

DE DEUS, Sandra. MONTAGNA, Amanda Pansera. **Jornalismo interpretativo na era digital : o espaço da reportagem no Globoesporte.com**. In: Pauta Geral: Estudos em Jornalismo [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014. V. 1, n. 1 (2014), p. 28-39. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/83677>>. Acesso em 2 jun. 2021.

DE SÁ, Nelson. **Vice encerra produção de conteúdo editorial no Brasil**. São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/vice-encerra-producao-de-conteudo-editorial-no-brasil.shtml>>. Acesso em 27 maio 2021.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco (org). **Adolescência e juventude brasileira: vulnerabilidade e Contextos de Proteção**. 1. ed. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2011.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, J; BARROS, A. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

FORBES. **Vice Media atinge US\$ 5,7 bilhões em valor de mercado**. 22 out. 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com.br/negocios/2017/10/vice-media-atinge-us-57-bilhoes-em-valor-de-mercado/>>. Acesso em 27 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KALVØ, Daniel. **Immersion Journalism. How VICE Media Challenges the Norms, Methods, and Ideals of Mainstream Journalism**. 15 maio 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1956/10473>>. Acesso em 26 maio 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEMOS, Tadeu; ZALESKI, Marcos. **As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos**. In: PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio (orgs). **Adolescência e drogas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LESSA, Isabella. **Qual o segredo da Vice Media?** 6. jul 2016. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/07/06/qual-o-segredo-da-vice-media.html>>. Acesso em 27 maio 2021.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. v. 1, p. 1-10. Bauru: USC, 2004.

MEIO E MENSAGEM. **Vice amplia cobertura para 50 novos países**. 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2016/06/22/vice-amplia-cobertura-para-50-novos-paises.html>>. Acesso em 27 maio 2021.

MEIO E MENSAGEM. **Vice Media anuncia sua nova CEO global**. 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2018/03/13/vice-media-anuncia-sua-nova-ceo-global.html>>. Acesso em 27 maio 2021.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. In: Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Jan-abr 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/intercom/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?lang=pt>>. Acesso em 2 jun. 2021.

MELO, José Marques de (org.). **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal "Folha de São Paulo e da Revista "Veja"**. São Paulo: Universidade Metodista, 1998. In: Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Recife: 1998. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b43f21945b991b4e99923bee1b2e5d7c.PDF>>. Acesso em 2 jun. 2021.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

PECHANSKY, Flavio; SZOBOT, Claudia Maciel; SCIVOLETTO, Sandra. **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos**. In: Revista Brasileira de Psiquiatria. V.26, supl.1. São Paulo, maio 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000500005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 27 abr 2021.

PEUKER, Ana Carolina; FOGAÇA, Janaina; BIZARRO, Lisiane. **Expectativas e beber problemático entre universitários**. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. v.22 n.2 Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 27 abr 2021.

RIBEIRO, Weudson. **Revista Vice demite toda a equipe editorial no Brasil**. 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/480918/>>. Acesso em 27 maio 2021.

SILVA, Vilma Aparecida; MATTOS, Hércio Fernandes. **Os jovens são mais vulneráveis às drogas?** In: PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio (orgs). Adolescência e drogas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.

SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana. **Jornalismo diversional e jornalismo interpretativo: diferenças que estabelecem diferenças**. Portugal, 2013. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/soster-piccinin-2013-jornalismo-diversional.pdf>>. Acesso em 2 jun. 2021.

SOUSA, Janice. Apresentação do Dossiê: **A sociedade vista pelas gerações**.

Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política, Florianópolis: v. 5 n. 8. (pp. 9-30), 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1802/1561>>. Acesso em 27 abr 2021.

STANCKI, Rodolfo. **Entranhas da imprensa: teoria e prática dos gêneros jornalísticos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018.

STUMPF, I. **Pesquisa bibliográfica**. In: DUARTE, J; BARROS, A. (org.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VICE. **About**. Disponível em: <<https://www.vicemediagroup.com/about/>>. Acesso em 9 jul. 2021.

VICE. **Media kit**. Londres, 2016. Disponível em: <<https://upload-assets.vice.com/files/2016/01/15/1452894236compressed.pdf>>. Acesso em 9 jul. 2021.